



**Plano Territorial
Desenvolvimento Rural
Sustentável
Território
VALES DO CURU
E ARACATIAÇU**



PTDRS
VALES DO CURU
E ARACATIAÇU

PRESIDENTE DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Afonso Florence

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Jerônimo Rodrigues Souza

DELEGADO FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

Francisco Nelsieudes Sombra de Oliveira

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

José Nelson Martins de Sousa

INSTITUTO AGROPOLOS DO CEARÁ

Francisco Celso Crisóstomo Secundino

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DOS VALES DO CURU, MUNDAÚ E ARACATIAÇU – AMUV

Raimundo Nonato Barroso Bonfim

GRUPO TÉCNICO PELA TERRITORIALIZAÇÃO DO CEARÁ - GTT

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Técnica Instituto Agropolos

Antonio Lacerda Souto

Articulador Estadual da SDT/MDA

Cleber Leite Pereira

Técnico – SDA/ Agropolos

Graça Duarte de Almeida

Coordenadora CODET/SDA

Josafa Martins de Oliveira

Coordenador Instituto Agropolos

Luis Carlos dos Santos

Agente Desenvolvimento Econômico - SDT/MDA

Marcos Antonio Vieira de Castro

Secretario CEDR

Maria de Fátima Costa Fernandes

Assessora EMATERCE

Olimpio Ferreira Queiroga Neto

Articulador Estadual da SDT/MDA

Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho

Assessor - CEDR

B823p

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Vales do Curu Aracatiaçu – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

p.: v 1. il

1. Territorialidade. 2. Desenvolvimento Sustentável I. Instituto Agropolos do Ceará II. Título

CDD: 304.2

Catálogo na fonte: Ruth Helena Linhares Leite, CRB₃- 403.

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
TERRITÓRIO DA CIDADANIA**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
SUSTENTAVEL DO TERRITÓRIO VALES DO CURU
ARACATIAÇU**

**CEARA
2011**

COORDENAÇÃO NACIONAL

Carlos Umberto Osório Castro - SDT/MDA

Carleuza Andrade da Silva - SDT/MDA

EQUIPE PROPOSITIVA DOS COLEGIADOS TERRITORIAIS: COMITÊS TEMÁTICOS E SETORIAIS

Comitê de Direitos e Desenvolvimento Social

Comitê de Educação e Cultura

Comitê de Gestão Territorial

Comitê de Infraestrutura

Comitê de Meio Ambiente

Comitê de Organização Sustentável da Produção

Comitê de Saúde, Saneamento e Acesso a Água

ASSESSOR TÉCNICO TERRITORIAL

Raimundo Filho dos Santos

Técnico

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Amélia Carmelita Gurgel dos Anjos

Pedagoga

Antonio Lacerda Souto

Pedagogo

Aurélio Magno Lopes de Oliveira

Engº Agrônomo

Catarina Maria Rabelo

Ms Sociologia

Elisângela Maria de Oliveira Sousa

Ms Políticas Públicas

Fabiola de Lima Gonçalves

Enfermeira

Florencia Furlotti

Pedagoga

Francisca Sinhá Moreira Evangelista

Ms Geografia

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

Engº Agrônomo

Geórgia Medeiros Paiva

Esp. Saúde da Família

Janaina Carla Farias

Turismóloga

Jefferson Gonçalves Américo Nóbrega

Ms Engenharia Agrônômica

Jose do Egito Andrade

Engº Agrônomo

Leilamara do Nascimento Andrade

Ms. Engenharia de Pesca

Maria Clara Gonçalves de Castro e Silva

Esp Saúde da Família

Maria Inês Mapurunga de Miranda

Geógrafa

Mauricio Lima de Oliveira

Acadêmico de Agronomia

Maria Lucia Vitoriano de Lima

Pedagoga

Olimpio Ferreira Queiroga Neto

Engº Agrônomo

Nahyara Estevam Marinho

Ms Sociologia

Renato Araujo Bezerra

Administrador

Ruth Helena Linhares Leite

Bibliotecária

Talles George Gomes

Economista

Vânia Margareth Rodrigues Bonfim

Ms Políticas Públicas

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram deste processo, que privilegia as práticas humanas, aprendizagens que contemplam os saberes sociais, com o ideal de criar as condições sócio ambientais para conhecer, avaliar e agir sobre a realidade e ao mesmo tempo possibilitar as mudanças de comportamentos e transformações na construção de um plano territorial participativo nascido de uma nova concepção de gestão social.

E neste processo registramos aqueles e aquelas que foram precursores desta estratégia territorial em especial

Luiz Inácio Lula da Silva

Guilherme Cassel

Jose Humberto Oliveira

Camilo Sobreira de Santanna

Antonio Rodrigues Amorim

Marcelo Souza Pinheiro

José Bartolomeu Cavalcante

LISTA DE SIGLAS (CONSOLIDADA AS AREAS)

APA	Área de Proteção Ambiental
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAE	Comitê de Articulação Estadual
CCDS	Conselhos Comunitários de Defesa Social
CEO	Centro de Especialidade Odontológica
CMDS	Conselhos Municipais para o Desenvolvimento Sustentável
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONPAM	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRES	Conselho Regional de Serviço Social
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EFA	Escola Família Agrícola
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA	Índice Municipal de Alerta
ICMBIO	Instituto Chico Mendes
IDACE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisas, Estudos, Cultura e Educação
LOAS	Leis Orgânicas de Assistência Social
MDA	Ministério do desenvolvimento Agrário
PETI	Programa de Erradicação Infantil
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SDT	Secretária de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMACE	Superintendência de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Ceará
UC	Unidades de Conservação
ZCIT	Zona de Convergência Intertropical

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Mapa do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu	40
FIGURA 2:	Gráfico da Distribuição dos Percentuais de Causas de Mortalidade por Grupos de Causas no Território Vales do Curu em 2008	98
FIGURA 3:	Gráfico Distribuição dos percentuais de causas de mortalidade por grupos de causas no Território Inhamuns Crateús e Ceará em 2008	99
FIGURA 4:	Gráfico do Percentual de Partos Cesáreos e Vaginais no Território Vales do Curu e Ceará em 2008	103
FIGURA 5:	Gráfico dos Tipos de estabelecimentos no Território Vales do Curu em 2008/2009/2010	115
FIGURA 6:	Gráfico do Número de Médicos por 100 Habitantes em 2008 no Território Vales do Curu	116
FIGURA 7:	Gráfico do Número de Profissionais de Saúde por Habitante do Território Vales do Curu em 2008	117
FIGURA 8:	Mapa dos Tipos Climáticos do Território Vales do Curu e Aracatiaçu	189
FIGURA 9:	Mapa do Território Vales do Curu e Aracatiaçu apresentando a compartimentação geoambiental	191
FIGURA 10:	Bacias Hidrográficas dos Vales do Curu e Aracatiaçu	193
FIGURA 11:	Mapa do Território Vales do Curu e Aracatiaçu apresentando as principais Unidades Fitoecológicas	198
FIGURA 12:	Mapa das Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação do Território Vales do Curu e Aracatiaçu	214
FIGURA 13:	Gráfico da Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000	226
FIGURA 14:	Gráfico da Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000	227
FIGURA 15:	Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000	227
FIGURA 16:	Índice de Desenvolvimento Municipal para os municípios do território – 2004 e 2006	230
FIGURA 17:	Gráfico da Taxa de Crescimento do PIB para o território no período de 2005-2007	233
FIGURA 18:	Composição Setorial do PIB do Território para o ano de 2006	236
FIGURA 19:	Faturamento mensal da Feira Agroecologica de Itapipoca	300
FIGURA 20:	Faturamento Mensal da Feira Agroecologica de Trairi	300
FIGURA 21:	Gráfico Comparativo entre os Micro Territórios	342
FIGURA 22:	Gráfico Comparativo entre os micros territórios do FPM	344
FIGURA 23:	Comparativo entre os micro territórios FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)	345
FIGURA 24:	Arrecadação Orçamentária Municipal	350
FIGURA 25:	Comparativo entre as Ações Ofertadas em 2010 – PPA	355
FIGURA 26:	Comparativo entre o eixos do PTC	361
FIGURA 27	Elementos do Processo da Gestão Social	370
FIGURA 28	Composição do Colegiado Territorial	372

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Distribuição da população do Território Vales do Curu e Aracatiáçu por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento	25
TABELA 2:	População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010	27
TABELA 2.1:	População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010	28
TABELA 2.2:	População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010	30
TABELA 2.3:	População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010	31
TABELA 2.4:	População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu 2010	33
TABELA 2.5:	População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010	34
TABELA 3:	População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Vales do Curu Aracatiáçu, 2010.	36
TABELA 4:	Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Vales do Curu Aracatiáçu, 2010.	37
TABELA 5:	Número de cisternas por municípios e repasse MDS	55
TABELA 6:	Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território em 2008	93
TABELA 7:	Condições de Nascimento no Território Vales do Curu e Aracatiáçu em 2008	101
TABELA 8:	Distribuição dos tipos de estabelecimentos atenção básica e especializada em 2008	113
TABELA 9:	Distribuição do percentual de cobertura de abastecimento de Água e Esgoto no território Vales do Curu em 2006	118
TABELA 10:	População alfabetizada no Estado por faixa etária (total zona de moradia: rural e urbano)	122
TABELA 11:	Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia	124
TABELA 12:	Ensino infantil. Número de escolas na Rede; :Total Rural e :Urbana, Quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências; quantidade de quadras de esporte e quantidade de quem recebe merenda escolar.	127
TABELA 13:	Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia, da 1ª a 5ª e da 6ª a 9ª series	130
TABELA 14:	Ensino Fundamental - Número Total de escolas, quantitativo de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, quadra de esportes e quem recebe merenda	133
TABELA 15:	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental	138
TABELA 16:	Ensino Médio – Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia	140
TABELA 17:	Ensino Médio- Número de escolas; escolas com biblioteca; escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes; e se recebe merenda por dependência administrativa e zona de moradia	142
TABELA 18:	Educação de Jovens e Adultos – Número de Matrículas presencial e Semipresencial e número de escolas por dependência administrativa e zona de moradia	147
TABELA 19:	Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia	155
TABELA 20:	Dados de pluviosidade observados nos anos de 2007 e 2008	188
TABELA 21:	Principais Reservatórios Encontrados no Território	194
TABELA 22:	Características de Aduoras Presentes no Território	194
TABELA 23:	Obras de Abastecimento do Projeto São José nos Municípios do Território	195
TABELA 24:	Participação Municipal na Etapa Regional do Pacto das Águas	195
TABELA 25:	Relações entre Indicadores Atuais, de Referência e o IMA	211
TABELA 26:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranck do Estado para os municípios do território 1991 e 2000	223
TABELA 27:	Dimensões do IDHM para os municípios do território – 1991 e 2000	225
TABELA 28:	Índice de Desenvolvimento Municipal Global para os municípios do território – 2004 e 2006	228
TABELA 29:	Índice médio, número de municípios, segundo classes do IDM dos municípios do território – 2006	229

LISTA DE TABELAS

TABELA 30:	Índice de Exclusão Social (IES) para o território e seus municípios – 2000	231
TABELA 31:	Produto Interno Bruto Municipal R\$(mil) para os municípios do território	233
TABELA 32:	Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, segundo os municípios do território - 2006	235
TABELA 33:	População Economicamente Ativa por sexo e situação de domicílio dos municípios do território – 2000	237
TABELA 34:	Renda per Capita e Proporção de pobres para os municípios do território – 1991 e 2000	239
TABELA 35:	Percentual de Apropriação de Renda por Estratos de Renda da População 1991 e 2000	241
TABELA 36:	Lavoura Permanente(t) 2009	254
TABELA 37:	Lavouras temporárias (t) 2009	256
TABELA 38:	Efetivo dos rebanhos e das aves, 2006-2007	262
TABELA 39:	Efetivo dos bovinos, bubalinos e suínos, segundo os municípios do território para os anos 2006-2007	265
TABELA 40:	Efetivo dos rebanhos e das aves, segundo os municípios do território para os anos 2006-2007	266
TABELA 41:	Produção de leite no período, segundo os municípios do território – 2008	268
TABELA 42:	Produção de Mel, segundo os municípios do território – 2008	270
TABELA 43:	Número de Pescadores por Municípios do Território	273
TABELA 44:	Extrativismo vegetal, quantidade produzida em 2009	275
TABELA 45:	Número de Estabelecimentos Rurais -2003	279
TABELA 46:	Número de Estabelecimentos Rurais ocupados com lavoura mata e pastagem 1996 e 2006	281
TABELA 47:	Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, Dez/2005	283
TABELA 48:	Estabelecimentos por Estrato de Área e Condição do Produtor	284
TABELA 49:	Estabelecimentos por Estratos de Área e Agricultores familiares	285
TABELA 50:	Número e Área dos Imóveis Rurais, por Tamanho do Imóvel e Classificação das Áreas, 2005	286
TABELA 51:	Situação Jurídica dos Imóveis Rurais	287
TABELA 52:	Situação Jurídica dos Imóveis por Categoria de Imóveis	288
TABELA 53:	Situação Jurídica dos Imóveis por Classes de nº de MF de área total	288
TABELA 54:	Resultado do Apoio a Comercialização em 2009	294
TABELA 55:	Movimentação Financeira via Programa de Aquisição de Alimentos	296
TABELA 56:	Movimentação financeira via Lei Nº 11.947 , que destina 30% dos recursos do FNDE para compra de produtos da Agricultura Familiar	297
TABELA 57:	Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade em 2009	301
TABELA 58:	Estabelecimentos comerciais por setor nas datas de 2006 e 2007	309
TABELA 59:	Nº de Estabelecimentos por Setor da Economia para os Municípios do Território – 2000 e 2008	310
TABELA 60:	Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios do território – 2006 e 2007	313

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família-Ano 2010	56
QUADRO 2:	Estimativa de famílias pobres- CADÚNICO e no perfil do Programa Bolsa Família- Ano 2010	59
QUADRO 3:	Programas complementares articulados em nível federal	61
QUADRO 4:	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	64
QUADRO 5:	Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010	66
QUADRO 6:	Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010	68
QUADRO 7:	Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	70
QUADRO 8:	Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009	71
QUADRO 9:	Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo INSS – Rural e Urbano – 2007- 2008	72
QUADRO 10:	Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010	77
QUADRO 11:	Formação dos Docentes	145
QUADRO 12:	Instituição de Ensino Superior por municípios dos Micro Territórios	150
QUADRO 13:	Ações do Programa Territórios da Cidadania para o Território Vales do Curu e Aracatiaçu na Área de Educação e Cultura	153
QUADRO 14:	Eventos Selecionados um por Município	168
QUADRO 15:	Pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas	168
QUADRO 16:	Programas prioritários ofertados pelo Governo do Estado, no PPA 2008-2011, por Secretaria de Governo	171
QUADRO 17:	Ações prioritárias do PTC ofertadas pelo Governo Federal em 2010	171
QUADRO 18:	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional	175
QUADRO 19:	Unidades de Preservação existentes no território Vales do Curu e Aracatiaçu	182
QUADRO 20:	Tipos de Formações Vegetacionais Presentes na Região	197
QUADRO 21:	Programas e Projetos Ambientais Existentes no Território	216
QUADRO 22:	Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Ambiental	217
QUADRO 23:	Municípios que estão no semiárido legal e fora	246
QUADRO 24:	Tipologia do Artesanato	276
QUADRO 25:	Extrato e Concentração de Área e Número de Propriedades	280
QUADRO 26:	Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária	291
QUADRO 27:	Infraestrutura Financiada pelo PRONAF	318
QUADRO 28:	Mandatos prefeitos municipais, 1993 a 1996	321
QUADRO 29:	Mandatos prefeitos municipais, 1997 a 2000	328
QUADRO 30:	Mandatos prefeitos municipais, 2001 a 2004	329
QUADRO 31:	Mandatos prefeitos municipais, 2005 a 2008	330
QUADRO 32:	Mandatos prefeitos municipais, 2009 a 2012	330
QUADRO 33:	Consolidação dos mandatos dos prefeitos municipais e partidos políticos, 1993 a 2012	331
QUADRO 34:	Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração	335
QUADRO 35:	Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território	338
QUADRO 36:	Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração	340
QUADRO 37:	ICMS - COTA PARTE	343
QUADRO 38:	Comparativo Entre os Micro Territórios	343
QUADRO 39:	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	344
QUADRO 40:	Comparativo entre os micro territórios do FPM	345
QUADRO 41:	FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)	346
QUADRO 42:	Comparativo entre os micro territórios FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)	346
QUADRO 43:	Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009	349
QUADRO 44:	Arrecadação Orçamentária Municipal	350
QUADRO 45:	Ações Ofertadas em 2010 – PPA	355
QUADRO 46:	Comparativo entre as Ações Ofertadas Em 2010 – PPA	356
QUADRO 47:	Matriz de ações do Programa Territórios da Cidadania 2010	362
QUADRO 48:	Comparativo entre os eixos do PTC	362
QUADRO 49:	Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada	368
QUADRO 50:	Instituições Públicas e organizações da sociedade civil que compõem o Colegiado	372

LISTA DE QUADROS

	Territorial	
QUADRO 51:	Análise do Ambiente interno e Externo da Dimensão Político Institucional	382
QUADRO 52:	Objetivos Estratégicos	389
QUADRO 53:	Eixo Cultura História Viva do Desenvolvimento	392
QUADRO 54:	Eixo Gênero e Geração	395
QUADRO 55:	Eixo Educação e Desenvolvimento	398
QUADRO 56:	Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água	400
QUADRO 57:	Eixo Direito e Desenvolvimento Social	401
QUADRO 58:	Eixo Educação Ambiental e Convivência com o Semiárido	404
QUADRO 59:	Eixo Organização Sustentável da Produção do Campo e da Cidade	405
QUADRO 60:	Eixo Ação Fundiária	410
QUADRO 61:	Eixo Controle e Gestão Territorial	412
QUADRO 62:	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	413

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	13
1	INTRODUÇÃO	15
2	PROCESSO HISTÓRICO E METODOLÓGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO	17
PARTE I	O TERRITÓRIO	21
3	Aspectos Sociodemográficos	25
4	Características Estratégicas	40
5	Formação Histórica do Território	42
PARTE II	O DIAGNÓSTICO	47
PARTE II a	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL	51
6	Aspectos Sociais	53
7	Aspectos da Saúde	91
8	Aspectos Educacionais	120
9	Aspectos Culturais	156
10	Análise Territorial da Dimensão Sociocultural Educacional	174
PARTE II b	DIMENSÃO AMBIENTAL	177
11	Aspectos Geoambientais	179
12	Aspectos Antrópicos	205
13	Análise Territorial da Dimensão Ambiental	217
PARTE II c	DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	219
14	Aspectos Socioeconômicos	221
15	Aspectos do Setor Produtivo	243
16	Situação Fundiária	279
17	Serviços, Turismo, Comércio e Indústria	303
18	Assessoria e Assistência Técnica	317
19	Análise Territorial da Dimensão Socioeconômica	318
PARTE II d	DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	321
20	Territorialização e Gestão Pública	323
21	Infraestrutura Institucional Territorial	339
22	Governabilidade e Gestão Social	351
23	Análise Territorial da Dimensão Político Institucional	374
PARTE III	PLANEJAMENTO	383
24	Visão de Futuro, e	387
25	Objetivos Estratégicos	389
26	Diretrizes Principais	390
27	Eixos, Objetivos Estratégicos, Programas e Projetos	393
28	Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território	412
PARTE IV	GESTÃO DO PLANO	415
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	419
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	421

APRESENTAÇÃO

As últimas décadas repercutem, até os dias de hoje, a centralização das políticas públicas implementadas pelo governo federal, que tratou sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedindo com que essas políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. Essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no início desse século XXI, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável – Condraf apresenta uma nova concepção do rural brasileiro e de uma abordagem territorial através de três características básicas: o espaço de produção, o espaço de relação com a natureza e o espaço de (re) produção de modos de vida diferenciados. Portanto, um novo projeto, uma nova abordagem territorial ancorada no desenvolvimento sustentável que busca entre outras diretrizes estratégicas, uma gestão social, o fortalecimento do estado e o protagonismo dos atores institucionais, constituída a partir de instâncias colegiadas que possam nesses espaços exercer o controle e a gestão das políticas públicas.

O desenvolvimento dessa gestão social é articulada no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT e no âmbito estadual pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA em parceria com o Instituto Agropolos do Ceará. Esta gestão vem se caracterizando como um modelo de planejamento que caminha de forma democrática nos processos construídos nos colegiados dos treze territórios cearenses.

O principal instrumento de apoio a gestão social que estimula a construção do modelo de desenvolvimento sustentável é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS elaborado com base na experiência de planos já existentes ou em implementação em cada território.

O PTDRS tem entre outros objetivos ser um documento de negociação e concertação da diversidade de pensamentos, interesses, práticas e sonhos existentes no território; um instrumento que possibilita o acesso qualificado as

políticas públicas, a inclusão dos diversos públicos existentes no território, enfim proporciona condições necessárias para a ampliação e o fortalecimento da coesão social dos territórios.

1 INTRODUÇÃO

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS consiste em apoiar à gestão social sustentável, baseado na experiência de um planejamento participativo do território. Este planejamento é desenvolvido através das etapas: elaboração, execução, monitoramento e avaliação contínua de forma reflexiva, crítica e criativa, da gestão, do diagnóstico e de seus programas, projetos e ações, no exercício do controle social realizado através de um sistema de gestão comprometido com a eficiência e eficácia das atividades.

O PTDRS reúne as informações coletadas e organizadas do Território referenciadas pelo documento Guia de Planejamento Territorial: Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS (MDA, Janeiro 2010) que possibilitou estruturar a partir da negociação e concertação os interesses, práticas e sonhos existentes, os saberes, os sentimentos, as imagens, culturas, histórias, os anseios e a realidade das pessoas e os dados objetivos que se materializaram neste plano.

Os principais componentes do Plano Territorial são expressos a partir dos aspectos gerais do território, de um diagnóstico territorial em suas múltiplas dimensões da sustentabilidade: sociocultural e educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, da prospecção desta realidade direcionada pela visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes e eixos de desenvolvimento que reúnem os programas, projetos e ações e o sistema de gestão do plano para o desenvolvimento rural e sustentável deste espaço.

O sistema de gestão do plano encontra-se nesse documento como uma proposição ainda preliminar, dado que precisa ser discutido, aprofundado e concretizado como um instrumento de gestão propriamente dito, já que as instancias colegiadas ainda se encontram em processo de construção em caráter provisório.

O PTDRS do Território do Vales do Curu Aracatiaçu não é um documento estático, mas um plano em constante busca de aperfeiçoamento,

de atualização permanente em espaços de tempo programados, dada a dinâmica global do mundo em que se insere.

2 PROCESSO HISTÓRICO E METODOLOGICO DE QUALIFICAÇÃO DO PLANO

Em 2003, os municípios Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Itarema, Itapipoca, Irauçuba, Itapajé, Miraima, Paraipaba, Paracuru, Pentecoste, São Luiz do Curu, São Gonçalo do Amarante, Tururu, Trairi, Tejuçuoca, Umirim e Uruburetama. Participaram dos eventos de sensibilização e criação do Território do Itapipoca. Nos primeiros anos, foram realizadas diversas reuniões, encontros, seminários e debates, foram momentos de muitos desafios, pois estava sendo criado um sistema novo de governar no País, que com toda certeza teria mudanças na realidade do território.

Em janeiro de 2005, aconteceu a primeira Oficina de Planejamento Territorial, neste evento foi definida a visão de futuro do território e um planejamento de ações para a elaboração do diagnóstico participativo e a construção do PTDRS.

No ano de 2006, aconteceram vários eventos: oficinas municipais e territoriais, plenárias gerais para a construção do PTDRS culminando com a sistematização do primeiro plano do Território.

Em setembro de 2007, após várias discussões foi decidido em assembléia geral, tornar juridicamente o Conselho de Desenvolvimento Territorial dos Vales do Curu e Aracatiaçu **CDT**, com uma diretoria composta de uma coordenação de 06 membros titulares e 06 membros do conselho fiscal, as instituições passariam a ser sócias do colegiado.

No ano de 2007, entre outras atividades do plano territorial, o Território dos VALES DO CURU/ARACATIAÇU, colaborou com a construção participativa no Encontro Estadual do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) da Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Em 2008 depois de muitas reuniões foi decidido mudar o nome do território de **Itapipoca** para **Vales do Curu/Aracatiaçu**, por dar mais visibilidade aos dois grandes vales existente no território.

Em seqüência, no ano de 2008, a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário, congregou representantes de

todos os territórios brasileiros para reafirmar uma nova visão de desenvolvimento rural sustentável sintetizado na expressão de um Brasil rural com gente, com sustentabilidade, inclusão, diversidade, igualdade e solidariedade.

O processo de planejamento teve continuidade no Território dos Vales do Curu/Aracatiaçu, a partir das experiências vividas, ampliando a discussão em conjunto com os demais territórios do estado do Ceará, dando prosseguimento as suas atividades e avançando para a qualificação de seu plano territorial de acordo com as orientações estabelecidas pelo MDA.

A primeira etapa consistiu na preparação da ambiência de planejamento com a sensibilização dos atores estaduais realizada na Oficina Estadual onde foi firmado o Pacto Social pela territorialização do Ceará em fevereiro de 2009, neste mesmo ano o Território dos Vales do Curu/Aracatiaçu, passou a fazer parte do Programa Territórios da Cidadania do governo Federal.

A segunda etapa resultou na mobilização dos atores territoriais em Oficinas e Plenárias Territoriais para qualificação do Plano Territorial.

Na terceira etapa ocorreu a formação de duas equipes: a primeira de ordem multi institucional responsável pelo acompanhamento técnico da qualificação do PTDRS, constituída de técnicos entre as instituições parceiras: SDT, SDA e Instituto Agropolos do Ceará; a segunda equipe formada por três consultores e o assessor técnico territorial, responsáveis por todos os elementos constituintes do plano, ou seja, desde o diagnóstico até a visão de futuro, eixos territoriais, programas e projetos estratégicos, o primeiro consultor residente no território e os outros dois no município da sede do Instituto Agropolos do Ceará (Fortaleza) e ainda com a atuação do Assessor Técnico Territorial (antigo articulador territorial) responsáveis pela elaboração do PTDRS.

A quarta etapa teve como objetivo a qualificação do diagnóstico territorial fruto de pesquisas realizadas por meio da sistematização de dados secundários provenientes de livros, sites oficiais de informações, documentos acadêmicos, artigos, pesquisas e outros, numa primeira fase. Como segunda fase foi realizada o levantamento de dados primários, coletados nos municípios, oriundos das respostas ao instrumento elaborado, fundamentado

no documentador do MDA, para discussão dos dados nas diversas reuniões realizadas nos territórios, através da matriz de planejamento denominada FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e de outras metodologias de Diagnostico Rápido Participativo. A apresentação e debate no Colegiado territorial consistiu na 3ª fase onde foi apresentado o diagnóstico territorial através do relatório contendo a versão do diagnóstico; A 4ª e ultima fase foi a sistematização das contribuições da oficina em documento contendo a versão do diagnóstico para preparação do planejamento.

A quinta etapa consistiu na elaboração dos demais elementos do plano: visão de futuro, eixos territoriais, programas, projetos estratégicos, cuja síntese foi apresentada ao Colegiado, validada e posteriormente sistematizada na versão de Resumo Executivo Preliminar divulgado no início de julho de 2010.

Na sexta etapa, ocorre a reformulação da equipe técnica para a qualificação do plano, constituindo-se em uma equipe, de caráter multidisciplinar, dividida em duplas, cada qual responsável por um dos seis eixos temáticos: educação e cultura, saúde saneamento e água, ações sociais, meio ambientes, organização sustentável da produção e comercialização e gestão territorial, dos treze territórios. Esta etapa consistiu na apresentação da versão preliminar do PTDRS em Plenária Territorial para inserção de novas contribuições e reafirmação da priorização dos projetos estratégicos de todos os eixos temáticos a serem executados, bem como a validação deste documento como versão final do PTDRS.

Cabe ressaltar que a gestão social do plano ainda esta em fase de maturação para que na implementação deste plano possa ser definida a forma que servirá de base ao acompanhamento e monitoramento dos programas, projetos e ações a serem executadas ao longo do período de curto, médio e longo prazo firmado pelo Colegiado.

Parte I

O TERRITORIO

Aspectos Sociodemográficos

Características Estratégicas

Formação Histórica

O TERRITORIO

O Território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade/identidade entre pessoas, grupos sociais e instituições é mediador entre a dimensão do município considerando suas especificidades, a dimensão micro territorial e a dimensão territorial. É visto como uma área que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados.

No âmbito territorial o enfoque de planejamento, e, sobretudo para uma política que vislumbra o Brasil como espaço urbano e rural, permite uma visão mais integrada de espaços, agentes, mercados e das políticas públicas.

Esta política de planejamento prevê cooperação entre os territórios, micro territórios e seus municípios, uma estratégia comum de desenvolvimento sustentável para a construção de arranjos sócio-produtivos locais, com ações e projetos viáveis, uma iniciativa que possibilita reconhecer territórios, constituídos nestas bases para articularem-se em torno de projetos comuns. O fortalecimento da coesão social de seu espaço, portanto é ampliado e cria-se as condições necessárias para melhor resolver seus problemas em torno do desenvolvimento territorial.

A missão de promover o planejamento territorial para fomentar iniciativas locais de desenvolvimento sustentável a partir da participação efetiva dos atores locais na definição, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, vem sendo desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde o ano de 2003, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial através do Programa Territórios da Cidadania. A coordenação dessa estratégia esta sintonizada pelo governo federal em parceria com o governo estadual através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a execução das ações é realizada pelo Instituto Agropolos do Ceará.

As orientações estratégicas de descentralizar as políticas públicas no governo do estado do Ceará nortearam a SDA a adotar os territórios como Território Rural de Identidade como referência estratégica no apoio a

organização dos atores na gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável e solidário, respeitando as potencialidades locais e valorizando a diversidade.

É importante ressaltar que o conceito de ruralidade adotado pelo MDA para os municípios reside no fato desses possuírem menos de 50.000 habitantes e uma densidade demográfica de até 80 hab./km².

A estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no Programa iniciados pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiaçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano Jose de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe, conforme acordado durante o Encontro Estadual de Construção participativa do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) realizado em 2007 e reforçado durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário (I CNDRRA) em 2008.

Nesse contexto de “Território Rural de Identidade” a SDA assumiu o compromisso de acompanhar conjuntamente com o MDA/SDT a implantação integrada de políticas públicas em 13 Territórios, incluindo os territórios participantes no âmbito federal acompanhados pelo Programa Territórios da Cidadania.

3 ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

O conhecimento dos aspectos sociodemográficos de uma população é um instrumento que subsidia processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social, bem como tomadas de decisão no planejamento e desenvolvimento do PTDRS, tornando possível a prospecção futura.

Para tanto, selecionou-se informações relativas à distribuição da população do território, outras relativas à estrutura da população residente, ou seja, a repartição geográfica da população por área rural e urbana considerando-se gênero, faixa etária, zona de moradia, a densidade demográfica e percentual urbano-rural e a taxa geométrica total distribuída nos espaços urbanos e rurais.

Na Tabela 1, os dados demográficos do Território Vales do Curu e Aracatiáçu correspondem à população total nos quatro últimos anos: 2007 a 2010 (com a taxa de crescimento, calculada entre os anos de 2007 e 2010 – anos censitários). Esses dados possibilitam a gestão e controle social de municípios que têm um crescimento demográfico positivo ou negativo de sua população, que a partir desta constatação podem servir de investigação quanto às ações e serviços que colaboram ou não com este crescimento.

Tabela 1: Distribuição da população do Território Vales do Curu e Aracatiáçu por micro território, série histórica dos anos de 2007 a 2010 e a taxa de crescimento

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010					
UNIÃO DAS SERRAS					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Irauçuba	21.921	22.978	23.309	22.347	1,9
Itapajé	45.426	46.989	47.354	48.366	6,5
Umirim	18.195	18.901	19.044	18.807	3,4
Urubetama	19.218	20.253	20.627	19.765	2,8
TOTAL	104.760	109.121	110.334	109.285	4,3
MÉDIO CURU					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO 2007-2010					
Apuiarés	13.649	14.251	14.414	13.927	2,0
Gal Sampaio	6.540	6.602	6.654	6.216	-5,0
Pentecoste	33.717	34.955	35.166	35.412	5,0
Tejuçuoca	15.062	16.056	16.180	16.836	11,8
TOTAL	68.968	71.864	72.414	72.391	5,0
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Amontada	37.513	39.497	40.198	39.233	4,6
Itapipoca	107.281	112.662	114.441	116.065	8,2
Itarema	34.296	35.988	36.536	37.462	9,2
Miraíma	12.131	12.625	12.737	12.800	5,5
Tururu	13.350	14.057	14.308	14.415	8,0
TOTAL	204.571	214.829	218.220	219.975	7,5
LITORAL VALES DO CURU					
Municípios/ ano	2007	2008	2009	2010	Taxa Crescimento
Paracuru	30.665	32.116	32.557	31.638	3,2
Paraipaba	28.192	29.503	29.892	30.041	6,6
S. Luis do Curu	40.312	42.311	42.962	43.947	9,0
S.Gonçalo do Amarante	12.052	12.519	12.613	12.336	2,4
Trairi	48.620	50.788	51.386	51.432	5,8
TOTAL	159.841	167.237	169.410	169.394	6,0

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

As informações selecionadas sobre os dados demográficos e indicadores populacionais do Território Vales do Curu Aracatiaçu destacam a população residente fracionada segundo a faixa etária e gênero, dados importantes para a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades específicas segundo as especificidades de cada faixa etária.

A Tabela 2 e as tabelas subseqüentes fracionadas por faixa etária apresentam o número total de pessoas residentes e sua estrutura relativa, em cada espaço geográfico, seja por micro território ou por município. Possibilitam dimensionar a população-alvo de ações e serviços, analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades e ainda, contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde,

educação, trabalho, previdência e assistência social, para os diversos segmentos de idade.

A Tabela 2 apresenta o fracionamento relativo a faixa infanto-juvenil do Território Vales do Curu Aracatiaçu

Tabela 2: População residente, por grupos de idade e sexo (0 a 14 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiaçu - 2010

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS									
Itapajé U	2787	1397	1390	3089	1569	1520	3767	1837	1930
Itapajé R	1173	592	581	1325	680	645	1806	928	878
Irauçuba U	1338	688	650	1402	708	694	1668	869	799
Irauçuba R	573	301	272	829	424	405	1088	561	527
Umirim U	984	508	476	1048	545	503	1324	678	646
Umirim R	649	317	332	696	324	372	952	523	429
Uruburetama U	1206	607	599	1317	660	657	1617	820	797
Uruburetama R	439	202	237	527	250	277	605	315	290
TOTAL U	6315	3200	3115	6856	3482	3374	8376	4204	4172
TOTAL R	2834	1412	1422	3377	1678	1699	4451	2327	2124
MÉDIO CURU									
Apuiarés U	434	217	217	454	221	233	576	303	273
Apuiarés R	607	299	308	741	388	353	959	508	451
Gal Sampaio U	321	164	157	361	169	192	430	212	218
Gal Sampaio R	219	119	100	262	139	123	358	176	182
Pentecoste U	1690	857	833	1770	908	862	2307	1189	1118
Pentecoste R	1062	539	523	1246	659	587	1772	927	845
Tejuçuoca U	564	284	280	573	282	291	724	357	367
Tejuçuoca R	917	436	481	1018	525	493	1241	626	615
TOTAL U	3009	1522	1487	3158	1580	1578	4037	2061	1976
TOTAL R	2805	1393	1412	3267	1711	1556	4330	2237	2093
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM									
Amontada U	1467	749	718	1505	760	745	1775	883	892
Amontada R	2295	1205	1090	2458	1232	1226	2993	1562	1431
Itapipoca U	5865	3007	2858	6156	3198	2958	6933	3465	3468
Itapipoca R	4561	2269	2292	5125	2611	2514	5960	3135	2825
Itarema U	1398	717	681	1562	803	759	1753	877	876
Itarema R	2103	1091	1012	2303	1203	1100	2715	1361	1354
Miraíma U	634	318	316	681	379	302	770	371	399
Miraíma R	568	297	271	684	364	320	754	380	374
Tururu U	401	214	187	397	195	202	571	306	265

Municípios	População residente								
	0 a 4 anos			5 a 9 anos			10 a 14 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Tururu R	738	361	377	852	448	404	1033	536	497
TOTAL U	9765	5005	4760	10301	5335	4966	11802	5902	5900
TOTAL R	10265	5223	5042	11422	5858	5564	13455	6974	6481
LITORAL VALES DO CURU									
Paraipaba U	1025	521	504	1153	588	565	1410	658	752
Paraipaba R	1398	710	688	1545	794	751	2025	1039	986
Paracuru U	1573	811	762	1769	847	922	2158	1078	1080
Paracuru R	788	388	400	958	483	475	1307	689	618
S.Gonçalo do Amarante U	2276	1190	1086	2372	1185	1187	2967	1518	1449
S. Gonçalo do Amarante R	1262	648	614	1303	673	630	1734	880	854
S. Luis do Curu U	583	280	303	610	283	327	765	371	394
S. Luis do Curu R	353	190	163	365	181	184	492	261	231
Trairi U	1581	766	815	1675	874	801	2067	1027	1040
Trairi R	2949	1535	1414	3071	1616	1455	4051	2147	1904
TOTAL U	7038	3568	3470	7579	3777	3802	9367	4652	4715
TOTAL R	6750	3471	3279	7242	3747	3495	9609	5016	4593
TOTAL URBANO TERRITORIO	26127	13295	12832	27894	14174	13720	33582	16819	16763
TOTAL RURAL TERRITORIO	22654	11499	11155	25308	12994	12314	31845	16554	15291

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.1 apresenta o fracionamento relativo a faixa dos jovens do Território Vales do Curu Aracatiáçu

Tabela 2.1: População residente, por grupos de idade e sexo (15 a 29 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu - 2010

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS									
Itapajé U	3484	1709	1775	3387	1666	1721	3092	1533	1559
Itapajé R	1542	806	736	1368	728	640	1112	570	542
Irauçuba U	1570	787	783	1377	678	699	1171	588	583
Irauçuba R	947	494	453	771	443	328	575	307	268
Umirim U	1249	657	592	1127	570	557	892	443	449
Umirim R	906	512	394	766	386	380	592	310	282
Uruburetama U	1633	850	783	1544	757	787	1317	661	656
Uruburetama R	566	311	255	473	264	209	458	250	208
TOTAL U	7936	4003	3933	7435	3671	3764	6472	3225	3247
TOTAL R	3961	2123	1838	3378	1821	1557	2737	1437	1300
MÉDIO CURU									

Municípios	População residente								
	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Apuiarés U	614	295	319	562	282	280	448	224	224
Apuiarés R	878	451	427	678	357	321	576	297	279
Gal Sampaio U	392	203	189	350	160	190	255	122	133
Gal Sampaio R	289	165	124	224	116	108	190	99	91
Pentecoste U	2088	1070	1018	2065	1047	1018	1876	932	944
Pentecoste R	1481	775	706	1237	649	588	1042	548	494
Tejuçuoca U	662	339	323	699	337	362	576	284	292
Tejuçuoca R	1111	587	524	1070	578	492	810	418	392
TOTAL U	3756	1907	1849	3676	1826	1850	3155	1562	1593
TOTAL R	3759	1978	1781	3209	1700	1509	2618	1362	1256
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM									
Amontada U	1803	896	907	1617	796	821	1368	718	650
Amontada R	2885	1569	1316	2089	1162	927	1729	912	817
Itapipoca U	6927	3322	3605	7172	3477	3695	6352	3105	3247
Itapipoca R	5503	2860	2643	4445	2414	2031	3790	2037	1753
Itarema U	1714	878	836	1644	818	826	1445	728	717
Itarema R	2537	1354	1183	2234	1185	1049	1887	1039	848
Miraíma U	768	397	371	589	307	282	509	260	249
Miraíma R	665	343	322	540	304	236	450	242	208
Tururu U	605	289	316	539	271	268	388	210	178
Tururu R	1097	605	492	889	491	398	683	385	298
TOTAL U	11817	5782	6035	11561	5669	5892	10062	5021	5041
TOTAL R	12687	6731	5956	10197	5556	4641	8539	4615	3924
LITORAL VALES DO CURU									
Paraipaba U	1325	654	671	1209	615	594	1253	617	636
Paraipaba R	1797	977	820	1481	782	699	1407	720	687
Paracuru U	2121	1063	1058	1914	957	957	1851	919	932
Paracuru R	1146	600	546	963	506	457	926	496	430
S.Gonçalo do Amarante U	3055	1590	1465	2823	1469	1354	2609	1300	1309
S.Gonçalo do Amarante R	1662	906	756	1478	788	690	1363	715	648
S. Luis do Curu U	793	403	390	759	387	372	661	328	333
S. Luis do Curu R	490	268	222	423	226	197	342	189	153
Trairi U	2024	981	1043	1739	875	864	1665	866	799
Trairi R	3772	2006	1766	2982	1615	1367	2660	1389	1271
TOTAL U	9318	4691	4627	8444	4303	4141	8039	4030	4009
TOTAL R	8867	4757	4110	7327	3917	3410	6698	3509	3189
TOTAL URBANO TERRITORIO	32827	16383	16444	31116	15469	15647	27728	13838	13890
TOTAL RURAL TERRITORIO	29274	15589	13685	24111	12994	11117	20592	10923	9669

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.2 apresenta o primeiro fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Vales do Curu Aracatiaçu

Tabela 2.2: População residente, por grupos de idade e sexo (30 a 44 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiaçu - 2010

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS									
Itapajé U	2844	1358	1486	2377	1173	1204	1961	931	1030
Itapajé R	1044	542	502	880	482	398	820	453	367
Irauçuba U	1012	510	502	872	410	462	787	392	395
Irauçuba R	563	291	272	442	235	207	432	229	203
Umirim U	746	387	359	687	340	347	604	304	300
Umirim R	539	278	261	487	271	216	393	213	180
Uruburetama U	1151	573	578	928	454	474	901	447	454
Uruburetama R	334	173	161	264	147	117	257	147	110
TOTAL U	5753	2828	2925	4864	2377	2487	4253	2074	2179
TOTAL R	2480	1284	1196	2073	1135	938	1902	1042	860
MÉDIO CURU									
Apuiarés U	419	204	215	356	175	181	378	183	195
Apuiarés R	590	299	291	492	256	236	506	259	247
Gal Sampaio U	253	131	122	215	111	104	202	98	104
Gal Sampaio R	158	89	69	134	75	59	127	70	57
Pentecoste U	1630	792	838	1462	718	744	1383	669	714
Pentecoste R	976	507	469	886	501	385	847	465	382
Tejuçuoca U	500	259	241	387	205	182	341	175	166
Tejuçuoca R	723	366	357	604	310	294	526	274	252
TOTAL U	2802	1386	1416	2420	1209	1211	2304	1125	1179
TOTAL R	2447	1261	1186	2116	1142	974	2006	1068	938
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM									
Amontada U	1132	557	575	969	493	476	883	443	440
Amontada R	1447	786	661	1265	706	559	1170	624	546
Itapipoca U	5152	2479	2673	4453	2063	2390	3828	1803	2025
Itapipoca R	3303	1807	1496	2806	1473	1333	2552	1343	1209
Itarema U	1201	604	597	1044	512	532	913	481	432
Itarema R	1589	883	706	1133	624	509	1069	585	484
Miraíma U	478	236	242	401	187	214	373	193	180
Miraíma R	364	195	169	346	189	157	300	153	147
Tururu U	352	169	183	362	177	185	333	162	171
Tururu R	668	367	301	563	285	278	508	266	242
TOTAL U	8315	4045	4270	7229	3432	3797	6330	3082	3248

Municípios	População residente								
	30 a 34anos			35 a 39 anos			40 a 44 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
TOTAL R	7371	4038	3333	6113	3277	2836	5599	2971	2628
LITORAL VALES DO CURU									
Paraipaba U	1087	513	574	945	457	488	840	424	416
Paraipaba R	1359	736	623	1113	626	487	975	499	476
Paracuru U	1754	846	908	1469	726	743	1338	638	700
Paracuru R	883	468	415	762	421	341	647	347	300
S.Gonçalo Amarante U	2334	1143	1191	2003	1027	976	1774	878	896
S.Gonçalo Amarante R	1239	666	573	1053	547	506	907	476	431
S. Luis do Curu U	592	266	326	538	272	266	511	250	261
S. Luis do Curu R	315	161	154	277	149	128	266	137	129
Trairi U	1433	713	720	1195	592	603	1113	552	561
Trairi R	2263	1183	1080	1933	1057	876	1710	908	802
TOTAL U	7200	3481	3719	6150	3074	3076	5576	2742	2834
TOTAL R	6059	3214	2845	5138	2800	2338	4505	2367	2138
TOTAL URBANO TERRITORIO	24070	11740	12330	20663	10092	10571	18463	9023	9440
TOTAL RURAL TERRITORIO	18357	9797	8560	15440	8354	7086	14012	7448	6564

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.3 apresenta o segundo fracionamento relativo a faixa dos adultos do Território Vales do Curu Aracatiaçu

Tabela 2.3: População residente, por grupos de idade e sexo (45 a 59 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiaçu - 2010

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS									
Itapajé U	1659	767	892	1264	589	675	1040	471	569
Itapajé R	706	380	326	562	302	260	492	253	239
Irauçuba U	690	334	356	499	237	262	431	201	230
Irauçuba R	396	210	186	312	165	147	259	137	122
Umirim U	498	233	265	378	180	198	373	183	190
Umirim R	367	210	157	297	164	133	250	123	127
Uruburetama U	689	341	348	528	239	289	421	187	234
Uruburetama R	231	122	109	213	103	110	198	111	87
TOTAL U	3536	1675	1861	2669	1245	1424	2265	1042	1223
TOTAL R	1700	922	778	1384	734	650	1199	624	575
MÉDIO CURU									
Apuiarés U	309	163	146	267	123	144	179	73	106
Apuiarés R	445	249	196	349	180	169	312	159	153

Municípios	População residente								
	45 a 49 anos			50 a 54 anos			55 a 59 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Gal Sampaio U	172	83	89	121	51	70	139	55	84
Gal Sampaio R	129	74	55	104	52	52	102	58	44
Pentecoste U	1208	572	636	817	382	435	677	311	366
Pentecoste R	800	433	367	582	301	281	498	286	212
Tejuçuoca U	259	123	136	197	100	97	210	98	112
Tejuçuoca R	545	300	245	384	196	188	390	214	176
TOTAL U	1948	941	1007	1402	656	746	1205	537	668
TOTAL R	1919	1056	863	1419	729	690	1302	717	585
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM									
Amontada U	714	372	342	503	238	265	496	231	265
Amontada R	1001	546	455	768	437	331	744	384	360
Itapipoca U	3342	1608	1734	2500	1188	1312	2064	948	1116
Itapipoca R	2302	1239	1063	1848	993	855	1659	839	820
Itarema U	756	371	385	532	253	279	445	237	208
Itarema R	907	483	424	650	322	328	627	327	300
Miraíma U	308	156	152	264	118	146	259	124	135
Miraíma R	315	182	133	218	120	98	192	103	89
Tururu U	286	153	133	212	102	110	157	65	92
Tururu R	456	243	213	341	184	157	306	147	159
TOTAL U	5406	2660	2746	4011	1899	2112	3421	1605	1816
TOTAL R	4981	2693	2288	3825	2056	1769	3528	1800	1728
LITORAL VALES DO CURU									
Paraipaba U	732	340	392	512	265	247	480	218	262
Paraipaba R	808	434	374	616	322	294	493	262	231
Paracuru U	1087	534	553	839	419	420	737	345	392
Paracuru R	545	265	280	385	201	184	378	185	193
S. Gonçalo do Amarante U	1458	709	749	1123	547	576	940	465	475
S. Gonçalo do Amarante R	781	398	383	588	304	284	482	259	223
S. Luis do Curu U	459	195	264	355	162	193	327	160	167
S. Luis do Curu R	237	129	108	170	91	79	143	83	60
Trairi U	905	441	464	735	347	388	612	279	333
Trairi R	1538	820	718	1189	589	600	1039	526	513
TOTAL U	4641	2219	2422	3564	1740	1824	3096	1467	1629
TOTAL R	3909	2046	1863	2948	1507	1441	2535	1315	1220
TOTAL URBANO TERRITORIO	15531	7495	8036	11646	5540	6106	9987	4651	5336
TOTAL RURAL TERRITORIO	12509	6717	5792	9576	5026	4550	8564	4456	4108

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.4 apresenta o fracionamento relativo a faixa final da idade adulta e início da faixa considerada como início (65) etário representativo da idade considerada para fins de aposentadoria do Território Vales do Curu Aracatiáçu.

Tabela 2.4: População residente, por grupos de idade e sexo (60 a 74 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiáçu 2010

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS									
Itapajé U	879	411	468	713	351	362	638	270	368
Itapajé R	406	220	186	373	203	170	286	156	130
Irauçuba U	419	198	221	344	152	192	270	124	146
Irauçuba R	235	135	100	190	106	84	124	61	63
Umirim U	357	149	208	273	130	143	222	116	106
Umirim R	236	138	98	167	84	83	151	85	66
Uruburetama U	397	189	208	300	140	160	261	116	145
Uruburetama R	149	75	74	115	67	48	95	54	41
TOTAL U	2052	947	1105	1630	773	857	1391	626	765
TOTAL R	1026	568	458	845	460	385	656	356	300
MÉDIO CURU									
Apuiarés U	193	97	96	164	75	89	151	68	83
Apuiarés R	289	157	132	221	117	104	208	118	90
Gal Sampaio U	119	53	66	106	54	52	86	40	46
Gal Sampaio R	97	57	40	55	30	25	48	26	22
Pentecoste U	618	269	349	535	249	286	499	215	284
Pentecoste R	445	242	203	345	174	171	317	152	165
Tejuçuoca U	160	66	94	141	62	79	130	69	61
Tejuçuoca R	333	184	149	279	155	124	208	122	86
TOTAL U	1090	485	605	946	440	506	866	392	474
TOTAL R	1164	640	524	900	476	424	781	418	363
VALES DO CURU ARACATIÁÇU MIRIM									
Amontada U	416	204	212	369	166	203	331	165	166
Amontada R	704	365	339	557	297	260	452	243	209
Itapipoca U	1729	823	906	1314	608	706	1205	533	672
Itapipoca R	1434	737	697	1197	635	562	1048	543	505
Itarema U	415	192	223	314	147	167	326	148	178
Itarema R	498	277	221	434	221	213	333	153	180
Miraíma U	220	106	114	160	81	79	177	86	91
Miraíma R	152	88	64	131	70	61	127	64	63

Municípios	População residente								
	60 a 64 anos			65 a 69 anos			70 a 74 anos		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Tururu U	178	84	94	151	60	91	136	58	78
Tururu R	280	154	126	208	118	90	198	106	92
TOTAL U	2958	1409	1549	2308	1062	1246	2175	990	1185
TOTAL R	3068	1621	1447	2527	1341	1186	2158	1109	1049
LITORAL VALES DO CURU									
Paraipaba U	413	195	218	290	135	155	272	111	161
Paraipaba R	455	224	231	398	224	174	309	162	147
Paracuru U	582	275	307	439	208	231	362	160	202
Paracuru R	391	203	188	311	162	149	264	123	141
S.Gonçalo do Amarante U	836	393	443	633	310	323	518	249	269
S. Gonçalo do Amarante R	488	245	243	324	190	134	281	136	145
S. Luis do Curu U	265	127	138	214	93	121	185	78	107
S. Luis do Curu R	149	80	69	106	66	40	86	47	39
Trairi U	580	290	290	441	209	232	386	174	212
Trairi R	917	478	439	797	423	374	655	313	342
TOTAL U	2676	1280	1396	2017	955	1062	1723	772	951
TOTAL R	2400	1230	1170	1936	1065	871	1595	781	814
TOTAL URBANO TERRITORIO	8776	4121	4655	6901	3230	3671	6155	2780	3375
TOTAL RURAL TERRITORIO	7658	4059	3599	6208	3342	2866	5190	2664	2526

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 2.5 apresenta o fracionamento relativo a faixa de idade considerada com atenção especial aos idosos existentes no Território Vales do Curu Aracatiaçu e que por sua vez merecem políticas públicas específicas voltadas para a qualidade de vida e estudos que possibilitem verificar como vivem esta faixa da população e quais os fatores que possibilitam sua existência com saúde e longevidade.

Tabela 2.5: População residente, por grupos de idade e sexo (75 a 80 anos), segundo o micro território e municípios do Território Vales do Curu Aracatiaçu - 2010

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
UNIÃO DAS SERRAS						
Itapajé U	435	194	241	574	232	342
Itapajé R	189	100	89	276	137	139
Irauçuba U	208	88	120	285	149	136

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Irauçuba R	89	54	35	156	81	75
Umirim U	124	55	69	205	88	117
Umirim R	96	54	42	167	83	84
Uruburetama U	218	100	118	261	107	154
Uruburetama R	69	40	29	83	46	37
TOTAL U	985	437	548	1325	576	749
TOTAL R	443	248	195	682	347	335
MÉDIO CURU						
Apuiarés U	106	44	62	162	78	84
Apuiarés R	124	74	50	178	79	99
Gal Sampaio U	53	32	21	73	39	34
Gal Sampaio R	27	12	15	47	30	17
Pentecoste U	322	124	198	447	181	266
Pentecoste R	213	113	100	257	143	114
Tejuçuoca U	70	38	32	142	66	76
Tejuçuoca R	126	64	62	207	109	98
TOTAL U	551	238	313	824	364	460
TOTAL R	490	263	227	689	361	328
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM						
Amontada U	257	122	135	342	159	183
Amontada R	326	173	153	402	201	201
Itapipoca U	805	365	440	1112	485	627
Itapipoca R	668	341	327	955	490	465
Itarema U	215	97	118	261	123	138
Itarema R	220	107	113	294	150	144
Miraíma U	115	52	63	141	66	75
Miraíma R	68	37	31	79	39	40
Tururu U	90	49	41	130	57	73
Tururu R	134	70	64	166	86	80
TOTAL U	1482	685	797	1986	890	1096
TOTAL R	1416	728	688	1896	966	930
LITORAL VALES DO CURU						
Paraipaba U	192	97	95	297	137	160
Paraipaba R	210	123	87	217	112	105
Paracuru U	266	132	134	330	140	190
Paracuru R	190	107	83	203	110	93
S.Gonçalo do Amarante U	338	148	190	478	199	279
S. Gonçalo do Amarante R	187	93	94	221	104	117
S. Luis do Curu U	140	65	75	204	86	118

Municípios	População residente					
	75 a 79 anos			80 anos ou mais		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
S. Luis do Curu R	69	31	38	88	47	41
Trairi U	267	108	159	366	163	203
Trairi R	479	250	229	633	325	308
TOTAL U	1203	550	653	1675	725	950
TOTAL R	1135	604	531	1362	698	664
TOTAL URBANO TERRITORIO	4221	1910	2311	5810	2555	3255
TOTAL RURAL TERRITORIO	3484	1843	1641	4629	2372	2257

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas a população rural e urbana, a densidade populacional, a taxa de urbanização e a taxa de ruralidade que permitem orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, o financiamento de serviços em base per capita; perceber o processo migratório da população, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, para adequação e funcionamento da rede de serviços sociais e da infraestrutura urbano e rural.

Tabela 3: População Total, Urbana e Rural, Densidade Demográfica, Percentual da População do Território Vales do Curu Aracatiçu, 2010.

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade demográfica	% urbano	% rural
UNIÃO DAS SERRAS						
Irauçuba	22347	14366	7981	15,3	64,3	35,7
Itapajé	48366	34001	14365	110,0	70,3	42,2
Umirim	18807	11096	7711	57,6	59,0	69,5
Uruburetama	19765	14686	5079	203,5	74,3	34,6
TOTAL	109285	74149	35136		74,3	34,6
MEDIO CURU						
Apuiarés	13927	5774	8153	25,6	41,5	58,5
Gal Sampaio	6216	3648	2568	30,1	58,7	41,3
Pentecoste	35412	21406	14006	25,7	60,4	39,6
Tejuçuoca	16836	6333	10503	22,4	37,6	62,4
TOTAL	72391	37161	35230		74,3	34,6

Municípios	População Total	Urbana	Rural	Densidade demográfica	% urbano	% rural
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM						
Amontada	39233	15949	23284	33,3	40,7	59,3
Itapipoca	116065	66895	49170	71,9	57,6	42,4
Itarema	37462	15937	21525	52,0	42,5	57,5
Miraíma	12800	6847	5953	18,3	53,5	46,5
Tururu	14415	5295	9120	74,9	36,7	63,3
TOTAL	219975	110923	109052		74,3	34,6
LITORAL VALES DO CURU						
Paracuru	31638	20590	11048	104,3	65,1	34,9
Paraipaba	30041	13435	16606	99,8	44,7	55,3
S. Gonçalo do Amarante	43947	28581	15366	52,7	65,0	35,0
São Luís do Curu	12336	7963	4373	100,8	64,6	35,4
Trairi	51432	18787	32645	55,6	36,5	63,5
TOTAL	169394	89356	80038		74,3	34,6
TOTAL/MEDIA DO TERRITÓRIO	571.045	311.589	259.456		54,6	45,4

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

A Tabela 4 apresenta a taxa geométrica total, tanto a urbana quanto a rural no ano de 2010 que expressam em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado espaço e período de tempo. Considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico.

Tabela 4: Taxa Geométrica Total (urbana e rural) do Território Vales do Curu Aracatiaçu, 2010.

Municípios	Taxa Geométrica Total 2010	Taxa Geométrica Urbana 2010	Taxa Geométrica Rural 2010
UNIÃO DAS SERRAS			
Irauçuba	1,3	2,8	-0,8
Itapajé	1,6	2,2	0,5
Umirim	0,8	1,0	0,6
Urubetama	1,9	2,8	-0,4
MEDIO CURU			
Apuiarés	1,1	0,6	1,4
Gal Sampaio	2,5	4,6	0,1
Pentecoste	0,8	1,1	0,5
Tejuçuoca	2,2	4,3	1,2
VALES DO CURU ARACATIAÇU MIRIM			

Municípios	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica	Taxa Geométrica
Amontada	2,0	3,1	1,3
Itapipoca	2,1	3,3	0,7
Itarema	2,1	4,9	0,5
Miraíma	1,1	3,7	-1,1
Tururu	2,3	0,0	3,9
LITORAL VALES DO CURU			
Paracuru	1,4	2,1	0,2
Paraipaba	1,7	0,6	2,7
S.Gonçalo do Amarante	2,1	2,6	1,3
S. Luis do Curu	0,7	0,8	0,6

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará, 2010.

Outros indicadores de análise importantes segundo órgãos como o IBGE e o IPECE, à gestão, planejamento e avaliação do Território podem ser extraídos e considerados a partir dos dados acima explicitados, em estudos e projetos futuros que considerem em seu delineamento a análise da/o:

RAZÃO DE DEPENDENCIA

Considera a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 60 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 59 anos de idade), na população residente em determinado espaço. Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva geográfico, no ano considerado. A razão de dependência pode ser calculada, separadamente, para as duas faixas etárias identificadas como população dependentes. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Sinalizam como indicadores utilizados para acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população; sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

TAXA DE FECUNDIDADE

Considera o número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A taxa é estimada para um ano calendário determinado, a partir de informações retrospectivas obtidas em censos e inquéritos demográficos. Ressalte-se que no mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher, Nos países mais desenvolvidos esta taxa era de 1,5, e nos países menos desenvolvidos, em torno de 3,2.

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 49 anos de idade.

As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais. Adota-se o método direto para as Unidades da Federação onde o número de nascidos vivos informado no Sinasc é igual ou superior a 90% do número de nascidos vivos estimado por métodos demográficos. Sendo inferior, recomenda-se adotar o número estimado.

INDICE DE ENVELHECIMENTO

Considera o número de pessoas de 60 e mais anos de idade, para cada 100 pessoas menores de 15 anos de idade, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Razão entre os componentes etários extremos da população, representados por idosos e jovens. Os valores elevados desse índice indicam que a transição demográfica encontra-se em estágio avançado.

4 CARACTERÍSTICAS ESTRATÉGICAS

O Território tem uma extensão de 12.143,7 km², e está localizado na porção noroeste do Estado do Ceará fazendo limite ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com Paramoti e Palmácia; a Leste com Caucaia, Maracanaú e Maranguape, e a Oeste com Santana do Acaraú e Morrinhos.



Figura 1: Mapa do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu.
Fonte: Adaptação do IPECE, 2010.

A Figura 1 mostra os municípios que compõem o Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu que, por sua vez, foi dividido em Micro Território União das Serras: Umirim, Uruburetama, Itapajé e Irauçuba; Micro Território Médio Curu: Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca; Micro Território Vales do Aracatiaçu Mirim: Amontada, Itapipoca, Itarema,

Miraíma e Tururu; e Micro Território Litoral Vales do Curu: Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Paracuru e Trairi.

Seus municípios ficam em média distantes cerca de 110 km de Fortaleza e o acesso entre os municípios além da BR-222 é feito também pelas CE-168, CE-71, CE- 085, CE-368, CE-362, CE-354, e CE-178.

5 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

A formação histórico-cultural do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu mostra várias singularidades na forma de ocupação a partir das características geoambientais específicas das terras de serra, sertão e litoral que são encontradas na região, o que possibilitou formas de ocupação e exploração do solo e de atividades econômicas diferenciadas.

No litoral, a catequese e o aldeamento foram o motivo e o instrumento para a ocupação inicial, seja pela concessão de sesmarias a padres jesuítas e/ou a famílias de portugueses.

Alguns municípios trazem nomes de origem indígenas e sempre são alusivos a fatos ou características próprias do local, como: Irauçuba (amizade); Itapajé (Frade de Pedra); Itapipoca (Pedra Rebentada); Itarema (Pedra de Cheiro Agradável); Paracuru (Lagarto do Mar); Tejuçuoca (Morada do Tejuçu, uma espécie de lagarto); Uruburetama (Lugar dos Urubus); Tururu (local de caracóis). Outros homenageiam os santos padroeiros, são eles: São Luís Gonzaga e São Gonçalo, e heróis cearenses, General Sampaio. Já Pentecoste tem este nome em razão da 1ª missa ali celebrada ter sido consagrada ao Espírito Santo.

a) Micro Território União das Serras

Com a chegada dos primeiros colonizadores, os portugueses Francisco Pinheiro do Lago e sua mulher D. Josefa Ferreira de Oliveira, e Tomé de Oliveira Chave e sua mulher como posseiros das sesmarias localizadas na região, entre o sopé da serra de Uruburetama e as terras do litoral nascia o reduto que posteriormente seria formado pelos municípios que fazem parte deste Território. Então, o Micro Território União das Serras é composto pelos municípios de Umirim, Uruburetama, Itapajé e Irauçuba começou a se formado pela criação de vilas que era usada como instrumento para expandir o poder real, dando-lhe forma no território e também pela doação de terras por fazendeiros à Igreja para edificação de capelas dedicadas aos santos protetores, onde depois se transformaria em arraiais, a exemplo do Arraial de

Santa Cruz, que em 1849 é elevada a vila Constituinte, hoje município de Itapajé, constituído em 1933.

Em 1763, a secretaria dos Domínios Ultramarinos expediu aviso autorizando o estabelecimento de novas vilas na Capitania do Siará Grande. Então, em 1873 foi criada Riachuelo (hoje, Umirim), que desmembrado de Uruburetama, tornou-se município em 1985. E em 1869 foi a vez de São João do Arraial (hoje, Uruburetama), e Irauçuba surgiu recentemente quando se desmembrou de Itapajé em 1957.

b) Micro Território Médio Curu

O Micro Território Médio Curu formado pelos municípios de Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio, Tejuçuoca, também surgiram por força da doação de terras por fazendeiros à Igreja para edificação de capelas dedicadas aos santos protetores, onde depois se transformariam em arraiais, a exemplo do Arraial do Jacu (Apuiarés), e do Bom Jesus (hoje, General Sampaio), que deve seu desenvolvimento à construção do Açude do mesmo nome; e desmembrando-se de Pentecoste, é elevado a município em 1956; e por consignação de vilarejos surgiu em 1873, Conceição da Barba (hoje, Pentecoste); já Tejuçuoca surgiu quando se desmembrou de Itapajé sendo instituído como município em 1987.

c) Micro Território Vales do Aracatiaçu Mirim

O Micro Território Vales do Aracatiaçu Mirim é formado pelos municípios de Amontada, Itapipoca, Itarema, Miraíma e Tururu. A origem do povoamento de Itarema remonta aos primórdios do século XVIII quando os índios Tremembés ocuparam a faixa do Aracati-mirim e missionários deram os passos iniciais em prol da catequese; desmembrou-se de Acaraú e tornou-se município em 1985. Em 1862 foi criada a vila Imperatriz, hoje município de Itapipoca. Localidades como Miraíma surgiram com o advento da Ferrovia Sobral-Fortaleza, e recentemente desmembrando-se de Itapipoca foi transformada em município em 1985. Já Amontada desmembrando-se de Itapipoca foi transformada em município no ano de 1989. Tururu tem como fundadoras as famílias Moreira e Freitas, em torno das quais se formou a

povoação, recentemente foi desmembrado de Uruburetama e elevado a município em 1988.

d) Micro Território Litoral Vales do Curu

O Micro Território Litoral Vales do Curu é formado pelos municípios de Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Paracuru e Trairi. Paracuru surgiu como referencial costeiro, na segunda metade do século XVII, tendo acostado no reduto portuário (em regime itinerante), a Missão Jesuítica da Ibiapaba, precisamente no ano de 1607 e a Expedição Guerreira, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque com destino ao Maranhão em 27/09/1614. Transformado no ano de 1868 em Vila Alto Alegre do Parazinho desmembrando-se de Caucaia e elevado a município em 1955.

Já Paraipaba, surgiu no ano de 1650, no início da segunda metade do século XVII, quando por determinação de Matias Beck, instalou-se no lugar Paraipaba um centro protestante de letras batavas e ensino religioso. Desarticulado o domínio espanhol e advindo o sistema luso, desprezou-se esse indício de civilização, ficando apenas o registro histórico, onde nesse local habitava os índios Tapuias Anacés, desmembrada de Paracuru, tornou-se município em 1985.

São Gonçalo do Amarante era primitivamente habitada pelos índios Anacés, Guanacés e Jaguaruanas, cujas nações ligadas por vínculos de amizade foram aldeadas, em 1699, pelo Capitão-Mor Fernão Carrilho em terras compreendidas em parte do Rio Siupe, Paramirim e Uruburetama. Partindo mais para o sertão, o povoamento de alguns municípios foi se dando às margens dos rios; e municípios como São Luís do Curu surgiram com o advento da Ferrovia Sobral-Fortaleza, desmembrando-se de Uruburetama, tornou-se município em 1955. Com a criação de vilas pelo reino de Portugal em 1890 surgiu a vila de Anacetaba (hoje, São Gonçalo do Amarante), desmembrando-se de Caucaia e elevado a município em 1938. Já Trairi foi criado recentemente quando se desmembrando de Caucaia foi elevado a município no ano de 1955.

Há evidências, em alguns municípios do Território, como Itapajé e Pentecoste, da existência de grupos armados do cangaço, sendo que Itapajé

que antes se chamava Santa Cruz e depois de um conflito com cangaceiros passou a denominar-se Riacho do Fogo, em alusão à batalha.

O Vale foi pioneiro de uma experiência desenvolvimentista desafiando a natureza e as tradições culturais quando ali se instalou uma indústria de fabricação de açúcar e álcool, a Companhia Agroindustrial do Vale do Curu (AGROVALE) após o golpe de 1964 com o apoio do Instituto de Açúcar e do Álcool (IAA) e do DNOCS, introduziu plantios de cana, com nova escala de produção e padrão tecnológico, cujas pretensões do empresário João Granjeiro eram tornar-se o maior produtor de álcool e de açúcar do Ceará. O empresário empenhou-se na disputa pelos recursos no Proálcool: garantiu matéria-prima abundante e barata, firmando um contrato exclusivo para compra da produção de cana dos 522 irrigantes do Perímetro Irrigado Curu-Paraipaba, até então dedicados à hortifruticultura; superou os impedimentos legais e técnicos do programa, com a interferência pessoal do presidente Ernesto Geisel que, após uma visita à área, autorizou a instalação da destilaria, em caráter excepcional.

Esse território é fortemente marcado pela disputa da terra, principalmente a partir do final da década de 1970, com o estabelecimento de empresas agroindustriais (voltadas para o cultivo do coqueiro em larga escala) financiadas pela SUDENE que se instalaram nos municípios de Itapipoca e Itarema nas áreas secularmente habitadas pelo povo Tremembé e por trabalhadores rurais. A mobilização social, étnica e política foram apoiadas por missionários, Comunidade Eclesial de Base (CEB), assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A Terra Indígena Córrego do João Pereira foi desapropriada pelo INCRA em 1987 e transformada em área de assentamento: o Capim - Açú/São José, tornando-se a primeira área a ser completamente regularizada no Ceará. A Terra Indígena Tremembé de Almofala não foi totalmente regularizada por força dos recursos encaminhados pelas partes envolvidas em ações judiciais, sendo a DUCOCO, a FUNAI que representa os índios.

Em Itarema, a luta pela terra se deu de forma mais violenta, com assassinatos de trabalhadores rurais na década de 1980, sendo os casos mais emblemáticos as mortes de Francisco Carneiro de Sousa Filho, de Francisco Araújo de Barros e Valdecir Ferreira Izaquiel em função de sua participação em

movimentos sociais e por serem integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esses casos foram incluídos no Relatório da Sociedade Civil sobre Execuções Sumárias, Execuções Arbitrárias ou Extrajudiciais no Brasil e denunciadas na ONU.

Mais recentemente, a luta desse povo tem sido contra a instalação de empreendimentos turísticos que desconsideram a posse milenar das populações indígenas e costeiras e contra a instalação das fazendas de viveiros de criação de camarão em cativeiro que avançam principalmente nos municípios de Itapipoca, Amontada e Itarema. Em Itapipoca, no Assentamento Maceió, as 600 famílias que ali vivem declaram ser ameaçadas constantemente, no uso e ocupação de suas terras pelo empresário português Antônio Júlio de Jesus Trindade, dono do projeto turístico Praia do Pirata, que alega ter adquirido terras na área citada, apesar da área ter sido desapropriada pelo INCRA em 1984. Em 2002, as comunidades do Assentamento Maceió entraram com uma ação na justiça em defesa das condições essenciais da sua sobrevivência e da preservação ambiental.

Na comunidade indígena de São José do Buriti, também em Itapipoca, a ameaça vem do empreendimento espanhol, Nova Atlântida que tem cercado dunas, destruído a mata nativa e o ecossistema local, bem como ameaçado a vida das pessoas. Em Amontada, na comunidade Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo, a luta também é pela preservação de suas terras e da cultura do seu povo.

Parte II

O DIAGNÓSTICO

O DIAGNÓSTICO

O diagnóstico, componente fundamental na elaboração e qualificação do PTDRS, retrata a leitura participativa da realidade na amplitude territorial, composto a partir de quatro dimensões de sustentabilidade: sociocultural educacional, ambiental, socioeconômica e política institucional, que analisadas a partir da matriz de planejamento FOFA geram o instrumento força motriz do desenvolvimento territorial.

A Dimensão Sociocultural Educacional procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios a partir dos aspectos sociodemográficos, da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios.

A Dimensão Ambiental consiste na valorização e avaliação da situação dos aspectos geoambientais e as influências antrópicas sobre o meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a diminuição dos passivos ambientais visando o resgate socioterritorial e cultural de seu equilíbrio para a sustentabilidade.

A Dimensão Socioeconômica procura a organização social e econômica dos territórios segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersectorialidade socioproductiva.

A Dimensão Político Institucional consiste na análise das estruturas de poder nos territórios, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade sócio-territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada e democrática.

Parte II a

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

EDUCACIONAL

Aspectos Sociais

Aspectos da Saúde

Aspectos Educacionais

Aspectos Culturais

6 ASPECTOS SOCIAIS

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Estabelece, ainda, no artigo 7º (inciso IV), o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais dos trabalhadores. Mais importante, foi que se determinou o princípio da vinculação entre o salário mínimo e o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais permanentes. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

No caso da Assistência Social, o inciso V, do art. 203, estabelece “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família”.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

É importante destacar, que esse arcabouço jurídico da proteção social e que constitui o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos da cidadania, precisa realmente estar amparado constitucionalmente, no sistema das vinculações de impostos e das contribuições sociais e no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios e não em leis ordinárias. Este formato funciona como uma espécie de blindagem e proporciona segurança jurídica/institucional contra cortes orçamentários, não ficando à

mercê da vontade de governos, que poderia ser substituído a qualquer momento, até mesmo, por medida provisória.

6.1 Direitos fundamentais e ações sociais públicas

6.1.1 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O acesso à alimentação é um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. Como direito fundamental do ser humano e, segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo.

Dentro desse propósito, as políticas públicas implantadas nos territórios devem garantir o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e aos povos de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada e água de qualidade. Citam-se como exemplos:

6.1.2 Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva – P1MC.

Resultado da parceria iniciada entre julho de 2003 entre o ministério do Desenvolvimento Social - MDS do Governo Federal e a Articulação do Semi-Árido (ASA), organização que reúne 750 entidades sociais no nordeste e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) esse programa tem como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi-árido assegurando dessa forma, condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias.

A construção de cisternas visa a captar água da chuva que irá servir para o consumo próprio. São necessários editais para que estados e municípios firmem convênios com o MDS para a construção dessas unidades. Além de instalá-las, o MDS financia a formação da mão-de-obra para a construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

A atuação do MDS também se estende ao acesso à água para produção de alimentos com o Programa Segunda Água. Tecnologias de captação de água da chuva são construídas para possibilitar ao sertanejo a criação de pequenos animais e o cultivo de quintais produtivos.

Unindo os acessos à água para beber e para produzir, o MDS desenvolveu o Programa Cisternas nas Escolas. O projeto-piloto foi realizado em parceria com o Governo da Bahia. A partir desse projeto-piloto, o Ministério firmou termo de parceria com a Associação Programa 1 Milhão de Cisternas (AP1MC) para a construção de 110 cisternas nas escolas.

O público beneficiado pela ação Acesso à Água, além de morar no Semiárido, precisa estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais.

Tabela 5: Número de cisternas por municípios e repasse MDS

Município	Nº de cisternas	Repasse MDS
Amontada	118	173.823
Apuiarés	251	369.743
General Sampaio	342	503.792
Irauçuba	349	514.104
Itapajé	227	334.389
Itapipoca	625	920.675
Itarema	54	79.546
Miraíma	201	296.089
Paracuru	0	0
Paraipaba	153	225.381
Pentecoste	258	380.054
São Gonçalo do Amarante	100	147.308
São Luis do Curu	256	377.108
Tejuçuoca	409	602.488
Trairi	293	431.612
Tururu	318	468.439
Umirim	425	626.000
Uruburetama	25	36.827
Total do Território	4.404	6.487.378
Ceará	54.666	80.527.391

Fonte: COGERH, 2010.

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu, já foram construídas mais de quatro mil e quatrocentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA) e do MDS- Estados, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 6 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 50 cisternas, cujos repasses ultrapassaram 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 8% das cisternas construídas.

6.1.3 Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição.

A Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição compõe uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar da população. Ela conta com uma estrutura operacional composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares. Desenvolve, ainda, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Rede atua estrategicamente no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

No Território foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Amontada (1), Itapipoca (1), Tejuçuoca (1), Tururu (1), Umirim (1), Uruburetama (1) e oito mercados populares em General Sampaio (1), Irauçuba (1), Itapipoca (1), Miraíma (1), Pentecoste (1), Tejuçuoca (1), Umirim (1) e Uruburetama (1).

Não foram repassadas informações acerca do funcionamento destes equipamentos; quantas pessoas atendem por dia e que público é beneficiado; a relação destes com a agricultura familiar (no sentido de fortalecê-la); se há

integração com os produtos da agricultura familiar para o abastecimento (cereais frutas e verduras oriundas da AF).

6.1.3.1 Programa Bolsa Família (PBF)

Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. O Bolsa Família atende mais de doze milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. Diversos estudos apontam para a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

O Bolsa família associa a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 140/mês.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, conditionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As conditionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF está desenhado da seguinte forma no Território, conforme número de famílias beneficiárias e volume de recursos repassados às famílias.

Município	Nº De Famílias	Repasse Mensal	Repasse Até Set/2010
Amontada	5.921	631.768,00	5.582.789,00
Apuiarés	1.876	189.452,00	1.698.400,00
General Sampaio	848	91.452,00	814.963,00
Irauçuba	3.045	328.380,00	2.924.450,00
Itapajé	6.794	672.688,00	5.933.136,00
Itapipoca	15.378	1.624.430,00	14.327.956,00
Itarema	4.926	556.619,00	4.841.809,00
Miraíma	1.860	197.640,00	1.732.293,00
Paracuru	4.712	461.477,00	4.059.288,00
Paraipaba	4.129	434.934,00	3.870.772,00

Município	Nº De Famílias	Repasso Mensal	Repasso Até Set/2010
Pentecoste	4.981	511.747,00	4.526.612,00
S. Gonçalo do Amar ante	6.392	649.257,00	5.705.792,00
São Luis do Curu	1.802	176.740,00	1.585.048,00
Tejuçuoca	2.431	259.461,00	2.291.763,00
Trairi	7.793	837.512,00	7.294.636,00
Tururu	2.216	227.492,00	1.992.234,00
Umirim	2.731	282.202,00	2.508.090,00
Uruburetama	2.921	305.971,00	2.676.405,00
Total do Território	80.756	8.439.222	74.366.436
Total do Ceará	1.013.241	101.993.530	973.449.044

Quadro 1: Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família-Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

O volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando até o mês de referência setembro de 2010 ultrapassou os R\$ 74 milhões de reais. Somente no mês de setembro/2010 esses repasses giraram em torno de mais de R\$ 8 milhões de reais. Para a grande maioria das famílias que são atendidas pelo programa, esse benefício tem um significado especial, pois representa a única fonte de renda que tem garantido o sustento e a sobrevivência delas, principalmente no meio rural. No Território, o número de famílias atendidas com o benefício representa um pouco mais de 80 mil beneficiários.

Mas o benefício está longe de atender às famílias do Território em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional inscritas no canônico, conforme se vê no Quadro 2:

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres No Perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura Em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Amontada	6.878	86,09	5.178	5.957	114,35
Apuiarés	2.293	81,81	1.580	1.876	118,73
General Sampaio	1.007	84,21	726	852	116,80
Irauçuba	3.641	83,63	2.626	3.061	115,96
Itapajé	8.394	80,94	6.065	6.795	112,02
Itapipoca	19.049	80,73	13.805	15.378	111,39
Itarema	5.680	86,73	4.195	4.926	117,43
Miraíma	2.157	86,23	1.610	1.862	115,53
Paracuru	5.729	82,25	4.103	4.712	114,84
Paraipaba	5.058	81,63	3.559	4.129	116,02

Municípios	Estimativa de Famílias Pobres Cadastro Único		Estimativa de Famílias Pobres No Perfil do Bolsa Família		
	Nº	Cobertura Em %	Nº no Perfil	Nº Atendidas	Cobertura em %
Pentecoste	6.067	82,10	4.297	4.985	115,92
São Gonçalo do Amarante	7.685	83,18	5.471	6.392	116,83
São Luís do Curu	2.239	80,48	1.548	1.807	116,41
Tejuçuoca	2.811	86,48	2.083	2.431	116,71
Trairi	9.006	86,53	6.625	7.793	117,63
Tururu	2.547	87,00	1.874	2.231	118,25
Umirim	3.302	82,71	2.457	2.731	111,15
Uruburetama	3.548	82,33	2.531	2.921	115,41
Total do Território	97.091	83,61	70.333	80.839	115,63
Total do Estado do Ceará	1.376.048	74,21	960.378	1.021.127	106,33

Quadro 2: Estimativa de famílias pobres- CADÚNICO e no perfil do Programa Bolsa Família- Ano 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

No CadÚnico devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Famílias com renda superior a esse critério poderão ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios.

No CadÚnico devem constar as informações das famílias cadastradas sobre características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com, deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; e despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).

No território há uma estimativa de mais de 97 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 83,61%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de 70 mil, ou seja 72,44% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, sendo mais de 56 mil, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 15%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 7% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

Programas que utilizam o CadÚnico: Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Carteira do idoso, Tarifa Social e Minha Casa Minha Vida.

Essas famílias pobres, na estimativa do CadÚnico, apesar de não enquadradas no perfil do PBF enfrentam dificuldades no acesso aos bens de toda natureza e precisam ter a cobertura de outros programas sociais, que atendam às suas necessidades essenciais.

Para oferecer programas complementares às famílias beneficiárias do PBF a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família em nível federal desenvolve uma estratégia de articulação com diversos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhoria das condições habitacionais.

Essa articulação leva em conta o perfil das famílias atendidas pelo PBF, suas vulnerabilidades e potencialidades, e as ações e serviços já existentes. Outro ponto fundamental é o desenvolvimento de ações que explorem as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No que se refere à articulação de programas complementares em nível federal, a Coordenação Geral do Programa Bolsa Família apresenta contribuições em diferentes fases de cada programa, como mostra o quadro a seguir:

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	MTE
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
Prominp	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	MTE
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

Quadro 3: Programas complementares articulados em nível federal

Fonte: Site Governo Federal, 2010.

Essas iniciativas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática pelos gestores e em cooperação pelas esferas governamentais, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, porque passam a ter maiores oportunidades através de políticas de acesso à cidadania, ao conhecimento e acesso ao trabalho e renda.

6.1.3.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em suas cinco modalidades, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adquire alimentos da agricultura familiar. Os alimentos são disponibilizados para o atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção e Social.

A ação Distribuição de Alimentos a grupos populacionais específicos é outra forma de garantir o direito humano à alimentação adequada. Política pública de caráter emergencial e complementar, a ação beneficia grupos sociais que apresentam mais dificuldades para produzir ou obter alimentos.

Uma parte significativa dos alimentos disponibilizados a esses grupos é originada da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos assistidos, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadores artesanais.

6.1.3.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O referido Programa tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

As ações de SAN no PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

Outro elemento a considerar refere-se ao exercício do controle social por parte da comunidade escolar e instituições por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem caráter deliberativo e autônomo, composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

O Quadro 4 indica que o Território recebeu 6,74% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 6.578.748,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 7% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente 30.701 agricultores/as familiares, o que representa 9% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁵⁾
Amontada	528.264	12.006	158.479	3.660	599	PAA Leite/CD	18
Apuiaries	160.292	3.643	48.088	934	640	PAA Leite/DS	5
General Sampaio	104.984	2.386	31.495	307	573	PAA Leite/DS	3
Iraucuba	272.316	6.189	81.695	1.197	2.020	PAA Leite/DS	9
Itapaje	519.772	11.813	155.932	1.953	1.752	PAA Leite/DS	17
Itapipoca	1.135.244	25.801	340.573	7.136	2.381	PAA Leite/DS/CD	38
Itarema	489.500	11.125	146.850	1.863	332	PAA Leite/CD	16
Miraima	162.140	3.685	48.642	712	524	PAA Leite	5
Paracuru	383.504	8.716	115.051	654	1.106		13
Paraipaba	312.136	7.094	93.641	1.531	534	PAA Leite/DS	10
Pentecoste	419.496	9.534	125.849	2.339	2.465	PAA Leite/CDLA F	14
S.Gonçalo Amarante	454.696	10.334	136.409	2.097	1.353	PAA Leite	15
São Luis do Curu	134.948	3.067	40.484	312	490	PAA Leite	4
Tejucuoca	225.984	5.136	67.795	700	1.846	PAA Leite/DS/CD LAF	8

Município	Valor do Repasse do FNDE (1)	Alunado (2)	30% do repasse do FNDE***	Nº de Agricultores Familiares (3)	Nº de DAPs (4)	Tipo de acesso ao PAA	Quantidade de AF necessários para atender os 30% ⁽⁵⁾
Trairi	626.296	14.234	187.889	2.261	1.568	PAA Leite/CD	21
Tururu	192.060	3.962	57.618	841	404	CD/PAA Leite	6
Umirim	213.752	4.858	64.126	1.304	1.032	PAA Leite	7
Uruburetama	243.364	5.531	73.009	900	1.017	PAA Leite	8
Total	6.578.748	149.114	1.973.625	30.701	20.636		219
Total do Estado do Ceará	97.542.324	2.209.826	29.262.697	341.510	167.337		3.251

Quadro 4: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte: FNDE e SAF/MDA – Organização das informações SAF/MDA 2009.

6.2 Segurança Social

A instituição da Segurança Social pela Constituição de 1988 produziu importantes efeitos de transferência de renda para indivíduos e famílias. Neste sentido, o texto constitucional ampliou consideravelmente a cobertura previdenciária para os trabalhadores rurais, consignando-lhes benefícios iguais aos dos trabalhadores urbanos; estabeleceram um piso para os benefícios previdenciários, no valor de um salário mínimo; e garantiu a cobertura via assistência social do Benefício da prestação Continuada (BPC), que destina um benefício monetário no valor de um salário mínimo a idosos (65 anos ou mais) e pessoas com deficiência que vivem em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Compõem a Segurança Social a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

6.2.1 Assistência Social

Política pública não contributiva, sendo dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Marco legal: CF/88 e LOAS.

6.2.1.2 Proteção Básica

- Centros de Referência Social (CRAS) – responsável pela organização e oferta de serviços de proteção básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

- Centros de Atendimento à criança e ao adolescente, juventude e ao idoso.

- Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

6.2.1.3 Proteção Especial

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetora. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

- Benefício da prestação Continuada (BPC)

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Município	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ SET/2010
Amontada	2	1	631.768,00	5.582.789,00
Apuiarés	2	1	189.452,00	1.698.400,00
General Sampaio	1	0	91.452,00	814.963,00
Irauçuba	2	1	328.380,00	2.924.450,00
Itapajé	2	1	672.688,00	5.933.136,00
Itapipoca	4	1	1.624.430,00	14.327.956,00
Itarema	2	1	556.619,00	4.841.809,00
Miraíma	1	0	197.640,00	1.732.293,00
Paracuru	2	1	461.477,00	4.059.288,00
Paraipaba	1	1	434.934,00	3.870.772,00
Pentecoste	2	1	511.747,00	4.526.612,00
São Gonçalo do Amarante	2	1	649.257,00	5.705.792,00
São Luis do Curu	1	0	176.740,00	1.585.048,00

Município	CRAS	CREAS	REPASSE MENSAL	REPASSE ATÉ SET/2010
Tejuçuoca	1	0	259.461,00	2.291.763,00
Trairi	2	1	837.512,00	7.294.636,00
Tururu	1	0	227.492,00	1.992.234,00
Umirim	2	0	282.202,00	2.508.090,00
Uruburetama	1	1	305.971,00	2.676.405,00
Total	31	12	8.439.222	74.366.436
Total do Estado do Ceará	354	99	106.700,940	933.701,745

Quadro 5: Ações, beneficiários e repasses da Assistência Social – Ano base 2010
Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

No território, todos os municípios oferecem atendimento de proteção básica aos grupos e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, através dos CRAS. Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente doze, dos dezoito municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Amontada, Apuiarés, Irauçuba, Itapajé, Itarema, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 8,75% dos CRAS e 12% dos CREAS.

Com relação ao funcionamento dos CRAS e dos CREAS alguns municípios têm boa infraestrutura, mas em outros funcionam em péssimas condições físicas e com poucos profissionais para desempenhar as ações. Ainda há o problema da alta rotatividade dos profissionais, em razão dos baixos salários e das condições de trabalho. A dificuldade apontada pelos municípios com relação à instalação dos CREAS diz respeito à exigência de se contratar técnicos especializados (equipe multidisciplinar) específica e que não pode fazer parte dos quadros da prefeitura.

Para o atendimento de serviços/ações como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas portadoras de deficiência; Serviços Específicos de Proteção Social Básica (Idosos e/ou Crianças de 0 a 6 anos); ProJovem Adolescente Serviço de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias; Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (PETI) e Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-educativa até setembro

de 2010, foram repassados ao Território mais de R\$ 74 milhões de reais. Relacionando esses repasses para o Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que até set/2010 significou em termos percentuais, cerca de 8%.

A participação das transferências têm tido rebatimentos significativos na vida das famílias e produzido efeitos, sobretudo, nos rendimentos familiares, segundo estudos do IPEA (2010). A ampliação de benefícios e beneficiários e no volume total das transferências Monetárias da previdência e assistência social têm repercutido na vida destas pessoas, principalmente entre os idosos, graças às políticas previdenciárias (aposentadoria rural- na condição de segurado especial) e ao Benefício da prestação Continuada (BPC).

No Território, para o BPC foram destinados mais de 38 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 8.626 pessoas. O PETI destina pouco mais de 467 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados os números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 112 milhões de reais (Quadro 6), o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade. Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,31%; atende 2,66% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 2,67%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 6,60% e repasses chegam a 6,68%.

MUNICÍPIOS	PETI		BPC				BOLSA FAMILIA	
	N°	REPASSE	IDOSO		PESSOA COM DEFICIÊNCIA		N°	REPASSE
			N°	REPASSE	N°	REPASSE		
Amontada	-	21.000,00	67	308.172,00	493	2.258.025,00	5.921	5.582.789,00
Apuiarés	-	38.000,00	34	148.410,00	130	575.790,00	1.876	1.698.400,00
General Sampaio	-	20.000,00	13	55.080,00	51	224.400,00	848	814.963,00
Irauçuba	-	25.500,00	34	145.860,00	155	685.103,40	3.045	2.924.450,00
Itapajé	-	29.000,00	147	632.581,05	723	3.232.486,50	6.794	5.933.136,00
Itapipoca	-	53.500,00	289	1.304.808,51	1.911	8.541.557,23	15.378	14.327.956,00
Itarema	-	28.500,00	45	189.720,00	363	1.643.220,00	4.926	4.841.809,00
Miraíma	-	0	18	85.680,00	89	409.020,00	1.860	1.732.293,00
Paracuru	-	26.500,00	189	853.740,00	290	1.289.280,00	4.712	4.059.288,00
Paraipaba	-	31.000,00	99	430.449,00	275	1.245.156,00	4.129	3.870.772,00
Pentecoste	-	23.000,00	230	1.038.360,00	499	2.242.827,00	4.981	4.526.612,00
São Gonçalo do amar ante	-	43.500,00	236	1.086.300,00	458	1.995.120,00	6.392	5.705.792,00
São Luis do Curu	-	14.500,00	109	502.350,00	135	608.812,50	1.802	1.585.048,00
Tejuçuoca	-	21.000,00	25	119.850,00	159	706.860,00	2.431	2.291.763,00
Trairi	-	32.500,00	151	684.930,00	526	2.375.325,00	7.793	7.294.636,00
Tururu	-	2.000,00	29	131.070,00	207	942.990,00	2.216	1.992.234,00
Umirim	-	22.500,00	52	247.350,00	135	602.310,00	2.731	2.508.090,00
Uruburetama	-	35.500,00	41	182.070,00	219	982.056,00	2.921	2.676.405,00
Total do Território	-	467.500	1.808	8.146.780	6.818	30.560.338	80.756	74.366.436
Total do Estado	-	6.391.500	67.911	304.006.627	103.249	457.005.057	1.013.241	973.449.044

Quadro 6: Comparativo entre benefícios sociais com cobertura via Assistência Social (BPC e PETI) e bolsa Família com repasses direto aos beneficiários- 2010

Fonte: MDS em números – Relatório de Informações Sintético – 2010.

6.3 Previdência Social

A previdência social, juntamente com a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma espécie de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência; visa cobrir riscos sociais como acidentes, morte, velhice, deficiência, maternidade, reclusão e desemprego. Tem como leis básicas: a Constituição Federal de 1988, Leis N.º 8.212/91 e N.º 8.213/91 e Decreto N.º 3.048/99.

É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceber direitos aos seus segurados.

Os benefícios oferecidos hoje pela previdência são: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez; aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial; auxílio-doença; auxílio-reclusão; pensão por morte; salário-maternidade; salário-família; auxílio Acidente.

O quadro 7 trata da quantidade de benefícios emitidos que corresponde a quantidade de créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela (urbana ou rural). Do ano de 2000 a 2009 aumentou o número de benefícios em cerca de 21 mil, significando em termos percentuais, 27,24%.

O Valor dos benefícios emitidos corresponde ao valor líquido (diferença entre valor bruto e descontos) dos créditos emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, Encargos Previdenciários da União e Amparos Assistenciais, classificados de acordo com o município do órgão pagador e clientela.

Nestes dez anos, de 2000 a 2009 foram repassados para o território mais de 2 bilhões de reais para pagamento de aposentadorias(rurais e urbanas). Em percentuais, houve um aumento significativo de 75% e em recursos aproximou-se dos 325 milhões de reais.

Município	Quantidade de Benefícios Emitidos									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Amontada	1.643	1.789	2.148	2.743	3.025	3.048	3.317	3.571	3.800	4.083
Apuiarés	804	769	943	936	987	949	917	1.074	1.187	1.285
General Sampaio	264	368	736	808	716	500	498	550	629	713
Irauçuba	2.638	2.702	2.510	2.183	2.092	2.083	2.235	2.319	2.406	2.540
Itapajé	7.241	7.442	7.820	7.836	7.817	7.768	7.723	7.765	8.482	8.632
Itapipoca	15.426	15.824	16.894	17.225	17.548	17.328	17.777	18.266	18.719	19.625
Itarema	1.155	1.317	1.883	2.765	3.246	3.264	3.490	3.588	3.778	4.042
Miraíma	1.005	1.064	1.061	1.010	927	800	468	498	542	621
Paracuru	4.120	4.168	4.273	4.274	3.888	3.652	3.748	3.886	4.011	4.133
Paraipaba	809	1.010	1.196	1.317	1.703	1.996	2.089	2.216	2.414	2.684
Pentecoste	6.206	6.134	6.006	5.721	5.723	5.854	5.954	6.003	6.084	6.187
São Gonçalo do amar ante	4.002	4.194	4.515	4.707	4.939	5.038	5.278	5.464	5.648	5.877
São Luis do Curu	559	684	778	1.408	1.689	1.825	1.874	1.883	1.901	1.912
Tejuçuoca	761	897	1.086	1.287	1.499	1.648	1.727	1.793	1.903	2.054
Trairi	4.883	5.195	5.837	6.432	6.942	6.730	6.170	6.410	6.593	6.813
Tururu	907	975	1.122	1.487	1.670	1.882	2.151	2.224	2.354	2.446
Umirim	760	890	1.090	1.149	1.211	1.239	1.443	1.472	1.596	1.747
Uruburetama	4.541	4.553	4.673	4.588	4.493	4.229	4.125	4.011	3.954	3.974
Total	57.724	59.975	64.571	67.876	70.115	69.833	70.984	72.993	76.001	79.368

Quadro 7: Quantidade de benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Município	Valor de Benefícios Emitidos INSS									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Amontada	2.752.488	3.889.042	5.049.749	7.240.619	9.533.819	10.977.249	13.544.842	15.453.233	17.960.559	21.596.119
Apuiarés	1.387.071	1.740.322	2.334.765	2.748.131	3.126.490	3.485.474	4.011.927	4.819.547	5.715.357	6.986.585
General Sampaio	433.309	762.093	1.630.780	2.337.578	2.554.157	2.022.840	2.139.787	2.428.193	2.997.627	3.807.162
Irauçuba	4.947.853	5.980.185	6.621.078	7.045.915	6.831.619	7.610.780	9.161.808	10.393.521	11.711.153	13.848.806
Itapajé	14.010.744	16.980.349	19.872.592	24.269.008	26.289.781	29.367.166	33.221.964	35.924.541	41.436.977	48.533.521
Itapipoca	29.946.971	36.243.790	42.690.054	52.629.819	58.502.100	64.099.787	74.940.639	82.541.284	91.689.272	108.579.25
Itarema	1.975.525	2.852.047	4.116.448	7.010.850	10.181.368	11.827.629	14.235.681	15.767.119	17.770.253	21.396.595
Miraima	1.777.724	2.347.235	2.705.515	3.112.297	3.090.186	3.073.030	2.769.320	2.205.448	2.552.893	3.236.833
Paracuru	8.064.927	9.675.226	11.114.454	13.204.584	13.855.400	14.156.086	15.624.220	17.395.276	19.448.136	22.768.580
Paraipaba	1.356.371	2.148.855	2.819.714	3.935.954	5.199.404	6.786.622	8.492.543	9.530.918	11.197.076	13.907.441
Pentecoste	12.073.523	14.263.993	15.203.962	18.395.794	19.043.270	21.452.349	24.763.383	26.980.065	29.518.638	33.947.827
São Gonçalo do Amarante	7.550.422	9.553.596	11.213.454	14.099.740	16.349.494	18.557.904	21.694.551	24.246.153	27.167.041	31.732.086
São Luis do Curu	995.276	1.384.821	1.963.972	3.057.561	5.478.289	6.507.489	7.722.453	8.510.967	9.352.043	10.721.708
Tejuçuoca	1.300.702	1.879.983	2.534.485	3.504.675	4.709.272	5.818.126	6.977.551	7.890.151	9.111.587	11.074.110
Trairi	8.783.781	11.393.252	13.991.915	18.677.037	22.217.014	24.839.842	26.692.128	27.753.829	30.799.302	36.278.553
Tururu	1.599.642	2.103.330	2.624.783	3.883.767	5.130.126	6.485.171	8.470.301	9.658.762	10.932.653	13.092.277
Umirim	1.365.132	1.910.674	2.579.753	3.588.486	3.960.263	4.614.075	5.599.524	6.582.254	7.503.400	9.281.244
Uruburetama	8.781.659	10.558.120	11.997.333	14.127.926	15.360.138	15.986.146	17.663.991	18.326.430	19.405.826	21.852.267
Total	109.105.118	13.566.891	161.066.807	202.871.745	231.414.196	257.669.769	297.728.618	326.409.697	366.271.799	432.643.016
Total do Território	2.398.747.65									

Quadro 8: Valor dos Benefícios emitidos pelo INSS – 2000 a 2009

Fonte: Ministério da Previdência Social – Estatísticas Municipais 2000 a 2009.

Municípios	Quantidade (1)						Valor acumulado (R\$ 1.000)					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Amontada	3.571	3.800	722	747	2.849	3.053	15.453	17.961	3.493	3.826	11.960	14.135
Apuiarés	1.074	1.187	172	194	902	993	4.820	5.715	748	928	4.071	4.787
General Sampaio	550	629	90	104	460	525	2.428	2.998	414	509	2.014	2.489
Irauçuba	2.319	2.406	348	381	1.971	2.025	10.394	11.711	1.692	2.013	8.702	9.698
Itapajé	7.765	8.482	1.474	1.659	6.291	6.823	35.925	41.437	7.919	9.199	28.005	32.238
Itapipoca	18.266	18.719	4.710	4.851	13.556	13.868	82.541	91.689	23.393	26.745	59.149	64.944
Itarema	3.588	3.778	512	524	3.076	3.254	15.767	17.770	2.375	2.723	13.392	15.047
Miraíma	498	542	103	116	395	426	2.205	2.553	467	555	1.738	1.998
Paracuru	3.886	4.011	892	940	2.994	3.071	17.395	19.448	4.650	5.197	12.745	14.251
Paraipaba	2.216	2.414	470	520	1.746	1.894	9.531	11.197	2.342	2.752	7.189	8.445
Pentecoste	6.003	6.084	1.423	1.458	4.580	4.626	26.980	29.519	7.178	7.831	19.802	21.688
São Gonçalo do Amarante	5.464	5.648	1.209	1.235	4.255	4.413	24.246	27.167	5.968	6.671	18.278	20.496
São Luis do Curu	1.883	1.901	552	556	1.331	1.345	8.511	9.352	2.705	2.953	5.806	6.399
Tejuçuoca	1.793	1.903	291	316	1.502	1.587	7.890	9.112	1.435	1.685	6.455	7.427
Trairi	6.410	6.593	994	1.080	5.416	5.513	27.754	30.799	4.521	5.341	23.232	25.459
Tururu	2.224	2.354	371	408	1.853	1.946	9.659	10.933	1.751	2.008	7.908	8.925
Umirim	1.472	1.596	327	350	1.145	1.246	6.582	7.503	1.630	1.911	4.952	5.593
Uruburetama	4.011	3.954	718	725	3.293	3.229	18.326	19.406	3.569	3.903	14.757	15.503
Total	75000	78009	17385	18172	59622	61845	326.408	368.277	78.257	88.756	252.163	281.528

Quadro 9: Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo INSS – Rural e Urbano – 2007- 2008

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará – ano 2009.

Ao analisarmos a quantidade dos benefícios emitidos pelo INSS, incluindo os da previdência social e da Assistência Social, verifica-se que no ano de 2008 teve um aumento de 3.009 benefícios, o que em percentuais representa 3%. Comparando-se os benefícios urbanos com os rurais, vê-se que os urbanos de um ano para o outro aumentaram em 4%, ou pouco mais de 780 benefícios. Já os benefícios rurais aumentaram em 3%, incluindo mais 2.290 beneficiários.

Com relação aos valores dos benefícios, totalizou um aumento de 10%, o que equivale a R\$ 41.869 a mais na composição da renda das famílias. Os valores dos benefícios urbanos ultrapassaram os 10%, ou seja, os valores de R\$ 10.499. Com relação aos valores dos benefícios rurais o aumento aproximou-se dos R\$ 29 mil reais, o que representa em termos percentuais pouco mais de 8%.

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos contribuiu para a elevação importante elevação do nível de renda no meio rural e conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 368 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 281 milhões de reais.

6.4 Direito à Segurança Pública

A Constituição Federal, no art. 144, se refere aos municípios apenas para lhes atribuir competência para constituírem guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A Guarda Municipal tem a função de guarda patrimonial. Não se trata de órgão policial. Não é atribuição das guardas municipais, segundo a Constituição Federal, realizar nem investigação criminal nem policiamento ostensivo

Além dessa prerrogativa de instituírem guardas municipais, os municípios podem atuar na segurança pública através da imposição de restrições administrativas a direitos e liberdades. O município pode, por exemplo, delimitar o horário de funcionamento de bares e restaurantes, ou os locais da venda de bebidas alcoólicas. Tais restrições, de caráter administrativo, exercem importante função na segurança pública, prevenindo a prática de delitos.

A CF/88, ao caracterizar a segurança pública como “direito e responsabilidade de todos” e ao positivizar o princípio democrático, estabelece o fundamento jurídico dos arranjos institucionais que permitem a participação popular na formulação e no controle da gestão das políticas de segurança. É o que ocorre, por exemplo, nas experiências de policiamento comunitário ou, ainda, na dos conselhos de segurança pública. Tais experiências, particulares ao campo da segurança pública, se inserem no contexto atual de ampliação dos espaços de participação popular, no sentido da superação dos limites da democracia meramente representativa.

No Território, os municípios de Itapipoca e Paracuru criaram as suas guardas municipais voltadas para a defesa do patrimônio público e para garantir a segurança e a tranquilidade nos prédios públicos, principalmente nas escolas. Também, são adotadas em alguns municípios restrições administrativas com relação a horários, funcionamentos de bares, clubes. Em Apuiarés é adotada a lei do silêncio.

Alguns municípios já são atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas

com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. Os municípios de Itapipoca, Pentecoste e Itapajé, Trairi e São Gonçalo do Amarante foram contemplados com o Programa.

O Governo do Estado criou o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública nos municípios que não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes). O programa coopera com as autoridades municipais na preservação do patrimônio público e proteção aos cidadãos, sem, no entanto, entrar em atividades específicas e constitucionais das polícias civil, militar ou guardas municipais. Na concepção do Programa, deve ser um agente de cidadania para cada 500 habitantes. O programa foi implantado em Apuiarés, General Sampaio, Pentecoste, Paracuru e São Luís do Curu. Em média, o contingente policial varia entre 3 a 5 policiais por município.

Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente dois municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: General Sampaio e Apuiarés. No entanto, estes conselhos têm funcionado de forma incipiente e pouco atuante.

Sabe-se que alguns municípios tem problemas relacionados com drogas, principalmente entre o público mais jovem. Há adoção de políticas educativas nas escolas e nos CREAS no sentido de ajudar esse público mais vulnerável, mas no âmbito preventivo. Mas, não tem em nenhum município equipamentos públicos para atendimento aos usuários que necessitam de tratamento e recuperação de drogados.

Existem presídios nos municípios de Umirim, Pentecoste e Itapipoca.

6.5 Direito ao Acesso à Justiça

Do ponto de vista da **Justiça Global**, o acesso à justiça não se resume a que a população chegue às instâncias jurisdicionais do Estado, mas também diz respeito ao direito à investigação adequada, às garantias judiciais e a um julgamento imparcial. O alto índice de impunidade no Brasil é um fator

determinante para a continuidade das violações de direitos humanos no país. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública indicam que somente 7,8% de aproximadamente 49.000 (quarenta e nove mil) homicídios cometidos no Brasil a cada ano são investigados e processados com êxito, fato que demonstra uma evidente falha do Estado em exercer a devida diligência no funcionamento da justiça.

Isto pressupõe que os municípios para garantir esse direito consagrado constitucionalmente, devam ter uma polícia judiciário-investigativa qualificada e de alto nível; defensores públicos para assegurar que aqueles que não tem condições para contratar um advogado e nem arcar com as custas judiciais possam litigar com equilíbrio na relação processual e serem asseguradas as garantias judiciais do devido processo legal, do contraditório e ampla defesa, bem como a presença de promotores de justiça para acompanhar os casos envolvendo família, criança e adolescentes, idosos, populações indígenas. O Ministério Público, no Brasil, é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É fundamental a existência de instituições e/ou órgãos municipais de defesa dos direitos humanos e exercício da cidadania, a exemplo do direito do consumidor onde a população tenha informações sobre os seus direitos/ conhecimento da lei.

Município	Promotores De Justiça	Delegacias	Defensores Públicos
Amontada	1	Municipal	0
Apuiarés	0	-	0
General Sampaio	2	-	0
Irauçuba	1	-	0
Itapajé	2	Municipal	1
Itapipoca	2	Regional	1
Itarema	1	-	0
Miraíma	0	-	0
Paracuru	1	Municipal	1
Paraipaba	1	-	0
Pentecoste	1	Municipal	1
São Gonçalo do Amarante	1	Municipal	1
São Luis do Curu	1	-	0
Tejuçuoca	0	-	0

Município	Promotores De Justiça	Delegacias	Defensores Públicos
Trairi	1	Municipal	1
Tururu	0	-	0
Umirim	1	-	0
Uruburetama	1	Municipal	1
Total	17	8	7

Quadro 10: Número de promotores de justiça, Delegacias de Polícia e Defensores Públicos nos municípios - 2010

Fonte: sites oficiais Ministério Público do Ceará, Defensoria Pública Geral do Ceará e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) - 2010

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu, há dezessete promotores de justiça para o atendimento nos dezoito municípios. Municípios como Apuiarés, General Sampaio, Miraíma, Tejuçuoca e Tururu tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. Os municípios de Itapajé e Itapipoca tem duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em sete municípios, sendo eles: Itapajé, Itapipoca, Pacururu, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Os demais municípios não têm defensores públicos o que significa, a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas na sua grande maioria estão mal equipadas e com estruturas físicas comprometidas. Há uma delegacia regional em Itapipoca e sete delegacias municipais em Amontada, Itapajé, Paracuru, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Nos outros municípios, há delegados trabalhando em regime de plantões, mas lotados em outras comarcas.

O município de Itapipoca ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A ausência da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de

profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

No município de Itapipoca foi instalado um Centro de Referência para atender às mulheres vítimas de violência.

A inexistência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (nº de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros)

6.6 Direito à Moradia

O Estatuto das Cidades criou uma série de instrumentos para que o administrador pudesse buscar o desenvolvimento urbano, sendo o principal o plano diretor. O Estatuto atribuiu aos municípios a implementação de planos diretores participativos, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

Além de definir uma nova regulamentação para o uso do solo urbano, o Estatuto prevê a cobrança de IPTU progressivo até 15% para terrenos ociosos, a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a aumentar a oferta de lotes, e a proteção e a recuperação do meio ambiente urbano.

De acordo com a própria lei, o Plano Diretor é "o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", obrigatório para municípios:

- Com mais de vinte mil habitantes ou conurbados;
- Integrantes de "área de especial interesse turístico" ou área em que haja atividades com significativo impacto ambiental;
- Que queiram utilizar de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel.

Em virtude da complexidade da tarefa, dentre outros motivos, muitos municípios deixaram de cumprir o prazo original de cinco anos dado pelo Estatuto para criarem seus planos diretores. Diante dessa situação, foi promulgada a lei 11.673 em 2008, adiando o fim do prazo para 30 de junho de 2008.

A maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei chama os municípios de Amontada, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante e Trairi para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

6.7 Direito à Acessibilidade

A Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob foi instituída no Ministério das Cidades com a finalidade de formular e implementar a política de mobilidade urbana sustentável, entendida como “a reunião das políticas de transporte e de circulação, e integrada com a política de desenvolvimento urbano, com a finalidade de proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados, de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável”. As atuais condições de mobilidade e dos serviços de transporte público no Brasil direcionam a atuação da SeMob em três eixos estratégicos que agrupam as questões a serem enfrentadas, quais sejam:

1. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da mobilidade urbana;
2. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor;

3. Coordenar ações para a integração das políticas da mobilidade e destas com as demais políticas de desenvolvimento urbano e de proteção ao meio ambiente.

A Acessibilidade se configura então, como o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos, mas também de acessar a rede de informações.

Dizem as Leis n°s 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade que formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações e

II - o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros e está sendo feito trabalhos nos CRAS. Não existe articulação entre as diversas secretarias municipais para garantir o direito à acessibilidade.

6.8 Direitos Humanos das Mulheres

O Brasil no âmbito internacional assumiu diversos compromissos, tendo sido a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres/CEDAW (ONU) de 1979 o primeiro instrumento internacional de direitos humanos voltado para as demandas das mulheres. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma ampla agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Em 1983, o – Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Conferência de Viena) (ONU) define que os direitos humanos das mulheres e meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais. Reforça que os direitos humanos das mulheres devem fazer parte das preocupações das nações Unidas.

Em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção Belém do Pará) (OEA) Estabelece que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres. Apresenta a definição da violência contra a mulher como uma violência física, psicológica, ou sexual, baseada no gênero, que ocorre tanto na esfera pública, como na privada.

Ainda em 1994, a Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial Sobre População e Desenvolvimento (Cairo) (ONU) tomou a questão dos direitos reprodutivos das mulheres um parâmetro para os debates e resoluções na área de políticas populacionais

No ano de 1995 a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Beijing) (ONU) Chamou a atenção para a feminização da pobreza, a violência contra as mulheres e sua exclusão das esferas de poder. Reforçou a necessidade de institucionalização da política de promoção de igualdade entre homens e mulheres ao adotar a premissa de que todas as políticas e programas nacionais reflitam uma perspectiva de gênero.

Em 1999, no Protocolo Facultativo CEDAW (ONU), foi destacada a importância da criação de um sistema mais eficiente de acompanhamento do cumprimento da CEDAW, mediante a elaboração de um protocolo Facultativo. Este garante às mulheres o acesso à justiça internacional, de forma mais direta e eficaz, nos momentos em que o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção de seus direitos humanos.

Esses instrumentos representam a luta histórica dos movimentos feminista e de mulheres para incluir na agenda internacional os direitos das mulheres como direitos humanos. Estes devem ser garantidos pelo Estado e observados pela sociedade, sendo de competência dos Estados e governos implementar políticas públicas orientadas por estes instrumentos internacionais, e da sociedade através de suas organizações e instituições

acompanhar seu cumprimento e colaborar com sua reflexão e crítica para seu aprimoramento.

No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

6.8.1 Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).

Promoção da cidadania e autonomia das mulheres do campo com a realização de mutirões para a emissão gratuita de documentação civil. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs perante o Estado. Portanto, estão impedidas de acessar direitos básicos da cidadania: a aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família e programas de apoio à reforma agrária.

Quem executa: MDA/DFDA, INCRA, INSS, SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DO TRABALHO E EMPREGO, CEF, BNB, MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, em articulação com os movimentos locais de mulheres e STTRS. (articulação/integração de políticas públicas)

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Apuiarés, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste e São Luís do Curu, atendendo 1.058 pessoas com a emissão de 1.769 documentos.

No ano de 2010 foram contemplados os municípios de Irauçuba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba e Uruburetama com atendimento a 1.385 pessoas e emissão de 2.339 documentos.

6.8.2 Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher

As mulheres trabalhadoras rurais têm acessado o crédito do PRONAF, principalmente na modalidade B, e para elas foi destinado um crédito especial,

o PRONAF Mulher. No entanto, não se tem os dados oficiais dos números de mulheres que acessaram o crédito e para qual atividade produtiva foi destinado, porque não foram fornecidas as informações pelas instituições de crédito e bancos oficiais.

6.8.3 Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação – Educação não Formal

No Território, estão em execução alguns projetos de formação política e inclusão produtiva para mulheres trabalhadoras rurais. Estes programas são executados pelas ONGs que atuam no Território e acompanhados pela Regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura-FETRAECE, a exemplo do Projeto Mulheres e Autonomia, com enfoque territorial, coordenado pelo Centro Feminista 8 de março(CF-8).

Outros projetos/ações são executados com grupos produtivos de mulheres pela CÁRITAS DIOCESANA, por ONGs com atuação no Território e pelas equipes de ATES nas áreas de assentamento da reforma agrária.

6.8.4 Participação das mulheres em redes sociais

As mulheres artesãs do Território estão organizadas através da Rede de Mulheres Artesãs com assento no Colegiado Territorial. Esta iniciativa de organização tem propiciado o fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato no Território e das mulheres enquanto empreendedoras e gestoras da atividade do artesanato.

6.9 Análise dos Aspectos Sociais

A Constituição Federal de 1988, no Título II, dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – dos Direitos Sociais, art. 6º consigna como direitos a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Na parte de financiamento, reconhece a importância da Educação (artigo 205), da

saúde (art. 196) e da Assistência Social (art. 203) ao aumentar a vinculação de recursos federais para estas áreas.

A legislação complementar à CF/88 é formada por um conjunto de leis orgânicas – da Previdência Social (RGPS), da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária, Seguro Desemprego (FAT), Ensino Fundamental (FUNDEB), Benefícios da Prestação continuada (BPC), da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Este formato das principais políticas sociais de vinculação de impostos para a Educação e à seguridade social funciona como salvaguardas jurídicas porque protegem o gasto público vinculado a direitos sociais contra cortes orçamentários.

Dentro da lógica dos direitos e das políticas universalizantes, cabe ao Estado adotar as políticas públicas, programas/projetos/ações que se façam necessárias para promover e garantir à população o acesso aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo sido debatido no Território os direitos à segurança alimentar e nutricional (SAN), com o acesso à alimentação e à água; à seguridade social (assistência social, saúde e previdência social); à segurança pública; ao acesso à justiça; à moradia; à acessibilidade e os direitos humanos das mulheres.

Alguns programas e projetos estão sendo desenvolvidos no Território com o intuito de garantir esses direitos, quais sejam:

- No Território Vales do Curu e Aracatiaçu, já foram construídas mais de quatro mil e quatrocentas cisternas via Articulação do Semiárido (ASA) e do MDS Estados, beneficiando milhares de famílias em várias comunidades rurais, tendo sido repassados mais de 6 milhões de reais. Em todo o Estado do Ceará foram construídas cerca de 54.666 cisternas, cujos repasses ultrapassaram 80 milhões de reais. Fazendo a relação com o Estado do Ceará, no território em termos percentuais, estão 8% das cisternas construídas.

- Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição onde foram instaladas cozinhas comunitárias nos municípios de Amontada (1), Itapipoca (1), Tejuçuoca (1), Tururu (1), Umirim (1), Uruburetama (1) e oito mercados populares em General Sampaio (1), Irauçuba (1), Itapipoca (1), Miraíma (1), Pentecoste (1), Tejuçuoca (1), Umirim (1) e Uruburetama (1).

- O Programa Bolsa Família (PBF) que atende a mais de 80 mil beneficiários e o volume de recursos do PBF repassados ao Território no ano de 2010 considerando o mês de referência setembro de 2010 ultrapassaram R\$ 74 milhões de reais.

No Território há uma estimativa de mais de 97 mil famílias pobres cadastradas com cobertura de atendimento em programas sociais em média de 83,61%. Sendo que destas famílias que constam do CadÚnico, mais de 70 mil, ou seja 72,44% estão enquadradas no perfil do bolsa família. Mas, o número de famílias atendidas é bem maior, sendo mais de 56 mil, ou seja, a cobertura do PBF ultrapassa os 100%, em torno de 15%.

O Estado do Ceará tem uma estimativa de 1.376.048 famílias pobres cadastradas, com cobertura de 74,21%. Comparando-se estes dados com o Território, observa-se que no Território estão 7% destas famílias cadastradas de todo o Estado.

Com relação ao Bolsa Família o Estado do Ceará tem uma estimativa de 960.379 famílias pobres no perfil do Bolsa Família, mas atende a 1.021.127, com cobertura de 106.33%.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo que deste último, o Território recebeu 6,74% do montante dos recursos do Programa destinados ao estado do Ceará, no valor total de R\$ 6.578.748,00. Em relação aos 30% do repasse do FNDE para a agricultura familiar, o Território recebeu 7% do valor total destinado ao Estado, beneficiando diretamente 30.701 agricultores/as familiares, o que representa 9% do total de agricultores/as do estado do Ceará.

- Políticas da assistência social através dos Centros de Referência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) com a adoção de programas como o ProJovem, Idoso, Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Quanto à oferta de serviços de proteção especial somente especial somente doze, dos dezoito municípios implantaram os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), sendo eles: Amontada, Apuiarés, Irauçuba, Itapajé, Itarema, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba,

Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Relacionando estas informações com o Estado do Ceará, no Território estão 8,75% dos CRAS e 12% dos CREAS.

No Território, para o BPC foram destinados mais de 38 milhões de reais para o atendimento aos idosos e pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições e nem a sua família de prover o seu sustento, beneficiando 8.626 pessoas. O PETI destina pouco mais de 467 mil reais para a retirada de crianças e adolescentes que de qualquer forma foram submetidas a algum tipo de trabalho degradante. Não foram encontrados os números de crianças e adolescentes atendidos pelo PETI no Território. Quando juntamos com o PBF, estes recursos juntos chegam a mais de 112 milhões de reais o que pode significar que estas transferências, mesmo que consideradas assistencialistas por alguns analistas da política social brasileira, como é o caso do PBF sejam responsáveis pela diminuição da pobreza e da desigualdade.

Comparando as informações relativas ao Território com o total do Estado do Ceará, verifica-se que para o PETI foram destinados em termos percentuais 7,31%; atende 2,66% de idosos do BPC, cujos valores de repasses significam 2,67%; enquanto pessoas com deficiência são atendidas 6,60% e repasses chegam a 6,68%.

- Políticas de Previdência Social onde as pesquisas têm mostrado que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais e urbanos, possibilitou uma elevação do nível de renda na vida dessas pessoas, principalmente no meio rural, com uma conseqüente melhoria no bem estar e na forma de produzir da população que vive no campo. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem-estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão-de-obra infantil do trabalho para a freqüência à escola (essa realidade tem mudado também, graças à implementação de outros programas sociais – Bolsa família, PETI).

De todos os impactos da universalização da previdência social rural, a mais animadora é de que ela tem sido responsável pela redução da pobreza

rural e da desigualdade na distribuição de renda. A previdência social rural permitiu a inclusão das mulheres rurais como beneficiárias (direito à aposentadoria por idade e salário-maternidade).

Para termos uma idéia do impacto gerado na economia dos pequenos municípios, basta verificar o montante dos recursos repassados ao território no ano de 2008 que se aproximou dos R\$ 368 milhões de reais. Somente para as aposentadorias rurais, os benefícios ultrapassaram os valores de R\$ 281 milhões de reais.

- Direito à Segurança Pública onde em alguns municípios foram criados as suas guardas municipais e estão sendo atendidos pelo Programa Ronda do Quarteirão – policiamento comunitário nos municípios com população estimada entre 50 mil a 80 mil habitantes, que passam a contar com viaturas equipadas com câmeras, sistema de monitoramento via satélite e um computador que permitirá aos policiais acompanhar os mandados de prisão. Os municípios de Itapipoca, Pentecoste e Itapajé, Trairi e São Gonçalo do Amarante foram contemplados com o Programa.

O Governo do Estado criou o Programa de Proteção à Cidadania (Pró-Cidadania) para dar mais estrutura de segurança pública nos municípios que não contam com o Ronda do Quarteirão (municípios com menos de 50 mil habitantes). O programa coopera com as autoridades municipais na preservação do patrimônio público e proteção aos cidadãos, sem, no entanto, entrar em atividades específicas e constitucionais das polícias civil, militar ou guardas municipais. Na concepção do Programa, deva ser um agente de cidadania para cada 500 habitantes. O programa foi implantado em Apuiarés, General Sampaio, Pentecoste, Paracuru e São Luís do Curu. Em média, o contingente policial varia entre três a cinco policiais por município.

Com relação ao acompanhamento e controle social da segurança pública, no Território, somente dois municípios disseram ter constituído os Conselhos Comunitários de Defesa Social – CCDS, sendo eles: General Sampaio e Apuiarés. No entanto, estes conselhos têm funcionado de forma incipiente e pouco atuante

- Direito ao Acesso à Justiça sendo que no Território são 17 promotores de justiça para o atendimento nos dezoito municípios. Municípios

como Apuiarés, General Sampaio, Miraíma, Tejuçuoca e Tururu tem atendimento por promotores públicos de outras comarcas. Os municípios de Itapajé e Itapipoca têm duas promotorias públicas.

A defensoria pública está presente em sete municípios, sendo eles: Itapajé, Itapipoca, Pacururu, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Os demais municípios não têm defensores públicos o que significa a impossibilidade do acesso à justiça dos declarados pobres que necessitam da tutela jurisdicional.

Todos os municípios têm cadeia pública, mas na sua grande maioria estão mal equipadas e com estruturas físicas comprometidas. Há uma delegacia regional em Itapipoca e sete delegacias municipais em Amontada, Itapajé, Paracuru, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Trairi e Uruburetama. Nos outros municípios, há delegados trabalhando em regime de plantões, mas lotados em outras comarcas.

O município de Itapipoca ainda não instalou a Delegacia de Defesa da Mulher, apesar da obrigatoriedade da lei (municípios com mais de 60 mil habitantes) e do aumento dos casos de violência contra a mulher, como tem sido constatado no Território.

A não criação da Delegacia de Defesa da Mulher traz conseqüências no âmbito da violência contra a mulher, principalmente a violência doméstica porque acaba não obrigando aos municípios a instalar outros equipamentos públicos, como casas abrigo; centros de referência e não formação de profissionais multidisciplinares para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

No município de Itapipoca foi instalado um Centro de Referência para atender às mulheres vítimas de violência.

A não existência de estatísticas do número e tipologia dos crimes praticados contra as mulheres favorece a impunidade porque os casos de violência contra a mulher não são denunciados, e, portanto, não computados, o que acaba não revelando a real situação da violência contra as mulheres.

Não há estatísticas da tipologia dos crimes praticados no Território (n^o de homicídios, violência contra a mulher, exploração de crianças e adolescentes e outros).

- Direito à moradia, onde a maioria dos municípios não elaboraram seus planos diretores, adotando em alguns casos, as regras do Código de Postura do Município. A obrigatoriedade da lei (municípios acima de 20 mil habitantes) chama os municípios de Amontada, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante e Trairi para instituir este instrumento importante de política urbana. Foram criados, mas precisam ser melhor acompanhados pela sociedade civil.

Os municípios não possuem órgãos específicos de atuação no setor habitacional, nem possuem programas na área de habitação, apenas fazem o cadastro de famílias sem moradias para solicitar recursos federais e incluir essas famílias em programas habitacionais de moradia popular.

- Direito à acessibilidade. Não há informações do número de deficientes nos municípios e com relação às políticas de acessibilidade, algumas escolas construíram rampas e adaptaram as portas dos banheiros.

- Direitos Humanos das Mulheres. No sentido, de se garantir a efetivação dos direitos humanos das mulheres, promovendo a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas iniciativas//ações/projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo:

- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)

Os mutirões do ano de 2009 contemplaram os municípios de Apuiarés, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste e São Luís do Curu, atendendo 1.058 pessoas com a emissão de 1.769 documentos.

No ano de 2010 foram contemplados os municípios de Irauçuba, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Paraipaba e Uruburetama com atendimento a 1.385 pessoas e emissão de 2.339 documentos.

- Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF Mulher
- Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação -
- Educação não Formal

Nos debates territoriais ficou evidente a fragilidade do Colegiado de ocupar os espaços onde as discussões sobre esses direitos são realizados.

Constata-se que há um avanço no acompanhamento e monitoramento dessas políticas públicas, mas os municípios e a sociedade civil ainda carecem de instrumentos de controle social.

Ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias (porque dadas as condições de vulnerabilidade e de insegurança alimentar em que se encontram) para políticas de inclusão produtiva.

Isso requer um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais (assistência social, saúde e educação) no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo programa bolsa família (tendo em vista, as condicionalidades do programa), que atualmente se configura como o programa de transferência de renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Percebe-se no Território, que ainda há um longo caminho a se percorrer para que cidadãos e cidadãs possam enxergar que a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência, o acesso à alimentação e à água, à justiça, à moradia são direitos inerentes a qualquer ser humano e que apesar de estarem positivados, precisam ser postos em prática, se materializar para que tenhamos realmente, uma sociedade mais justa, mais humana e solidária.

7 ASPECTOS DA SAÚDE

A avaliação sobre a saúde do Território Vales do Curu e Aracatiaçu requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da saúde, as informações sócio demográficas, interferem diretamente nos resultados na saúde de uma população. Destacamos as variáveis como a população total do município e por faixas etárias, o saneamento básico, a escolaridade, o nível socioeconômico são exemplos de informações imprescindíveis no processo de planejamento que vão influir diretamente na formulação de Políticas Públicas para que tenham um forte substrato e base na equidade e na inclusão social. Citamos que é válido perceber que o território é um espaço vivo e se expressa à busca do equilíbrio entre os diversos interesses e contrastes.

O planejamento participativo, discutido e vivenciado é uma planificação da democracia política. Ressalta-se aqui a importância do caráter do Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, que institui um marco no Estado pela proposta de construção e elaboração com os diversos olhares e atores que constroem essa história. Portanto, pensar uma nova atitude de desenvolvimento sustentável em saúde é pensar em um PTDRS ascendente, dialogando com as especificidades do território e sua realidade.

O conceito de território tem sua importância na concepção dos sistemas públicos de saúde desde sua origem na primeira metade do século XX no intuito de se organizar as redes regionais de atenção à saúde, essas redes e definições dos territórios das Coordenadorias Regionais de Saúde são concebidas em uma lógica diferente da configuração dos territórios trabalhados no PTDRS, tornando-se, portanto, um desafio avaliar a situação de saúde a partir da organização dos territórios discutidos.

Os indicadores de saúde foram desenvolvidos para facilitar a quantificação e a avaliação das informações produzidas com tal finalidade. Em termos gerais, os indicadores são medidas-síntese que contêm informação relevante sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde, bem como do desempenho do sistema de saúde.

7.1 Análise da Situação de Saúde

7.1.1 Morbidades Crônicas e Transmissíveis

A prevalência estimada de hipertensão no Brasil atualmente é de 35% da população acima de 40 anos. Isso representa em números absolutos um total de 17 milhões de portadores da doença, segundo estimativa de 2004 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Cerca de 75% dessas pessoas recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) para receber atendimento na Atenção Básica. Para atender os portadores de hipertensão, o Ministério da Saúde possui o Programa Nacional de Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. O programa compreende um conjunto de ações de promoção de saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento dos agravos da hipertensão. O objetivo é reduzir o número de internações, a procura por pronto-atendimento, os gastos com tratamentos de complicações, aposentadorias precoces e mortalidade cardiovascular, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos portadores.

Avaliamos as informações referentes a morbidade e priorizamos algumas informações do território, primeiro sobre as duas doenças crônicas que mais se correlacionam às causas de mortalidade geral, que são as doenças do aparelho circulatório, estas morbidades demandam demasiado gasto público para seu controle, tratamento e reabilitação, pois causam várias e sérias complicações e limitações que vão interferir na qualidade de vida das pessoas.

Outras morbidades analisadas foram às relacionadas a doenças infectocontagiosas como a dengue, por ser uma zoonose diretamente relacionada com o manejo ambiental, a tuberculose por ter relação com as condições sócio econômicas e existirem várias iniciativas para o controle do avanço desta doença com pouco êxito e por fim avaliamos a sífilis em gestantes que é uma morbidade de notificação compulsória e está intimamente ligada ao processo de trabalho das equipes de saúde e sua resolutividade, também por ter implicações severas após o nascimento.

Observa-se que os municípios de Itapajé tem maior número absoluto de pessoas com hipertensão(1300) e diabetes(265). Vale ressaltar que verificamos as informações dos cadastros pelo Sistema Nacional de Hipertensão e Diabetes – HIPERDIA, neste sistema os cadastros são realizados e devem ser permanentemente atualizados para que haja melhor planejamento de insumos como medicamentos. Encontramos municípios como General Sampaio, Tejuçuoca, Itapipoca e Tururu onde não há nenhum dado sobre estas duas morbidades, tornando-se preocupante por comprometer o planejamento e a gestão.

Tabela 6: Morbidade proporcional por doenças crônicas e transmissíveis no Território em 2008.

Nº De Pessoas Acometidas Por Morbidades Crônicas E Transmissíveis						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			
	Hipertensão Arterial *	Diabetes*	Dengue** 2009	Tuberculos e 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase 2009
MICRO TERRITORIO LITORAL VALES DO CURU						
Paracuru	315	78	2	15	0	2
Paraipaba	412	100	2	16	3	2
São Gonçalo do Amarante	733	240	1	21	5	16
São Luís do Curu	488	85	1	10	1	6
TOTAL	1948	503	6	62	9	26
MICRO TERRITORIO MEDIO CURU						
Apuiarés	313	72	1	3	0	6
General Sampaio	0,0	0,0	0	1	0	13
Pentecoste	354	71	3	5	1	3
Tejuçuoca	0,0	0,0	0	12	0	6
TOTAL	667	143	4	21	1	28
MICRO TERRITORIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM						
Amontada	319	83	0	6	0	18
Itapipoca	0,0	0,0	9	24	4	0
Itarema	330	110	5	7	8	2
Miraíma	49	13	1	2	2	0
Trairi	100	21	7	19	1	3
Tururu	0,0	0,0	0	3	1	0
TOTAL	798	227	22	61	16	23

Nº De Pessoas Acometidas Por Morbidades Crônicas E Transmissíveis						
Municípios	Doenças Crônicas		Doenças Transmissíveis			
	Hipertensão Arterial *	Diabetes*	Dengue** 2009	Tuberculos e 2009	Sífilis *** Congênita 2009	Hanseníase 2009
MICRO TERRITORIO UNIÃO DAS SERRAS						
Irauçuba	285	54	6	3	0	0
Itapajé	1300	265	3	25	2	14
Umirim	550	108	2	7	1	8
Uruburetama	145	38	4	20	0	11
TOTAL	2280	465	15	55	3	33
TOTAL DO TERRITORIO	5693	1338	47	199	29	110

Fonte: IBGE, 2004.

*Portadores de hipertensão arterial e diabetes mellitus cadastrados no Hiperdia no ano de maior concentração de inscritos ***incidência em gestantes

Para o cálculo dos indicadores utilizamos a população estimada do IBGE e censos para o ano de 2009 que consta no anexo. Encontramos os seguintes indicadores de avaliação: para a prevalência de Hipertensão têm-se que de cada 100 habitantes adultos (acima de 20 anos) temos 1,86 casos desta morbidade; para diabetes temos que para cada 100 habitantes temos 0,25 casos da doença. Os resultados apontam para um alerta sobre a importância do cadastro das pessoas portadoras destas morbidades crônicas pois, estes índices encontram-se bem abaixo do esperado comparando-se ao Brasil, estima-se atualmente que pelo menos 35% da população acima de 40 anos é hipertensa. (IBGE, 2004). Quando avaliamos os índices das doenças transmissíveis, observamos que com relação a dengue a incidência é de 8,7 casos para cada 100.000 habitantes. número absoluto (47). Apesar de um aparente controle desta zoonose no território não se pode pensar em deixar os cuidados com o manejo ambiental e as ações de controle, pois segundo a expectativa para o próximo ano é que aumentem os casos principalmente na capital do Estado o que favorece a proliferação para os demais municípios devido ao fluxo constante de pessoas que vão do interior para a capital e das que vão da capital para o interior. O controle do vetor e a educação da população são a principal arma para evitar uma nova epidemia. Para a

tuberculose, o número absoluto de casos foi de 199. Quando calculamos a taxa de incidência desta morbidade no território, o resultado é de 37,14 casos para 100.000 habitantes. As elevadas taxas de incidência de tuberculose estão geralmente associadas a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e a insatisfatórias condições assistenciais de diagnóstico e tratamento de sintomáticos respiratórios. Outros fatores a serem considerados para a incidência de tuberculose são a cobertura de vacinação pela BCG e a infecção concomitante pelo HIV que pode resultar em aumento da morbidade por tuberculose. Sobre a sífilis congênita o território, obtivemos como resultado de incidência desta morbidade o total de 11,32 casos para cada 100.000 habitantes, portanto, foram 29 casos em 2009. O município de maior número de casos foi Itarema, com oito notificações, os demais apresentaram de nenhum até cinco caso distribuídos de maneira regular entre os municípios.

Ao calcularmos a ocorrência de casos no território temos alguns indícios das deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. É interessante averiguar as condições de assistência ao pré-natal e o acompanhamento das crianças após o nascimento.

A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

O Comitê de saúde do território sugeriu a inserção dos dados referentes a hanseníase, encontramos para esta morbidade 110 casos, os municípios de maior incidência foram São Gonçalo(16); Amontada(18); Itapajé(14); General Sampaio(13); Uruburetama(11).

O Comitê de Saúde do território também comentou sobre as morbidades por causas externas, informando que são freqüentes casos de acidentes e violência contra a mulher, porém esta informação não foi quantificada.

7.2 Mortalidade Proporcional

7.2.1 Taxa de Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é o número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas em *altas* (50 por mil ou mais), *médias* (20-49) e *baixas* (menos de 20). Esses parâmetros devem ser periodicamente ajustados às mudanças verificadas no perfil epidemiológico. Atualmente, vários países apresentam valores abaixo de 10 por mil. No território Vales do Curu a taxa média de mortalidade infantil no ano de 2008 foi de 14,5 óbitos infantis por 1000 nascidos vivos. Alguns municípios têm esta taxa muito acima da média encontrada para o território: Tejuçuoca(24,5); Apuiarés(25,5) e Pentecoste(22,7), estando também acima do parâmetro para considerá-las uma taxa baixa, enquadrando-se portanto, como uma taxa média de mortalidade infantil.

Quando a taxa de mortalidade infantil é alta, o componente pós-neonatal é predominante. Quando a taxa é baixa, o seu principal componente é a mortalidade neonatal, com predomínio da mortalidade neonatal precoce. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico. As taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos. Este indicador é útil para contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, bem como subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

De 1991 a 2007, o Ceará teve redução de 58,23% na taxa de mortalidade infantil. Foi o Estado com a maior queda do país, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1991, a média de mortes de crianças com até um ano de idade era de 71,1 e, em 2007, a taxa ficou em 29,7 por mil nascidos vivos. A taxa do ano passado, segundo a

Secretaria da Saúde do Estado, foi ainda menor. Ainda sujeita a revisão, está em 16,2 por mil nascidos vivos. Enfatizamos que este indicador está diretamente relacionado às condições de nascimento e qualidade da saúde de uma população, além de estar intimamente ligado ao desenvolvimento e perfil sócio econômico, além dos níveis de saneamento os quais iremos falar adiante. É relevante considerar as causas de mortalidade em menores de um ano para avaliar a consolidação da mudança no padrão da mortalidade infantil.

Vale ressaltar que a redução das mortes por doenças parasitárias e infecciosas ocorrida nas Regiões Nordeste e Norte atingiram proporções inferiores a 8,0%, em 2008. Por isto, é importante o acompanhamento pré-natal, e após o nascimento como a visita de puerpério e o acompanhamento da criança nos dois primeiros anos de vida. Segundo (SUCUPIRA, 2003), na Estratégia Saúde da Família, toda criança deve ser visitada pela enfermeira nos primeiros sete dias de vida após a alta hospitalar. A ênfase nesses atendimentos deve ser o processo de acolhimento da mãe e criança.

7.2.2 Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas

A mortalidade proporcional por grupos de causas é a distribuição percentual de óbitos por grupos de causas definidas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infra-estrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

Com a avaliação deste indicador podemos contribuir no conhecimento dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

Avaliamos as causas relativas a mortalidade pelos grandes grupos de

causas no anos de 2008: neoplasias, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho respiratório, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do período perinatal, as causas externas onde são incluídos os acidentes e violências e por fim os demais causas.

Outro indicador avaliado foi número de óbitos por 1000 habitantes, que é calculado através da taxa bruta de mortalidade: Número total de óbitos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador expressa a frequência anual de mortes e taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total, além de contribuir para estimar o componente migratório da variação demográfica, correlacionando-se o crescimento vegetativo com o crescimento total da população. O uso de dados de mortalidade derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subnotificação de óbitos, que é freqüente em áreas menos desenvolvidas. Como a taxa é fortemente influenciada pela estrutura etária da população, a análise comparada entre populações de composição distinta exige padronização das estruturas etárias.

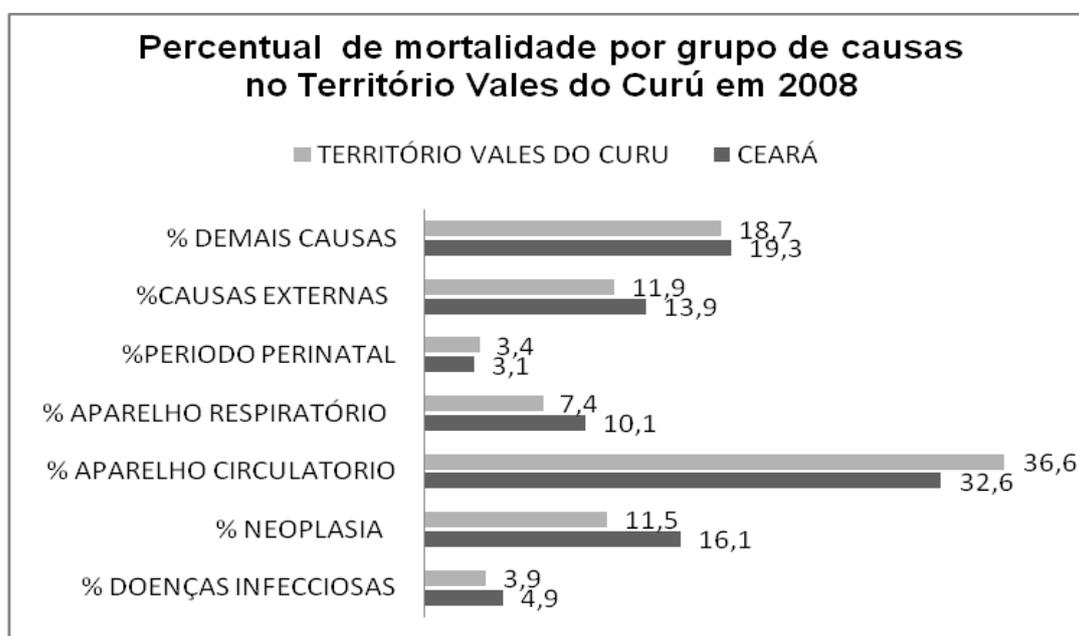


Figura 2: Gráfico da Distribuição dos Percentuais de Causas de Mortalidade por Grupos de Causas no Território Vales do Curu em 2008.

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008.

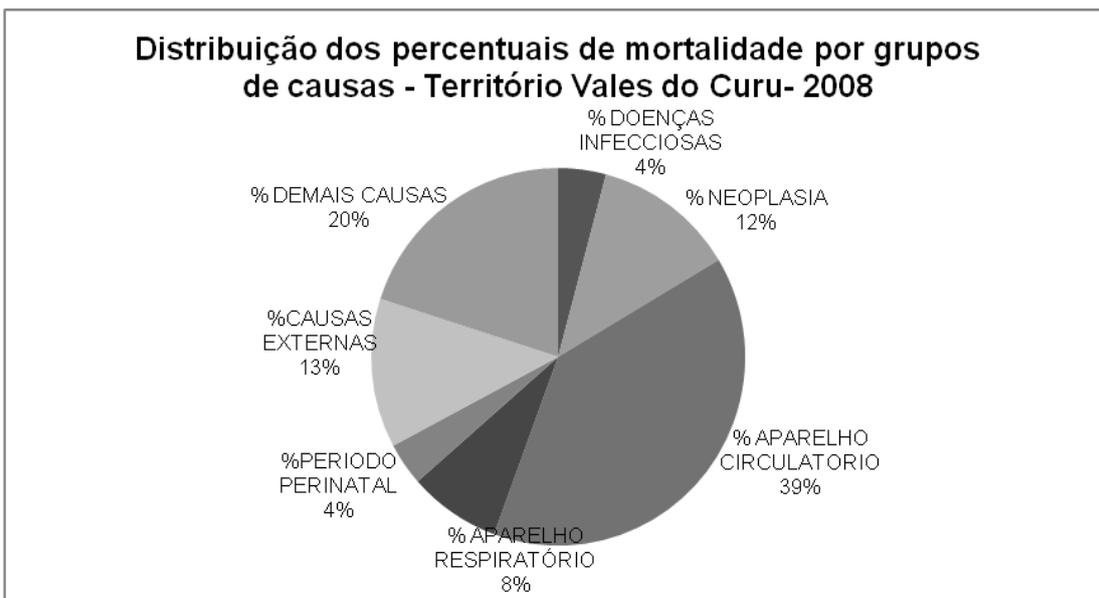


Figura 3: Gráfico da Distribuição dos Percentuais de Causas de Mortalidade por Grupos de Causas no Território Inhamuns Crateús e Ceará em 2008

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade-SIM. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009 dados de 2008.

Podemos observar que a média das mortes relacionadas ao período Perinatal(4%), tem o mesmo impacto das doenças infecciosas(4%), apresentando menor representatividade dentre as outras causas. As causas com maior representatividade foram as relacionadas ao aparelho circulatório que representam praticamente 37% das causas de morte neste território. Seguido das demais causas(20%) em terceiro lugar estão as mortes relacionadas as causas externas(13%). Segundo o estudo do IBGE, a mortalidade masculina por causas externas afetam um segmento populacional em fase produtiva, reduzindo, em termos de anos de vida, os ganhos obtidos com a redução da mortalidade ocorrida na infância.

O resultado elevado no percentual de mortes por doenças do aparelho circulatório está associado a vários fatores que contribuem para as complicações e por vezes levam ao óbito como: o sedentarismo, o tabagismo, a hipertensão arterial, ao acesso e consumo de produtos industrializados e a outra característica demográfica que é a tendência de envelhecimento da população. As neoplasias(12%) estão em quarto lugar no percentual total de causas gerais de óbitos. Uma tendência que se observa atualmente é uma concentração elevada nas causas de mortes por neoplasias em idosos.

As doenças cardiovasculares são as principais causas de morte em todo o mundo. No Brasil (29,5%), as doenças do aparelho circulatório são também as principais causas de óbito para todas as idades em ambos os sexos, fato que se repete no Ceará (32,6%).

Ressaltamos a importância deste indicador especificando as grandes causas de morte na população rural o que direcionaria melhor o Plano - PTDRS e detalharia a situação da mortalidade para este seguimento da população.

Uma alteração nas causas de mortalidade tanto no território como no país é a substituição progressiva de óbitos por doenças infecciosas e transmissíveis por doenças crônicas, degenerativas e causas externas ligadas a acidentes e a violência.

7.3 Condições de Nascimento

As variáveis sobre as condições de nascimento trabalhadas inicialmente foram o total de nascidos, o percentual de partos vaginais e cesáreos, o percentual de crianças nascidas com baixo peso, o percentual de prematuros e o percentual de mães adolescentes que compreendem a faixa etária de 10 a 19 anos:

Tabela 7: Condições de Nascimento no Território Vales do Curu e Aracatiaçu em 2008

Municípios	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
MICRO TERRITORIO LITORAL VALES DO CURU						
Paracuru	473	27,4	72,6	5,5	4,1	20,9
Paraipaba	455	30,3	69,7	7,5	7,4	24,3
São Gonçalo Amarante	597	31,4	68,6	11,2	8,7	24,0
São Luís do Curu	214	31,8	68,2	10,3	7,0	28,5
TOTAL	1739	30,2	69,8	8,6	6,8	24,4
MICRO TERRITORIO MEDIO CURU						
Apuiarés	157	33,5	66,5	11	11	26,8
General Sampaio	120	25,8	74,2	5,8	6,7	27,5
Pentecoste	529	31,8	68,2	6,7	4,5	27,4
Tejuçuoca	245	27,5	72,5	5,8	5,7	18,9
TOTAL	1051	29,7	70,4	7,3	7,0	25,2
MICRO TERRITORIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM						
Amontada	728	21,8	78,2	7,5	3,0	23,5
Itapipoca	2103	27,0	73,0	7,3	4,9	20,4
Itarema	700	22,5	77,5	5,4	5,0	22,1
Miraíma	229	19,2	80,8	6,6	1,7	27,1
Trairi	777	18,4	81,6	7,3	3,3	21,9
Tururu	232	27,5	72,5	6,9	3,4	27,5
TOTAL	4769	22,6	77,4	7,2	3,2	24,3
MICRO TERRITORIO UNIÃO DAS SERRAS						

Municípios	INFORMAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES DE NASCIMENTO					
	Total Nascidos 2008	% De Partos Cesáreos	% De Partos Vaginais	% Com Baixo Peso	% De Prematuros	% De Mães De 10 - 19 Anos
Irauçuba	369	25,8	74,2	6,8	4,1	22,8
Itapajé	859	30,0	70	5,5	4,3	21,1
Umirim	284	25,4	74,6	11,5	6	21,5
Uruburetama	355	26,5	73,5	9,8	7,9	27,0
TOTAL/MEDIA	1867	26,9	72,7	8,9	6,1	23,2
TOTAL DO TERITORIO	9426	26,9	73,1	8,4	5,6	23,1

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional em 14/12/2009.

De acordo com os índices da **tabela**, o percentual de partos cesáreos em relação aos partos vaginais no território está dentro das metas do Pacto Pela Saúde no Estado que é de 30% e Ministério da Saúde, porém o obtido pelo Estado do Ceará em 2008 foi 42,7 % do total dos partos. Destacamos que nos municípios de Apuiarés(33,5,9%);Pentecoste /São Luis do Curu (31,8%) e São Gonçalo do Amarante(31,8%) o percentual ficou acima da meta pactuada com Estado (30,1%) e da média de partos cesáreos do território que foi de 26,9 % dos partos.

Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto. Este indicador é útil para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança. Devido às restrições impostas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) limitando os partos cesáreos ao máximo de 30% do total de partos financiados, os excessos que sejam encontrados podem estar relacionados principalmente aos partos não-SUS (por planos de saúde ou privados). De fato, pequena amplitude e variabilidade desse indicador são observadas entre os partos SUS.

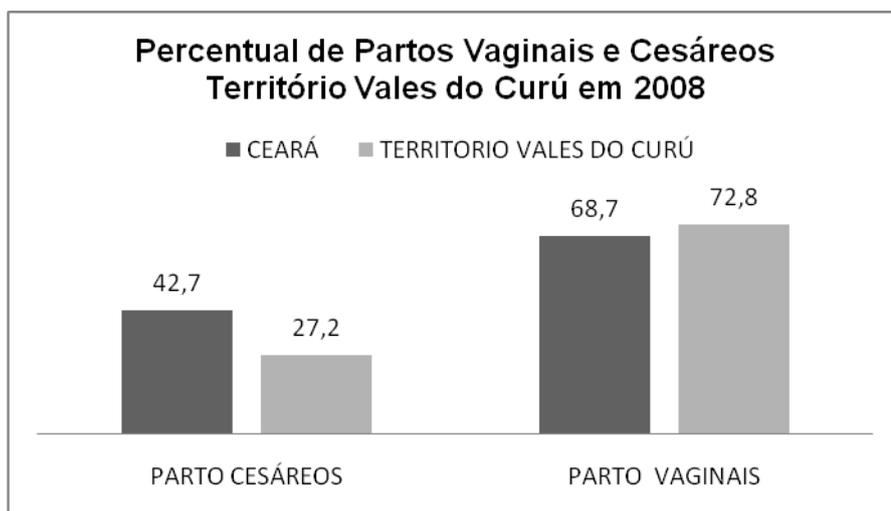


Figura 4: Gráfico do Percentual de Partos Cesáreos e Vaginais no Território Vales do Curu e Ceará em 2008

Fonte: SINASC. Situação da base de dados nacional ,2009.

Sobre a maternidade entre as mães adolescentes (10 a 19 anos), encontramos uma média de 23,1%, entre as que pariram em 2008 eram adolescentes. Alguns municípios apresentam um percentual acima da média encontrada. Pelo menos oito dos municípios que fazem parte do Território Vales do Curu. Os municípios com percentuais mais elevados foram São Luis do Curu (28,1%); Miraima(27,1%) e Tururu(27,5%). Relacionamos este indicador a situação socioeducacional que é a escolaridade destas mães.

O objetivo de conhecer esta variável é que esta se propõe a contribuir na avaliação dos níveis de saúde infantil e dos fatores socioeconômicos e culturais que intervêm na ocorrência da gravidez.

Sobre a prematuridade e o baixo peso ao nascer encontramos que a média do Território Vales do Curu foi de 5,6% dos nascidos vivos foram prematuros.

Sobre o baixo peso ao nascer temos uma média de 8,4% dos partos são de crianças nesta situação. Destacamos alguns municípios como Apuiarés(11%); São Gonçalo(8,7%) e Uruburetama (7,9%) que se encontram acima da média do território perfazendo cada um quase 10% de seus nascimentos são de recém nascidos de baixo peso.

O indicador serve como preceptor da sobrevivência infantil: quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Valores de baixo peso ao nascer em torno de 5-6% são encontrados em países desenvolvidos. Convenções internacionais estabelecem que essa proporção não deve ultrapassar 10%.

Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil. A idade materna pode estar associada a condições de risco para o recém-nascido, tais como a prematuridade e o baixo peso ao nascer, que tendem a ser mais freqüentes nos nascidos de mães adolescentes e idosas.

7.4 Tipos de Estabelecimentos

Constatamos que no Território Vales do Curu existem vários tipos de estabelecimentos de saúde sendo a sua maioria feita por Centros de Saúde/ Unidade básica de saúde (144), seguida de posto de saúde(27), policlínicas/ clínicas especializadas(13); hospitais (8),CAPS(7), CEO(5), UPA(2), SAMU(0), farmácia popular (0).Em junho de 2004, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil, com o objetivo de levar medicamentos essenciais a um baixo custo para mais perto da população, melhorando o acesso e beneficiando uma maior quantidade de pessoas.

O Programa atua sobre dois eixos de ação: as UNIDADES PRÓPRIAS, em funcionamento desde junho de 2004, que são desenvolvidas em parceria com Municípios e Estados e o SISTEMA DE COPAGAMENTO, lançado em março de 2006, desenvolvido em parceria com farmácias e drogarias privadas.

As UNIDADES PRÓPRIAS são operacionalizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que coordena a estruturação das unidades e executa a compra dos medicamentos, o abastecimento das unidades e a capacitação dos profissionais. Contam, atualmente, com um elenco de 108 medicamentos mais o preservativo masculino, os quais são dispensados pelo seu valor de custo representando uma redução de até 90% do valor comparando-se com farmácias e drogarias privadas. A única condição para a aquisição dos medicamentos disponíveis nas unidades, neste caso, é a apresentação de receita médica ou odontológica.

Já no SISTEMA DE CO-PAGAMENTO, o Governo Federal paga uma parte do valor dos medicamentos e o cidadão paga o restante. O valor pago pelo Governo é fixo e equivale a 90% do Valor de Referência (consulte os valores na legislação do Programa). Por esse motivo, o cidadão pode pagar menos para alguns medicamentos do que para outros, de acordo com a marca e o preço praticado pelo estabelecimento. Para ter acesso a essa economia, basta que a pessoa procure uma drogaria com a marca “Aqui tem Farmácia Popular” e apresente a receita médica acompanhada do seu CPF e documento com foto. Atualmente, o Sistema de Copagamento está trabalhando com medicamentos para hipertensão, diabetes, colesterol e anticoncepcionais.

Portanto é de extrema importância a implementação desta política no território.

Sobre o serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, não constatamos a presença deste serviço no território, porém há duas unidades de UPA. Para a implantação deste serviço é importante o diálogo entre os gestores para a formação de consórcios intermunicipais para a implementação desta política de atenção à saúde da população.

Com relação ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, existem no território Vales do Curu sete unidades em funcionamento de acordo com a pesquisa nos sites referidos, ou seja, quase metade dos municípios tem o serviço implantado, vale ressaltar que em Itapipoca há um CAPS AD. Algumas limitações existem para instalação deste serviço, por necessitar de especialistas na área de saúde mental, além de aprovação nas Comissões Intergestoras Regionais e Estaduais.

O perfil populacional dos municípios é sem dúvida um dos principais critérios para o planejamento da rede de atenção à saúde mental nas cidades, e para a implantação de centros de Atenção Psicossocial. O critério populacional, no entanto, deve ser compreendido apenas como um orientador para o planejamento das ações de saúde. De fato, é o gestor local, articulado com as outras instâncias de gestão do SUS, que terá as condições mais adequadas para definir os equipamentos que melhor respondem às demandas de saúde mental de seu município.

Estes serviços devem ser substitutivos e não complementares ao hospital psiquiátrico. De fato, o CAPS é o núcleo de uma nova clínica, produtora de autonomia, que convida o usuário à responsabilização e ao protagonismo em toda a trajetória do seu tratamento.

7.5 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

No território Vales do Curu existem cinco Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, o que aparentemente representa uma boa cobertura, porém é necessário levantar os municípios que também fazem parte de outro recorte territorial que são as Coordenadorias Regionais de Saúde que tem

outra configuração. Estes são estabelecimentos de saúde, participantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, classificadas como Clínica Especializada ou Ambulatório de Especialidade. Os Centros de especialidades Odontológicas estão preparados para oferecer à população, no mínimo, os seguintes serviços:

- Diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca;
- Periodontia especializada;
- Cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros;
- Endodontia;
- Atendimento a portadores de necessidades especiais.

Cada Centro de Especialidade Odontológica (CEO) credenciado passa a receber recursos do Ministério da Saúde, de acordo com o que está definido pela Portaria Nº 599/GM de 23 de março de 2006. A implantação de Centros de especialidades funciona por meio de parceria entre estados, municípios e o governo federal, isto é o Ministério da Saúde faz o repasse de uma parte dos recursos e Estados e municípios contribuem cada um com outra parcela.

De acordo com as Portarias Nº 599/GM de 23 de março de 2006 que define critérios, normas e requisitos para implantação e credenciamento de Centros de Especialidades Odontológicas e a Portaria Nº600/GM de mesma data que institui o financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas: para os CEOs tipo I, aqueles com três cadeiras odontológicas, são destinados mensalmente R\$ 6,6mil para custeio e R\$ 40 mil em parcela única para implantação - correspondente à custa com reformas, ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos; CEOs tipo II, com quatro ou mais cadeiras, o valor mensal é de R\$ 8,8 mil e R\$ 50 mil para implantação CEOs tipo III, que possuem no mínimo de 7 cadeiras, o recurso de custeio é no valor de R\$ 15.400,00 e o de implantação R\$ 80 mil reais.

Além da implantação de CEOs, há também a implantação de Laboratórios Regionais de Prótese Dentária – LRPD – que são unidades próprias do município ou unidades terceirizadas credenciadas para confecção

de próteses totais, próteses parciais removíveis e prótese coronária/intrarradiculares e fixas/adesivas.

Ao lado do câncer de boca, a ausência de dentes é um dos mais graves problemas da saúde bucal no Brasil. Hoje 75% dos idosos são desdentados. Entre adultos com idade de 30 a 44 anos esse índice é de 30%. O Ministério da Saúde registra, ainda, um total de 5 mil adolescentes desdentados sem prótese na boca. Estima-se que 8 milhões de pessoas precisam de prótese dentária no País.

De acordo com as portarias N.º 2.374 e 2.375 GM/MS de 07 de outubro de 2009 que alteram o pagamento de próteses dentárias em Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias - LRPD no valor de R\$ 30,00 para R\$ 60,00 para prótese total; de R\$ 40,00 para R\$ 60,00 para prótese parcial removível; e R\$ 60,00 para Próteses Coronárias/Intra-radiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Agora o financiamento está incluído no Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) e a forma de pagamento mudou. O Município/Estado passa a receber mensalmente de acordo com sua produção, sendo os valores repassados:

- Até 50 próteses/mês: R\$ 3.000,00 mensais
- Entre 51 e 150 próteses/mês: R\$ 9.000,00 mensais
- Acima de 151 próteses/ mês: R\$ 12.000,00 mensais

Esta produção será acompanhada de acordo com as informações prestadas pelos municípios através do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS). Serão feitas avaliações trimestrais destes dados para redefinir a distribuição dos recursos. Estes recursos são repassados diretamente do Ministério da Saúde para os municípios ou estados que possuem laboratórios credenciados não comprometendo seus recursos de saúde já existentes, ou seja, recursos extra teto.

7.6 Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF

Os núcleos de apoio/atendimento à saúde da família - NASF totalizam oito equipamentos/equipes que fazem parte deste território o que é um número razoável. Existe uma situação de possível equívoco sobre o papel desta estrutura representada nos municípios, pois atualmente os NASF se ligam às equipes de Saúde da Família completas com o objetivo de apoiar estas equipes em suas limitações da especificidade das profissões que fazem parte da equipe mínima (Enfermeiros, Dentistas e Médicos, além dos Agentes Comunitários de Saúde).

7.6.1 Modalidades

Os núcleos são divididos em duas modalidades, de acordo com o número de equipes de saúde da família atuantes em cada estado. O NASF 1 é voltado para os municípios com equipes de até cinco profissionais de nível superior. Eles recebem R\$ 20 mil por mês para manutenção a partir do início de suas atividades. O NASF 2 funciona em cidades com equipes de até três profissionais e recebem R\$ 6 mil mensais para custeio. Todos os Nasf autorizados no Ceará são do tipo I.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, as cidades têm até dezembro deste ano para implementar os núcleos. Cada cidade beneficiada é responsável por escolher os profissionais que irão compor o núcleo, de acordo com a realidade de suas comunidades. No entanto, a recomendação é para que os municípios do Nordeste e da Amazônia Legal, cujo objetivo é priorizar ações dos núcleos para a redução da mortalidade infantil, como parte do Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil nos municípios prioritários.

7.6.1.1 Núcleo

Para implantar o NASF, o município deve elaborar um projeto, informando o território de atuação e as atividades que serão desenvolvidas. Além disso, é preciso especificar os profissionais e sua forma de contratação

com número de carga horária, identificação das equipes do saúde da família vinculadas ao NASF e a unidade de saúde onde os núcleos serão credenciados. Esse projeto deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Comissão Intergestores de cada estado.

7.6.1.2 Número de Leitos Hospitalares por Habitante

Número de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Este indicador mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares conveniados ou contratados pelo SUS, por tipo de vínculo (público, privado e universitário), e a população residente na mesma área geográfica. Não inclui os leitos privados sem vínculo com o SUS.

O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas, epidemiológicas e demográficas da população, bem como pelas políticas de atenção à saúde no SUS. Entre essas últimas, destacam-se a oferta de serviços especializados (doenças crônico-degenerativas, agravos à saúde mental etc.) e a cobertura da atenção básica à saúde.

É para analisar variações geográficas e temporais da oferta de leitos hospitalares pelo SUS (públicos, privados e universitários), identificando situações de desequilíbrio que podem demandar a realização de estudos especiais, além de subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar de responsabilidade do SUS.

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu há uma média de 1,0 leito para 1000 habitantes. Ao compararmos este dado com o resultado do Estado do Ceará temos que existem 1,7 leitos SUS para cada 1000 habitantes e 2,2 leitos em geral o que é uma disponibilidade inferior, porém é um resultado satisfatório.

7.7 Atenção Básica - Número de Equipes de Saúde da Família e Cobertura

Sobre o total de Equipes de Saúde da Família e a cobertura do percentual da população temos que o território tem 128 equipes e um percentual de cobertura que corresponde a 94,6. Existem alguns municípios que tem um percentual de cobertura de atenção básica bem abaixo da media do território como Amontada(61,1) e Itapipoca(67,3). Enquanto a cobertura não corresponder ao total da população os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, Universalidade, Equidade e Integralidade não estarão sendo cumpridos.

Um comentário sobre o repasse de recursos insuficiente para atenção básica foi levantado pelos participantes do comitê, com relação a essa situação temos a Portaria 3067 de 2008 fixa o valor mínimo da parte fixa do Piso de Atenção Básica – PAB Fixo em R\$ 17,00 (dezesete reais) por habitante ao ano, para efeito do cálculo do montante de recursos a ser transferido do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e do Distrito Federal.

Parágrafo único. Será mantido o valor per capita dos Municípios que recebem, atualmente, PAB superior a R\$ 17,00 (dezesete reais) por habitante ao ano.

Art. 2º Atualizar a base populacional para o cálculo do PAB Fixo, a partir da estimativa da população dos Municípios e o Distrito Federal para o ano de 2008, constante da Resolução nº 8, de 27 de agosto de 2008, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Para os Municípios onde não houve contagem da população no ano de 2007 a estimativa da população para o ano de 2008 será acrescida do quantitativo de população assentada entre os anos 2000 e 2005, conforme informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Os municípios que tiveram redução da estimativa populacional para o ano de 2008 em relação à utilizada anteriormente, os valores mensais e anuais do PAB serão mantidos por meio da correção do valor per capita.

Durante as oficinas foram colocados pontos como a descontinuidade dos serviços, devido aos projetos e investimentos do governo federal onde há contrapartida do governo municipal, quando há essa modalidade de

investimento o governo municipal dentro de suas fragilidades não consegue dar continuidade aos processos iniciados.

Tabela 8: Distribuição dos tipos de estabelecimentos atenção básica e especializada em 2008.

Municípios	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS														Nº de Leitos Por 1000 Hab.
	ATENÇÃO BÁSICA							ATENÇÃO ESPECIALIZADA							
	Centro de Saúde / Unidade Básica	Posto de Saúde	Unidade Mista /Parto Normal/Pront. Socorro	Nº EqSF	% Cobertura EqSF	CEO	CAPS/Hosp. Dia	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada	Hospital	NASF		
MICRO TERRITÓRIO LITORAL VALES DO CURU															
Paracuru	1	9,0	0	10	101	1	1	0	0	0	3	1	1	1,6	
Paraipaba	9	1,0	1	9	101,3	0	1	0	0	0	0	0	1	0,8	
S. Gonçalo Amarante	9	0	0	14	101,5	1	0	0	0	1	1	1	1	0,8	
São Luís do Curu	1	4	1	5	100,7	0	0	0	0	0	0	0	0	1,6	
TOTAL	20	14,0	2,0	38,0	101,1	2,0	2,0	0,0	0,0	1,0	4,0	2,0	3,0	4,8	
MICRO TERRITÓRIO MEDIO CURU															
Apuiarés	5	3	0	6	101,1	0	0	0	0	0	0	1	0	0,8	
General Sampaio	2	1	0	2	100,7	0	0	0	0	0	1	1	0	2	
Pentecoste	16	2	0	7	65,7	0	1	0	0	1	1	1	1	1,5	
Tejuçuoca	4	2	1		82,7	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
TOTAL	27	8,0	1,0	15,0	87,6	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	2,0	3,0	1,0	5,3	
MICRO TERRITÓRIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM															
Amontada	8	1	1	7	61,1	0	1	0	0	0	1	0	1	0,9	
Itapipoca	27	3	0	22	67,3	1	2	1	0	1	7	2	3	1,4	
Itarema	12	1	0	10	95,8	0	1	0	0	0	2	1	1	0,8	
Miraíma	4	0	1	13	81,9	0	0	0	0	0	0	0	0	0,7	
Trairi	10	0,0	1	13	88,3	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,6	
Tururu	4	0	1	4	98,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1	

Municípios	TIPO DE ESTABELECIMENTO SUS / OUTROS														
	ATENÇÃO BÁSICA						ATENÇÃO ESPECIALIZADA								
	Centro de Saúde / Unidade Básica	Posto de Saúde	Unidade Mista /Parto Normal/Pront. Socorro	Nº EqSF	% Cobertura EqSF	CEO	CAPS/Hosp. Dia	Farmácia Popular	SAMU	UPA	Policlínica/ Clínica Especializada	Hospital	NASF	Nº de Leitos Por 1000 Hab.	
TOTAL	65	1,0	3,0	40,0	91,2	1,0	2,0	0,0	0,0	0,0	3,0	1,0	2,0	3,2	
MICRO TERRITORIO UNIÃO DAS SERRAS															
Irauçuba	8	0	1	8	101,4	0	1	0	0	0	1	0	0	0,8	
Itapajé	12	3	0	14	100,9	0	0	0	0	0	1	1	1	0,7	
Umirim	4	0	1	5	91,3	1	0	0	0	0	1	0	0	0,7	
Uruburetama	8	1	0	8	101	1	1	0	0	0	1	1	1	0,8	
TOTAL/MEDIA	32	4,0	2,0	35,0	98,7	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	4,0	2,0	2,0	3,0	
TOTAL DO TERRITORIO/MEDIA	144	27	8	128,0	94,6	5	7	0	0	2	13	8	8	16,3	

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

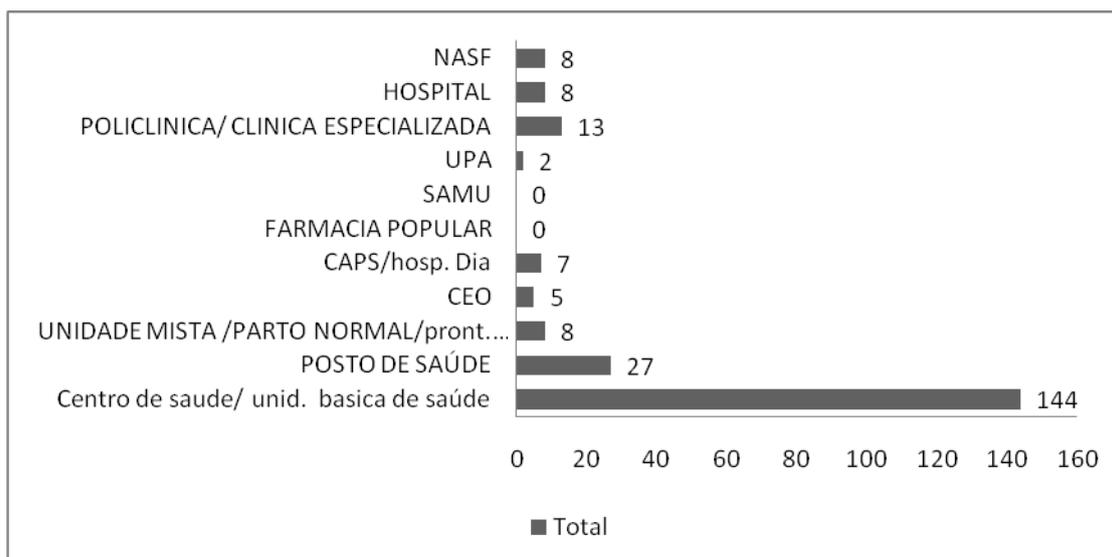


Figura 5: Gráfico dos Tipos de estabelecimentos no Território Vales do Curu em 2008/2009/2010

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

7.8 Recursos Humanos

7.8.1 Ofertas de Profissionais Médicos por Especialidades por 1.000 Habitantes

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu das várias deficiências no que concerne às especialidades médicas, os números que mais chamam atenção é o de psiquiatra, pediatra, anestesista e radiologista que, apesar de dispor destas especialidades, o total não é suficiente para atender as demandas da população. Entretanto, quando calculamos o total de profissionais por 1000 habitantes (1,2) percebemos que está de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, é recomendado que haja pelo menos um profissional médico para cada 1000 habitantes.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de superar entraves e limitações dos processos gerenciais de recursos humanos tradicionalmente adotados pelas instituições de saúde. Para isso, torna-se indispensável elaborar propostas e trabalhar sua viabilidade, buscando sempre a inovação e o aperfeiçoamento das práticas de administração do trabalho nos serviços de saúde.

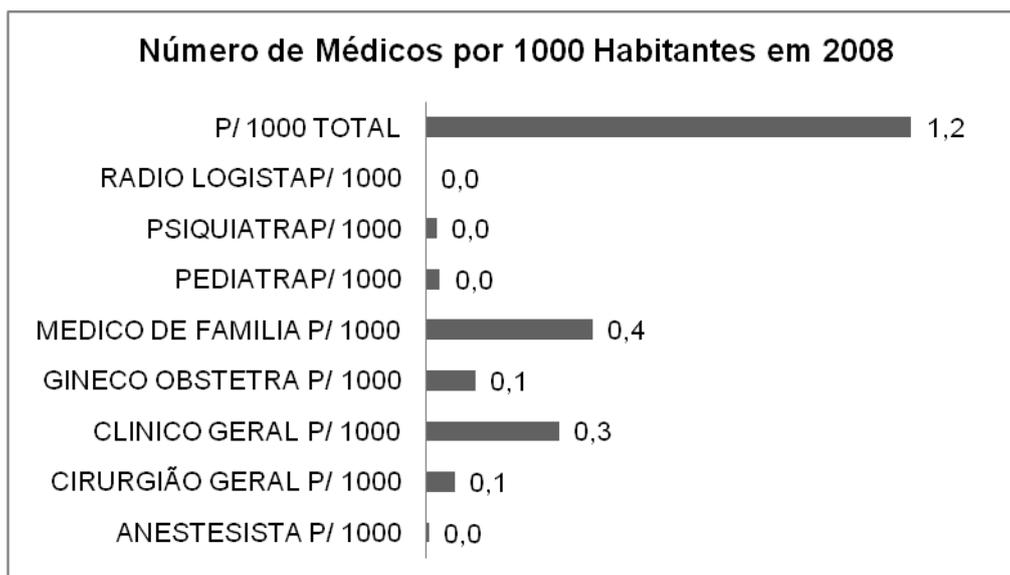


Figura 6: Gráfico do Número de Médicos por 100 Habitantes em 2008 no Território Vales do Curu

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

7.8.2 Ofertas de Outros Profissionais de Saúde por 1.000 Habitantes

Este indicador mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica é fortemente influenciado pelas condições socioeconômicas da população e pelas políticas públicas de atenção à saúde.

Ao analisarmos variações da situação da distribuição de profissionais de saúde, identificamos deficiências principalmente entre as categorias de fonoaudiólogo, assistente social, nutricionista e psicólogo. Mesmo as categorias de enfermagem e odontologia ainda não há uma situação ideal do número de profissionais para cada 1000 habitantes. A identificação destas deficiências de profissionais é fundamental para subsidiar políticas de incentivo à interiorização de profissionais de saúde e contribuir nos processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a formação de profissionais de saúde e sua inserção no mercado de trabalho.

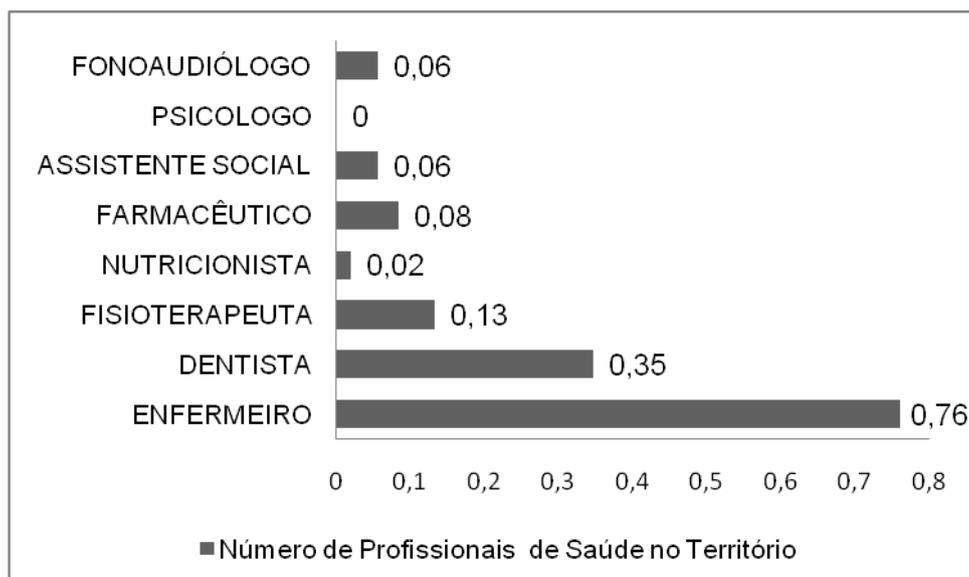


Figura 7: Gráfico do Número de Profissionais de Saúde por Habitante do Território Vales do Curu em 2008

Fonte: CNES. Situação da base de dados nacional, 2010.

7.9 Saneamento Básico

7.9.1 Abastecimento e Esgotamento

7.9.1.1 Cobertura de Redes de Abastecimento de Água

A cobertura de redes de abastecimento de água é o percentual da população residente servida por rede geral de abastecimento, com ou sem canalização domiciliar, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

Considera-se a cobertura de rede de abastecimento de água¹: (i) com canalização interna, quando o domicílio possui canalização em pelo menos um cômodo e a água utilizada for proveniente de rede geral de distribuição; e (ii) sem canalização, quando a água utilizada no domicílio for proveniente de rede geral de distribuição canalizada para o terreno ou propriedade onde está localizado o domicílio.

Este indicador mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, através de rede geral de distribuição. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental.

Ao analisarmos situação da cobertura de abastecimento de água à população, identificamos que os domicílios que tem abastecimento corresponde a 87,8 %, Quando este percentual corresponde a insuficiência, pode indicar medidas de intervenção, fornecer elementos para a análise de riscos para a saúde associados a fatores ambientais, contribuir na análise da situação socioeconômica da população e subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

Para a situação de esgotamento neste território temos que apenas 12,4 % das casa tem acesso a rede geral de segundo, uma situação que compromete diretamente a saúde pública, pois varias doenças de veiculação hídrica podem ser transmitidas devido a esta questão.

Seria interessante destacar que o indicador refere-se somente à disponibilidade de rede geral de abastecimento, não considerando o uso efetivo pela população. Também não permite avaliar a quantidade *per capita*, a qualidade da água de abastecimento e a intermitência de fluxo. Outro ponto relevante a ser indagado é a fluoretação da água como fator de proteção à saúde bucal das pessoas que a utilizam.

Tabela 9: Distribuição do percentual de cobertura de abastecimento de Água e Esgoto no território Vales do Curu em 2006

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
MICRO TERRITORIO LITORAL VALES DO CURU		
Paracuru	78,0	50,1
Paraipaba	85,1	76,9
S Gonçalo Amarante	66,1	0
São Luís do Curu	98,2	0
TOTAL	81,9	31,8
MICRO TERRITORIO MEDIO CURU		
Apuiarés	86,5	0
General Sampaio	100,0	0
Pentecoste	97,8	0
Tejuçuoca	72,4	0
TOTAL	89,2	0
MICRO TERRITORIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM		
Amontada	73,5	0
Itapipoca	85,9	57,8

Municípios	% domicílios com abastecimento de água	% domicílios com esgotamento sanitário
Itarema	93,4	13,1
Miraíma	55,2	0
Trairi	38,5	16,5
Tururu	94,7	0
TOTAL	73,5	14,6
MICRO TERRITORIO UNIÃO DAS SERRAS		
Irauçuba	98,0	21,3
Itapajé	88,9	0
Umirim	89,7	0
Uruburetama	92,8	0
TOTAL/MEDIA	92,4	5,3
MÉDIA DO TERRITÓRIO	87,8	12,4

Fonte: SEINFRA % de domicílios com abastecimento de água e % de domicílios com esgotamento sanitário, 2006.

8 ASPECTOS EDUCACIONAIS

A avaliação sobre a Educação e a Cultura do Território requer o conhecimento de algumas variáveis que vão além das específicas da educação e da cultura, como são as informações sócio-demográficas, que interferem diretamente nos resultados da educação de uma população.

Enfatizamos as variáveis: população total alfabetizada do Estado por faixas etárias, e o nível de escolaridade, que são exemplos de elementos indispensáveis no processo de planejamento que vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas para a Educação.

Faz parte da democracia política o planejamento participativo, debatido e vivenciado, e dentro desta perspectiva o Plano Territorial do Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS é um marco neste processo.

Apesar da concepção do Território ter sido constituída a partir do segundo semestre de 2003, ainda existem concepções diferentes desta lógica, como é o caso da Educação, que segundo a Secretaria Estadual de Educação, os municípios que formam o Território da Cidadania Os municípios que formam o Território da Cidadania Vales do Curu Aracatiaçu na divisão estadual da educação da Secretaria Estadual de Educação, são atendidos por quatro Coordenações Regionais de Desenvolvimento da Educação – CREDE, o município de Irauçuba que pertence ao Micro Território de Umirim, é atendido pela CREDE 6, com sede em Sobral. O município de Itarema que faz parte do Micro Território de Itapipoca, é atendido pela CREDE 3, com sede em Acara. O município de General Sampaio que pertence ao Micro Território Médio Curu, é atendido pela CREDE 7, com sede em Canindé; e os demais municípios pertencem a CREDE 2, com sede em Itapipoca.

Em relação à educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada, não tem favorecido para combater o analfabetismo, e nem aumentar a escolaridade da população, nem sua cultura e nem seu padrão de vida. Há ainda o ingresso tardio à escola que na maioria das vezes, é atrasado porque o indivíduo precisou trabalhar, e nos municípios de pequeno porte, são oferecidos sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos

dessa política pública. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo.

Os dados e informações sobre a Educação no Território serão avaliados no Ensino Infantil, pelos números de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia; pela infraestrutura oferecida nas escolas, com a quantidade de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, a quantidade de quadras de esportes, e quantidade das escolas que recebem merenda escolar por dependência administrativa e zona de moradia. Ressalta-se também a formação dos docentes que em alguns municípios já estão oferecendo aos seus professores a formação continuada da educação infantil.

O Ensino Fundamental que tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, é medido pelas variáveis: número de matrículas, por dependência administrativa e localização se urbana ou rural; número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos. Este nível de escolaridade também é avaliado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, e pelo grau de formação dos docentes.

O Ensino Médio no Território que é ofertado pelo Governo Estadual, e será descrito pelas variáveis do número de matrículas e número de escolas e seus equipamentos de biblioteca, laboratório de informática e de ciências, de quadras de esporte e se a merenda escolar chega a seus alunos.

A educação especial, o ensino profissional também são comentados nesta dimensão educacional, como também número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA - presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia.

E sobre o Ensino Superior a informação é referente ao número de universidades por dependência administrativa e zona de moradia. Ressaltamos também os programas educativos rurais e a taxa de analfabetismo da população do Estado do Ceará por gênero e zona de moradia.

8.1 Infraestrutura Educacional

A população do Território é formada por 20% de jovens situados na faixa de 16 a 24 anos de idade, então para atender esta demanda é preciso qualificar esta mão de obra para ocupar as frentes de serviços oferecidas na própria região, uma delas é o de técnicos agrícolas na Agricultura Familiar, que capacitados, vão produzir e apoiar tecnicamente os demais produtores.

Para concretizar harmonicamente esses objetivos, o Território vem discutindo a implantação da Escola Territorial de Educação Básica do Campo/Curso de Agricultura Ecológica voltada para a formação profissional, nível médio.

Um indicador de extrema importância na educação é o quantitativo da população alfabetizada com idade maior ou igual há cinco anos. No caso do Ceará, em 2003, do total da população com idade maior ou igual há cinco anos 75,4% era alfabetizada, enquanto em 2008 essa percentual passou para 80,2%.

A Tabela 10 mostra que, considerando a população alfabetizada por faixa etária, verifica-se que em 2008, a maior concentração está presente na faixa de 7 a 14 anos, vindo em seguida a faixa de 30 a 39 anos, representando 17,6% e 14,7%, respectivamente.

Tabela 10: População alfabetizada no Estado por faixa etária (total, zona de moradia: rural e urbano)

Grupo de Idade	2008					
	Total			Alfabetizadas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
TOTAL	7.845.050	6.023.661	1.821.399	6.295.558	5.070.973	1.224.645
5 / 6 anos	268.228	194.602	73.616	73.022	62.189	10.833
7 / 14 anos	1.379.494	1.001.755	377.739	1.206.661	903.625	303.036
15 /19 anos	852.537	652.385	200.152	819.460	632.491	186.969
20 /24 anos	827.501	663.391	164.110	787.239	642.600	144.639
25/ 29 anos	695.504	559.223	136.281	642.389	528.752	113.637
30/39 anos	1.156.159	905.014	251.145	978.854	804.073	174.781
40/ 49 anos	1.051.325	853.058	198.267	813.381	699.894	113.487
50/ 59 anos	694.788	535.181	159.607	482.387	397.700	84.687
60/ou mais	919.514	659.042	260.472	492.165	399.589	92.576

Fonte: IPECE, 2009.

8.2 Nível de Escolaridade e Infraestrutura Educacional

8.2.1 Educação Infantil

A **Educação Infantil** se constitui na primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) esta educação é promovida em duas fases da infância, a primeira para crianças de 04 meses de idade até os três anos de idade em creches, ou entidades equivalentes, e para as crianças de quatro a seis anos de idade nas denominadas pré-escolas. A avaliação terá o caráter de acompanhamento e registro do desenvolvimento infantil, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996).

A taxa de escolarização líquida possibilita comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a este nível de ensino. A taxa de escolarização bruta pode assumir valores superiores a 100%, já que o total de matrícula no nível de ensino considerado pode ser superior à população com idade teoricamente adequada a este nível de ensino.

Registrou-se no Ceará em 2008 os valores de 106,7% para a taxa de escolarização bruta do Ensino Fundamental e 94,2% para a taxa de escolarização líquida. Em relação ao ensino médio, a taxa de escolarização bruta correspondeu a 80,8% e a taxa de escolarização líquida registrou 50,4%.

A taxa de distorção idade-série expressa o percentual de alunos que concluem determinado nível de ensino, com idade superior à recomendada. No Brasil, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no Ensino Fundamental e de 15 anos para ingresso no Ensino Médio. Portanto, é considerado um aluno com distorção idade-série aquele que concluiu o nível de ensino com idade superior à recomendada. No Ceará, a taxa de distorção idade-série, no período de 2003-2008, passou no Ensino Fundamental de 37,4% para 11,2% e no Ensino Médio passou no mesmo período de 57,6% para 19,8%, representando uma melhora considerável deste indicador.

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu, como mostra a Tabela 11, as matrículas no Ensino Infantil ocorreram mais nos Micros territórios de Paraipaba e de Itapipoca mais havendo um equilíbrio na zona rural e urbana principalmente nas escolas municipais.

Tabela 11: Educação Infantil - Número de matrículas nas escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Municípios	Rede	Zona	Educação Infantil		
			Creche	Pre-Esc.	Total
UMIRIM	Municipal	Rural	86	170	256
		Urbana	355	365	720
	Subtotal		441	535	976
	Particular	Urbana	0	50	50
Total:			441	585	1.026
URUBURETAMA	Municipal	Rural	18	239	257
		Urbana	124	388	512
	Subtotal		142	627	769
	Particular	Urbana	16	98	114
Total:			158	725	883
ITAPAJE	Municipal	Rural	221	514	735
		Urbana	612	955	1.567
	Subtotal		833	1.469	2.302
	Particular	Urbana	25	141	166
Total:			858	1.610	2.468
IRAUCUBA	Municipal	Rural	51	249	300
		Urbana	170	640	810
	Subtotal		221	889	1.110
Total:			221	889	1.110
TOTAL MICROTERRITÓRIO UNIÃO DAS SERRAS			1678	3809	5487
PENTECOSTE	Municipal	Rural	143	355	498
		Urbana	278	706	984
	Subtotal		421	1.061	1.482
	Particular	Urbana	27	83	110
Total:			448	1.144	1.592
APIAIRES	Municipal	Rural	198	178	376
		Urbana	108	158	266
	Subtotal		306	336	642
	Particular	Urbana	36	44	80
Total:			342	380	722
GENERAL SAMPAIO	Municipal	Rural	87	124	211
		Urbana	81	142	223
	Subtotal		168	266	434
Total:			168	266	434
TEJUCUOCA	Municipal	Rural	403	421	824
		Urbana	152	139	291
	Subtotal		555	560	1.115
Total:			555	560	1.115

Municípios	Rede	Zona	Educação Infantil		
TOTAL MICROTERRITÓRIO MÉDIO CURU			1513	2350	3863
AMONTADA	Municipal	Rural	458	737	1.195
		Urbana	322	631	953
	Subtotal		780	1.368	2.148
	Particular	Urbana	0	98	98
Total:			780	1.466	2.246
ITAPIPOCA	Estadual	Rural	0	16	16
	Subtotal		0	16	16
	Municipal	Rural	1.174	1.619	2.793
		Urbana	925	1.684	2.609
	Subtotal		2.099	3.303	5.402
	Particular	Urbana	203	679	882
Total:			2.302	3.998	6.300
ITAREMA	Estadual	Rural	0	51	51
	Subtotal		0	51	51
	Municipal	Rural	547	837	1.384
		Urbana	226	444	670
	Subtotal		773	1.281	2.054
	Particular	Urbana	141	169	310
Total:			914	1.501	2.415
MIRAIMA	Municipal	Rural	159	188	347
		Urbana	208	258	466
	Subtotal		367	446	813
Total:			367	446	813
TURURU	Municipal	Rural	58	286	344
		Urbana	148	211	359
	Subtotal		206	497	703
Total:			206	497	703
TOTAL MICROTERRITÓRIO VALES DO ARACATIAÇU			4569	7908	12477
MIRIM	Municipal	Rural	303	548	851
		Urbana	180	302	482
	Subtotal		483	850	1.333
	Particular	Rural	13	29	42
		Urbana	71	112	183
	Subtotal		84	141	225
Total:			567	991	1.558
SAO GONCALO DO AMARANTE	Municipal	Rural	195	314	509
		Urbana	570	994	1.564
	Subtotal		765	1.308	2.073
	Particular	Urbana	0	211	211
Total:			765	1.519	2.284
SAO LUIS DO CURU	Municipal	Rural	72	122	194
		Urbana	166	192	358
	Subtotal		238	314	552
	Particular	Urbana	37	74	111
Total:			275	388	663
PARACURU	Municipal	Rural	200	587	787

Municípios	Rede	Zona	Educação Infantil		
		Urbana	166	629	795
	Subtotal		366	1.216	1.582
	Particular	Urbana	10	98	108
Total:			376	1.314	1.690
TRAIRI	Municipal	Rural	440	1.035	1.475
		Urbana	353	652	1.005
	Subtotal		793	1.687	2.480
	Particular	Urbana	18	181	199
Total:			811	1.868	2.679
TOTAL MICROTERRITÓRIO LITORAL VALES DO CURU			2.794	6.080	8.874
TOTAL TERRITÓRIO VALES DO CURU			10.554	20.147	30.701

Fonte: SEDUC, 2009.

Com relação ao Ensino Infantil, no município de Irauçuba as escolas não são adaptadas as necessidades especiais. A preocupação é maior com a zona rural onde a deficiência é maior. A maior problemática está no multiseriado.

Em General Sampaio, na sede do município, há escolas adaptadas, no entanto, os distritos não são adaptados. O transporte escolar não atende aos alunos do ensino infantil, e há necessidade de transporte aquático para alunos.

Já em Amontada, as escolas construídas recentemente foram feitas com total acessibilidade, e as reformadas estão sendo regularizadas. Já existem creches e centro de educação infantil. Todo município está coberto pelo transporte escolar.

No município de Trairi, a educação infantil apresenta deficiência na sede e nos distritos a situação é ainda mais frágil. Com relação ao transporte escolar há deficiência total de condução quando este serviço é contratado, não existe profissionalismo da parte dos contratados, e para agravar a situação, no período de chuva as estradas vicinais ficam intransitáveis, colocando em risco os alunos que são transportados.

Em São Gonçalo, os alunos da educação infantil assistem aulas com os alunos do ensino fundamental, não existem escolas suficientes para atender separados estes dois níveis de escolaridade. Mas, em compensação o serviço de transporte escolar atende aos estudantes com eficiência.

O município de Tururu apresenta as mesmas fragilidades dos outros municípios, com o agravante de que as carteiras utilizadas pelos alunos são inadequadas para as idades dos mesmos.

A Tabela 12 apresenta a infraestrutura existente no Território Vales do Curu Aracatiaçu com relação a vários aspectos; quantitativo de escolas, bibliotecas, laboratórios, quadras de esporte e merenda escolar.

Tabela 12: Educação Infantil Número de escolas na Rede; Total Rural e Urbana, Quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática e de ciências; quantidade de quadras de esporte e quantidade de quem recebe merenda escolar.

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
UMIRIM	Municipal	R*	17	0	0	0	0	17
		U**	8	1	0	0	1	8
	Total:		25	1	0	0	1	25
	Privada	U	2	2	0	0	0	0
Total:			27	3	0	0	1	25
URUBURETAMA	Municipal	R	14	2	0	0	1	14
		U	9	0	2	1	2	9
	Total:		23	2	2	1	3	23
	Privada	U	2	1	1	0	0	0
Total:			25	3	3	1	3	23
ITAPAJE	Municipal	R	27	0	0	0	3	27
		U	9	0	0	0	1	9
	Total:		36	0	0	0	4	36
	Privada	U	3	3	2	1	2	1
Total:			39	3	2	1	6	37
IRAUCUBA	Municipal	R	37	2	4	0	7	37
		U	6	1	3	0	3	6
	Total:		43	3	7	0	10	43
TOTAL MICRO UNIÃO DAS SERRAS			134	18	12	2	20	128
PENTECOSTE	Municipal	R	25	2	0	0	4	25
		U	13	6	1	0	3	12
	Total:		38	8	1	0	7	37
	Privada	U	2	2	0	0	1	1
Total:			40	10	1	0	8	38
APUIARES	Municipal	R	19	1	0	0	1	19
		U	2	0	0	0	0	2
	Total:		21	1	0	0	1	21
	Privada	U	3	2	0	0	0	0
Total:			24	3	0	0	1	21

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
GENERAL SAMPAIO	Municipal	R	13	1	0	0	0	13
		U	1	0	0	0	0	1
Total:			14	1	0	0	0	14
TEJUÇUOCA	Municipal	R	29	1	0	0	0	29
		U	1	0	0	0	0	1
Total:			30	1	0	0	0	30
TOTAL MICRO MEDIO CURU			108	15	1	0	9	103
AMONTADA	Municipal	R	46	0	0	0	1	45
		U	13	0	0	0	1	13
	Total:		59	0	0	0	2	58
	Privada	U	1	0	0	0	1	0
Total:			60	0	0	0	3	58
ITAPIPOCA	Estadual	R	1	0	0	0	0	1
	Municipal	R	93	8	21	0	7	92
		U	24	6	11	0	7	24
	Total:		117	14	32	0	14	116
	Privada	U	11	10	4	1	8	0
Total:			129	24	36	1	22	117
MIRAIMA	Municipal	R	6	1	0	0	1	6
		U	4	2	2	0	1	4
Total:			10	3	2	0	2	10
ITAREMA	Estadual	R	6	2	1	0	1	6
	Municipal	R	42	4	2	0	5	42
		U	7	1	0	0	0	7
	Total:		49	5	2	0	5	49
	Privada	U	6	4	3	0	3	3
Total:			61	11	6	0	9	58
TURURU	Municipal	R	15	1	0	0	3	15
		U	4	1	0	0	1	4
Total:			19	2	0	0	4	19
TOTAL MICRO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM			279	40	44	1	40	262
PARACURU	Municipal	R	25	4	11	0	2	24
		U	6	2	2	0	2	6
	Total:		31	6	13	0	4	30
	Privada	U	2	2	2	0	2	0
Total:			33	8	15	0	6	30

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
PARAIPABA	Municipal	R	18	3	1	0	3	18
		U	3	0	0	0	1	3
	Total:		21	3	1	0	4	21
	Privada	R	1	0	0	0	1	1
		U	4	2	1	0	1	0
	Total:		5	2	1	0	2	1
Total:			26	5	2	0	6	22
SAO GONCALO DO AMARANTE	Municipal	R	7	0	1	0	1	7
		U	13	1	0	0	2	13
	Total:		20	1	1	0	3	20
	Privada	U	5	5	2	0	3	2
Total:			25	6	3	0	6	22
SAO LUIS DO CURU	Municipal	R	8	0	0	0	1	8
		U	4	3	0	0	1	4
	Total:		12	3	0	0	2	12
	Privada	U	5	2	0	0	0	1
Total:			17	5	0	0	2	13
TRAIRI	Municipal	R	38	9	7	0	2	38
		U	10	3	3	1	4	10
	Total:		48	12	10	1	6	48
	Privada	U	3	1	1	0	0	1
Total:			51	13	11	1	6	49
TOTAL MICRO LITORAL VALES DO CURU			152	37	31	1	26	136

Fonte: MEC, 2010.

U* = Urbana

R**=Rural

Constatou-se que o Programa Pro-Infância e FUNDEB precisa ser implantado nos municípios do Território. E as brinquedotecas dos municípios precisam estar equipadas com jogos, ter atividades pedagógicas, de recreação e de lazer, já que elas são um espaço que visa estimular as crianças e os jovens a brincarem livremente, pondo em prática sua criatividade e imaginação.

8.2.2 Ensino Fundamental

O **Ensino Fundamental** tem caráter obrigatório e gratuito na escola pública, com duração de nove anos, inicia-se aos seis anos de idade, ou aos 5 anos, para as crianças que, segundo a Resolução nº. 01, de 14.01.2010, independentemente do mês do seu aniversário, que estiveram matriculadas e freqüentaram por mais de dois anos a Pré-Escola, em caráter excepcional, podem prosseguir seus estudos no Ensino Fundamental. Este ensino se subdivide em dois períodos atendendo a duas faixas etárias, que inicia a partir dos 5 até os 10 anos denominada Ensino Fundamental I (1ª a 5ª), e a segunda faixa de 11 a 14 anos (6ª a 9ª) Ensino Fundamental II.

Os currículos devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, composta de uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Na oferta desta modalidade de ensino a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região (LDB, 1996).

A Tabela 13 mostra o número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia do Ensino Fundamental.

Tabela 13: Ensino Fundamental - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia, da 1ª a 5ª e da 6ª a 9ª séries

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1º ao 5º	6º ao 9º	Total
UMIRIM	Municipal	Rural	467	60	527
		Urbana	1.507	1.668	3.175
	Subtotal:		1.974	1.728	3.702
	Particular	Urbana	115	31	146
Total:			2.089	1.759	3.848
URUBURETAMA	Estadual	Urbana	0	135	135
	Municipal	Rural	899	743	1.642
		Urbana	1.361	1.261	2.622
	Subtotal:		2.260	2.004	4.264
	Particular	Urbana	172	0	172
Total:			2.432	2.139	4.571
ITAPAJÉ	Estadual	Urbana	0	1.001	1.001
	Municipal	Rural	2.044	1.583	3.627
		Urbana	3.228	1.744	4.972
	Subtotal:		5.272	3.327	8.599

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Particular	Urbana	588	381	969
Total:			5.860	4.709	10.569
IRAUCUBA	Municipal	Rural	953	247	1.200
		Urbana	1.851	2.012	3.863
	Subtotal:		2.804	2.259	5.063
Total:			2.804	2.259	5.063
TOTAL MICROTERRITORIO UNIÃO DAS SERRAS			13.185	10.866	24.051
PENTECOSTE	Municipal	Rural	1.191	955	2.146
		Urbana	2.246	2.272	4.518
	Subtotal:		3.437	3.227	6.664
	Particular	Urbana	200	128	328
Total:			3.637	3.355	6.992
APUIARES	Municipal	Rural	554	622	1.176
		Urbana	597	690	1.287
	Subtotal:		1.151	1.312	2.463
	Particular	Urbana	84	0	84
Total			1.235	1.312	2.547
GENERAL SAMPAIO	Municipal	Rural	497	337	834
		Urbana	589	337	926
	Subtotal:		1.086	674	1.760
Total:			1.086	674	1.760
TEJUCUOCA	Municipal	Rural	1.408	988	2.396
		Urbana	659	550	1.209
	Subtotal:		2.067	1.538	3.605
Total:			2.067	1.538	3.605
TOTAL MICROTERRITORIO MEDIO CURU			8.025	6.879	14.904
AMONTADA	Estadual	Urbana	31	361	392
	Municipal	Rural	2.582	2.428	5.010
		Urbana	1.830	1.664	3.494
	Subtotal:		4.412	4.092	8.504
	Particular	Urbana	149	0	149
Total:			4.592	4.453	9.045
ITAPIPOCA	Estadual	Rural	52	38	90
		Urbana	0	1.697	1.697
	Subtotal:		52	1.735	1.787
	Municipal	Rural	5.336	3.746	9.082
		Urbana	6.082	3.871	9.953
	Subtotal:		11.418	7.617	19.035
Particular	Urbana	1.650	908	2.558	
Total:			13.120	10.260	23.380
ITAREMA	Estadual	Rural	350	170	520
		Urbana	0	0	0
	Subtotal:		350	170	520
	Municipal	Rural	2.380	1.588	3.968
		Urbana	1.304	2.111	3.415

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
	Subtotal:		3.684	3.699	7.383
	Particular	Urbana	330	159	489
Total:			4.364	4.028	8.392
MIRAIMA	Estadual	Urbana	0	108	108
	Municipal	Rural	621	448	1.069
		Urbana	1.002	714	1.716
	Subtotal:		1.623	1.162	2.785
Total:		1.623	1.270	2.893	
TURURU	Estadual	Urbana	0	159	159
	Municipal	Rural	866	899	1.765
		Urbana	697	561	1.258
	Subtotal:		1.563	1.460	3.023
Total:		1.563	1.619	3.182	
TOTAL MICROTERRITORIO LITORAL VALES DO CURU			25.262	21.630	46.892
PARAIPABA	Estadual	Urbana	0	94	94
	Municipal	Rural	2.019	1.424	3.443
		Urbana	798	1.276	2.074
	Subtotal:		2.817	2.700	5.517
	Particular	Rural	0	0	0
		Urbana	343	145	488
Subtotal:		343	145	488	
Total:		3.160	2.939	6.099	
SAO GONCALO DO AMARANTE	Estadual	Urbana	0	304	304
	Municipal	Rural	1.012	1.089	2.101
		Urbana	2.862	2.650	5.512
	Subtotal:		3.874	3.739	7.613
	Particular	Urbana	255	193	448
Total:		4.129	4.236	8.365	
SAO LUIS DO CURU	Municipal	Rural	387	242	629
		Urbana	809	804	1.613
	Subtotal:		1.196	1.046	2.242
	Particular	Urbana	193	19	212
Total:		1.389	1.065	2.454	
PARACURU	Estadual	Urbana	0	0	0
	Municipal	Rural	1.712	1.557	3.269
		Urbana	1.487	1.756	3.243
	Subtotal:		3.199	3.313	6.512
	Particular	Urbana	189	154	343
Total:		3.388	3.467	6.855	
TRAIRI	Estadual	Urbana	0	71	71
	Municipal	Rural	2.779	3.112	5.891
		Urbana	1.953	2.550	4.503
	Subtotal:		4.732	5.662	10.394
	Particular	Urbana	182	32	214
Total:		4.914	5.765	10.679	

Município	Rede	Zona	Ensino Fundamental		
			1° ao 5°	6° ao 9°	Total
TOTAL MICROTERRITORIO LITORAL VALES DO CURU			16.980	17.472	34.452
TOTAL TERRITORIO VALE DO CURU			63.452	56.847	120.299

Fonte: SEDUC, 2009.

No Ensino Fundamental a quantidade de matrícula nas séries iniciais tende sempre ser maior que nas séries finais, isso ocorre porque a evasão escolar cresce com o aumento da faixa etária, pois o controle dos pais e professores diminui, então tem que haver políticas públicas voltadas para estes anos letivos, um bom atrativo seria a construção de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências e as quadras esportivas, pois juntos eles preencheriam em todas as etapas da pesquisa, do conhecimento, da experiência, do esporte e do lazer as lacunas que existem na vida e na motivação desses pré-adolescentes do Território Vales do Curu Aracatiaçu.

A Tabela 14 apresenta o número de escolas, a quantidade de bibliotecas, de laboratórios de informática, e de ciências por dependência administrativa e zona de moradia e a quantidade de escolas que recebem merenda escolar no Ensino Fundamental no Território.

Tabela 14: Ensino Fundamental – Número Total de escolas, quantitativo de biblioteca, de laboratórios de informática e de ciências, quadra de esportes e quem recebe merenda.

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Umirim	Municipal	R*	9	0	0	0	0	9
		U*	8	7	2	0	6	8
	Total:		17	7	2	0	6	17
	Privada	R	2	2	0	0	0	0
Total:			19	9	2	0	6	17
Uruburetama	Estadual	U	1	1	1	0	0	1
	Municipal	R	17	2	0	0	2	17
		U	9	1	3	1	3	9
	Total:		26	3	3	1	5	26
	Privada	U	2	1	1	0	0	0
Total:			28	4	4	1	5	26
Itapaje	Estadual	U	2	2	2	0	1	2
	Municipal	R	27	0	0	0	3	27
		U	8	0	1	0	2	8
	Total:		35	0	1	0	5	35
	Privada	U	3	3	2	1	2	1
Total:			40	5	5	1	8	38
Irauçuba	Municipal	R	41	2	4	0	7	41

Municípios	Rede	Zona	Total de	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório	Quadra	Recebe	
		U	11	7	8	0	7	11
Total:			52	9	12	0	14	52
Total Micro União das Serras			139	27	23	2	33	133
Pentecoste	Municipal	R	25	2	0	0	4	25
		U	13	6	4	0	6	12
	Total:		38	8	4	0	10	37
	Privada	U	2	2	0	0	1	1
Total:			40	10	4	0	11	38
Apuiaries	Municipal	R	15	3	2	0	3	15
		U	2	2	2	0	1	2
	Total:		17	5	4	0	4	17
	Privada	U	2	2	0	0	0	0
Total:			19	7	4	0	4	17
Gal Sampaio	Municipal	R	10	2	1	0	0	10
		U	2	0	1	0	0	2
Total:			12	2	2	0	0	12
Tejucuoca	Municipal	R	20	1	3	0	7	20
		U	2	0	1	0	1	2
Total:			22	1	4	0	8	22
Total Micro Médio Curu			93	20	14	0	23	89
Amontada	Estadual	U	1	1	1	0	1	1
	Municipal	R	43	1	1	0	6	43
		U	12	5	4	0	7	12
	Total:		55	6	5	0	13	55
	Privada	U	1	0	0	0	1	0
Total:			57	7	6	0	15	56
Itapipoca	Estadual	R	1	0	0	0	0	1
		U	4	4	4	3	4	4
	Total:		5	4	4	3	4	5
	Municipal	R	94	8	22	0	8	93
		U	25	9	14	0	9	25
	Total:		119	17	36	0	17	118
Total:			135	31	44	4	29	123
Miraima	Estadual	U	1	1	1	1	1	1
	Municipal	R	6	1	0	0	1	6
		U	4	2	2	0	1	4
	Total:		10	3	2	0	2	10
Total:			11	4	3	1	3	11
Itarema	Estadual	R	8	2	2	0	1	8
	Municipal	R	42	6	3	0	7	42
		U	10	7	6	0	3	10
	Total:		52	13	9	0	10	52
	Privada	U	5	3	2	0	2	2
Total:			65	18	13	0	13	62
Tururu	Estadual	U	1	1	1	1	1	1
	Municipal	R	14	1	0	0	3	14
		U	3	2	1	0	1	3
	Total:		17	3	1	0	4	17
Total:			18	4	2	1	5	18
Total Micro Vales do Aracatiaçu Mirim			286	64	68	6	65	270
Paracuru	Municipal	R	26	5	12	0	3	25
		U	7	5	3	0	4	7

Municípios	Rede	Zona	Total de	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra	Recebe
	Total:		33	10	15	0	7	32
	Privada	U	2	2	2	0	2	0
Total:			35	12	17	0	9	32
Paraipaba	Estadual	U	1	1	1	1	0	1
	Municipal	R	22	4	2	0	4	22
		U	5	1	2	0	2	4
	Total:		27	5	4	0	6	26
	Privada	U	4	2	1	0	1	0
Total:			32	8	6	1	7	27
São Gonçalo do Amarante	Estadual	U	3	2	3	2	3	3
	Municipal	R	8	1	1	0	2	8
		U	11	4	6	0	9	11
	Total:		19	5	7	0	11	19
	Privada	U	4	4	2	0	3	1
Total:			26	11	12	2	17	23
São Luis do Curu	Municipal	R	7	0	0	0	1	7
		U	5	4	1	0	2	5
	Total:		12	4	1	0	3	12
	Privada	U	5	2	0	0	0	1
Total:			17	6	1	0	3	13
Trairi	Estadual	U	1	1	1	1	1	1
	Municipal	R	38	10	7	0	2	38
		U	10	3	5	1	7	10
	Total:		48	13	12	1	9	48
	Privada	U	2	1	0	0	0	0
Total:			51	15	13	2	10	49
Total Micro litoral Vales do Curu			161	52	49	5	46	144

Fonte: SEDUC, 2009.

* R = Rural

** U=Urbano

Para melhor atender aos alunos do Ensino Fundamental, um equipamento que seria bem vindo aos municípios do Território é a brinquedoteca equipada com jogos destinados ao reforço pedagógico, as atividades de lazer e recreação, e que fossem construídas também na zona rural de cada município.

Com relação à infraestrutura vemos que já existe uma preocupação tanto das escolas da rede pública como da privada em dotar as mesmas com biblioteca, que é um espaço de acesso à cultura e de exercício de cidadania para os alunos e a comunidade escolar, mas infelizmente não podemos dizer o mesmo com relação aos laboratórios de informática e de ciências, principalmente deste último, pois através das experiências de ciências, o aluno desperta para profissões nesta área.

Uma das alternativas para a presença deste equipamento seria a aquisição de Laboratórios Móveis de Ciências que seriam usados por um número bem maior de alunos em toda a rede.

Outro equipamento que precisa ser criado nas escolas são as quadras poliesportivas, pois sabemos que o esporte é a porta de entrada para muitos jovens que precisam de um futuro garantido, e o lazer faz parte da qualidade de vida e bem estar para os alunos que freqüentam as escolas, e juntos mostram que a saúde do corpo faz bem para a saúde da alma.

Outra deficiência apontada pelo Comitê de Educação nas Oficinas é a falta de qualificação dos professores de todos os municípios, principalmente os que ensinam língua inglesa e a língua espanhola, então eles deveriam ser mais preparados e ter conhecimento da disciplina que estão ministrando, pois o Território fica localizado em uma região de praia e a presença de turistas estrangeiros, e se os jovens tivessem aulas com docentes qualificados, a oportunidade de emprego seria bem maior.

Com relação aos laboratórios de ciências, é a mesma realidade do ensino infantil, pois este equipamento seria muito bom até para os professores que com as aulas práticas estariam também se reciclando e tendo este suporte pedagógico nas suas aulas nas escolas de todos os municípios.

Os laboratórios de informática estão sendo sub-utilizados por falta de professores de informática, realidade encontrada em todos os municípios, e que mostra mais uma vez a fragilidade com relação a qualificação da população jovem que precisa se capacitar par preencher as vagas ofertadas de empregos, principalmente na área do turismo, comércio e outros serviços de ponta que usa a informática como ferramenta de trabalho.

Paracuru, Tejuçoca e Umirim apresentam deficiência com relação aos transportes escolares, principalmente quando no período invernos, os alunos ficam ilhados, pois as estradas vicinais não têm condições de trafegabilidade.

Em Itapipoca o transporte escolar para o Assentamento Maceió é feito em 80% por caminhão; mas para os demais Assentamentos de Arapari a Assunção, localizados nas serras o transporte é feito em paus de arara

No município de Apuiarés uma das fragilidades apontada nas Oficinas é a falta de acessibilidade nas escolas e o transporte escolar está em péssimo estado de conservação e totalmente inadequado para conduzir os alunos deste nível escolar. Existe deficiência também na comunicação, com a ausência de linhas

telefônicas, para acesso da Internet, nas escolas para facilitar a pesquisa dos alunos e mesmo o aperfeiçoamento dos professores. O ProInfo foi sugerido, pois o mesmo é um projeto que visa promover o uso pedagógico de tecnologias da informação relacionadas a conteúdos educacionais nas escolas públicas de todo o Brasil.

Nas Oficinas realizadas no Território foi apontado pelo Comitê de Educação que o sistema de educação em todo o Território precisa ser fortalecido através de políticas públicas com foco na educação dos alunos em todos os níveis educacionais como também dos professores que precisam de uma formação continuada, levando para a sala de aula conteúdos e metodologias do ensino voltadas para a realidade atual da educação brasileira.

8.2.1.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) mede a qualidade do ensino público no país, foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em 2007. Este índice é calculado com base na taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB e na Prova Brasil, que revela se os alunos da escola pública estão aprendendo o que precisam na idade certa.

Toda escola pública tem uma nota de 0 a 10 no IDEB. Quanto maior a nota, melhor a qualidade do ensino na escola. Uma nova nota do IDEB é divulgada a cada dois anos, e o resultado mais recente do IDEB aponta uma média nacional de: 4,2 para as séries iniciais do ensino fundamental; 3,8 para as últimas séries do ensino fundamental; e 3,5 para as do ensino médio. O índice indica a qualidade do ensino da escola do aluno, do seu município e do seu estado. (MEC, 2010).

A Tabela 15 traz o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental I nas escolas da rede pública das séries iniciais e finais, dos municípios dos Micros Territórios.

Tabela 15: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB do Ensino Fundamental

Municípios	Ensino Fundamental	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	Projeções							
					2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Umirim	Anos Iniciais	3,1	3,2	3,6	3,1	3,5	3,9	4,2	4,4	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	2,9	3,2	3,4	2,9	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
Urubetama	Anos Iniciais	3,3	3,6	4,1	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	3,1	3,3	3,5	3,1	3,3	3,5	4,0	4,3	4,6	4,9	5,1
Itapajé	Anos Iniciais	3,7	3,8	4,3	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,6	5,9
	Anos Finais	3,3	3,7	4,1	3,4	3,5	3,8	4,2	4,6	4,8	5,1	5,4
Irauçuba	Anos Iniciais	3,2	3,2	3,7	3,2	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,1	3,5	3,8	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6	4,9	5,1
Pentecoste	Anos Iniciais	3,0	3,5	3,8	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
	Anos Finais	3,1	3,3	3,5	3,1	3,2	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1
Apuiarés	Anos Iniciais	3,3	3,6	3,7	3,3	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
	Anos Finais	3,2	-	3,7	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
Gral Sampaio	Anos Iniciais	2,4	3,6	3,9	2,5	2,9	3,3	3,6	3,9	4,2	4,5	4,8
	Anos Finais	2,6	3,6	3,5	2,6	2,8	3,0	3,4	3,8	4,1	4,3	4,6
Tejuçuoca	Anos Iniciais	-	3,7	3,7	-	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7
	Anos Finais	2,8	2,7	3,8	2,9	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9
Amontada	Anos Iniciais	3,2	3,4	4,3	3,3	3,6	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2	5,5
	Anos Finais	3,2	3,5	3,7	3,2	3,3	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2
Itapipoca	Anos Iniciais	3,1	3,4	4,0	3,2	3,5	4,0	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,1	3,2	3,7	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Itarema	Anos Iniciais	3,1	3,6	4,4	3,2	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,0	3,1	4,2	3,0	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5	4,8	5,0
Miraima	Anos Iniciais	3,3	3,4	4,1	3,4	3,7	4,2	4,5	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	3,3	3,3	3,6	3,3	3,5	3,7	4,1	4,5	4,8	5,0	5,3
Tururu	Anos Iniciais	3,3	3,2	4,0	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6
	Anos Finais	3,1	3,1	3,4	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6	4,9	5,1
Paraipaba	Anos Iniciais	3,4	4,0	4,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7
	Anos Finais	3,2	3,3	3,7	3,2	3,4	3,7	4,1	4,5	4,7	5,0	5,2
S. Gonçalo do Amarante	Anos Iniciais	3,8	4,5	4,7	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
	Anos Finais	3,7	4,1	4,3	3,7	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	5,4	5,7
S. Luis do Curu	Anos Iniciais	2,7	2,8	4,0	2,8	3,1	3,5	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0
	Anos Finais	2,6	3,0	3,5	2,7	2,8	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,6
Paracuru	Anos Iniciais	3,6	4,0	4,7	3,7	4,0	4,4	4,7	5,0	5,3	5,6	5,8
	Anos Finais	3,2	3,6	4,2	3,2	3,4	3,7	4,1	4,4	4,7	5,0	5,2
Trairi	Anos Iniciais	3,1	3,0	3,8	3,1	3,5	3,9	4,2	4,5	4,8	5,1	5,4
	Anos Finais	3,2	3,3	3,7	3,2	3,4	3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2

Fonte: MEC; INEP, 2010.

Dos municípios do Território Vales do Curu e Aracatiaçu, somente São Gonçalo do Amarante atingirá o índice desejado de 6,0 segundo as estimativas do INEP, em 2021.

Outras variáveis com certeza influenciam na saída destas crianças, todavia o IDEB evidencia o panorama desta realidade baseado nos critérios que

pedagogicamente são chamados: no caso da aprovação (auto-estima/competência) e no caso da evasão (frustração/fracasso escolar). No momento em que estas causas forem detectadas e resolvidas poder-se-ão atingir melhores resultados neste ensino.

8.2.3 Ensino Médio

O Ensino Médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: a) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; b) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; c) o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e d) compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Na oferta deste nível de ensino o Território Vales do Curu Aracatiaçu obteve matrículas em suas escolas de acordo com a Tabela 16 a seguir.

Tabela 16: Ensino Médio - Número de matrículas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
UMIRIM	Estadual	Urbana	820	0	0	820
Total:			820	0	0	820
URUBURETAMA	Estadual	Urbana	1.202	0	0	1.202
Total:			1.202	0	0	1.202
ITAPAJE	Estadual	Urbana	2.269	135	0	2.404
	Particular	Urbana	139	0	0	139
Total:			2.408	135	0	2.543
IRAUCUBA	Estadual	Urbana	1.178	0	0	1.178
Total:			1.178	0	0	1.178
TOTAL MICROTERRITÓRIO UNIÃO DAS SERRAS			5.608	135	0	5.743
PENTECOSTE	Estadual	Urbana	2.051	0	0	2.051
Total:			2.051	0	0	2.051
APUIARES	Estadual	Urbana	724	0	0	724
Total:			724	0	0	724
GENERAL SAMPAIO	Estadual	Urbana	369	0	0	369
Total:			369	0	0	369
TEJUCUOCA	Estadual	Urbana	701	0	0	701
Total:			701	0	0	701
TOTAL MICROTERRITÓRIO MÉDIO CURU			3.845	0	0	3.845
AMONTADA	Estadual	Urbana	2.682	0	0	2.682
Total:			2.682	0	0	2.682
ITAPIPOCA	Estadual	Urbana	4.984	445	0	5.429
	Subtotal		4.984	445	0	5.429
	Particular	Urbana	459	0	0	459
Total:			5.443	445	0	5.888
ITAREMA	Estadual	Rural	88	0	0	88
		Urbana	1.949	0	0	1.949
	Subtotal		2.037	0	0	2.037
	Particular	Urbana	14	0	0	14
Total:			2.051	0	0	2.051

Município	Rede	Zona	Ensino Médio Regular			
			Médio	Integrado a EP	Normal	Total
MIRAIMA	Estadual	Urbana	660	0	0	660
Total:			660	0	0	660
TURURU	Estadual	Urbana	946	0	0	946
Total:			946	0	0	946
TOTAL MICROTERRITÓRIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM			11.782	445	0	12.227
PARAIPABA	Estadual	Urbana	1.534	0	0	1.534
	Particular	Urbana	130	0	0	130
	Subtotal		130	0	0	130
Total:			1.664	0	0	1.664
SAO GONCALO DO AMARANTE	Estadual	Urbana	2.545	135	0	2.680
	Particular	Urbana	22	0	0	22
Total:			2.567	135	0	2.702
SAO LUIS DO CURU	Estadual	Urbana	610	0	0	610
Total:			610	0	0	610
PARACURU	Estadual	Urbana	1.667	0	0	1.667
	Particular	Urbana	106	0	0	106
Total:			1.773	0	0	1.773
TRAIRI	Estadual	Urbana	2.906	0	0	2.906
	Municipal	Urbana	109	0	0	109
	Subtotal		109	0	0	109
Total:			3.015	0	0	3.015
TOTAL MICROTERRITÓRIO LITORAL VALES DO CURU			9.629	135	0	9.764
TOTAL TERRITÓRIO VALE DO CURU			30.864	715	0	31.579

Fonte: SEDUC, 2009.

Em relação a infraestrutura o Ensino Médio a Tabela 17 apresenta o quantitativo de escolas, de bibliotecas, laboratórios, quadras de esporte e quais as escolas que recebem merenda escolar.

Tabela 17: Ensino Médio - Número de escolas; escolas com biblioteca; escolas com laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes; e se recebe merenda por dependência administrativa e zona de moradia.

Municípios	Rede	Zona	Total de Escolas	Estabelecimentos				
				Biblioteca	Laboratório		Quadra de Esportes	Recebe Merenda
					Informática	Ciências		
Umirim	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Uruburetama	Estadual	Urbana	2	1	2	1	1	2
Itapaje	Estadual	Urbana	3	3	3	2	3	2
	Privada	Urbana	2	2	2	1	2	1
	Subtotal		5	5	5	3	5	3
Iraucuba	Estadual	Urbana	1	1	1	0	1	1
TOTAL MICROTERRITÓRIO UNIÃO DAS SERRAS			9	8	9	5	8	7
Pentecoste	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2	1
Apuiaries	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
General Sampaio	Estadual	Urbana	1	1	1	1	0	1
Tejuçuoca	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
TOTAL MICROTERRITÓRIO MÉDIO CURU			5	5	5	4	4	4
Amontada	Estadual	Urbana	2	2	2	1	2	2
Itapipoca	Estadual	Urbana	6	6	6	6	6	6
	Privada	Urbana	5	5	3	1	5	0
	Subtotal		11	11	9	7	11	6
Itarema	Estadual	Rural	2	1	2	0	0	2
		Urbana	2	2	2	2	2	0
	Subtotal		4	3	4	2	2	2
	Privada	Urbana	1	1	1	0	0	0
	Subtotal		5	4	5	2	2	2
Miraima	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
Tururu	Estadual	Urbana	1	1	1	1	1	1
TOTAL MICROTERRITÓRIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM			20	19	18	12	17	12
Paraipaba	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	1
	Privada	Urbana	1	0	1	0	1	0
	Subtotal		3	2	3	2	2	1
São Gonçalo do Amarante	Estadual	Urbana	4	3	4	3	4	4
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
	Subtotal		5	4	5	3	5	4

São Luis do Curu	Estadual	Urbana	1	1	1	0	0	1
Paracuru	Estadual	Urbana	2	2	2	2	1	1
	Privada	Urbana	1	1	1	0	1	0
	Subtotal		3	3	3	2	2	1
Trairi	Estadual	Urbana	4	4	4	4	2	4
	Municipal	Urbana	1	1	1	1	1	1
	Subtotal		5	5	5	5	3	5
TOTAL MICROTERRITÓRIO LITORAL VALES DO CURU			17	15	17	12	12	12
TOTAL TERRITÓRIO VALE DO CURU			51	47	49	33	41	35

Fonte: MEC, 2010.

Com relação à infraestrutura de equipamentos das escolas como biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências quadra de esportes e se recebe merenda ações tímidas do governo estadual podem ser vista sobretudo nas escolas estaduais, principalmente nos municípios dos Micro Territórios de Vales do Aracatiaçu Mirim e Litoral Vales do Curu, nos outros dois, União das Serras e Médio Curu as escolas precisam ser beneficiadas com estes equipamentos.

Em General Sampaio, como em outros municípios do Território, as políticas públicas devem ser elaboradas com foco na melhoria do ensino médio, tanto na parte de infraestrutura como também no conteúdo pedagógico e capacitação dos professores.

Entre as várias ações de fortalecimento do ensino médio destacam-se o Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica - PRODEB e a implementação do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio- PNLEM. (MEC, 2010).

Com esta preocupação do governo federal, os municípios têm que fazer a sua parte, colocando a disposição dos alunos deste nível educacional vagas que atendam a todos os que procuram a escola, a Tabela 14 mostra que a procura tem sido relativamente grande para o ensino médio, mas que o ensino integrado ao Ensino Profissional ainda apresenta fragilidades e no normal precisa ser incrementado.

Todavia, mesmo tendo sido aprovado em 2003 pelo Conselho Nacional de Educação as 'diretrizes operacionais da educação do campo, a maioria dos sistemas municipais de educação desconsideram esta modalidade de ensino.

8.2.4 Formação dos Professores

Para a formação de Professores da Educação Básica, é exigido que o mesmo tenha nível superior que é regulamentada pela Resolução CNE/CP Nº1/2002, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta formação em curso de licenciatura ou de graduação plena. Esta Formação Docente é apoiada pelo Ministério da Educação que em conformidade a Lei 9.394/1996 (LDB). Os professores já deveriam estar ao menos matriculados nestes cursos para garantir a qualidade desejada no ensino.

Um fator preponderante que está muito ligado aos resultados do desempenho escolar dos alunos é a competência e qualificação do corpo docente em sala de aula. A legislação promulgada desde 2002 a este respeito e que a partir do ano de 2004 teria que estar funcionando para o professor atuar em sala de aula com a devida formação.

O Quadro 11 apresenta o grau de formação dos docentes onde a realidade aponta que ainda existem fragilidades em relação a qualificação dos professores, e que programas de apoio devem ser ministrados pela gerência do PAIC, acompanhamento e reciclagem das técnicas pedagógicas pela Secretaria Municipal da Educação, em benefício do fortalecimento de suas práticas pedagógicas.

Municípios	FORMAÇÃO DOCENTE													
	Total		Grau de Formação											
			Fundamental				Médio				Superior			
			Incompleto		Completo		Magistério Completo		Outra formação Completa		Licenciatura Completa		Completo sem Licenciatura	
Período	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Umirim	118	135	-	-	-	-	9	46	11	31	95	58	3	-
Uruburetama	248	234	1	-	-	-	32	51	26	22	181	161	8	-
Itapajé	354	376	-	-	-	2	113	156	31	32	196	186	14	-
Irauçuba	190	223	-	-	-	-	99	126	5	10	63	87	23	-
Pentecoste	250	274	-	-	1	2	11	11	9	6	174	255	55	-
Apuiarés	106	105	-	-	-	-	19	14	3	2	80	89	4	-
Gal. Sampaio	58	60	-	-	1	1	7	21	7	12	42	26	1	-
Tejuçuoca	170	175	1	1	2	2	66	64	14	34	79	74	8	-
Amontada	325	318	-	-	1	-	68	47	11	15	227	256	18	-
Itapipoca	841	896	-	-	2	-	192	216	46	86	570	594	31	-
Itarema	403	413	-	-	3	3	190	191	43	58	164	161	3	-
Miraíma	173	181	-	-	-	-	72	85	6	7	89	89	6	-
Tururu	139	146	-	-	-	-	30	34	1	4	92	108	16	-
Paracuru	268	266	-	-	2	3	48	45	10	13	149	205	59	-
Paraipaba	235	241	-	-	-	-	19	21	2	3	207	217	7	-
S. Gonçalo Amarante	253	247	-	-	2	1	33	25	21	33	188	188	9	-
São Luís Curu	112	136	-	-	-	2	15	19	11	18	79	97	7	-
Trairi	356	359	-	-	1	1	36	45	18	27	264	286	37	-

Quadro 11: Formação Docente

Fonte: Anuário Estatístico do Ceara; IPECE, 2009.

A formação dos docentes tem sido outra preocupação dos governantes, então programas voltados para a qualificação e suporte técnico e pedagógico têm sido dados para esses profissionais da educação. Apesar de que muito ainda precisa ser feito.

O Ministério da Educação atento as mudanças que vem ocorrendo na educação como um todo abriu discussões em torno dos níveis educacionais, e com relação ao Ensino Médio elaborou as orientações curriculares partindo do principio que a qualidade da escola é condição essencial de inclusão e democratização das oportunidades no Brasil, e o desafio de oferecer uma educação básica de qualidade para a inserção do aluno, o desenvolvimento do país e a consolidação da cidadania é tarefa de todos.

A Secretaria de Educação Básica do MEC passou a publicar ainda livros para o professor, para apoiar o trabalho científico e pedagógico do docente em sala de aula (MEC, 2010).

Para garantir a democratização do acesso e as condições de permanência na escola durante as três etapas da educação básica – educação infantil, ensino fundamental e médio –, o governo federal elaborou a proposta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do FUNDEB foi construída com a participação dos dirigentes das redes de ensino e de diversos segmentos da sociedade. Dessa forma, colocou-se acima das diferenças o interesse maior pela educação pública de qualidade.

8.2.5 Educação de Jovens e Adultos

Com relação à Educação de Jovens e Adultos, que é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares. Estas recebem os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada, quaisquer tenha sido o motivo, no entanto é freqüente apurar que os jovens fazem menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância.

A Tabela 18 apresenta o número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA - presencial e semi-presencial por dependência administrativa e zona de moradia. Evidencia que somente no município de Itapajé oferece a modalidade semi-presencial em escolas estaduais localizadas na zona urbana.

Tabela 18: Educação de Jovens e Adultos- Número de matrículas presencial e semi-presencial e número das escolas por dependência administrativa e zona de moradia

Município	Rede	Zona	E.J.A.			Total
			Presencial	Semi	Integrado a EP	
UMIRIM	Municipal	Urbana	270	0	0	270
	Subtotal		270	0	0	270
Total:			270	0	0	270
URUBURETAMA	Estadual	Urbana	49	0	0	49
	Municipal	Rural	151	0	0	151
		Urbana	220	0	0	220
	Subtotal		371	0	0	371
Total:			420	0	0	420
ITAPAJE	Estadual	Urbana	0	27	0	27
	Municipal	Rural	193	0	0	193
		Urbana	218	0	0	218
	Subtotal		411	0	0	411
Total:			411	27	0	438
IRAUCUBA	Municipal	Urbana	380	132	0	512
	Subtotal		380	132	0	512
Total:			380	132	0	512
TOTAL MICROTERRITÓRIO UNIÃO DAS SERRAS			1481	159	0	1640
PENTECOSTE	Estadual	Urbana	116	0	0	116
	Municipal	Rural	148	0	0	148
		Urbana	433	55	0	488
	Subtotal		581	55	0	636
Total:			697	55	0	752
APUIARES	Municipal	Rural	186	0	0	186
		Urbana	73	51	0	124
	Subtotal		259	51	0	310
Total:			259	51	0	310
GENERAL SAMPAIO	Municipal	Urbana	38	0	0	38
	Subtotal		38	0	0	38
Total:			38	0	0	38
TEJUCUOCA	Municipal	Rural	265	0	0	265
		Urbana	42	0	0	42
	Subtotal		307	0	0	307
Total:			307	0	0	307
TOTAL MICROTERRITÓRIO MÉDIO CURU			1301	106	0	1407
AMONTADA	Municipal	Rural	779	0	0	779
		Urbana	288	0	0	288
	Subtotal		1.067	0	0	1.067
Total:			1.067	0	0	1.067
ITAPIPOCA	Estadual	Rural	29	0	0	29

Município	Rede	Zona	E.J.A.			
			Presencial	Semi	Integrado a EP	Total
		Urbana	110	472	0	582
		Subtotal	139	472	0	611
	Municipal	Urbana	1.055	0	0	1.055
		Subtotal	1.055	0	0	1.055
Total:			1.194	472	0	1.666
ITAREMA	Estadual	Rural	29	0	0	29
		Urbana	73	0	0	73
		Subtotal	102	0	0	102
	Municipal	Rural	296	0	0	296
		Urbana	456	0	0	456
	Subtotal	752	0	0	752	
Total:			854	0	0	854
MIRAIMA	Municipal	Rural	35	16	0	51
		Urbana	134	14	0	148
		Subtotal	169	30	0	199
Total:			169	30	0	199
TURURU	Municipal	Rural	328	0	0	328
		Urbana	14	0	0	14
		Subtotal	342	0	0	342
Total:			342	0	0	342
TOTAL MICROTERRITÓRIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM			3.626	502	0	4.128
PARAIPABA	Municipal	Rural	27	0	0	27
		Urbana	185	0	0	185
		Subtotal	212	0	0	212
Total:			212	0	0	212
SAO GONCALO DO AMARANTE	Estadual	Urbana	17	0	0	17
		Urbana	500	91	0	591
		Subtotal	500	91	0	591
		Particular	Urbana	105	0	0
Total:			622	91	0	713
SAO LUIS DO CURU	Municipal	Rural	101	0	0	101
		Urbana	178	0	0	178
		Subtotal	279	0	0	279
Total:			279	0	0	279
PARACURU	Municipal	Rural	51	0	0	51
		Urbana	346	0	0	346
		Subtotal	397	0	0	397
		Particular	Urbana	5	0	0
Total:			402	0	0	402
TRAIRI	Municipal	Rural	318	0	0	318
		Urbana	140	243	0	383
		Subtotal	458	243	0	701
Total:			458	243	0	701
TOTAL MICROTERRITÓRIO LITORAL VALES DO CURU			1.973	334	0	2307
TOTAL TERRITÓRIO VALE DO CURÚ			8.381	1101	0	9482

Fonte: SEDUC, 2009.

O número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos presencial e semipresencial nos Micro Territórios de Vales do Aracatiaçu Mirim e Litoral Vales do Curu é muito mais procurado dos que nos dois primeiros que são Micro Território de União das Serras e Médio Curu, isso demonstra o interesse por parte desta população, nos dois primeiros territórios, que estão em busca de se adequarem no ensino, para poder procurar cursos de qualificação, e assim estarem aptos a procurar emprego qualificado nas frentes de trabalho e serviços; por dependência administrativa a procura concentra-se nas escolas municipais urbanas. Em General Sampaio, foi afirmado que esta modalidade de ensino precisa ser implantada.

Na Educação Profissional em Itapipoca foram 1.075 matrículas em escola particular urbana.

8.2.6 Ensino Superior (Número de universidades) - por dependência administrativa e zona de moradia

O Ensino Superior é ofertado em Itapipoca e Itapajé por meio da oferta de cursos da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Em Paraipaba, município que integra o Micro Território Litoral Vales do Curu, funciona a Universidade Castelo Branco (UCB). No Micro Território Médio Curu não existem Instituições Ensino Superior (IES). E os Centros de Vocação Tecnológicos (CVTs) prestam um importante serviço na qualificação, capacitação e profissionalização no Território.

Na Oficina realizada no Território foi mencionado que o nível dos professores que ensinam no Ensino Superior é muito bom, no entanto, os salários não condizem com suas qualificações acadêmicas.

MUNICIPIO	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC
UNIÃO DAS SERRAS	
Itapajé	Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
VALES DO ARACATIAÇU MIRIM	
Itapipoca	Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
	Universidade Estadual do Ceará – UECE
	Universidade Anhanguera - UNIDERP

MUNICIPIO	INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR cadastradas no E-MEC
	Universidade Salvador - UNIFACS
	Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC
LITORAL VALES DO CURU	
Paraipaba	Universidade Castelo Branco - UCB

Quadro 12: Instituição de Ensino Superior por municípios dos Micro Territórios

Fonte: MEC, 2009.

8.3 Programas educativos rurais (cobertura, funcionamento, fóruns, comitês)

8.3.1 Escola Agrícola de Umirim

No Território Vales do Curu Aracatiaçu muitos jovens se encontram residindo em áreas de assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Rurais, sem maiores perspectivas de profissionalização e inserção produtiva.

Como se projetou na *Visão de Futuro*, neste plano, é importante que se formem técnicos agrícolas do próprio seio da Agricultura Familiar, para que possam produzir e apoiar tecnicamente os demais produtores. Em outra via, há necessidade de profissionalização em atividades produtivas agrícolas na dimensão da agricultura ecológica, de modo a revitalizar as unidades produtivas e conquistar espaços no mercado consumidor. Para concretizar harmonicamente esses objetivos, o Território Vales do Curu e Aracatiaçu, vem discutindo a implantação da Escola Territorial de Educação Básica do Campo por intermédio do Curso de Agricultura Ecológica voltada para a formação profissional, de nível médio, para os jovens da agricultura familiar que, uma vez formados, possam dinamizar as unidades produtivas de comunidades rurais e assentamentos da reforma agrária na perspectiva da agroecologia.

A proposta é reformar as instalações da atual Escola Agrícola de Umirim, imprimindo-lhe nova concepção educacional e social, tornando-se um curso técnico agropecuário de nível médio, em regime de alternância, focado nos princípios e diretrizes da Educação Básica do Campo, implantando, em primeiro plano, o Curso de Agricultura Ecológica. A Unidade será um mostruário das alternativas agroecológicas propostas para as unidades produtivas familiares.

A Recente publicação lançada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010), no livro intitulado “*Juventude e políticas sociais no Brasil*”, traz dados sobre juventude e políticas sociais no Brasil, aponta números alarmantes. A publicação traz dados sobre os programas voltados para a juventude no âmbito das políticas sociais brasileiras e analisa a situação dessa população em relação ao acesso a diversos direitos, tais como: educação, saúde, cultura e segurança.

Um dos dados mais importantes revelado pelo livro é o fato de menos da metade dos jovens de 15 a 17 anos estar cursando o Ensino Médio. Porém, o estudo aponta também que houve avanços no acesso de jovens à educação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 82% freqüentavam a escola em 2007. O problema está no atraso para concluir os estudos: apenas 48% atingiram o Ensino Médio.

Faz um balanço da política nacional da juventude implantada pelo governo federal desde 2005, trazendo à luz alguns de seus principais avanços e as maiores dificuldades enfrentadas até o momento. Revela que o país possui hoje uma população de 50 milhões de jovens, o que representa 26% do total de 190 milhões de brasileiros e somente no final dos anos 90 a institucionalização das políticas públicas para essa mocidade foi estabelecida, resultando em uma melhoria para os jovens.

A Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude, criados em 2005, são pontos positivos dessas políticas.

Segundo Beto Cury, “avançamos muito mais nos últimos cinco anos do que se fez em décadas no Brasil”. O país entrou tarde na atenção ao jovem, mas entrou “forte”, defendeu o Secretário Nacional da Juventude. Apesar dos avanços, há quem acredite que falta coordenação e articulação para as políticas públicas. A capacidade de ser eficiente e reduzir custos ficam comprometidos pela falta de coordenação nos programas de diferentes ministérios do governo federal e de políticas estaduais.

O ensino ainda é pouco atraente. Entre tantos dados apontados pela pesquisa do IPEA, um chama mais atenção: o fato de menos da metade dos jovens com faixa etária de 15 a 17 anos estar cursando o Ensino Médio e apenas 13% dos jovens de 18 a 24 anos freqüentarem o Ensino Superior

(2007). O resultado é negativo, pois, a faixa da população que deveria estar na escola, apenas 48% freqüentam o Ensino Médio.

Para o diretor de estudos e políticas sociais do IPEA, Jorge Abrahão, a educação é vista pelos jovens como uma força positiva: *"Os jovens entendem a educação como um caminho para melhorar a vida. Mas enfrentam, no processo de escolarização, problemas de desigualdades de oportunidades"*.

Renda, moradia e raça interferem nas oportunidades dos jovens terem acesso à educação. Ao fazer um contraste entre os que residem em áreas metropolitanas e rurais é perceptível a diferença: em 2007, 57% dos brasileiros de 15 a 17 anos residentes na região urbana freqüentavam o Ensino Médio, contra 31% do meio rural. Abrahão destaca que o jovem ainda se divide entre os estudos e o mercado de trabalho e aqueles que conseguem freqüentar a escola precisam lidar ainda com o problema da baixa qualidade do ensino. *"A escola ainda está fundamentada em uma estrutura antiquada, o que torna para o jovem pouco atraente aquele período em que ele se mantém na escola"*.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Penada/IBGE) de 2007, 44,8% das pessoas analfabetas com 15 anos ou mais já havia freqüentado a escola, e que o Brasil tenha 1,5 milhões de jovens analfabetos.

Negros são vítimas da desigualdade. As ações governamentais para sanar as desigualdades sociais e educacionais ainda são tímidas. O relatório do IPEA traça um panorama do desenvolvimento e dos resultados até agora obtidos pelas tentativas de "desracializar" o Ensino Superior brasileiro e permitir maior acesso das minorias à universidade: o Sistema de Cotas, o Sistema de Bonificações e o PROUNI. De 2002 a 2009, cerca de 90 mil negros foram contemplados pelo Sistema de Cotas e tiveram acesso ao Ensino Superior. O sistema de bônus, por sua vez, contemplou 8,4 mil negros, entre 2005 e 2008. Em 2007, as Instituições de Ensino Superior públicas realizaram cerca de 330 mil novas inscrições. Juntas, Cotas e bonificações abriram algo em torno de 18,5 mil novas vagas.

8.3.1 Programas do MEC:Brasil Alfabetizado, educação do campo, etc.

No Quadro 13 são apresentadas as ações por meio do Programa Territórios da Cidadania para o Território Vales do Curu e Aracatiaçu previstas para o ano de 2009 e 2010 destinadas para Área de Educação e Cultura:

AREA	ORGÃO RESPONSÁVEL	NOME DO PROGRAMA
Área educacional	MEC	Brasil Alfabetizado; Construção de Escolas no Campo; Escola Ativa (Itarema, Itapipoca As.Maceió, Irauçuba, São Gonçalo); Programa Dinheiro Direto na Escola; Proinfância; ProInfo Rural e Urbano; ProJovem Campo, Saberes da Terra, Salas de Recursos Multifuncionais, Construção de Escolas em Comunidades Indígenas, Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas, Construção de Escolas no Campo. Obs.Somente Apuiaries não tem saberes da terra e pro jovem no campo.
	MEC - BNDES	Programa Caminho da Escola
	MJ	Apoio a Estudantes Indígenas Fora da Aldeia
	MDA	Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais; Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária ; Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social; Implantação de Casas Digitais Rurais.
	MDS	Serviço Socioeducativo do PETI; Formação de Formadores(a)s, Educadores(a)s e Gestores(a)s Público(a)s para Atuação em Economia Solidária
	MTE	Qualificação do Jovem para o Mercado de Trabalho; Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PlanseQs).
	MAPA - EMBRAPA	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social
Área da Cultura	MinC - Fundação Biblioteca Nacional	Modernização de Bibliotecas Públicas
	MinC - SPPC	Pontos de Cultura, Articulação para Implantação das Casas Digitais Rurais, Operação do Sistema de Acesso Banda Larga
	MF	Programa BNB Cultura
	MDA	Programa Arca das Letras, Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
	MTur	Apoio ao Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária

Quadro 13: Ações do Programa Territórios da Cidadania para o Território Vales do Curu e Aracatiaçu na Área de Educação e Cultura

Fonte: Adaptado do Portal do Território, 2010.

Existem também os projetos das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que agem com a finalidade de promover a qualidade no ensino em muitos municípios do Ceará. O município de Paracuru recebe projetos via ONG's.

8.4 Taxa de Analfabetismo

No Ceará, existem cinco municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo e que atingem quase a metade da população. Já as outras cidades, pontuam quase a metade dos moradores que não sabem ler nem escrever. Não será fácil reverter esses índices, uma vez que, desde a década de 1970, discute-se a erradicação do analfabetismo no País. Mesmo assim, nenhum programa governamental foi capaz de atingir este objetivo, pois para que isso aconteça os programas devem ser elaborados de acordo com a realidade de cada região ou mesmo do Estado.

Apesar da taxa de analfabetismo no Estado do Ceará ter diminuído 33,20% na década passada, o Estado ainda necessita melhorar seu desempenho para poder se aproximar da média nacional que ficou situada em 13,6% neste período. Ressalta-se que o combate ao analfabetismo é muito importante, pois o conhecimento da leitura e da escrita são requisitos indispensáveis para o exercício da cidadania.

A educação quando não recebe atenção necessária, incluindo investimentos financeiros, capacitação de professores e estrutura das escolas, ocorre uma conseqüência bastante visível: a ineficácia do ensino, e como resultados desta circunstância, os jovens concluem o Ensino Médio sem os conhecimentos exigidos de leitura e escrita. Ou seja, saem da escola semi-analfabetos.

A Tabela 19 mostra a taxa de analfabetismo da população do Estado do Ceará por gênero e zona de moradia no ano de 2008.

Tabela 19: Taxa de analfabetismo da população - por gênero e zona de moradia

Grupos de Idade	Taxa de Analfabetismo (%)				
	2008				
	Total	Situação do Domicílio		Sexo	
		Urbana	Rural	Homens	Mulheres
7 a 14 anos	12,5	9,8	19,8	14,5	10,4
15 a 19 anos	3,9	3,0	6,6	5,8	1,9
15 anos ou mais	19,1	15,0	33,5	21,7	16,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, 2003/2008.

8.5 Análise Territorial

No Ceará apesar de existirem projetos que ampliam as atividades educacionais em pelo menos cinco municípios que servem de modelo para os demais, a situação do ensino no Estado ainda é preocupante.

Analisando os dados da taxa de analfabetismo dos municípios cearenses para o ano 2000, verifica-se que 176 municípios possuem taxa de analfabetismo superior à média do Estado, constituindo-se assim em uma grande desigualdade entre os municípios para este indicador.

O ensino público quando não cumpri o seu objetivo de capacitar o aluno, então fica difícil para os jovens e adultos terem acesso à qualificação profissional, tomando como exemplo os dados do ano de 2006, quando mais de 60% dos jovens entre 15 e 17 anos ficaram fora do Ensino Médio no Estado. Estimativas apontam que mais da metade dos matriculados nesta etapa escolar estão além da faixa etária ideal para freqüentar a escola (SEDUC, 2010).

Outra fragilidade encontrada é o da evasão escolar, pois os dados coletados mostram que a região Nordeste continua liderando o *ranking* do analfabetismo, e o Ceará é o quinto Estado em índice mais elevado da região, com indicativo de 26,54%, depois de depois de Alagoas, Maranhão, Piauí e Paraíba (MEC, 2010).

9 ASPECTOS CULTURAIS

Em relação aos aspectos culturais o Plano Territorial menciona a composição étnica e religiosa da população do Território por Micro Territórios e dentro destes, por municípios, ressalta as comunidades indígenas e quilombolas, além de identificar o patrimônio histórico material e imaterial com seu conjunto de indicadores de identidade: expressões culturais, memória territorial, tradições, lendas, grupos de expressões culturais, fatos históricos, festejos religiosos, folguedos folclóricos, lingüística, gastronomia, música, história econômica, campeonatos esportivos.

Todos esses elementos são indispensáveis no processo de planejamento e que vão implicar diretamente na formulação de Políticas Públicas para a Cultura.

Todos os municípios do Território têm seu Calendário de Eventos anual onde às comemorações e festividades em sua maioria são ligadas ao aniversário da cidade ou a festa do padroeiro, reunindo atrações musicais, grupos folclóricos, torneios culturais e esportivos, que atraem tanto os moradores como as pessoas dos municípios vizinhos, e até os filhos da terra que voltam neste período para rever a família e matar a saudade da terra.

O incentivo a cultura no território é feito através dos programas, projetos e ações governamentais, operacionalizados pelo Banco do Nordeste, INCRA, ou por instituições não-governamentais, como o SESC, Igreja, ONGs, responsabilidade social.

A Infraestrutura cultural mostra se existem pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato, se foram localizados Parques Temáticos com inscrições pré-históricas, ou rupestres.

Identificar e relacionar os instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial como as rádios comunitárias e locais, jornais etc.

No esporte, pretende-se relacionar o número de ligas esportivas, associações esportivas (de fato e de direito) secretarias municipais e departamentos de esporte e lazer conselhos de esporte; identificar a existência

de programas existentes no município na área de esporte lazer; identificar a existência de Infraestrutura esportivas e de lazer, tais como: ginásios poliesportivos, estádios, tanto na zona urbana como na área rural, e identificar eventos esportivos existentes nos municípios, regional, estadual e nacional.

E por fim catalogar as ações culturais que contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território.

9.1 Composição Étnica e Religiosa da População

A composição étnica da população no Território Vales do Curu e Aracatiaçu é de origem indígena, composta também por negros, mestiços e brancos.

Na composição religiosa da população católica estão presentes às realizações dos festejos dos padroeiros, procissões religiosas, novena, orações entre grupos da Igreja Católica e romarias. Cada paróquia realiza uma ou duas festas anuais, que se somam a inúmeras comunidades que também realizam seus eventos religiosos.

No território existem ainda o crescimento e participação da população em outras religiões que constitui nos templos da Assembléia de Deus, Testemunho de Jeová, Igreja Batista, Igreja Universal, entre outros. Existem também seguidores de seitas, candomblés e umbandas, além dos ateus, que não aceitam nenhuma religião.

A Terra Indígena Córrego do João Pereira foi desapropriada pelo INCRA em 1987 e transformada em área de assentamento: o Capim-Açu/São José, tornando-se a primeira área a ser completamente regularizada no Ceará.

A Terra Indígena Tremembé de Almofala não foi, portanto, ainda totalmente regularizada por força dos recursos encaminhados pelas partes envolvidas em ações judiciais, como a DUCOCO, a FUNAI, e os próprios índios. As informações indicam, ainda, a existência de duas comunidades indígenas nos municípios de Itarema e Tururu, respectivamente.

Existem duas comunidades quilombolas, nos municípios de Itarema e Tururu, Conceição dos Caetanos e Águas Pretas, respectivamente.

9.2 Identificação do Patrimônio Histórico do Território (material e imaterial)

Os aspectos culturais do Território Vales do Curu e Aracatiaçu são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que em alguns municípios este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Daí a importância de investimentos com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O Território Vales do Curu e Aracatiaçu conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí.

Dentre estas expressões de identidade cultural que ocorrem no território ressaltamos, a Festa do Peixe em Pentecoste, a Feira de Ovino e Caprino – TEJUBODE em Tejuçuoca, a feira das comunidades em Paracuru, o berro que é uma feira de ovinos e caprinos e o Fest-rede que é a feira de artesanato em Irauçuba.

A cultura no Assentamento Maceió distrito de Marinheiros e Baleia no município de Itapipoca é o reisado, o coco, quadrilha, tem o drama, o Grupo Balanço do Coqueiro e o Grupo de Louvor, onde todos os integrantes residem no Assentamento Maceió, e os grupos que apresentam músicas de sua autoria. Na culinária o peixe assado com tapioca é um prato típico da região.

Como patrimônio imaterial tem um mestre da cultura Antônio Alves do Nascimento, de reisado. Existe também apresentação de teatro encenado por jovens artistas locais.

9.3 Patrimônio Histórico

O Território Vales do Curu e Aracatiaçu tem localização privilegiada, pois é dotado de belezas naturais encontradas nos climas e na topografia de serra, sertão e mar, como Itapipoca que se tornou símbolo desta mistura de ambientes que se tornaram produtos turísticos como praias, enseadas, açudes, cachoeiras e bicas. Possui também um potencial turístico cultural em municípios que resguardam seu patrimônio cultural em edifícios e mobiliários, em museus e nas manifestações da cultura popular, nas festas religiosas ou na confecção de artesanato, como as redes de Irauçuba.

Os pontos turísticos do Micro Território União das Serras são a Biblioteca Pública Municipal e o Pólo de Atendimento Josefa da Mota Brito em Umirim. Em Uruburetama são os casarões antigos do século XIX pertencentes às famílias Fonteles, Cunha, Sólton e Vasconcelos. As manifestações folclóricas: as festa juninas, as danças de São Gonçalo, o Bumba Meu - Boi, o Forró e o Reisados. Já em Itapajé o patrimônio arquitetônico cultural é representado pela Igreja Matriz com construção do século passado, os casarões, a Casa de Quintino Cunha, Guanacés, o Clube e a sede da Prefeitura com construção do século passado.

Em Irauçuba tem o artesanato local, com a confecção de redes e bordados, Irauçuba hoje é a *Capital Cearense da Rede*. Como atrativos naturais podem ser visitados em Umirim o Balneário de Caxitoré (distrito de Caxitoré) e o Açude Frios (divisa com o município de São Luís do Curu). Em Itapagé a Pedra do Frade, a piscina natural (Solidade), a Pedra da Caveira, a Pedra das Noivas, a Pedra dos Ossos, as Bicas naturais, além de trilhas para caça e serras verdes. Já em Uruburetama podem ser apreciados o Açude Mundaú, as Bicas do Itacolomy e do Mundaú e o Pico do Apertado da Hora.

No Micro Território Médio Curu os pontos turísticos localizados no município de Apuiarés são:

Capela de São Francisco: Fundada desde 1993, as missas da capela de São Francisco, que fica na sede do município, acontecem nos primeiros e terceiros sábados de cada mês, às 19h. A festa de São Francisco é realizada no período de 2 a 12 de outubro.

Praça José Alves: Conhecida popularmente como Praça da Matriz, o local foi inaugurado no dia 27 de julho de 1985. Seu nome verdadeiro é prefeito José Alves Filho, em homenagem feita pela Prefeitura Municipal e do povo de Apuiarés ao primeiro prefeito da cidade. A praça pública está sempre a disposição da sociedade para passeios, encontros de grupos de jovens, além de outras programações

Rio Curú: Tudo começou com uma cacimba de areia. Na época das cheias, o açude de General Sampaio sangrou, transformando a cacimba em um rio com aproximadamente 300 metros de largura, que atualmente está coberto pelo mato. O rio é uma das principais formas de manter a agricultura local. Hoje existem várias plantações ao redor tais como feijão, milho, mamão e outros produtos agrícolas, além da pesca, que trouxe muitos peixes para a alimentação da comunidade. O rio também serve de lazer para a criançada que se divertem tomando banho.

Praça Lauriston Ferreira Gomes: A Praça, construída na década de 90, foi nomeada de Lauriston Ferreira Gomes em homenagem a esse homem por ter contribuído muito no desenvolvimento de Apuiarés na década de 20. A Praça é localizada na Avenida Gomes da Silva s/n.

Igreja Matriz São Sebastião: Em 1869, o Bispo da Diocese Dom Luis Antônio dos Santos anuncia que Jacu (antigo nome) passaria a ser capela, sendo que esta foi construída no ano de 1853. Em 2 de fevereiro de 1946 passou a ser Paróquia, pelo Decreto de Nº 32, conferido pelo Arcebispo de Fortaleza. A Paróquia de São Sebastião está situada a Rua 25 de janeiro, 381 – Centro e tem como padroeiro o santo São Sebastião. Seus festejos acontecem de 10 a 20 de janeiro. A festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é celebrada entre os dias 05 a 15 de agosto. Temos como pároco atual o padre Antônio Simplício de Andrade e Vigário Paroquial, Padre Antônio Soares Moura (Cesanildo).

Praça São Sebastião: A Praça de São Sebastião, localizada na Avenida Gomes da Silva s/n, foi a primeira praça a ser construída em Apuiarés. A Praça oferece uma televisão comunitária que atrai grande parte da comunidade ao local. Como atrativos naturais em Pentecoste temos os Açudes Pereira de Miranda e Caxitoré. Em Tejuçuoca os atrativos naturais são o Açude Boqueirão e o Parque Ecológico Furna dos Ossos onde é praticado o Ecoturismo. No município de General Sampaio seu principal atrativo natural é o Açude General Sampaio.

Os pontos turísticos localizados no município de Itapipoca conhecida como a cidade dos três climas (serra, sertão e litoral) são:

Praça no centro da cidade: tem um conjunto de esculturas que mostra o grande diferencial que a diversidade climática representa para o município.

Parque de Exposições Hildeberto Barroso: localizado na sede do município, nele ocorre uma das festas mais importantes da cidade a Feira Agroindustrial e o Aniversário do Município, que acontece no final de agosto, culminando tudo no dia 31. Nela são realizadas várias atividades, como exposições de animais, de produtos agroindustriais, artesanato, comidas típicas, leilão de gado, e os shows noturnos com bandas locais, regionais, e atrações nacionais.

Os atrativos naturais em Itapipoca são: as serras com a prática do ecoturismo, onde se destacam a Trilha da Bica da Canoa, na Serra de Arapari, e a Pedra de Itacoatiara, local excelente para prática de esportes radicais, como o rapel e o vôo livre; e o litoral de Itapipoca que é formado por 25 quilômetros de praias, sendo as principais: Baleia, Praia do Maceió e das Pedrinhas, além da Barra do Rio Mundaú e as lagoas do Humaitá e do Mato.

Em Amontada o turismo de sol e mar também é uma fonte de renda deste município, que conta com belas praias pouco exploradas devido, basicamente, ao difícil acesso. São elas: Icaraí de Amontada, Moitas, Caetano, Apiques, Jiqui e as salinas.

Em Itarema os principais pontos turísticos são: Igreja de Nossa Senhora da conceição, obra de aparência barroca mais definida no Ceará, na Praia de Almofala, da primeira metade do século XVIII. No fim do século XIX foi soterrada por dunas de areia ao longo de três décadas. A partir de 1940, as

dunas foram sendo paulatinamente desviadas pela força dos ventos e a Igreja foi recuperada. E como atrativos naturais são: a Praia da Almofala, de Torrões, e da Enseada dos Patos.

Os principais atrativos naturais de Miraima são as Serra São Domingos; os Riachos Amontada, Garrote e do Sangue; e os Açudes Mulungu, São Pedro, do Timbaúba, Cruxati, Aratiaçu e Aracatimirim.

No Micro Território Litoral Vales do Curu os atrativos naturais localizados no município de Paracuru são as praias do Paracuru, da Pericoara (Boca do Poço) e da Pedra Rachada considerada uma das mais belas praias do litoral cearense, a praia é deserta, com águas quentes e calmas, ótima para o lazer e diversão de crianças com tranqüilidade. Famosa pelo seu carnaval, hoje adota uma postura mais familiar, com marchinhas e bandinhas a moda antiga. Sua praça foi reinaugurada em fevereiro de 2006, com uma estrutura totalmente inovadora, deixando a praça da igreja com uma exuberância ímpar.

Em Paraipaba, são as Praias da Pedra Pesada, do Capim Açú, das Gamboas, da Barra do Curu, e da Lagoinha que é bastante conhecida por suas dunas e coqueirais. São Gonçalo do Amarante é uma região rica em lagoas, praias e dunas, suas praias mais famosas são: a Praia do jatobá, da Taíba, do Pecém, da Colônia, da Lagoa do Coração.

Em São Luis do Curu o turismo também é uma das fontes de renda tendo no artesanato de redes e bordados um produto bastante explorado. Seus atrativos naturais mais famosos são: o rio Curu, os riachos Buracão, Frios, e a lagoa Mimosa.

O município de Trairi tem um potencial turístico muito forte com suas famosas praias. São elas:

Praia de Flexeiras: com piscinas naturais formadas pelos recifes na maré baixa. O visitante desfruta de boas pousadas à beira-mar e pode fazer uma longa e revigorante caminhada pelas dunas apreciando o visual e visitando pequenas e grandes lagoas no meio do areal. Quem procura diversão e agito existem bares, restaurantes e casas de show que animam a noite com diversão, alegria, boas comidas e festas. Festivais e campeonatos esportivos são realizados constantemente; e o Reveillon vem crescendo ao gosto dos turistas e atraindo um público crescente.

Praia de Mundaú: num encontro de rara beleza o rio, o mar, as dunas e os coqueirais formam uma paisagem impar, que podem ser apreciadas pelo rio com o passeio de barco, ou se preferir, pode passear de carro e contemplar de perto as lagoas e a vegetação que acompanha o litoral.

Praia de Guajiru: tem dunas brancas e vasta faixa de areia emoldurada pelo coqueiral, é ideal para o lazer de famílias. O turista pode conhecer o trabalho dos artesãos de Guajiru, que incluem peças de decoração e artesanato usando algas marinhas.

Praia de Emboaca: Excelente praia habitada na sua maioria por pescadores, possui diversas pousadas. Além dessas tem também as praias da Barrinha, da Pedra Chata, Pesada e Rasa, Maceió e Barra Nova; as Lagoas do Carrapicho e Criancó e o Rio Mundaú (navegável até Vieira do Sal). Destacam-se ainda, as salinas e a Oficina de Jangadas Chico Pires.

9.4 Programas, Projetos e Ações Governamentais e Não-governamentais

No município de São Gonçalo do Amarante os Projeto de Incentivo as Artes: Projeto Piloto da Prefeitura Municipal, ministrado através da Secretaria da Juventude Esporte e Cultura (SEJEC) com as seguintes modalidades: clube do xadrez; escolinha de futebol de campo: categorias sub 13 e 17; escolinha de futsal : categorias sub 13,15,17 e 20, e escolinha de voleibol.

Projeto Social voltado para as comunidades são gonçalenses ter o acesso a cultura, cursos e ações ministrado na sede, distritos e localidades do município

Cursos: Capoeira, Coral, Danças Folclóricas, Dança de Forró p/ 3ª. Idade, Flautas Doces, Violão, Violino, Prática de Banda de Música (turmas iniciantes e alunos da banda oficial)

Ações: Sextas Culturais, Cineclube. Nas Cordas do Violão, Cortejos Culturais, Encontro do Saber, Encontro da Juventude, Encontro Natalino com os Pais (Confraternização do projeto de incentivo às artes).

9.5 Calendário de Eventos

No Micro Território União das Serras os eventos culturais em Umirim são: Semana do município (5 a 11/02); Festival de Quadrilhas (móvel); CARNAMIRIM (carnaval fora de época, em Julho; Festa da Padroeira N. Senhora da Natividade, em Setembro; Festa do Padroeiro São Joaquim dia 21/09; Novenário de Santa Rita de Cássia e Novenário de N. Senhora das Graças em Outubro; ARTESANARTE (Feira da Economia Solidária, móvel); Olimpíadas de Caxitoré, móvel. Eventos semanais: Aos domingos Feira Semanal e Quinta Cultural (última quinta-feira do mês).

Em Uruburetama os eventos culturais são: Festa do Coração de Jesus (móvel); Festa de Nossa Senhora de Fátima de 01 a 31/5; Festa do Padroeiro no dia 24/6; Dia do Município, dia 01/8; Festa de São José (móvel); Festa de Santa Terezinha de 20 a 30/9; Festa da Carnaúba (móvel); Festa de Nossa Senhora das Dores de 27/10 a 01/11, e Festa de Santa Luzia de 4 a 13/12.

Os principais eventos culturais de Itapajé são: a Festa de São Sebastião de 10 a 20/01; a Coroação de Nossa Senhora no mes de maio; Vaquejada em julho; o Dia do Município comemorado em 20/07; a Missa do Lavrador no mes de agosto; a Feira de artesanato que ocorre em setembro; a Festa do Padroeiro de 27/09 a 04/10, e a Festa de Nossa Senhora de Fátima de 04 a 13/10.

O calendário cultural de Irauçuba compreende a Coroação de Nossa Senhora no mês de maio; a Festa do Padroeiro São Luiz de Gonzaga, de 11 a 21/6; o Festival de Sanfoneiros durante o mes de agosto; a Festa do Sagrado Coração de Maria de 20 a 31/10; e a Festa de Nossa Senhora da Conceição no periodo de 30/11 a 8/12.

No Micro Território Médio Curu os eventos culturais em Apuiarés são: a Festa do Padroeiro, São Sebastião no dia 20 de janeiro; o Dia do Município comemorado em 25/01; a Coroação de Nossa Senhora no mês de maio; a Festa de Santo Antônio no dia 13/06; as "Olimpíadas de Apuiarés", realizadas entre a 2º e 3ª semana de Julho tendo como encerramento a festa do "Chitão"; a Vaquejada no mês de agosto; a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no dia 15/08; e a Festa de Santa Terezinha em 22/09.

O calendário cultural de Pentecoste é composto da Festa de São José no dia 19/3; a Festa e procissão a Nossa Senhora de Fátima no dia 13/05; a Festa em homenagem a São Pedro no dia 29/6; a Festa do Sagrado Coração de Jesus no mês de agosto; o Dia do Município em 23/8; a Festa a São Francisco das Chagas em 4/10; e a Homenagem a Padroeira no dia 8/12.

O calendário de eventos de Tejuçuoca tem as homenagens e festas no Dia do Município em 13/01; a Festa do Sagrado Coração de Maria no período de 4 a 13/04; a Coroação de Nossa Senhora no dia 10/05; a TEJUbode, de 13 a 15/05 - Uma das maiores feiras de ovinocaprinocultura do Ceará; a Vaquejada (móvel); a Festa do Padroeiro de 26 a 29/06; a Festa de São João no dia 23/06; a Vaquejada de Lagoinha (móvel); e a Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de 15 a 29/10.

No município de General Sampaio seus principais eventos culturais são a Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário, em setembro e o Dia do Município em 15/11.

No Micro Território Vales do Aracatiaçu Mirim os eventos culturais de Itapipoca são: a Festa de São Sebastião de 10 a 20/01; o Dia do Município em 31 de agosto; a Festa do Caju no mês de setembro; a Festa da Padroeira Nossa Senhora das Mercês de 14 a 24/09; a Festa de São Francisco no período de 25/09 a 04/10; a Vaquejada nos dias 18 e 19 de outubro; e a Regata da Baleia no dia 16 de novembro.

Os principais eventos culturais de Amontada são: o Dia do Município em 05/02; a Paixão de Cristo na Sexta-Feira da Paixão e a Festa do Sábado de Aleluia; Festa do Divino Espírito Santo de 16 a 26/05; a Festa das Flores, no último sábado de maio; a Festa de São João Batista, de 14 a 24/06; Festival de Quadrilhas de 24 e 29/06; a Festa de São Pedro no dia 29/06; a Festa do Chitão na 2ª quinzena de julho, na Fazenda Nossa Senhora da Conceição; a Vaquejada, na 2ª quinzena de setembro; a Regata de Canoas de Icaraí sempre na segunda quinzena de novembro na Icaraí de Amontada; e a Festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, de 29 de novembro a 8 de dezembro.

Em Itarema os eventos culturais são: o Aniversário do Município em 5 de fevereiro; o Carnaval em fevereiro; o Festival de Quadrilhas, no último final de semana de junho; a Festa da Lagosta no mês de junho; a Festa do Coco,

na 2ª quinzena de julho; a Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima nos dias 12 e 13 de outubro com o Festival da Cultura do Município, na 2ª quinzena de outubro; e a Vaquejada em novembro.

Como evento cultural em Miraima tem a Festa de São Sebastião dia 20/01; a Festa do Padroeiro - São Pedro no dia 29 de junho; a Vaquejada (móvel); e a Festa de São Francisco no dia 04/10.

Em Tururu o calendário de eventos conta com as seguintes homenagens: o Dia do Município em 02/08; a Festa de São Miguel no dia 25/08; a Festa de Nossa Senhora da Natividade de 28/08 a 08/09; e a Festa da Padroeira no dia 29/11.

No Micro Território Litoral Vales do Curu o calendário de eventos de Paracuru tem as seguintes homenagens: o Dia do Município em 25/03; a Festa de Santo Antônio em 13/06; a Festa de São João no dia 23/06; a Festa de São Pedro no dia 29/06; a Festa de Santana em 31/07; a Festa de São Raimundo Nonato (Agosto/móvel); a Festa de Nossa Senhora da Conceição nos dias 28/11 a 07/12; a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios no dia 31/12.

Os eventos culturais de Paraipaba são: a Festa de São Sebastião de 10 a 20/01; o Dia do Município em 05/02; a Festa de Nossa Senhora de Fátima de 05 a 31/05; a Festa de São João no dia 23/06; em julho a tradicional Regata de Lagoinha, onde atrai turistas de todo o mundo; a Festa de Nossa Senhora dos Prazeres no dia 15/08; a Festa de Nossa Senhora da Saúde em 08/09; e nos dias 22 a 31/10 as pessoas comemoram a tradicional Festa de Santa Rita de Cássia que é Padroeira da cidade; a Festa de Santa Luzia de 05 a 13/12.

O calendário de eventos de São Gonçalo do Amarante tem as seguintes comemorações: mês de abril, Paixão De Cristo (distrito da Taíba); Festa de Nossa Senhora de Fátima no mês de maio; O Dia de São João Gonçalo, e o Dia de São Pedro com a tradicional Regata de São Pedro no dia 29/06; o Dia de Nossa Senhora do Carmo em julho; a Vaquejada de SIUPÉ e o Grande Prêmio Pecém que acontecem no mês de agosto, além da Festa do Escargot e frutos do mar; o Dia de Nossa Senhora da Soledade em 07/09; o Dia de São Francisco em 04/10; o Dia de São Luiz de Gonzaga em 19/10; a Festa do Padroeiro no mês de novembro; o Dia do Município em 27/11; a Festa

de Nossa Senhora da Conceição no dia 08/12; e o Campeonato de Surf no mês de dezembro.

A origem da Dança de São Gonçalo remonta de Portugal, desde o Século XIII, chegando ao Brasil em princípios do Século XVIII, com os fiéis do santo de Amarante, antigamente era realizada no interior das igrejas de São Gonçalo, festejado a 10 de janeiro, data de sua morte em 1259.

Em São Luis do Curu os principais eventos culturais são: a Festa do Padroeiro São Luiz Gonzaga, no dia 21 de junho; a Festa de Nossa Senhora da Liberdade no mês de outubro; e o Dia do Município em 22/11.

Os Eventos culturais que acontecem em Trairi são: a Coroação de Nossa Senhora no mês de maio; o Festival das Algas na praia de Flexeiras, no mês de julho; a comemoração da Independência do Brasil no dia 07/09; a Vaquejada de Trairi no mês de setembro; a Festa do Caju em outubro; a Festa do Caju (móvel) e a Regata de Mundaú (móvel); o Dia do Município no dia 22 de novembro; a Vaquejada da Batalha no dia 25 de novembro; e a Festa do Coco em dezembro; a Festa da Padroeira de 22 a 31/12.

O Quadro 14 reúne os Eventos que acontecerão nos municípios do Território, esta programação serve de base para que a região se prepare para receber os visitantes que buscam diversão, entreterimento, mas principalmente vivenciar a cultura do Território da Cidadania Vales do Curu Aracatiaçu.

Municípios	Evento	Mês	Localidade
General Sampaio	Festival do Folclore	Novembro	Sede do município
Tejuçuoca	Tejubode	Maio	Sede do município
São Gonçalo do Amarante	Festival do Escargot	Agosto	Praia da Taíba
Paracuru	Feira das Comunidades	Julho	Sede do município
Pentecoste	Festival do Peixe	Novembro	Sede do município
Tururu	31ª Festa de Zomba dos Palmares	Novembro	Comunidades Quilombolas Conceição dos Caetanos e Águas Pretas
Trairi.	VII Festival da Renda de Bilros	Novembro	Sede do município
Itapipoca	mostra e oficinas de dança	Novembro	Sede do município

Municípios	Evento	Mês	Localidade
Itarema	Caminhada dos Mártires	Agosto	Assentamento Lagoa do Mineiro
Amontada	Festa da Terra	Janeiro	Assentamento Caetanos de Cima do assentamento de Sabiaguaba
Irauçuba	Festival da Rede	Dezembro	Sede do município
Umirim	- 12ª Olimpíadas de Caxitoré - homenagem ao pescador	julho	Caxitoré
Paraipaba	IX Semana Cultural de Paraipaba	Julho	Praia de Lagoinha
Apuiarés	Festa do Mel	Agosto	Riacho do Paulo

Quadro 14: Eventos Selecionados um por município

Fonte: Comitê de Desenvolvimento de Cultura-COMDECULT, 2010.

9.6 Infraestrutura Cultural

No dia 27 de novembro, foi inaugurado o Ponto de Cultura no assentamento Maceió uma noite cultural.

O Quadro 15 traz os pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas, cinemas, museus, centro cultural, centros e feiras de artesanato existentes no Território.

Municípios	Bibliotecas Públicas Municipais		Teatros		Museus	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Umirim	1	1	-	-	-	-
Uruburetama	1	1	1	1	1	1
Itapajé	1	1	-	-	-	-
Irauçuba	1	1	-	-	-	-
Pentecoste	1	1	-	-	1	1
Apuiarés	1	1	-	-	1	1
General Sampaio	1	1	-	-	-	-
Tejuçuoca	1	1	-	-	1	1
Amontada	1	1	-	-	-	-
Miraíma	1	1	-	-	-	-
Tururu	1	1	-	-	-	-
Paracuru	2	2	-	-	-	-
Paraipaba	1	1	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	1	1	-	-	-	-
São Luís do Curu	1	1	-	-	-	-
Trairi	1	1	-	-	-	-

Quadro 15: Pontos de cultura, teatros, bibliotecas públicas

Fonte: Anuário Estatístico do Ceara; IPECE, 2009.

9.6.1 Parques Temáticos com Inscrições Pré-históricas e Rupestres

Destacamos o Museu da Pré-História: com o seu acervo de fósseis da fauna encontrada em seu território. No Micro Território Itapipoca, no município de Itapipoca existe os seguintes equipamentos culturais:

Sítios paleontológicos e arqueológicos: o monólito da Pedra Ferrada, na localidade de Mucambo, com inscrições rupestres, e um grande patrimônio natural arqueológico e paleontológico com tanques fossilíferos e grutas com inscrições rupestres, onde estão sendo encontrados fósseis que atestam a existência de animais da megafauna.

9.6.2 Instrumentos e ferramentas de apoio e incentivo à cultura territorial

Os equipamentos culturais existentes no Território, são: Rádio Comunitária e Comerciais, Biblioteca Municipal, Centro de Inclusão Digital, Centros Culturais, Pontos de Cultura, Praças, e Parques Infantis. Os municípios possuem ainda associações culturais, capelas e salões paroquiais.

9.6.3 Esportes

No Território, alguns municípios já estão estruturados com relação ao esporte, como é o caso de São Gonçalo do Amarante, que tem a Secretaria da Juventude, Esporte e Cultura – SEJEC; liga desportiva de São Gonçalo do Amarante – LDSGA; Associação de Árbitros do Vale do Curu – AAVAC; Associação de Árbitros de São Gonçalo do Amarante – AASGA; Associação de Jovens de São Gonçalo do Amarante – AJSGA.

A infraestrutura Esportiva e de Lazer: na Sede do município: um Ginásio Poliesportivo Waldemar Alcântara ; um Estádio Major Adelino, e três Quadras Cobertas; Pólo de Atendimento do ABC; Escola Profissionalizante Adelino Cunha Alcântara , Escola Ensino Médio Estadual Waldemar Alcântara. E Quadras Cobertas (Distritos).

No Pecém: uma Escola Ensino Médio Estadual Edite Alcântara Mota; um Educandário Francisca Ferreira Martins (Escola Particular), e um Pólo de

Atendimento do ABC. Em Taíba, Siupé, Croatá, Cágado existe também um Pólo de Atendimento do ABC.

Certame de Eventos Esportivos Municipais de São Gonçalo do Amarante: Campeonato Municipal de Futebol 1ª, 2ª e 3ª. Divisões; Campeonato Croatense: Categoria Sub 20; Campeonato Distrital; Campeonato Municipal de Futsal: Copa Anacetaba e Copa Master.

Eventos Esportivos Regionais: Campeonato Regional Jogos Abertos do Interior (modalidades voley, basquete, Futsal e Futebol de Campo).

Eventos Esportivos Estaduais: Futsal - Campeonato Cearense – Copa Metropolitana; Voleibol - Campeonato Cearense – Copa Intermunicipal; Atletismo – Campeonato Cearense, e Ciclismo – Campeonato Cearense .

9.7 Ações que Articulam Educação e Cultura no Território

Ações culturais que contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no Território.

O Quadro 16 mostra os Programas ofertados ao Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu pelo governo estadual na área de educação e cultura no PPA – 2008-2011, e o Quadro 17 traz as ações prioritárias do governo Federal.

É salutar registrar o esforço que vem sendo feito, tanto por parte de segmentos do poder público, quanto por parte de segmentos da sociedade civil no sentido de qualificar os mecanismos e instrumentos de articulação e integração das ações sociais públicas na perspectiva de aproximá-las à realidade do território e, sobretudo, na perspectiva de superação das suas principais fragilidades.

SECRETARIAS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Secretaria da Educação Básica (SEDUC)	<ul style="list-style-type: none">- Padrões Básicos de Funcionamento das Escolas- Qualidade da Educação Básica na Zona Rural e Urbana- Gestão Democrática da Educação Básica- Cooperação entre Estado/Município- Atenção à Pessoa com Deficiência- Desenvolvimento e Gestão de Políticas de Juventude- Valorização do Servidor- Gestão de Tecnologia da Informação – SEDUC

SECRETARIAS DE GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)	<ul style="list-style-type: none"> - Ceará Digital - Fortalecimento da Educação Superior e da Educação Profissional - Programa Formação de Talentos para o Desenvolvimento - Programa de Climatologia e Meio Ambiente - Inovação Tecnológica, Pesquisa e Desenvolvimento Científico
Secretaria da Cultura (SECULT)	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação Social - Biblioteca Cidadã - Ceará no Circuito Cultural da América Latina - Incentivo às Artes e Culturas do Ceará - Memória Cultural
Secretaria do Esporte (SESPORTE)	<ul style="list-style-type: none"> - Esporte Educacional e Escolar - Esporte de Rendimento - Atenção à Pessoa com Deficiência - Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas
Secretaria do Turismo (SETUR)	<ul style="list-style-type: none"> PRODETUR II - Desenvolvimento de Destinos e Produtos Turísticos

Quadro 16: Programas prioritários ofertados pelo Governo do Estado, no PPA 2008-2011, por Secretaria de Governo

Fonte: MDA, 2009.

AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL	META/RESULTADO ESPERADO
Programa Dinheiro Direto na Escola	693 Escolas Apoiadas
PROINF Rural e Urbano	262 Laboratórios de Informática Entregues
Salas de Recursos Multifuncionais	63 Salas Equipadas
Construção de Escolas em Comunidades Indígenas	00 Escola Construída e Equipada
ProJovem Campo - Saberes da Terra	00 Vaga
Brasil Alfabetizado	00 Alfabetizando
Construção de Escolas no Campo	00 Escola Construída e Equipada
Expansão das Instituições Federais de Ensino Superior	00 Vaga Criada
Escola Ativa	00 Escolas Atendidas
Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas	00 Escola Construída
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES	02 Projetos Contratados
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga	111 Pontos de Presença GESAC (antena e conexão terrestre)
Programa Arca das Letras	10 Bibliotecas Implantadas
Articulação para Implantação das Casas Digitais Territórios Rurais	00 Casa Digital Rural Implantada

Quadro 17: Ações prioritárias do PTC ofertadas pelo Governo Federal em 2010

Fonte: MDA, 2009.

9.8 Analise Territorial

O Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu tem na cultura um ponto forte dos seus municípios, quando da formação do Comitê de Desenvolvimento Territorial de Cultura que tem como missão: Articular, mobilizar e fortalecer a Diversidade Cultural exercida no Território da Cidadania Vales do Curu/Aracatiaçu.

Então, os aspectos culturais do Território são refletidos nos patrimônios materiais, como construções de cunho histórico e outras que retratam a identidade cultural da população local; além dos patrimônios imateriais como a tradição oral, as danças, a música, a literatura, a gastronomia, etc.

É possível notar que, em alguns municípios, este tipo de patrimônio é mais valorizado que em outros. Então, é importante que haja investimentos com o intuito de diminuir essa desigualdade.

O Território conta com diversas manifestações culturais, dentre as quais destacamos as que são comuns a todos os municípios, como a comemoração do dia do padroeiro ou da padroeira, santo da igreja católica, que figura dentre os principais eventos. Revela a influência da cultura cristã iniciada desde a época da ocupação desses territórios. Muitos municípios também organizam festas no aniversário de sua fundação e as destacam no seu calendário de eventos.

Na grande maioria dos municípios também são comuns as festas de vaquejada, que agregam pessoas dos arredores com apresentações musicais, comidas e bebidas. Estes eventos retratam o desenvolvimento da pecuária bovina e a cultura que se manifestou a partir daí. Alguns grupos, porém, criticam a violência praticada contra os animais nessas competições.

Outra festa bastante popular não só no Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu, mas em todo o Ceará e no Nordeste brasileiro são as festas juninas. No mês de junho, festejando Santo Antonio, São Pedro e São João, são organizadas as quadrilhas, que são grupos de dança típicos do período em que as pessoas vestem-se com roupas coloridas, ao som do arrasta-pé, xote e baião, que são os ritmos tradicionais, além das comidas

típicas, como milho e seus derivados (pamonha, canjica, mungunzá), bolos (batata-doce, milho, pé-de-moleque), baião-de-dois e paçoca, aluá.

Durante a Semana Santa, ou Páscoa, são realizados festejos típicos do período, como a malhação do Judas, quando um boneco de pano, papel e folhagens é feito e representará Judas (ou outro personagem de má popularidade da época). Então, no Sábado de Aleluia da Semana Santa, o boneco é açoitado e, finalmente, queimado.

As ações que articulam educação e cultura e contribuem para o incremento econômico e geração de emprego e renda no território ainda ficam em torno das feiras e exposições locais, então eventos de grande porte precisam ser pensados e elaborados entre os municípios para que ocorra uma congregação de acontecimentos para atrair pessoas ao municípios.

10 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL EDUCACIONAL

O diagnóstico da Dimensão Sociocultural Educacional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: aspectos sociais, aspectos da saúde, aspectos educacionais e culturais, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Maior qualificação e valorização dos profissionais do magistério 2. Grande diversidade cultural existente no Território expressa na sua grande maioria por artistas locais 3. Todos os municípios do Território possuem uma secretária municipal de cultura 4. Existência de diversas comunidades rurais que exercem diferentes atividades agrícolas e não-agrícolas e que difundem entre elas suas próprias manifestações culturais 5. Início de melhoria da qualidade da infra-estrutura escolar 6. Processo de nucleação escolar acontecendo de forma planejada 7. Existência de escolas de nível superior em todos os municípios. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestores públicos e sociedade civil com pouca informação sobre a cultura popular regional 2. Ausência de espaços culturais no Território 3. Fragilidade e/ou ausência de processos de divulgação da cultura popular regional 4. Insuficiente preservação do patrimônio cultural material e imaterial do território. 5. Falta de projetos voltados para a qualificação dos profissionais da área da cultura 6. Não reconhecimento e valorização da cultura por parte dos gestores públicos municipais e por parte de uma parcela da sociedade civil 7. Insuficiente número de estruturas didático-pedagógicas das escolas, principalmente quanto aos laboratórios de ciência e informática 8. Número escasso de refeitórios nas escolas 9. Ingresso prematuro de jovens no mercado de trabalho e abandono escolar 10. Número insuficiente de veículos destinados ao transporte escolar 11. Baixa qualidade da frota do transporte escolar

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL	
	<p>12. Falta de manutenção da infraestrutura escolar, principalmente nas unidades de Ensino Médio</p> <p>13. Baixo nível educacional nos municípios</p>
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual no incentivo aos processos de planejamento e organização social, ou seja, na implementação de políticas públicas, em caráter mais articulado e complementar 2. Presença regional de instituições estratégicas para o fortalecimento da política de desenvolvimento territorial 3. A existência da Política Nacional de Desenvolvimento da Educação como fonte de captação de recursos 4. Disponibilidade de recursos a ser financiados através da Fundação Banco do Brasil e Banco do Nordeste 5. Esforço de diálogo e articulação institucional das esferas de governo federal, estadual e territorial para apoiar a gestão social do território, via Comitê gestor nacional, Comitê de articulação estadual (CAE) e Colegiado territorial 6. Território com acúmulo de informações/aprendizado a partir da sua constituição através da política de desenvolvimento territorial expressado com o exercício da cidadania do mesmo 7. A execução do programa nacional de educação escolar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Esvaziamento ou interrupção da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, estadual e municipal 2. Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para as ações de desenvolvimento institucional 3. Cultura política de restrição de direitos ainda prevaletentes no trato da “coisa” pública 4. Insuficiência das ações de formação política e de capacitação dos servidores públicos com vistas a qualificar a sua atuação junto à população beneficiária 5. Baixa articulação entre os municípios do Território, a fim de viabilizar ações comuns em parceria

Quadro 18: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Sociocultural Educacional

Fonte: Oficina de Validação do PTDRS, Comitê Temático de Ações Sociais, Saúde, Educação e Cultura do Território Metropolitano José de Alencar

Parte II b
DIMENSÃO AMBIENTAL

Aspectos Geoambientais
Aspectos Antrópicos

11 ASPECTOS GEOAMBIENTAIS

O diagnóstico a seguir traz uma série de informações sobre as características ambientais visando à preservação de espaços naturais ainda não conservados e a manutenção de espaços já considerados de preservação ambiental garantidos por lei, como as Unidades de conservação existentes e as áreas de preservação permanente. Tal diagnóstico ainda tem por objetivo apontar as potencialidades do território para que o mesmo tenha um desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável.

11.1 Características Geoambientais do Território

O Território Vales do Curu e Aracatiaçu é composto por dezoito municípios, dentre eles o de Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.

Nesta vasta área se delineiam muitas feições que se postam como patrimônio natural, passíveis de preservação e conservação. A presente dimensão trata das características ambientais, considerando os aspectos inerentes ao território. Tais aspectos ambientais são reflexos do nível educacional e cultural dos municípios.

Como Sítios de Valores Paisagísticos no território Vales do Curu e Aracatiaçu, destacam-se as áreas irrigadas ao longo do Rio Curu, as áreas serranas, serrotes e boqueirões, o Vale do Rio Curu no setor sudeste e a feição litorânea, que se encontram em adiantado processo de desertificação, ainda podemos citar o Rio Caxitoré, a depressão sertaneja e os açudes Pentecoste e General Sampaio.

No município de Itarema, também existem áreas de mangue onde estão situadas a enseada de patos, o porto dos barcos e o farol de Itapajé.

Também se encontram ameaçados os sítios arqueológicos com registros gráficos pré-históricos (grafismos rupestres) e artefatos cerâmicos e

líticos lascado, encontrados nos municípios de Irauçuba (7 sítios), Trairi (7 sítios), Itarema (4 sítios), Paraipaba (4 sítios) e Itapipoca (1 sítio) que foram catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Em Tururu, existe a lagoa do Osso, que inclusive já foi palco de retirada de fósseis, que se encontram no museu de Itapipoca.

Na comunidade de águas pretas em Tururu, há indícios de pinturas rupestres ainda não estudadas.

Em Itapipoca existe ainda o parque arqueológico de Jirau, lagoa do Juá, onde estão sendo realizados estudos pela Universidade Federal do Ceará, já havendo um projeto para implantação de um Museu;

Existe ainda o Jardim Botânico do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, com 18 hectares, para proteção do ecossistema lacustre e do complexo vegetacional, todos de competência estadual. Em General Sampaio ainda existe o Horto Municipal com 3,8 hectares, utilizada como unidade de estudo da flora municipal.

E também já existe o horto Municipal das Timbaúbas em Tejuçuoca com 2,5 hectares.

No território ainda existe uma área de berçário de tartarugas marinhas, onde em 1991, O Projeto TAMAR criou uma base de proteção das mesmas na área costeira da Grande Almofala. (TAMAR, 2010).

Em Irauçuba existe um Tabuleiro conhecido como tabuleiro do Julio, que é um local de berçário das avoantes, no qual o IBAMA delimitou uma área para a conservação da espécie.

11.2 Unidades de Conservação

As unidades de conservação, em sua essência, são os espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC). As unidades de conservação (UC's)

podem ser classificadas em dois grandes grupos, de acordo com a forma de uso dos seus recursos naturais: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável (Constituição, 1988).

As unidades de proteção integral permitem apenas o uso indireto dos recursos naturais, como a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Inclui as seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

As unidades de uso sustentável permitem o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, em compatibilidade com a conservação da natureza. Inclui as seguintes categorias: Área de proteção Ambiental, Área de Relevante interessante Ecológico, Floresta Nacional, Reserva extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural.

A existência de áreas de caatinga, dunas, serras e manguezais, de matas e de recursos hídricos de importância territorial e a necessidade de preservá-los gerou um aumento da consciência ambiental por parte do poder público e da sociedade no território. Exemplo disso são os mecanismos e instrumentos criados para a proteção dessas áreas, as mesmas estão apresentadas no quadro 19:

Municípios	Unidade de Conservação	Descrição
Paraipaba	APA Dunas da lagoinha	Com 523 hectares para proteção do ecossistema de Dunas
Paracuru	APA das Dunas de Paracuru	Com 3190 hectares para proteção das dunas
Paracuru e Paraipaba	APA do Estuário do Rio Curu	Com 882 hectares para proteção dos manguezais
Itaipoca e Trairi	APA do Estuário do Rio Mundaú	Com 1596 hectares criado para proteção dos manguezais
Pecém	Estação Ecológica do Pecém	Com 973,09 hectares, para proteção do ecossistema de dunas.
Itaipoca	Reserva Particular de Patrimônio Natural Sítio	Com 464,3 hectares para proteção do complexo

Municípios	Unidade de Conservação	Descrição
	Ameixas – Poço velho	vegetacional litorâneo.
Amontada	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mercês, Sabiaguaba e Nazário	Com 50 hectares
General Sampaio	Reserva Particular do Patrimônio Natural Ambientalista Francy Nunes	Com 200 hectares, criado para proteção da Caatinga.
General Sampaio	Reserva Particular de Patrimônio Natural Elias Andrade	Com 207,92 hectares de proteção de caatinga
Trairi	Reserva Ecológica Particular Jandaíra	Com 54,5 hectares para proteção do complexo vegetacional litorâneo
Itapajé	Reserva Particular de Patrimônio Natural Mãe da lua, Serrote do meio	Situada entre Fortaleza e Sobral.

Quadro 19: Unidades de Preservação existentes no território Vales do Curu e Aracatiaçu
Fonte: SEMACE (2010).

Um dos problemas enfrentados no território, com relação as suas unidades de conservação são os planos de manejo que na grande maioria não existem, o que dificulta as ações de preservação facilitando ações de desmatamento.

11.3 Áreas Prioritárias para Conservação

No território, porém, existem outras áreas consideradas como áreas prioritárias para preservação, dentre elas estão às áreas de preservação permanente, encontradas nos trechos das nascentes fluviais e nos setores onde a declividade é superior a 45°.

Os rios e riachos que se encontram assoreados pelo desmatamento das matas ciliares causam a diminuição dos leitos dos rios e a extinção e migração de espécies animais do seu habitat natural. Com apoio da Companhia Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH e do Comitê de Bacia do Curu - CBH-CURU, formado por um colegiado que envolve 50 entidades do Poder Público Federal, Estadual e Municipal; sociedade civil e usuários de água, apresentaram um projeto ao PRONAF INFRA pelo Território Vales do Curu e Aracatiaçu, através do Município de General Sampaio,

beneficiando a revitalização de 17 km do Rio Curu, entre os Municípios de General Sampaio e Apuiarés, com 104 ha de área revitalizada. Este projeto teve sua execução iniciada no mês de janeiro de 2010. O Rio Curu hoje precisa de reflorestamento praticamente em toda sua extensão, necessitando, portanto, de uma intervenção para a sua revitalização. Tais ações de revitalização são de fundamental importância, visto que atualmente, o que se verifica é uma total inobservância desses princípios, que são previstos na legislação ambiental.

A ocupação agrícola (bananicultura, principalmente) ocorre de forma extensiva e indiscriminada, abrangendo vertentes da alta declividade, com desmatamentos generalizados que degradam o solo, desencadeando processos erosivos e comprometendo a estabilidade das encostas, entre outros impactos ambientais.

Assim, como as APP's, existem outras áreas consideradas patrimônios naturais que devem ser preservados, tais como a Serra da Ema, em Irauçuba, na qual existe um interesse de criação de um Parque ecológico, pois existe uma mata nativa com presença de animais raros como a onça vermelha.

No limite entre Irauçuba e Tejuçuoca, existe o açude público do Jerimum que abastece a sede de Irauçuba, Tejuçuoca e Itapajé na qual existe um grande volume de pedra Sabão ainda não explorada e que deve ser preservada.

11.4 Terras Indígenas

As terras indígenas, bem como as terras de comunidades quilombolas e as outras terras de comunidades tradicionais do território, são consideradas áreas prioritárias de preservação, pois são terras de populações que se enquadram nas unidades de conservação de Uso sustentável, as quais tem por objetivo a conservação da biodiversidade compatibilizada com o uso racional dos recursos naturais.

Em Itarema existem várias comunidades indígenas, da etnia Tremembé demarcadas, totalizando oito, dentre elas estão as do Córrego João Pereira, Capim Assu e São José e Buriti.

Em Itapipoca existe uma escola indígena, e algumas ações da FUNAI e da FUNASA contemplam as comunidades indígenas do território, as mesmas por exemplo, já foram beneficiadas com a construção de uma casa de farinha, com o projeto Ovelha, com barcos de pesca, equipamentos e cestas básicas.

11.5 Comunidades Remanescente de Quilombolas

Com relação a comunidade quilombola, em Tururu existem duas comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares (Conceição dos Caetanos e Águas Pretas), as mesmas foram reconhecidas em dezembro de 2004, porém as áreas são demarcadas mais ainda não estão regulamentadas, elas recebem da CONAB cestas básicas, e a comunidade Conceição dos Caetanos, já possuem uma casa digital, financiada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário.

Tais comunidades reivindicam ainda um centro de multiuso, para que haja um maior fortalecimento da cultura. Em Água Preta existe uma demanda pela instalação de uma casa digital e também uma reivindicação pela melhoria das estradas de acesso a tal comunidade;

A comunidade de Água Preta sofreu um processo de perda da cultura e raízes afrodescendentes, e por isso precisa de ações que resgatem tais características.

As mesmas ainda não possuem água encanada, e recebem água através de carros pipa. Atualmente fazem coleta da água em seis cacimbões existentes na região, do qual apenas dois apresentam água propícia para consumo, pois os outros apresentam água salobra.

Na comunidade Conceição dos Caetanos, há uma forte cultura quilombola, sendo uma referência estadual.

11.6 Outras Populações Tradicionais

Como o território apresenta um rico litoral, existem diversas colônias e associações de pescadores. Pode-se, por exemplo, citar a Z-19, em Itarema e a Z-66 em Irauçuba, porém ainda existe a ocorrência de pescadores artesanais

em Pentecoste, General Sampaio, Tejuçuoca, Trairi, Paracuru e Paraipaba. Tais comunidades recebem o seguro defeso quando cadastrados no Ministério da Pesca e ainda o projeto alfabetização de pescadores pelo Ministério da Educação.

Em Flecheiras existe um grupo de algicultura (cultivo de algas) que é acompanhada pela ONG Terra mar, e que desenvolve bonito projeto, pois tentam cultivar algas gerando renda sem degradação do meio ambiente.

Em Itapipoca, no assentamento Maceió, existe uma unidade de beneficiamento de algas que foi financiado pelo Projeto São José;

Em Itarema, existe uma cooperativa de marisqueiras, conhecida como cooperativa pescando búzios, com um projeto implantado de maricultura em parceria com a prefeitura e com o instituto Brasil Sustentável, ainda no mesmo projeto existe um subprojeto de beneficiamento de ostras.

11.7 Bioma

O território apresenta como Bioma, a caatinga. Nesse bioma estão inseridos vários ecossistemas a exemplo do mangue, restingas e ainda um complexo serrano, o que faz desse território um local com grande biodiversidade de animais e vegetais e proporciona a possibilidade de implantação de inúmeras cadeias de produção. A população ainda é beneficiada com grande beleza cênica que atrai turistas e possibilita o desenvolvimento sustentável e ambiental.

A vegetação da planície litorânea é composta por vegetação de dunas (importante para a fixação das mesmas) e pelos manguezais. A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam consideradas “berçários” naturais tanto para as espécies características desses ambientes (camarões, caranguejos, siris e ostras) como para peixes de águas doces e marinhas, e de animais que migram para as áreas costeiras, em pelo menos uma das fases do seu ciclo de vida. Essa rica fauna e flora representam uma fonte essencial de alimentos para as populações humanas ribeirinhas e costeiras, constituindo excelente fonte de proteína de fácil captura, com alto valor nutritivo.

O manguezal pode ser tratado como um recurso renovável, quando se considera a produção natural de ostras, camarões, siris e mariscos, além das oportunidades recreacionais, científicas e educacionais que o mesmo proporciona. Por outro lado, o manguezal também pode ser considerado como um recurso não-renovável, quando o espaço que ele ocupa é substituído por prédios, atracadouros, residências, portos, marinas, resorts, aeroportos, rodovias, salinas, empreendimentos de aquicultura, além de servir como depositário de efluentes líquidos, resíduos sólidos e sofrer extrativismo não racional de produtos florestais e recursos animais (NOVELLI, 2009).

A realidade de exploração imposta aos manguezais tem sido o da derrubada de árvores do mangue para lenha, retirada da madeira para construção e extração de tanino (polifenóis de origem vegetal, que inibem o ataque às plantas) pesca predatória de moluscos, crustáceos e peixes, inclusive utilizando explosivos, atividades salineiras, além da instalação de viveiros para carcinicultura.

No território ainda existe uma área de restinga, onde o terreno é arenoso e salino, próximo ao mar e coberto de plantas herbáceas características. As mesmas são protegidas como áreas de preservação permanente conforme art.2º, alínea "f" da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal.

A cobertura vegetal predominante em boa parte desses municípios é a caatinga, associada aos domínios dos terrenos cristalinos da depressão sertaneja, onde a deficiência hídrica é a característica mais marcante, juntamente com solos de pouca profundidade, freqüentemente revestidos por pavimentos detríticos (seixos). Constitui a vegetação típica dos sertões, ostentando padrões fisionômicos e florísticos heterogêneos, incluindo faixas de transição para outras unidades fitoecológicas. Apresenta espécies arbóreas e arbustivas, podendo ser densa ou aberta, refletindo as relações mútuas entre os componentes do meio físico, tais como: relevo, tipo de rocha, tipo de solo e grau de umidade. As espécies mais representativas são: jurema, catingueira, angico, sabiá, marmeleiro, juazeiro e mandacaru.

A caatinga encontra-se bastante descaracterizada, tanto pela interferência antrópica, através da agricultura (dominante de subsistência), da

pecuária (principalmente a caprinocultura) e da retirada de lenha para fabricação de carvão, como pela incidência de períodos críticos de estiagem acentuada. A árvore mais comum é o Sabiá.

As planícies fluviais são áreas que apresentam boas condições hídricas e solos férteis, favorecendo, em alguns trechos, a instalação de uma cobertura vegetal, cuja fisionomia de mata galeria ou ciliar, dominada por carnaubais, contrasta com a vegetação caducifólia e de baixo porte dos interflúvios sertanejos. As principais espécies que habitam esses ecossistemas são a carnaúba, associada ao mulungu, juazeiro, oiticica e ingá-bravo, além de espécies arbustivas e trepadeiras (COGERH, 2009).

Da mesma forma, as áreas de acumulação inundáveis (depressões de pequenos desníveis que acumulam água de chuva) e as áreas em torno de lagoas e reservatórios d'água artificiais, também suportam uma vegetação arbórea com palmeiras e um extrato rasteiro formado por gramíneas.

Na zona litorânea e/ou zona transicional costeira do oeste é encontrado o banco de areia do Acaraú, que se estende da Barra do rio Aracati-Mirim até a ponta de Jericoacoara e há destaque para o vale do rio Curu. Plataformas de petróleo são distribuídas ao largo dos municípios de Paracuru e São Gonçalo do Amarante.

A região serrana é composta por serras secas com altimetria de 500m, a região apresenta matas sub-úmidas acima dos 600m, onde é comum a presença de trepadeiras, como as samambaias.

No território ocorrem diversas espécies de animais tais como a raposa, o guaximim, gatos-do-mato, jaritaca, sagui e macaco prego, veado, peba, tatus e tamanduá, dentre diversas espécies de morcegos, preás e mocós.

11.8 Características Geoclimáticas

O clima do território é o tropical quente semiárido na região mais interiorana e tropical quente semiárido brando próximo ao litoral, com pluviometria média anual de 1.130mm com chuvas concentradas de janeiro a maio. O território apresenta ainda uma média de temperatura entre 26 à 28°. A Tabela 20 apresenta os dados de pluviosidade observados por microterritório

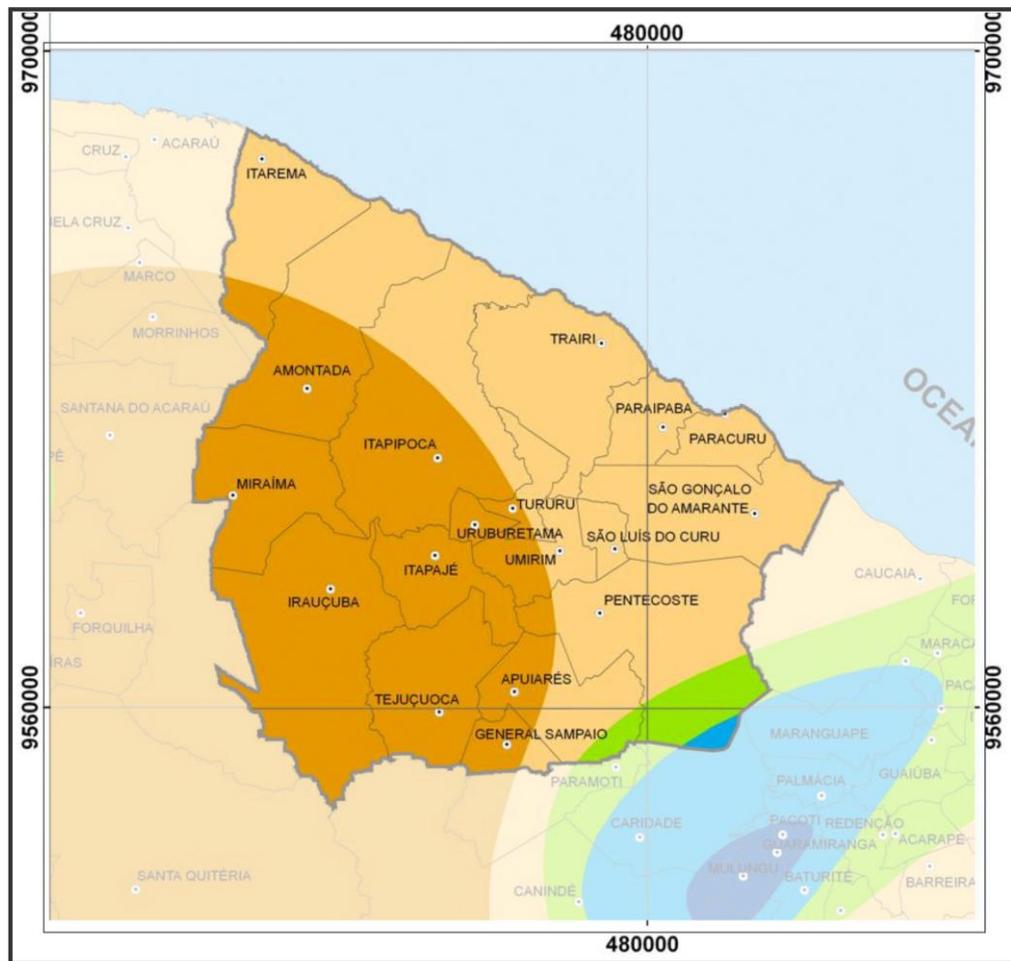
nos anos de 2007 e 2008. Vale salientar que tais dados podem ser influenciados por fenômenos tais como o “EL NINO e LA NINA”.

Tabela 20: Dados de pluviosidade observados nos anos de 2007 e 2008

MUNICÍPIOS	2007	2008
MICRO LITORAL VALES DO CURU		
Paracuru	1371,3	1338,90
Paraipaba	1019,8	1241,30
São Gonçalo do Amarante	966,9	896,80
São Luís do Curu	659,5	1138,00
MICRO MÉDIO CURU		
Apuiarés	655,5	994,50
General Sampaio	486,8	802,40
Pentecoste	654,5	900,70
Tejuçuoca	480,3	523,50
MICRO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM		
Amontada	828,5	330,70
Itapipoca	819,4	1452,10
Itarema	1028	1318,20
Miraíma	460,5	938,90
Trairi	1189	1509,40
Tururu	573	907
MICRO UNIÃO DAS SERRAS		
Umirim	596,9	989,30
Irauçuba	276,5	345,20
Itapajé	664,2	800,30
Uruburetama	829,5	996,50

Fonte: IPECE, 2010.

Ceará Território Vales do Curu e Aracatiáçu Tipos Climáticos



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Tropical Quente Semi-Árido
- Tropical Quente Semi-Árido Brando
- Tropical Quente Subúmido
- Tropical Quente Úmido
- Tropical Subquente Úmido

Escala

50 0 50 km
PROJEÇÃO UTM, ZONA 24 SUL, DATUM SAD 69.

Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

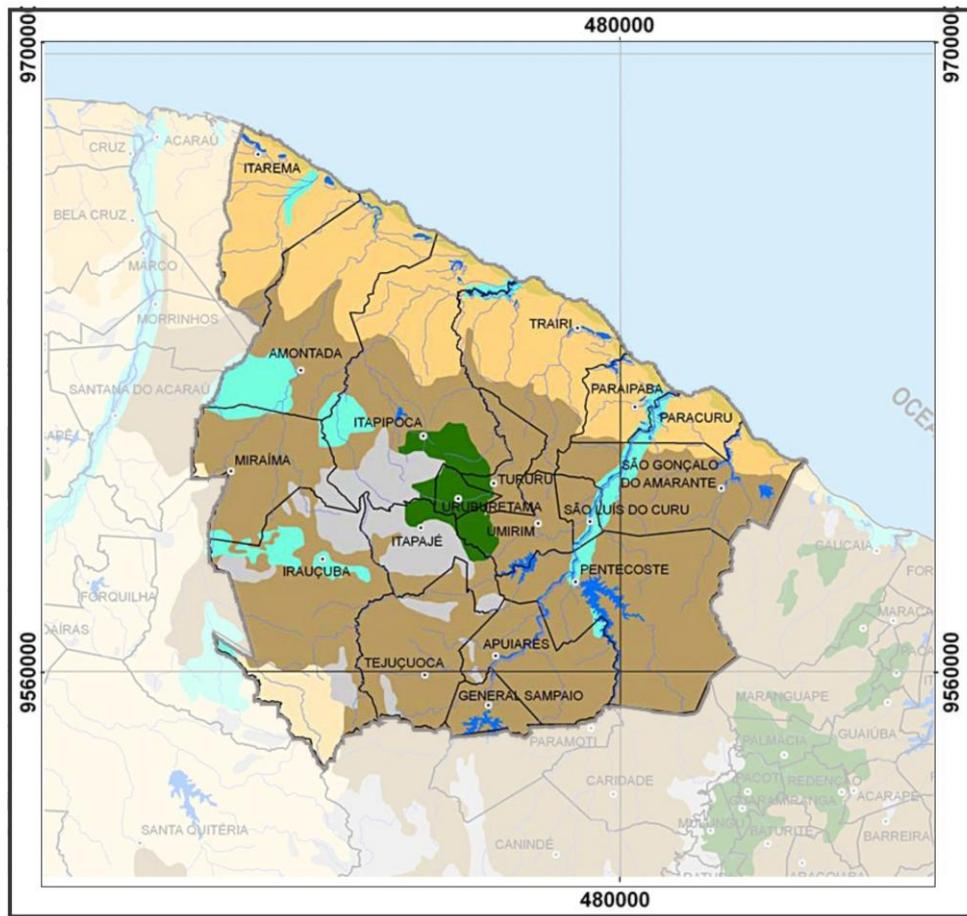
Figura 8: Mapa dos Tipos Climáticos do Território Vales do Curu e Aracatiáçu
Fonte: Adaptado do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2010).

11.9 Características Geomorfológicas

A paisagem morfológica é composta por planícies e terraços fluviais, pelo maciço residual pré-litorâneo da Serra de Uruburetama e pelas depressões sertanejas. As diversas litologias afloram de maneira abundante, com características de desagregação e desgaste de rochas, típicos dos processos intempéricos de origem física, que predominam nas regiões semi-áridas. Os tanques naturais são uma microfeição geomorfológica típica desse tipo de paisagem (SOUZA FILHO, 1999).

A área ainda apresenta tabuleiros pré-litorâneos, planícies fluviais, planícies fluvi-marinhas, Maciço Residual, Depressão Sertaneja e Inselbergs. Na Planície Litorânea encontramos as Dunas que formam cordões quase contínuos ao longo da costa. Nesta unidade geomorfológica foram identificadas tanto Dunas Fixas como Dunas Móveis. Na Planície Flúvio Marinha destaca-se a Vegetação de Mangue. O Maciço Residual de Uruburetama corresponde a um dos maiores compartimentos do Estado do Ceará inseridos na unidade geomorfológica dos Maciços Residuais. No setor deste Maciço inserido na área de estudo, encontramos formas aguçadas de relevo com altitudes em torno de 600m. Quanto aos Inselbergs ou Agrupamentos de Inselbergs, caracterizam-se por serem relevos isolados com vertentes rochosas escarpadas (FREITAS FILHO et al, 1996). A Figura 9 apresenta tais feições.

Ceará Território Vales do Curu e Aracatiagu Compartimentação Geoambiental



Localização no Estado



Legendas

- ⊙ Sede municipal
- Corpos d' água — Drenagens
- Unidade Geoambiental**
- Tabierno interiorna
- Planície fluvio-marinha
- Chapada do Apodi
- Chapada do Araripe
- Glacis de acumulação
- Planalto da Itaipaba
- Planície litorânea
- Planície ribeirinha
- Serras secas
- Serras úmidas
- Sertão ocidental (Itaipaba)
- Sertão centro ocidental
- Sertão pré-litorâneo
- Sertão sul ocidental

Escala



Orientação



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 9: Mapa do Território Vales do Curu e Aracatiagu apresentando a compartimentação geoambiental

Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

11.10 Características Hidrológicas

A qualidade da água das bacias do território é diretamente influenciada pela precária infra-estrutura de saneamento básico dos centros urbanos, pela drenagem dos perímetros irrigados, pela atividade de aqüicultura e até mesmo por fatores naturais. Verifica-se, conforme levantamento que se segue, praticamente a inexistência de infraestrutura de saneamento nos municípios que conformam o território, gerando com isso a poluição dos recursos hídricos, visto que, quase todas as sedes municipais estão situadas às margens dos rios que compõem as bacias do Curu e Litoral.

11.10.1 Bacias Hidrográficas

As bacias hidrográficas são consideradas unidades fundamentais para o planejamento do uso e conservação ambiental e estes ambientes têm sofrido grande perda da biodiversidade com as ações antrópicas ao longo dos anos. A Bacia do Curu, pioneira no Estado em termos de ações de gerenciamento de recursos hídricos, é considerada como a bacia modelo para o Estado do Ceará. As Bacias do Curu e Litoral compõem os municípios do território dos Vales do Curu e Aracatiaçu. No trabalho da COGERH e dos Comitês de Bacias do Curu e Litoral foram detectadas as seguintes fontes potenciais de poluição: fazenda de criação de camarão e peixe nos municípios do litoral, perímetros irrigados do Curu Pentecoste e Curu Paraipaba, pela ineficiência nos sistemas de irrigação e uso indiscriminado de agrotóxicos, matadouros públicos ineficientes para atender as demandas, falta de esgotamentos sanitários, praticamente, pela inexistência de cobertura de esgotamento sanitário nos municípios, pela a inexistência de aterros sanitários para atender a coleta sistemática de resíduos sólidos na sedes dos municípios, formando verdadeiros Lixões, comprometendo assim, o lençol freático, poluindo os mananciais que compõem as Bacias e Indústrias.

Outra preocupação com relação à manutenção de tais recursos hídricos é que a extensão dos Rios Curu e Mundaú estão praticamente sem mata ciliar e fortemente assoreadas, desde a nascente até a foz.

trecho, fornecendo alternativas de trabalhar a recuperação da agricultura, tornando sustentável para a sobrevivência das famílias.

Vale salientar que já existe em nível do território uma discussão forte, inclusive com proposições já definidas para buscar recursos, via PRONAF-PROINF e outras fontes com vistas à revitalização desses rios, lembrando que o conselho é constituído por instituições públicas e entidades da sociedade civil. As Tabelas 21 e 22 apresentam respectivamente os principais reservatórios hídricos e adutoras presentes no território.

Tabela 21: Principais Reservatórios Encontrados no Território

Municípios	Nome do Açude	Capacidade de Acumulação
Tejuçuoca	Tejuçuoca	28.110.000
Pentecoste	Pentecoste	395.630.000
Irauçuba	Jerimum	20.500.000
General Sampaio	General Sampaio	322.200.000
Umirim	Frios	33.020.000
Uruburetama	Mundaú	21.300.000
Itapipoca	Poço Verde Quandú	13.650.000 4.000.000
Miraíma	São Pedro Timbaúba	19.250.000

Fonte: SRH, 2009

Tabela 22: Características de Adutoras Presentes no Território

Adutora	Município	Fonte Hídrica	Extensão	Vazão (Km)	População beneficiada
Apuiarés	Apuiarés	Rio Curu	16,28	6	1485
Irauçuba	Irauçuba	Açude Jerimum	17	33	11060
Itapajé	Itapajé	Açude Jerimum	17,5	67	32379
Tejuçuoca	Tejuçuoca	Açude Tejuçuoca	6,81	6,81	1699
Itapipoca	Itapipoca	Açude Quandu	10,74	32,0	15150
Uruburetama/Tururu	Uruburetama/Tururu	Açude Mundaú	11,90	40,0	19980

Fonte: SRH, 2009

O projeto São José é um Programa de Combate à pobreza Rural. No caso da implantação de sistemas de abastecimento de água, as mesmas são fiscalizadas e executadas pela SOHIDRA. Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela SOHIDRA dentro do projeto São José. (SOHIDRA, 2010). Tais obras levam a pequenas comunidades uma melhoria de vida e um

resgate a dignidade de tais famílias rurais. A Tabela 23 apresenta dados quantitativos de tais obras realizadas por tal programa dentro dos municípios do território.

Tabela 23: Obras de Abastecimento do Projeto São José nos Municípios do Território.

Município	Nº de Obras	Nº de Famílias atendidas
General Sampaio	9	302
Irauçuba	6	480
Itapajé	15	1087
Paracuru	9	744
Pentecoste	19	859
São Luis do Curu	4	242
Tejuçuoca	15	1883
Umirim	14	755
Amontada	18	604
Itapipoca	22	3.483
Itarema	23	1.344
Miraíma	9	1.652
Trairí	8	732
Tururu	6	399
Uruburemata	3	280

Fonte: SDA, julho de 2009.

A Tabela 24 apresenta o nível de participação dos municípios do território no Pacto das águas.

Tabela 24: Participação Municipal na Etapa Regional do Pacto das Águas

Municípios	Oficina Regional		Diálogo Municipal		Seminário Regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Apuiarés	04	04	16	32	06	06
General Sampaio	05	05	nd	nd	08	08
Irauçuba	02	04	32	37	01	01
Itapajé	03	04	15	18	01	01
Paracuru	04	05	nd	nd	-	-
Paraipaba	04	04	16	20	06	06
Pentecoste	03	13	21	34	23	23
São Gonçalo do Amarante	02	02	18	22	05	05
São Luiz do Curu	05	08	25	41	06	06
Tejuçuoca	01	01	17	22	03	03
Umirim	03	04	25	28	04	04
Amontada	04	05	nd	nd	-	-
Itapipoca	21	32	-	-	02	02
Itarema	07	08	11	51	18	38
Miraíma	03	03	17	37	-	-
Trairí	01	01	28	37	06	06
Tururu	02	04	-	-	01	01

Municípios	Oficina Regional		Diálogo Municipal		Seminário Regional	
	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes	Instituições	Participantes
Uruburetama	01	01	nd	nd	01	01

Fonte: Pacto das águas (2009).

11.10.2 Características Vegetais

Como o território apresenta diversas feições geológicas, o que influencia no clima e por sua influencia na vegetação, apresentamos no quadro 20 as principais formações vegetacionais bem como as principais espécies características de cada uma.

CARÁTER	DENOMINAÇÃO	ESPÉCIES CARACTERÍSTICAS
<i>Higrófilo Perenifólio</i> Arbóreo, Arbóreo-Arbustivo	Mata Úmida	Cedro (<i>Cedrela odorata</i>) Ingá (<i>Inga fagifolia</i>) Bálsamo (<i>Myroxylon peruiferum</i>) Freijorge (<i>Cordia trichotoma</i>) Babaçu (<i>Orbignyia martiana</i>)
<i>Mesófilo Semi-Caducifólio</i> Arbóreo, Arbóreo-Arbustivo	Mata Seca	Barriguda (<i>Ceiba glaziovii</i>) Pau d'arco amarelo (<i>Tebebuia serratifolia</i>) Mulungu (<i>Erythrina velutina</i>) Aroeira (<i>Astronium urundeuva</i>) Pau d'arco roxo (<i>Tebebuia impetigosa</i>) Torém (<i>Cecropia sp.</i>)
<i>Xerófilo Escleromorfo</i> Caducifólio	Caatinga	Juazeiro (<i>Zizyphus joazeiro</i>) Catingueira (<i>Cesalpinia bracteosa</i>) Sabiá (<i>Mimosa cesalpinifolia</i>) Mofumbo (<i>Combretum leprosum</i>) Pau branco (<i>Auxema onocalyx</i>) Jucá ou Pau ferro (<i>Cesalpinia férrea</i>) Jurema branca (<i>Mimosa verrucosa</i>) Jurema preta (<i>Mimosa hostilis</i>)
<i>Freatófilo</i> Arbóreo, Arbóreo-Arbustivo	Mata Ciliar (Flúvio-marginal)	Oiticica (<i>Licania rigida</i>) João Mole (<i>Pisonea sp.</i>) Pajeú (<i>Triplaris gardneriana</i>) Guapiru (<i>Sapium lanceolatum</i>) Jaramataia (<i>Vitex gardneriana</i>)

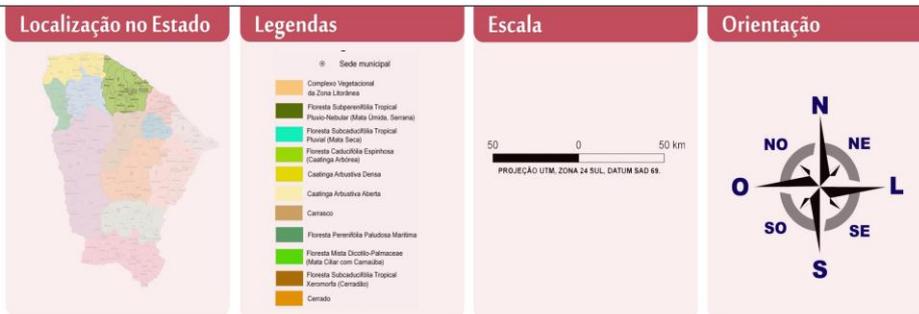
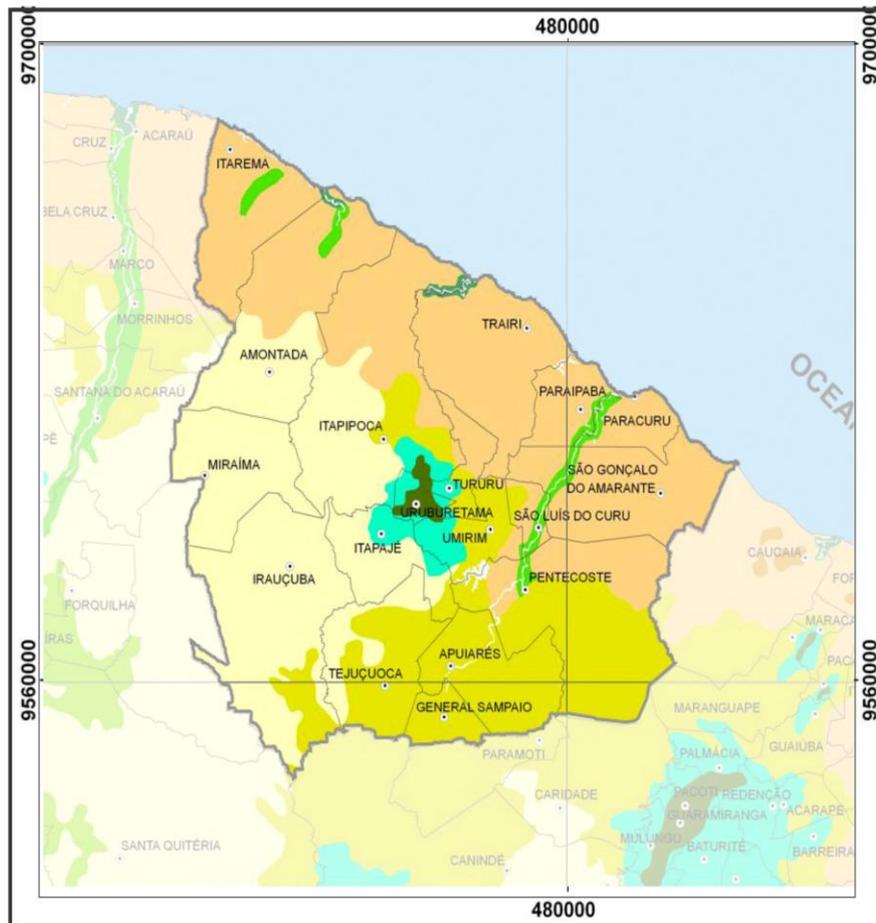
CARÁTER	DENOMINAÇÃO	ESPÉCIES CARACTERÍSTICAS
Edafo-Hidrófito (Geomorfófilo) Arbóreo-Arbustivo	Carnaubais (Palmeirais hidrofílicos)	Carnaúba (<i>Copernicia prunifera</i>) Marmeleiro (<i>Croton sp.</i>)

Quadro 20: Tipos de Formações Vegetacionais Presentes na Região

Fonte: OLIVEIRA (2002) – Adaptado.

Ainda no território encontramos vegetações típicas das restingas e manguezais. Entre as principais espécies do mangue encontramos: o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue branco (*Laguncularia racenosa*), mangue siriúba (*Avicennia shaueriana*), mangue canoé (*Avicennia nítida*) e o mangue em botão (*Canocarpus erecta*).

Ceará Território Vales do Curu e Aracatiagu Unidades Fitoecológicas



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 11: Mapa do Território Vales do Curu e Aracatiagu apresentando as principais unidades fitoecológicas
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

Além dos manguezais, grande quantidade de plantas aéreas (cepífitas) como bromélias, orquídeas e samambaias são encontradas nos mangues, bem

como os líquens formados pela simbiose de algas e cogumelos e se localizam na parte superior do manguezal.

11.11 Características Geoambientais dos Sistemas Produtivos da Agricultura Familiar

O Território Vales do Curu e Aracatiaçu é caracterizado por congregar três sistemas ecológicos distintos: sistema ecológico de sertão, de serra e de litoral, cujas características são as seguintes:

O sistema Ecológico de Sertão se caracteriza pela sua formação geomorfológica de depressão sertaneja e unidades fitoecológicas de caatinga arbustiva densa e aberta e foram identificadas situações ambientais que promovem condições diferenciadas para a exploração produtiva, em função da qualidade da terra e da disponibilidade da água. Os municípios com presença mais significativa desse sistema são: Tejuçuoca, General Sampaio, Apuiarés, Pentecoste, São Luis do Curu, Umirim e Irauçuba e seus subsistemas, são:

- O subsistema de caatinga que corresponde às áreas de transição litoral, serrotes, serras secas, chapadas e superfícies planas com fundos de vales abertos e áreas de relevo mais ondulado e fundo de vales mais estreitos. Os tipos de solos mais encontrados são (Podzólico Vermelho-Amarelo, Bruno não Cálcico e Litólicos) que se sucedem e se mesclam formando um grande e complexo mosaico ambiental, apropriado para uma exploração diversificada de culturas. Estes tipos de solos são utilizados como pastagem nativa (mata), pastagem nativa melhorada (capoeira, raleamento e rebaixamento) e cultivada (palma forrageira, mandioca, sorgo, milho, capins de pisoteio de sequeiro e leucena), com a tradicional agricultura de subsistência com a exploração do milho e do feijão e a fruticultura de sequeiro na produção do caju. Nestas áreas de Caatinga, que corresponde ao sertão propriamente dito no território devido as suas peculiaridades, os recursos naturais apresentam uma real fragilidade às ações antrópicas, onde se detecta áreas fundamentais como matas ciliares, encostas, rios e nascentes, especialmente devido às ações humanas, são áreas em estágios avançados de degradação. Segundo os diálogos municipais do Pacto das águas, promovido pela Assembléia Legislativa/CE, pelos Comitês

de Bacias Curu e Litoral a Companhia Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos/CE - COGERH realizados em 2009, essa é mais grave porque a preservação e proteção do meio ambiente são insuficientes e, de forma geral, há má conservação e uso inadequado do solo e da água. Tais circunstâncias contribuem para a degradação gradual do meio, indicada pelo aumento dos núcleos de desertificação, principalmente no município de Irauçuba, conforme estudos realizados pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME, 1984).

- O subsistema de Baixio de Sequeiro, como o próprio nome indica, corresponde a área de solos aluviais comumente chamadas de beira de rio ou croa. São utilizadas fortemente com a agricultura de subsistência de milho e feijão e uma pequena parte na produção de forragem cultivada de sequeiro e irrigada de corte (capim elefante) e superficialmente na produção de fruteiras de sequeiro (manga), plantas medicinais e hortaliças (cheiro verde) para consumo das famílias. Queremos destacar que apesar de ser um sistema de sequeiro, existem locais com potencial hídrico relevante para desenvolver atividades irrigadas. As culturas mais apropriadas para irrigação nesse sistema são: as hortaliças, as fruteiras, o milho, o feijão e as capineiras de corte. Outra atividade potencial para esses locais é a irrigação de salvação para as culturas de milho e feijão de sequeiro no período invernososo e as fruteiras de sequeiro (manga, graviola, acerola, cajá, siriguela, etc.). A importância dessa situação ambiental é bastante diferenciada entre as propriedades rurais e varia em função da largura e comprimento desse tipo de terreno ao longo das margens dos rios ou riachos. Em virtude da alta fertilidade natural dos solos e a maior possibilidade de acesso à água, esta situação ambiental apresenta-se como elemento de valorização das unidades produtivas aí inseridas em virtude do seu grande potencial produtivo e pela capacidade de produção de variados sistemas de cultivos. A criação animal se integra a esse sistema no aproveitamento dos restos culturais e na oferta de forragem de corte. As espécies mais utilizadas são o bovino de leite e corte, o ovino de corte, o caprino de leite e corte, a abelha e as aves.

- O subsistema de Baixio Perenizado corresponde à área de solos aluvionais comumente chamadas de beira de rio/riacho, baixio ou croa,

localizado no lado jusante de médios e grandes açudes, com disponibilidade permanente de água no leito dos rios ou riachos dessas áreas. Tem um grande potencial para ser utilizado fortemente com a produção irrigada de milho, feijão, fruteiras (mamão, laranja, bananeira, manga, ata, limão e graviola), e hortaliças (cenoura, beterraba, alface, cheiro verde, tomate, pimentão, etc.), para consumo e venda, como também na produção de forragem cultivada de corte (capim elefante, mineirão, paulistinha, cana, sorgo, milho, cunhã e leucena) para consumo animal. Já existe atualmente, a exploração produtiva dessas culturas, porém, de forma inadequada e degradante, além da subutilização do potencial existente.

Como no sistema de sequeiro essa situação ambiental é bastante diferenciada entre as propriedades rurais e varia em função da largura e comprimento desse tipo de terreno ao longo das margens dos rios ou riachos. Em virtude da alta fertilidade natural dos seus solos e a disponibilidade de água existente, esse sistema apresenta-se como elemento de valorização das unidades produtivas onde eles estão inseridos, em virtude do seu grande potencial produtivo e pela capacidade de produção de variados sistemas de cultivos e forma sustentável. A criação animal se integra a esse sistema no aproveitamento dos restos culturais e na oferta de forragem de corte. As espécies mais utilizadas são o bovino leiteiro, o ovino de corte, o caprino leiteiro de corte e misto, a abelha, o peixe e as aves.

- O subsistema de Vazante apresenta diferenciação com as demais situações ambientais devido a decorrente intervenção humana mais significativa no ambiente natural. Esse sistema se caracteriza pela localização da sua área no lado montante (beira do açude) do açude e comumente é conhecida como vazante. Outra característica desse sistema é a utilização do plantio de culturas temporárias (milho, feijão, batata doce, jerimum, etc.) em função da variação do fluxo de água nos períodos invernosos e verão. O seu potencial é diferenciado e varia de acordo com o porte do açude e com a qualidade das terras do seu entorno. Comumente esse sistema é desenvolvido nas montantes dos grandes açudes públicos e nos médios e pequenos açudes particulares e em áreas de assentamentos.

Sistema Ecológico de Serra apresenta situações ambientais diferenciadas e se caracteriza por um conjunto de elementos naturais com destaque para a altitude, topografia, temperatura, umidade e uma variação significativa dos solos. A sua composição é formada por unidades fitoecológicas de florestas subperenifólia tropical pluvio-nebular e unidades geomorfológicas de maciços residuais dissecados em cristais e colinas. Os municípios de Uruburetama, Itapajé, Itapipoca, Miraíma e Tururu são os mais representativos desse sistema. Os sistemas ambientais identificados nesse ecossistema são: Alto da Serra, Aba da Serra e Pé de Serra. A seguir descreveremos cada sistema ambiental pertencente a esse ecossistema:

O subsistema de Alto da Serra, como o próprio nome já indica se caracteriza pela altitude garantindo um clima mais ameno e automaticamente um solo mais úmido e bastante variado. Essa condição viabiliza a exploração nativa e cultivada de fruteiras (abacate, graviola, manga, laranja, limão, ata, mamão, etc.), em especial a banana, como também o café e a agricultura de subsistência (milho, feijão de arranca e mandioca). Na alimentação animal é utilizado para a produção de pastagem cultivada (capim de pisoteio e de corte, palma forrageira, leucena, cunhã, cana de açúcar, sorgo e milho) e da pastagem nativa. Na criação animal as espécies mais apropriadas para este sistema são: bovino, ovino, suíno, abelha, peixe e aves.

- O subsistema de Encosta de Serra é caracterizado fortemente devido a sua irregularidade topográfica. Localiza-se no lado íngreme da serra (costela) tornando muito difícil as condições de trabalho além de estar protegida pela legislação ambiental tornando-a área de reserva permanente, portanto, proibida de exploração agropecuária tradicional ou modernizante. Na parte mais úmida (cinturão verde) é apropriado para exploração de fruteiras arbóreas (jaca, ata, cajá, manga, etc), e de forma mais expressiva a banana, todas em sistemas agroflorestais, como também a criação de abelha e o turismo ecológico comunitário.

- O Subsistema de Pé de Serra corresponde à área de terra que fica entre a parte de sertão e se eleva gradativamente até o início de formação da serra propriamente dita ocorrendo uma mudança climática, caracterizando-se, portanto, como um clima de transição, entre o sertão (quente e semi – árido) e

a serra (quente e úmida) o que também determina uma vegetação peculiar para este ambiente. Nessa área é mais apropriado para a exploração de criação de bovino, ovino e caprino no aproveitamento da pastagem nativa e nativa melhorada, na produção de forragens cultivadas (capim de pisoteio de sequeiro, palma forrageira, sorgo, milho, etc.) como também na agricultura de subsistência (milho e feijão), complementado com criação de aves caipira e abelha.

O Sistema Ecológico de Litoral caracteriza-se por ter uma altitude/latitude baixa, um solo com perfil arenoso variado (areia quartzosa marinha, litólicos e planossolo solódico) de fertilidade mediana, presença de unidades fitoecológicas de complexo vegetacional da zona litorânea e unidades geomorfológicas de sedimentos tabulares pré-litorâneos e dunas. Outra característica é a existência de um potencial hídrico subterrâneo no seu subsolo. Na agricultura é apropriado para exploração da mandioca, feijão, caju e coco, e para a pecuária é mais adequado para criação de bovino, ovino, abelha e aves, a criação de camarão e a pesca marítima. Outra atividade relevante nesse sistema é o turismo ecológico e de lazer e o artesanato. Esse sistema ecológico apresenta três tipos de situações ambientais; Sistema de Praia, Sistema de Mangues e Sistema Litorâneo. Os municípios com mais presença desse sistema são Paracuru, Paraipaba, Trairi, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, Amontada e Itarema.

- O subsistema de Praia corresponde a uma superfície localizada na beira mar, tem solos arenosos, areias quartzosas e dunas, com presença significativa de fontes de água de superfície (lagoas e córregos permanentes), prestando-se para exploração da agricultura de subsistência (mandioca e feijão), de vazante (batata doce, feijão, hortaliças, etc), e para cultura do caju e do coco, além do turismo ecológico comunitário, o artesanato e a pesca marítima. Suas áreas são marcadas pela especulação imobiliária, o turismo predatório, os danos ambientais e o desordenamento do espaço urbano e da gestão costeira.

- O Subsistema de Mangue se caracteriza pela composição de diversos elementos; solo, temperatura, pluviosidade e principalmente a vegetação. Localiza-se na beira do mar, mas, resguarda a sua particularidade. A atividade

produtiva mais comum desse sistema é a pesca manual do caranguejo e de armadilha do camarão e do marisco, três espécies extremamente apropriadas a esse sistema, tornando-se um potencial importantíssimo para as famílias nativas dessa região. Do ponto de vista ambiental esse ecossistema é um dos mais degradados devido às conseqüências sofridas pela criação do camarão em cativeiro cuja base é fundamentada numa tecnológica modernizante que resguarda uma visão meramente economicista.

-O Subsistema Litorâneo consiste num sistema que tem como característica um solo arenoso de fertilidade mediana, vegetação de zona litorânea, presença abundante de água no seu subsolo e uma pluviosidade favorável em torno de 1.100 mm/ano. Para esse sistema é preciso desenvolver um manejo que permita a reposição de matéria orgânica do solo e conseqüentemente dos seus nutrientes e a preservação dos seus ecossistemas locais. Na exploração agrícola presta-se para produção da mandioca, feijão, caju, coco, hortaliças e cana de açúcar, e para a pecuária é mais adequado para criação de bovino, ovino, abelha, aves e suíno de engorda. No caso da agricultura queremos destacar o grande potencial hídrico existente no seu subsolo e que atualmente já é muito utilizado na produção irrigada de fruteiras diversificadas, com destaque para o coco, graviola, manga e goiaba.

12 ASPECTOS ANTRÓPICOS

É preocupante o atual estágio de degradação ambiental do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, sendo que alguns municípios estão em situação crítica, chegando a quase 90% do total de suas áreas degradadas. No “Estudo Propositivo para Dinamização do Território” (2005) trabalhou-se com o Índice de Propensão à Desertificação (IPD), que considera as variáveis agrícolas, econômicas, demográficas, sociais e naturais. Na análise da propensão à desertificação, Tejuçuoca e Irauçuba estão classificados em muito forte, com respectivamente 60,415 % e 57,910 %, da sua área em processo de desertificação.

A dimensão ambiental está alicerçada sobre duas grandes pilstras: a sensibilização e conscientização ampla da população, com ênfase para os agricultores/as familiares, com vistas à preservação do ambiente natural e o desenvolvimento de processos de transição para a conversão dos sistemas produtivos convencionais em agroecológicos.

Pentecoste e Miraíma, com IPD entre 45,293% e 35,417%. Em moderada propensão, estão os municípios de Amontada, Itarema, Tururu, Itapajé, Itapipoca, São Luís do Curu, Umirim e São Gonçalo do Amarante, todos eles alcançam IPD entre 29,550% e 19,250% do espaço com tendência à desertificação. Somente três municípios – Paracuru, Paraipaba e Uruburetama – apresentam fraca propensão à desertificação, com IPD entre 15,287% e 11,964%.

O grande desafio que se coloca hoje para os gestores públicos é o da integração entre o espaço urbano e o rural, uma vez que a população rural, hoje cada vez mais diminuta, migra para as cidades, deixando um grande vazio no campo. Isso ocorre em razão da crise na base tecnológica do sistema agropecuário convencional, caracterizado pelo sistema de exploração intensivo de uso da terra (desmatamento sucessivo para exploração da pecuária, agrícola, carvão, lenha e pela falta de tecnologia apropriada), pela crise do algodão, pela descapitalização dos produtores e, sobretudo, pela concentração da terra). A crise no campo tem ocasionado o deslocamento das pessoas para

os grandes centros urbanos, contingente que cresce a cada dia e tem agravado os problemas sociais e ambientais, visivelmente traduzidos na crescente exclusão social, no processo de favelização, no uso e ocupação desordenada do solo, no desaparecimento das áreas verdes e dos recursos hídricos, na escassez de áreas de lazer etc.

O solo, a água, as florestas e os animais constituem os recursos naturais essenciais para o produtor rural. Reconhecidas as suas necessidades, é importante considerar que a integração daqueles possibilita o desenvolvimento equilibrado de atividades antrópicas necessárias para a sua sobrevivência. A dissociação destas atividades básicas representa a quebra da harmonia, acarretando riscos à sobrevivência da fauna, da flora e do próprio homem. Como exemplo, o solo, na medida em que é usado sem práticas adequadas apresentará, em igual intensidade, a queda de seu potencial produtivo. Em situações já comprovadas, ações imediatistas resultaram na instalação de processos de desertificação em extensas áreas, não raro em curto espaço de tempo.

Este processo acaba se refletindo no desemprego e no êxodo rural, provocando o afluxo da mão-de-obra rural para a periferia das cidades e favorecendo o crescimento dos bolsões de miséria. Observando todo o processo, nota-se que a cobertura florestal é um importante elemento para a manutenção do equilíbrio ecológico, indispensável à sobrevivência do homem, mantendo e conservando o meio ambiente e fornecendo vários produtos empregados no processo produtivo. Todavia, desde o início da ocupação do Território, o uso irracional do meio ambiente tem sido uma constante preocupação, já que o semiárido foi alvo de uma contínua exploração, refletida na atual degradação do solo, da cobertura florestal e dos recursos hídricos.

Existe uma problemática também com relação à introdução da abelha africanizada que vem tomando o espaço da abelha nativa. Porém a perda da vegetação nativa também contribui para tal impacto ambiental. Por outro lado, a apicultura é uma atividade pouco impactante quando comparada a outras atividades.

Outra preocupação é a retirada da areia do leito dos rios que além de acarretar o assoreamento de tais corpos hídricos evita a construção das

cacimbas temporárias feitas pela comunidade para os períodos de estiagem, pois tais cacimbas manuais são cobertas de areia.

A questão ambiental no que se refere à mobilização, a gestão e ao desempenho ambiental precisa ser abordada na sua complexidade.

12.1 Principais Fatores de Degradação do Meio Ambiente no Território

a) Desmatamento da vegetação original em áreas de proteção natural (APP), com foco nas matas ciliares dos Rios que compõe as Bacias, faixa de proteção dos açudes monitorados pela COGERH, às faixas de Serras e o desmatamento indiscriminado para uso do carvão, como também, a queima indiscriminada para o cultivo de lavouras tradicionais de milho, feijão, mandioca e mamona;

b) Destinação final inadequada dos resíduos sólidos, nos lixões propriamente ditos;

c) Lançamento de águas residuais das ETAs e das ETEs nos rios;

d) Lançamento de efluentes de origem doméstica e hospitalar e de matadouros públicos nos corpos hídricos;

e) Drenagem de efluentes dos perímetros irrigados e das fazendas de camarão e

f) Instalação e operação de empreendimentos como Indústrias e Hotéis em áreas de APP's.

12.1.1 Impactos Causados pelos Principais Fatores de Degradação no Território

a) Acentuação dos processos erosivos, levando áreas ao estágio avançado de degradação;

b) Assoreamento do leito dos corpos hídricos;

c) Desaparecimento das nascentes fluviais que compõe a Bacia;

d) Diminuição do potencial hídrico pelo assoreamento;

f) Modificações no sistema de drenagem das bacias, causado pelas ações antrópicas;

- g) Diminuição da biodiversidade causada pelas ações antrópicas;
- h) Eutrofização dos corpos hídricos;
- i) Poluição e contaminação das águas e incidência de doenças de veiculação hídrica;
- j) Os municípios que compõem o Território estão com mais de 70% de índice de degradação (ID), com destaque para os municípios de Irauçuba (87,57%) e Miraima (88,48%);
- l) Os municípios do território estão com mais de 20% do índice de Propensão a Desertificação (IPD) com destaques para os municípios de Irauçuba (57,910%), Tejuçuoca (60,415%) e General Sampaio (45,293%).

12.2 Desmatamentos e Queimadas

São inúmeros os fatores que associados atuam em diferentes intensidades para a degradação ambiental, seja em decorrência do elevado nível de concentração fundiária, conduzindo a uma super exploração dos recursos naturais ou pela exploração de imensas áreas de monocultura que têm um impacto marcante sobre a paisagem natural, com efeitos sobre a flora e a fauna, seja pela instabilidade climática ou pelas práticas inadequadas levando à exaustão dos solos com o uso de equipamentos mecânicos pesados e agroquímicos e pela eliminação da cobertura vegetal natural, tanto nos pequenos estabelecimentos quanto, sobretudo, nos grandes.

A constatação dos impactos ambientais por meio da prática da agricultura predatória, de queimadas e do desmatamento tem uma forte relação com o aumento da pobreza, uma vez que a deterioração da base de recursos naturais enfraquece a capacidade produtiva, propiciando condições desfavoráveis de produção e sobrevivência e incrementando a taxa de migração rural-urbana. Além disso, a degradação ambiental pode conduzir ao processo de desertificação em áreas de ecossistemas mais comprometidos.

Os fatores principais que têm contribuído para os processos de desertificação no Estado do Ceará, e sem dúvida, nos municípios do território de Itapipoca são as práticas agrícolas primitivas, altas densidades demográficas, intensas atividades pastoris em ecossistemas frágeis, desmatamento sem controle, irrigação inadequada e queimadas.

No sentido de mitigar ou minimizar os problemas sistematicamente enfrentados a partir dessa complexa interação de fatores entre o homem e o ecossistema que resulta na degradação dos recursos naturais e das condições de sobrevivência das famílias que dependem do meio rural e da produção agropecuária para sua subsistência foi instituído pelo Governo do Estado do Ceará o Grupo Interinstitucional Permanente para Convivência e Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido que estruturou e operacionalizou o Índice Municipal de Alerta (IMA) (IPECE, 2005).

O IMA permite realizar uma análise dos cenários e tendências do ambiente interno dos municípios e é um instrumento para disponibilizar, principalmente sob a forma de previsões, informações confiáveis pertinentes à área de meteorologia, recursos hídricos, produção agrícola e meio ambiente, que sejam capazes de indicar quais são os municípios mais vulneráveis aos fatores climáticos e socioeconômicos.

O monitoramento e a coleta de dados relacionados às áreas meteorológicas (ocorrências de chuvas e veranicos na quadra invernososa, distribuição espacial e temporal de chuvas, umidade do solo etc), hídricas (reservas hídricas acumuladas, medições de cotas e de vazões dos principais açudes, lagos e rios do Estado), agronômicas (perdas de safra, de pastagens e de rebanhos), sociais (desemprego e riscos de tensões sociais) e ambientais (processos de desertificação e atividades extrativistas que degradam os recursos naturais) subsidiarão as análises técnicas do nível de gravidades dos eventos calamitosos.

O IMA é mensurado por um indicador-síntese, construído a partir de 12 indicadores que refletem a vulnerabilidade dos municípios, ou seja: produtividade agrícola por hectare, tendo no território o município de Uruburetama como o de maior produtividade (1.754,15) e o de Irauçuba como de menor produtividade (105,4). Já em relação a produção agrícola por habitante, tem-se o município de Itarema como o maior (697,52) e o menor Apuiarés (33,93). No tocante a utilização da área colhida com culturas de subsistência, tem-se Irauçuba como o maior município em desempenho (99,07%) e o de menor desempenho Uruburetama (23,23%). No que se refere a perda de safra, nessa categoria o maior município é Irauçuba (84,45%) e o

menor é Paraipaba (1,83%). A maior proporção de famílias beneficiadas com bolsa família se encontra em General Sampaio (66,21%) e a menor encontra-se em Irauçuba (35,20%). O maior número de vagas do seguro safra por 100 habitantes rurais se dá no município de General Sampaio (48,89) e o menor número se encontra em Paraipaba (1,91). Em se tratando da climatologia do território o maior desvio normalizado das chuvas se dá no município de Tejuçuoca (45,70) e o menor no município de Umirim (-36,93); o maior escoamento superficial ocorre no município de Tururu (382,00) e o menor no município de Trairi (64,00); o maior índice de distribuição de chuvas se dá no município de Uruburetama (0,59) e o menor ocorre em Apuiarés (0,13); o maior índice de aridez se dá em Trairi (0,95) e menor em Irauçuba (0,33); a maior taxa de cobertura de abastecimento urbano de água se dá no município de General Sampaio (100,00) enquanto a menor ocorre em Trairi (34,15). A tabela 6 apresenta uma relação entre indicadores atuais e o IMA.

O processo de degradação ambiental acabou por atingir as encostas das serras, provocando um desgaste ainda maior, ou seja, os solos ficam descobertos na vertente, acelerando a descida do material por gravidade. O vento, sem obstáculos, age com maior intensidade e a chuva ocasiona a lixiviação dos nutrientes do solo com maior facilidade. Inicialmente na forma de erosão laminar, o processo se acentua, evoluindo para uma erosão em sulcos e terminando por criar voçorocas e a exposição das rochas do substrato. As queimadas favorecem essas áreas dos municípios a estágios avançados de degradação e desertificação.

Tabela 25: Relações entre Indicadores Atuais, de Referência e o IMA

Municípios	Produtividade agrícola por há %	Área colhida com culturas de subsistência %	Perda de safras %	Nº de vaga do seguro safra	Climatologia %	Índice de distribuição de chuvas %	Desvio normalizado jan/maio %	Escoamento superficial %	ÍD de aridez %	Taxa de cobertura de abast. de água	IMA * %
Amontada	7,2	11,6	64,4	79,8	45,6	38,2	41,3	27,3	24,2	74,1	39,4
Apuiarés	4,1	10,4	24,1	87,8	42,4	10,7	31,9	20,2	22,2	85,5	34,9
General Sampaio	2,3	8,7	22,4	17,1	42,4	26,2	42,6	22,7	23,7	100,0	32,6
Irauçuba	1,3	8,2	2,9	66,6	30,2	15,1	32,3	43,3	16,7	62,3	27,0
Itapagé	9,8	18,0	22,1	74,3	44,0	30,7	41,4	13,6	26,8	91,5	36,7
Itapipoca	7,9	14,8	52,5	74,9	63,2	42,5	56,3	38,0	34,8	85,9	44,4
Itarema	11,1	23,9	64,4	86,6	64,0	34,2	60,0	49,0	34,8	78,7	47,9
Miraíma	2,3	8,3	25,3	61,4	51,8	37,5	46,1	38,6	26,8	57,2	35,2
Paracuru	10,8	18,3	54,5	83,5	64,4	39,9	63,2	29,5	37,4	77,1	46,6
Paraipaba	17,1	18,2	97,9	96,8	64,4	36,2	53,8	12,0	36,4	82,5	49,5
Pentecoste	5,1	13,0	19,6	68,7	44,4	25,7	40,4	23,8	24,2	94,7	34,4
São Gonçalo do Amarante	6,5	21,4	67,8	70,6	56,1	25,9	44,1	15,8	30,3	58,0	38,2
São Luís do Curu	5,0	12,4	30,2	80,2	57,5	29,1	40,8	28,0	29,8	97,8	38,3
Tejuçuoca	2,2	8,3	47,8	78,1	37,1	22,0	43,7	27,7	20,7	70,5	35,9
Trairi	10,6	20,9	92,3	89,5	78,2	25,2	46,2	8,8	48,0	34,2	44,4
Tururu	5,2	13,9	72,4	72,7	51,8	21,0	51,9	52,5	27,3	93,5	43,6
Umirim	5,6	10,2	25,5	81,0	68,2	22,7	34,8	16,9	37,9	88,8	37,69
Uruburetama	21,6	35,2	42,7	82,4	68,2	48,0	58,4	43,0	38,9	91,3	50,4
Total	135,7	275,7	828,8	1.352,0	973,9	530,8	829,2	510,7	540,9	1.423,6	717,09

Fonte: Adaptação Pesquisa, 2010.

Como demonstra a Tabela 25, há diferenças marcantes entre os municípios. Na relação com os indicadores, quanto mais próximos de 100 (que é a situação de referência) melhor a situação dos municípios.

Com relação à prática de queimadas, a mesma é muito comum no território e nociva ao meio ambiente, apresentando-se diferentemente nas áreas de sertão, serra e litoral. Em plantações de cana de açúcar, no litoral, ainda é utilizada a queima para facilitar a colheita da mesma. Em municípios do sertão predomina ainda a limpeza das áreas para plantio através de queimadas, no entanto, existe uma discussão nos municípios com apoio de programas como o Programa Selo Município Verde, que incentiva o município a utilizar alternativas de preparo dos solos sem utilizar as queimadas. O município de General Sampaio tem um programa, em parceria com o Governo do Estado, que consiste em plantar no sistema de plantio *in situ*, que não utiliza queimadas, o plantio é feito em nível e em camalhão. Com essa prática foram plantados 167 ha em 2009, beneficiando 92 famílias. Existe um programa do Governo do Estado, executado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERCE, em parceria com todos os municípios do território, que incentiva o/a agricultor/a com sementes subsidiadas com vistas a plantar sem utilizar as queimadas. O território tem um grande desafio, que é, conscientizar e sensibilizar os/as agricultores/as a abolirem essa maneira de preparar os solos, mas a visão de futuro que estamos detectando com a discussão que está acontecendo no território, através de entidades como ONGs, Comitê de Bacia do Vale do Curu e Litoral, Secretarias Municipais ou Coordenações Municipais de Meio Ambiente e instituições do poder Público Federal e Estadual e entidades da sociedade civil, é que o meio ambiente deve ser tratado de forma sustentável. Isso significa que precisamos propor práticas alternativas, ao tempo de definir claramente as responsabilidades dos municípios, estado e união.

12.3 Tipos de Poluição e Contaminação

Em relação aos resíduos sólidos, nenhum município do território dispõe de aterro sanitário, ou seja, são verdadeiros lixões, com lixo depositado a céu aberto. Visando reverter os impactos dos lixões, o Governo do Estado está incentivando os municípios a elaborar seu Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos. Praticamente todos os municípios do território já elaboraram seus planos, com esse importante instrumento, o município define se vai trabalhar o lixo sozinho ou em sistema de consórcio público.

Existe ainda a preocupação da exploração da jazida de chumbo que fica no serrote de carabutinga, em Irauçuba, pois além de haver uma degradação da região, que apresenta uma beleza cênica característica ainda existe a preocupação devido a possível contaminação da população pelo chumbo.

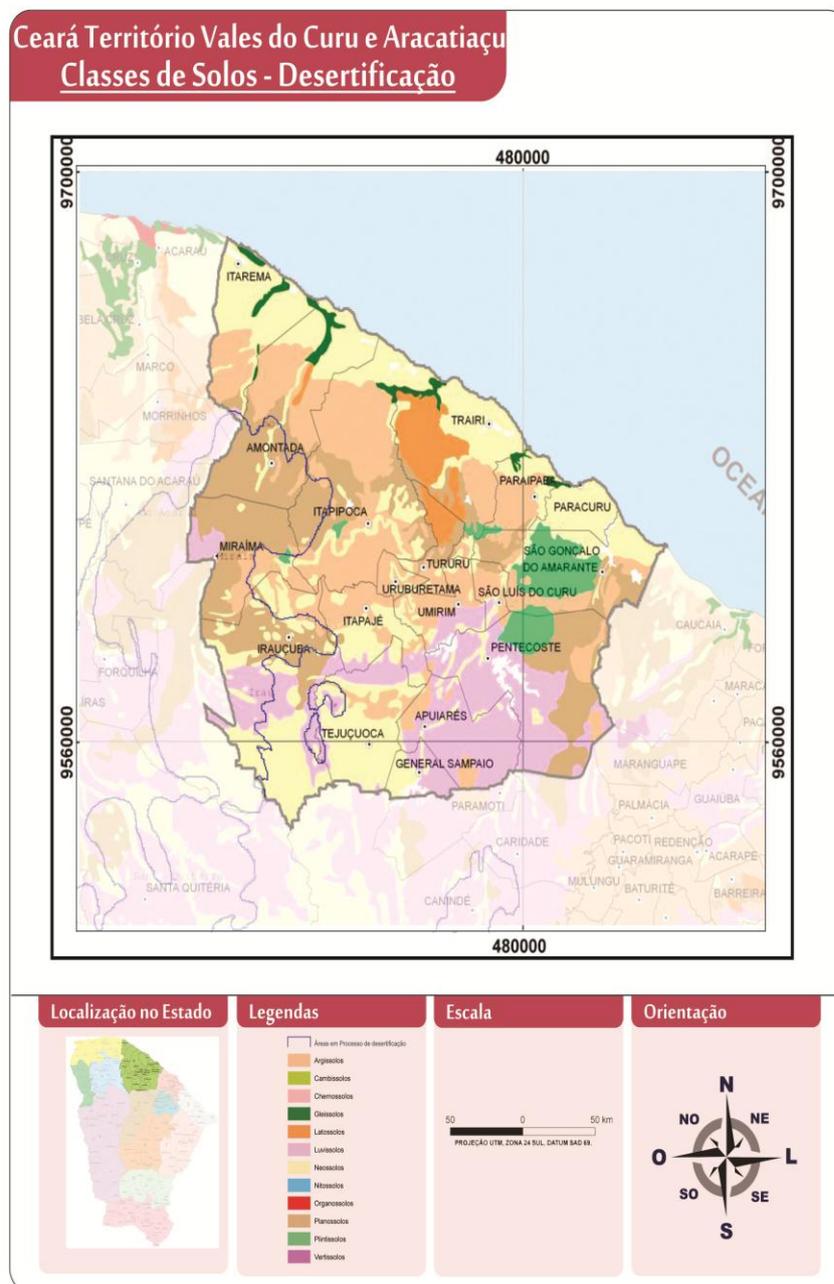
No território é comum a contaminação dos corpos hídricos por agrotóxicos e esgoto urbano e industrial.

Segundo os habitantes do território, existe uma degradação do mangue onde são implantadas as carciniculturas, os mesmos ainda citam que tais empreendimentos lançam efluentes sem tratamento prévio dentro dos rios, o que vem gerando uma diminuição de peixes ao entorno de tais empreendimentos.

12.4 Desequilíbrio e Destruição Ambiental

A atividade humana no meio ambiente provoca vários casos de desequilíbrio como a poluição por detritos orgânicos e inorgânicos, que provocam mudanças (químicas, físicas e biológicas) no ambiente. O desequilíbrio acontece pela alteração na quantidade desses elementos na natureza. O território apresenta diversas intervenções humanas que acabaram por impactar o meio ambiente. A figura 13 apresenta as áreas susceptíveis a desertificação no território.

Uma grande preocupação envolve as áreas de reserva legal do território, pois as mesmas não se apresentam demarcadas dentro das propriedades e ou por falta de conhecimento ou por falta de consciência acabam sendo utilizadas para pastoreio e cultivos.



Vetorização e arte gráfica: Paulo Ferreira

Figura 12: Mapa das Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação do Território Vales do Curu e Aracatiaçu
Fonte: Adaptado do IPECE, 2010.

12.5 Conflitos Agro-ambientais

Não existe estudo do impacto ambiental quando da instalação de usinas para geração de energia eólica nas áreas costeiras de Caucaia (Icaraí), Amontada e Acaraú. Essa intervenção carece de uma definição político-institucional mais clara da viabilidade ambiental, decidindo, portanto, aonde pode ou aonde não se deve permitir a instalação de tais empreendimentos. Vale salientar que se encontram na mesma situação os projetos de carcinicultura e construção de hotéis, bem como outras intervenções nas áreas de APP do território.

Em Itarema, ocorrem alguns conflitos envolvendo uma grande Empresa da região que vem destruindo a vegetação nativa do município para plantação de coqueiras, o que vem ocasionando processos erosivos do solo e também já existem relatos de que a empresa avançou em áreas onde há sítios arqueológicos.

Com relação às comunidades indígenas, as mesmas estão em conflito devido à luta pela regulamentação de suas terras. Em Itapipoca especificamente existe um conflito entre duas comunidades indígenas (São José e Buriti) e uma rede de hotéis conhecida pela área da reserva indígena. Tal conflito vem se arrastando desde 1992.

12.6 Programas Ambientais Existentes no Território

PROJETOS	DESCRIÇÃO
1. Projeto Cinturão Verde	1. Recuperação de 17Km de mata ciliar do rio Curu e realização de um trabalho de conscientização e sensibilização das famílias do trecho.
2. Quintais agroecológicos	2. Convivência com o Semiárido, Desenvolvido junto a agricultores familiares promove a diversificação das unidades familiares com a implantação de fruteiras, plantas medicinais, criação de pequenos animais no ao redor de

PROJETOS	DESCRIÇÃO
	casa. O CETRA tem desenvolvido essa tecnologia junto à 50 agricultores no território e tem fortalecido o debate da agroecologia junto a Rede de Agricultores/as agroecológicos e solidários;
3. Programa Um milhão de Cisternas - P1MC	3. Que tem levado através de cisternas de placas a um numero significativos de famílias. O CETRA é a Unidade Gestora Microrregional do P1MC.
4. Programa Uma Terra e Duas águas – P1+2	4. A mesma tem levado água para produção de alimentos através de tecnologias como: Cisterna Calçadão, Tanque de pedra, Bomba popular. A Cáritas Regional é a Unidade Gestora Territorial do P1+2.
5. Projeto terra viva, um olhar, um novo fazer	5. Desenvolvido pelo CETRA e pela Caritas Diocesana que recuperam 50 hectares de duas comunidades do território e fazem um levantamento de espécies da flora e da fauna da região.

Quadro 21: Programas e Projetos Ambientais Existentes no Território

Fonte: Plenárias territoriais, 2010.

13 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO AMBIENTAL

O diagnóstico da Dimensão Ambiental possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 22, conforme as áreas trabalhadas, quais seja: aspectos geoambientais e aspectos antrópicos, que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Crescente consciência ecológica por parte de parcela da população e instituições do território</p> <p>Experiências diversificadas de recuperação ambiental e de convivência com o semi-árido com base na agroecologia</p> <p>Biodiversidade ainda relativamente conservada nas diversas situações ambientais do território</p>	<p>Ação crescente de modernos empreendimentos econômicos de forte impacto sobre o meio ambiente</p> <p>Permanência de técnicas rudimentares e degradantes de agricultura, pecuária, pesca e extrativismo por parte da maioria da população rural.</p> <p>Elevados níveis de degradação e propensão à desertificação requerem fortes investimentos financeiros para a reversão desses processos.</p>
AMBIENTE EXTERNO	
Oportunidades	Ameaças
<p>Legislação ambiental favorável às ações de controle e recuperação</p> <p>Existência de algumas políticas públicas de recuperação ambiental</p> <p>Instituições de PD&I com potencial de produzir e/ou programar ações de recuperação/ conservação ambiental</p>	<p>Forte demanda e preços elevados de alguns produtos com bom potencial de produção no território provocam a expansão de atividades degradantes</p> <p>Órgãos públicos de controle e recuperação ambiental, ainda com restrita capacidade operacional.</p>

Quadro 22: Análise do Ambiente Interno e externo da Dimensão Ambiental

Fonte: Relatório das Oficinas de Validação, Comitê do Meio Ambiente, 2010.

Parte II c

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Aspectos Socioeconômicos

Aspectos do Setor Produtivo

Situação Fundiária

Financiamento e Comercialização

Assessoria Técnica

14 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A configuração socioeconômica do território foi trabalhada de forma bastante ampla e aprofundada no “Estudo Propositivo para a Dinamização Econômica do Território”, utilizado como referência maior para o presente diagnóstico do PTDRS. Em linhas muito gerais, pretende-se reunir e analisar as informações sobre a dinâmica socioeconômica do território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu, apontando suas fragilidades ou estrangulamentos, suas fortalezas ou acúmulos, as ameaças ou implicações e, sobretudo, as potencialidades tanto dos sistemas produtivos, quanto das cadeias valores da ambiência dos negócios e serviços territoriais com possibilidade de fortalecer a dinâmica socioeconômica. Ao trabalhar essa dimensão se procurou não focar exclusivamente as questões econômicas, procurando também analisar seus impactos no social, além de procurar integrar as outras dimensões com as questões socioeconômicas.

Esse diagnóstico tem como objetivo também se tornar insumo gerador dos projetos e das informações para a elaboração da estratégia de desenvolvimento sustentável do território. Procurou-se identificar a organização social e econômica do território segundo suas potencialidades, capazes de se tornarem dinamizadoras do desenvolvimento e geradoras das competências sistêmicas para a sustentabilidade. Caracterizando-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e do desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioprodutiva.

Procurou-se também identificar resultados econômicos com níveis de eficiência, através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas. Dessa forma, buscou-se identificar a

organização dos sistemas locais de produção, que possam transformar as vantagens comparativas locais em vantagens competitivas regionais.

Para atingir esses objetivos buscou-se fundir e sintetizar todo o conhecimento da realidade tendo por base o conjunto de informações de dados secundários disponíveis do território, complementadas com consultas e leituras diretas da realidade concreta e discutidas num processo dialógico entre técnicos e os atores sociais, o que nos possibilitou um conteúdo interpretativo dos fenômenos encontrados na realidade estudada e explicar os problemas, suas causas e seus efeitos, identificando as potencialidades e limitações com o propósito de fundamentar e de estabelecer as diretrizes, as estratégias e as proposições com viabilidade assegurada para o desenvolvimento sustentável do território.

No diagnóstico, procura-se registrar o entendimento da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam o ambiente rural do território, considerando que essas sociedades são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si (agricultores familiares, assentados, fazendeiros, empresas, assalariadas e diaristas, acampados, arrendatários e parceiros, atravessadores, agroindústrias, bancos, fornecedores de insumos, comércio local, poder público, organizações da sociedade civil etc). A ação de cada um depende da ação ou da reação dos outros, bem como do seu entorno ambiental, social, político, institucional e econômico.

Na prática, pode ser que nem todas as informações necessárias estejam apresentadas de forma a possibilitar o pleno entendimento e a caracterização da realidade complexa, porém todos os esforços foram empreendidos para obter o maior número delas, com a preocupação de que, quanto mais organizado e completo for o nível e o domínio das informações pelos atores sociais, técnicos e representações do Estado, maior será a confiabilidade e a coerência das propostas de mudanças.

14.1 Indicadores socioeconômicos

O Território do Vales do Curú e Aracatiaçu apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano obtido a partir da média do IDH-Municipal (IDHM) divulgado pela ONU, através de seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este índice abrange três dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O IDHM é obtido pela média aritmética simples de três subíndices: IDHM – Longevidade, obtido a partir da esperança de vida ao nascer; IDHM – Educação, resultado da combinação da porcentagem de adultos alfabetizados com taxa de matrícula nos ensinos elementar, médio e superior; IDHM – Renda, que é obtido a partir da PIB *per capita*, ajustado ao poder de paridade de compra e com retornos marginais decrescentes à renda a partir de um determinado patamar de referência.

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Municípios com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e municípios com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Tabela 26: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Ranck do Estado para os municípios do território 1991 e 2000.

Municípios	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	TENDÊNCIA
Paracuru	0,538	0,641	1,19	45	67	Recuo Forte
Paraipaba	0,564	0,666	1,18	20	31	Recuo Médio
São Gonçalo do Amarante	0,523	0,639	1,22	65	74	Recuo Fraco
São Luis do Curu	0,543	0,650	1,20	40	51	Recuo Médio
Média Microterritório Litoral Vales do Curu	0,542	0,649	1,20	43	56	Recuo Médio
Apuiarés	0,481	0,622	1,29	133	109	Avanço Forte
General Sampaio	0,454	0,606	1,33	167	137	Avanço Forte
Pentecoste	0,499	0,635	1,27	105	80	Avanço Forte
Tejuçuoca	0,459	0,611	1,33	161	128	Avanço Forte
Média Microterritório Médio Curu	0,473	0,619	1,31	142	114	Avanço Forte
Amontada	0,505	0,616	1,22	91	123	Recuo Forte

Municípios	IDH-M			POSIÇÃO		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	TENDÊNCIA
Itapipoca	0,539	0,659	1,22	42	34	Avanço Fraco
Itarema	0,495	0,601	1,21	108	143	Recuo Forte
Miraíma	0,470	0,583	1,24	148	168	Recuo Médio
Trairi	0,510	0,632	1,24	82	89	Recuo Fraco
Tururu	0,488	0,600	1,23	125	144	Recuo Médio
Média Microterritório Vales do Aracatiaçu Mirim	0,501	0,615	1,23	99	117	Recuo Médio
Irauçuba	0,494	0,618	1,25	113	116	Recuo Fraco
Itapajé	0,530	0,642	1,21	57	62	Recuo Fraco
Umirim	0,457	0,578	1,26	163	172	Recuo Fraco
Uruburetama	0,526	0,632	1,20	62	89	Recuo Forte
Média Microterritório União das Serras	0,502	0,618	1,23	99	110	Recuo Médio
Média do Território	0,504	0,624	1,24	96	101	Recuo Fraco

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Para comparação entre os anos 1991 e 2000, foi calculado a Taxa de Crescimento do IDH-M. Para a análise da posição relativa do município no contexto estadual, foram criadas as seguintes referências. Recuo Fraco – menos de dez posições perdidas; Recuo Médio – entre 10 e 20 posições perdidas e Recuo Forte – mais de 20 posições perdidas. Critérios similares foram utilizados para registrar o avanço de cada município no ranking estadual.

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território alcançaram em 2000 o padrão de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Comparando-se os anos 1991 e 2000, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em todos os municípios, sendo que 9 (nove) municípios que tinham IDHM menor de 0,500, passaram da faixa de “baixo” para “médio” desenvolvimento humano. A taxa de crescimento do IDHM variou de 18% a 33% no período. O intervalo de variação entre os municípios, em 2000, é de 0,578 (Umirim) e 0,666 (Paraipaba).

Embora não exista um IDH microrregional e territorial, fez-se um cálculo médio para efeito comparativo. Analisando em termos de microrregião, observa-se que os índices são bastante próximos. Merece destaque a microrregião do Médio Curu, que no seu conjunto teve um incremento de 31%

e apresentou uma tendência de “Avanço Forte” no posicionamento dos 4 (quatro) municípios, no contexto estadual. A exceção de Itapipoca, que teve um Avanço Fraco, todos os demais municípios tiveram uma regressão de fraca a forte no ranking estadual. Em síntese, tem-se um avanço no IDH territorial de 24%, passando de 0,504 em 1991, para 0,624 em 2000, registrando um crescimento maior que a média do Ceará que no mesmo período cresceu 18,04%, passando de 0,593 em 1991 para 0,700 em 2000. Entretanto, em comparação com o conjunto dos municípios, observa-se um hipotético “Recuo Fraco”, de 96º para 101º lugar.

Analisando o IDHM do ponto de vista da contribuição dos três fatores temos a tabela que se segue.

Tabela 27: Dimensões do IDHM para os municípios do território – 1991 e 2000.

Municípios	Educação			Longevidade			Renda		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.
MICRO TERRITORIO LITORAL VALES DO CURU									
Paracuru	0,571	0,753	1,32	0,556	0,662	1,19	0,488	0,508	1,04
Paraipaba	0,604	0,760	1,26	0,596	0,725	1,22	0,491	0,513	1,04
São Gonçalo do Amarante	0,550	0,737	1,34	0,556	0,673	1,21	0,463	0,500	1,08
São Luis do Curu	0,585	0,759	1,30	0,548	0,649	1,18	0,497	0,542	1,09
Total/Média	0,578	0,752	1,30	0,564	0,677	1,20	0,485	0,516	1,06
MICRO TERRITORIO MÉDIO CURU									
Apuiarés	0,518	0,743	1,43	0,522	0,662	1,27	0,402	0,462	1,15
General Sampaio	0,371	0,701	1,89	0,573	0,664	1,16	0,417	0,452	1,08
Pentecoste	0,531	0,732	1,38	0,522	0,659	1,26	0,443	0,515	1,16
Tejuçuoca	0,429	0,720	1,68	0,568	0,665	1,17	0,380	0,448	1,18
Total/Média	0,462	0,724	1,57	0,546	0,663	1,21	0,411	0,469	1,14
MICRO TERRITORIO VALES DO ARACATIAÇU MIRIM									
Amontada	0,511	0,720	1,41	0,619	0,664	1,07	0,384	0,464	1,21
Itapipoca	0,530	0,743	1,40	0,662	0,722	1,09	0,425	0,511	1,20
Itarema	0,458	0,671	1,47	0,578	0,666	1,15	0,448	0,465	1,04
Miraíma	0,458	0,642	1,40	0,572	0,682	1,19	0,380	0,426	1,12
Trairi	0,492	0,714	1,45	0,619	0,722	1,17	0,418	0,461	1,10
Tururu	0,468	0,668	1,43	0,597	0,686	1,15	0,400	0,446	1,12
Total/Média	0,486	0,693	1,43	0,608	0,690	1,14	0,409	0,462	1,13

Municípios	Educação			Longevidade			Renda		
	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.	1991	2000	T.C.
MICRO TERRITÓRIO UNIÃO DAS SERRAS									
Irauçuba	0,491	0,692	1,41	0,572	0,700	1,22	0,418	0,463	1,11
Itapajé	0,537	0,712	1,33	0,567	0,686	1,21	0,485	0,527	1,09
Umirim	0,459	0,668	1,46	0,493	0,616	1,25	0,418	0,451	1,08
Uruburetama	0,517	0,714	1,38	0,597	0,685	1,15	0,465	0,496	1,07
Total/Média	0,501	0,697	1,39	0,557	0,672	1,21	0,447	0,484	1,08
Média do Território	0,504	0,714	1,43	0,573	0,677	1,18	0,435	0,481	1,11

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

As dimensões que contribuíram para o crescimento do IDHM foram a Educação, com 43%, seguida pela Longevidade, com 18% e com pouca significância a Renda, com 11%.

As figuras a seguir apresentam a variação do IDHM por dimensões, para o territórios e seus municípios, como também possibilitada a comparação do territórios e municípios com os do Ceará.

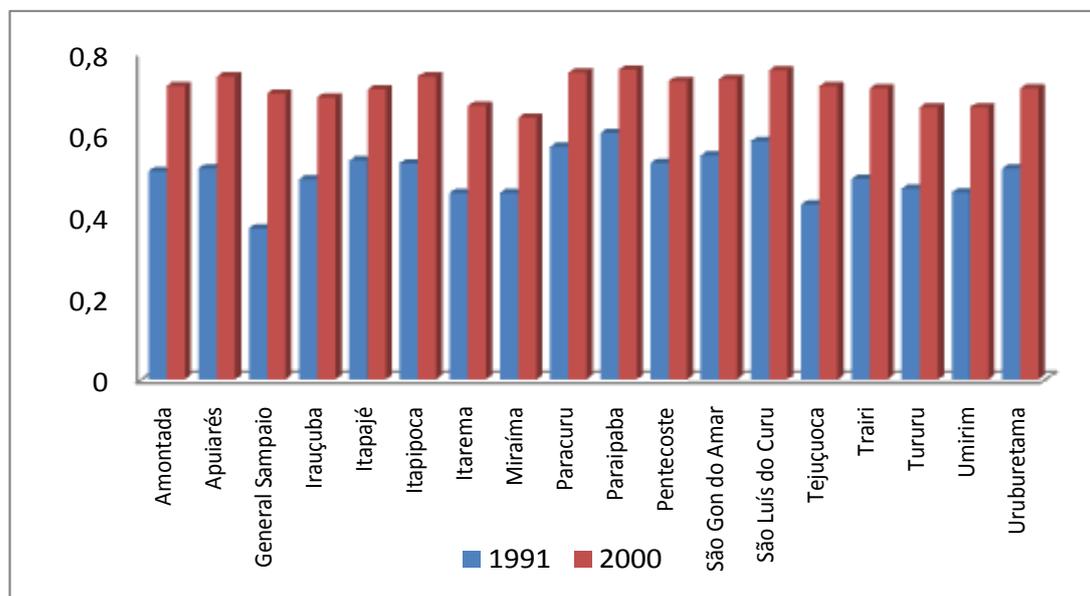


Figura 13: Gráfico da Dimensão do IDHM Educação – 1991 e 2000.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

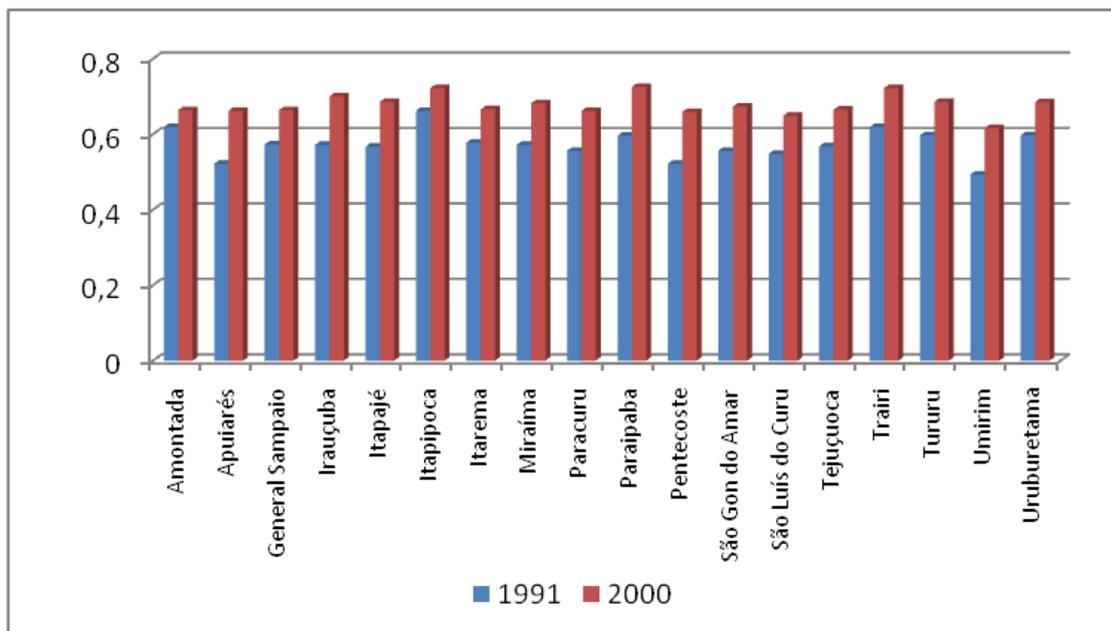


Figura 14: Gráfico da Dimensão do IDHM Longevidade – 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

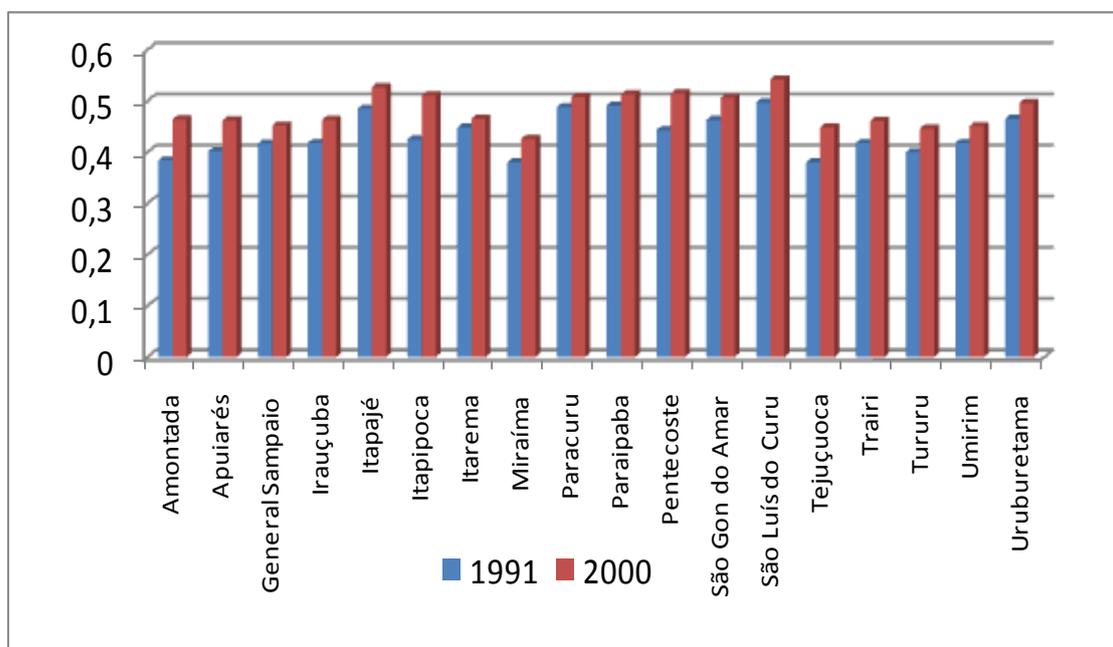


Figura 15: Gráfico da Dimensão do IDHM Renda – 1991 e 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

Com estes indicadores tem-se quantificada a situação de miséria e pobreza de grande parte da população do território, resultado do baixo nível e da alta concentração de renda observada no território, sendo que a tendência foi de agravamento do quadro de desigualdade no período 1991-2000.

Já a Tabela 28 apresenta o resultado para o território e seus municípios do Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), que teve sua primeira versão desenvolvida em 1997 pelo Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) posteriormente foi atualizado com os dados do ano de 2000 por este mesmo instituto. A partir de 2004 o índice é calculado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

O objetivo principal deste índice é possibilitar a hierarquização dos municípios do Estado do Ceará segundo seu nível de desenvolvimento, medido com base em um conjunto de trinta indicadores sociais, demográficos, econômicos e de infra-estrutura de apoio. O IDM é calculado a cada dois anos e permite seus usuários acompanhar a evolução do desenvolvimento de seu município.

Tabela 28: Índice de Desenvolvimento Municipal Global para os municípios do território – 2004 e 2006.

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	Global			
	2004		2006	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Micro Litoral Vales do Curu	30,27	-	37,14	-
Paracuru	33,23	29	37,96	30
Paraipaba	29,12	52	32,88	52
São Gonçalo do Amarante	30,55	43	40,69	22
São Luís do Curu	28,18	57	37,02	33
Micro Médio Curu	20,26	-	26,71	-
Apuiarés	14,7	170	23,67	118
General Sampaio	26,6	70	34,99	40
Pentecoste	25,16	78	33,42	49
Tejuçuoca	14,57	171	14,75	174
Micro Vales do Aracatiáçu Mirim	20,71	-	27,08	-
Amontada	20,55	122	24,88	104
Itapipoca	29,66	48	42,29	21

Municípios	Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM)			
	Global			
	2004		2006	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking
Itarema	18,71	146	27,94	82
Miraíma	16,74	163	15,64	173
Trairi	20,27	124	27,56	86
Tururu	18,32	151	24,19	111
Micro União das Serras	22,50	-	29,85	-
Irauçuba	12,05	178	22,68	127
Itapajé	29,54	49	34,06	45
Umirim	17	161	22,75	124
Uruburetama	31,39	39	39,9	26
Média do Território	23,13	-	29,85	-

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Esse índice foi incluído também, com o objetivo de dar uma maior atualidade os indicadores de desenvolvimento dos municípios do território, já que os IDHM disponível e bastante defasado. Podemos observar que a média do IDM dos municípios do território melhorou, saindo de 23,13 em 2004 para 29,85 em 2006.

O município do território mais bem classificado nesse ranking é o de Itapipoca com um IDM de 42,29 confirmando o que ocorre com IDHM que também tem a melhor classificação dentro do ranking estadual.

Para classificar os municípios segundo seu IDM, o IPECE instituiu quatro classes baseada na média e na variabilidade da distribuição do IDM para os municípios. Podemos observar na tabela abaixo a classificação para os municípios do território.

Tabela 29: Índice médio, número de municípios, segundo classes do IDM dos municípios do território – 2006

Classes	IDM	Índice Médio	Número de municípios
IDM	14,75 – 42,29	29,85	18
1	39,39 – 42,29	40,96	3
2	28,24 – 39,39	35,06	6
3	17,09 – 28,24	24,81	7
4	14,74 – 17,09	15,19	2

Fonte: IPECE – 2006.

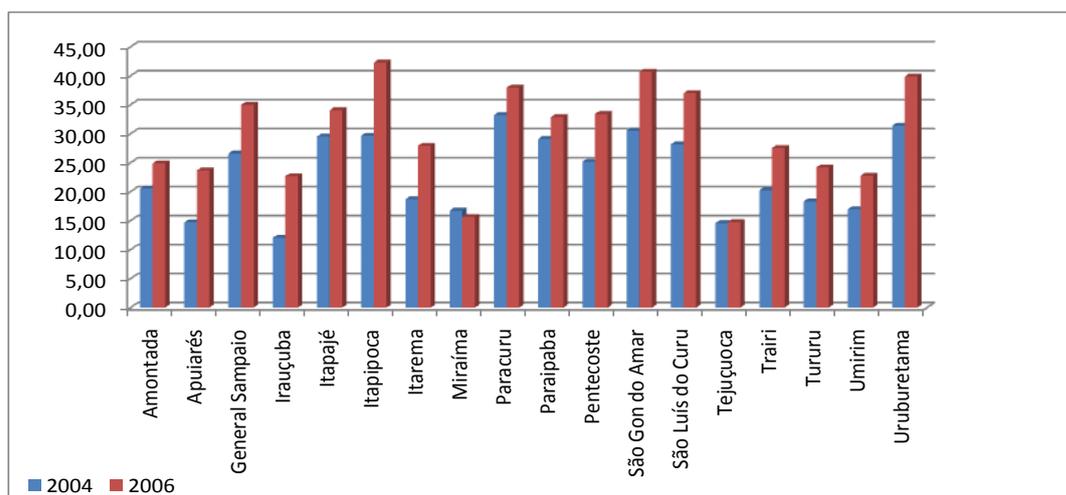


Figura 16: Índice de Desenvolvimento Municipal para os municípios do território – 2004 e 2006.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Para efeito da regionalização do Estado do Ceará, outros municípios conformam o que se denomina de território Litoral Oeste, onde está inserida a maior parcela dos municípios do território Vale do Curu e Aracatiagu.

Analisando a Tabela 29 pode-se constatar que, apenas três municípios se encontram na classificação de maior IDM, a maioria se encontra na terceira classe (7 municípios). A média do IDM do território é 29,85 acima da média do Estado do Ceará que é de 28,24 para o ano de 2006.

O Índice de Exclusão Social (IES) medi os padrões de exclusão social do território, entendidos como sinônimo de pobreza. O IES, ao contrário do IDHM, é constituído por cinco indicadores de exclusão social, podendo estimar o percentual da população excluídas, sem acesso de uma gama de fatores indispensáveis aos desenvolvimento. O PRIVAGUA é o percentual da população do território o município que sobrevive em domicílios particulares que não tem acesso a água tratada, já o PRIVSANE, é a porcentagem da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso a esgotamento sanitário ou, ao menos, a uma fossa séptica para esconder os dejetos humanos.

O PRIVLIXO é o percentual da população que sobrevive em domicílios

que não tem acesso aos serviços de coleta sistemática de lixo doméstico, direta ou indiretamente. Já o PREVEDUC constitui-se no percentual da população maior de 10 anos que não é alfabetizada, ou tem menos de um ano de escolaridade, segundo definição do IBGE, e por último temos o PRIVREND que é percentual da população que sobrevive em domicílios particulares cuja renda diária por pessoa e menor ou igual a US\$ 1,00.

Observa-se na Tabela 30, que o percentual da população excluídas 59,46%, ou seja, mais da metade da população do território não tem acesso as condições básicas como saneamento, educação, água, coleta de lixo, e renda necessária a manter um condição de vida digna.

Tabela 30: Índice de Exclusão Social (IES) para o território e seus municípios – 2000.

Municípios	IES (%) Excluídos	População	Privagua	Privsane	Privlixo	Priveduc	Privrend
Micro Litoral Vales do Curu	53,775	100.108	61,81	57,97	53,35	26,98	78,83
Paracuru	56,01	27.541	84,13	53,01	64,42	24,93	74,67
Paraipaba	48,25	25.462	49,43	29,65	54,43	26,96	80,04
São Gonçalo do Amarante	53,76	35.608	66,51	49,62	52,28	26,72	81,67
São Luís do Curu	57,08	11.497	47,17	99,61	42,30	29,33	78,97
Micro Médio Curu	61,37	63.525	48,99	92,38	61,21	32,80	84,77
Apuiarés	60,04	12.540	35,29	97,27	62,73	31,74	85,08
General Sampaio	62,30	4.866	49,10	99,81	49,86	35,78	86,19
Pentecoste	56,78	32.600	45,76	72,87	60,42	32,21	81,13
Tejuçuoca	66,38	13.519	65,82	99,60	71,86	31,50	86,68
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	65,51	224.491	71,51	85,36	76,86	34,67	81,93
Amontada	65,05	32.333	73,69	90,61	75,04	33,54	78,29
Itapipoca	59,57	94.369	58,25	91,53	61,26	28,92	77,87
Itarema	68,83	30.347	85,10	96,76	71,24	36,61	81,16
Miraíma	64,91	11.417	59,56	63,23	85,45	41,85	85,87
Trairi	70,14	44.527	92,81	96,58	77,70	31,11	85,23
Tururu	64,56	11.498	59,66	73,49	90,51	35,99	83,17

Municípios	IES (%) Excluídos	População	Privagua	Privsane	Privlixo	Priveduc	Privrend
Micro União das Serras	57,18	94.440	43,85	76,39	55,75	33,48	82,55
Irauçuba	57,81	19.560	50,18	69,78	55,75	35,82	82,34
Itapajé	53,50	41.093	40,71	85,33	38,25	27,92	80,63
Umirim	60,09	17.343	49,99	51,68	81,69	38,42	85,24
Uruburetama	57,32	16.444	34,53	98,77	47,32	31,76	81,99
Média Território	59,46	482.564	56,54	78,02	61,79	31,98	82,02

Fonte: Mapa da Exclusão Social no Brasil, 2008.

Chamando atenção ainda, o grande percentual da população do território que não tem acesso ao saneamento básico 78,02%. Esse percentual nos chama atenção devido principalmente seus efeitos na estrutura social, já que o não acesso ao saneamento repercute no aprofundamento de outros problemas sociais como doenças, baixa estima, entre outras.

Observe também que o percentual da população que sobrevive com até US\$1,00 é bastante relevante 82,2% esse fato só vem confirmar o que já foi identificado anteriormente no que diz respeito a grande concentração de renda e exclusão social latente no território, esse fato deve chamar atenção para que medidas de desconcentração de renda possam ser prioridades nas intervenções do território.

No que diz respeito à primeira variável Produto Interno Bruto, verifica-se que, no período de 2005-2007, o território cresceu em termos reais, 28%, atingindo em 2007, um PIB de 1.335.901 milhões de reais, com uma taxa de crescimento para o período de 28%, bem acima da taxa de variação do PIB do Estado e do Brasil. Esse valor, dada a população do território naquele ano, correspondia a um PIB per capita da ordem de R\$ 2.490,56. Observe que alguns municípios apresentaram taxa de crescimento negativa para o período como, por exemplo, o município de Itapajé com uma queda de 14% no seu PIB, o que impulsionou a uma redução no PIB do Microterritório de Umirim, apresentando uma queda de menos 6%.

A Figura 17 mostra a grande variação evidenciada no município de

São Gonçalo do Amarante, o que impulsionou a variação do Micro-Território de Paraipaba como e todo Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu. O município sai de um PIB de 80.537 milhões em 2005 para 316.389 milhões em 2007 uma variação expressiva de 293%.

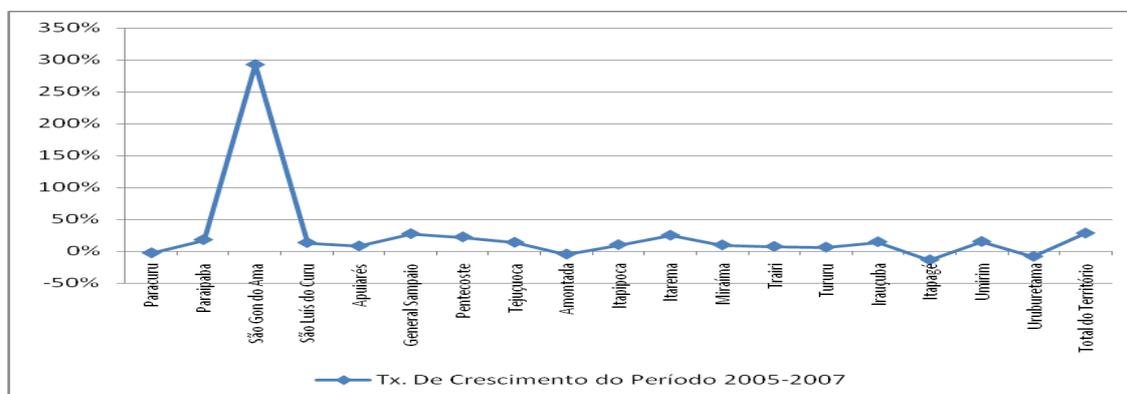


Figura 17: Gráfico da Taxa de Crescimento do PIB para o território no período de 2005-2007.

Fonte: PIB Municipal - IBGE

Tabela 31: Produto Interno Bruto Municipal R\$(mil) para os municípios do território ⁽¹⁾

Municípios	2005	2006	2007	Tx. de Crescimento do Período
Micro Litoral Vales do Curu	243.488	447.023	489.259	101%
Paracuru	88.501	91.225	85.971	-3%
Paraipaba	55.700	66.045	65.647	18%
São Gonçalo do Amarante	80.537	267.718	316.389	293%
São Luís do Curu	18.751	22.035	21.252	13%
Micro Médio Curu	92.141	105.975	109.018	18%
Apuiarés	17.804	18.820	19.236	8%
General Sampaio	8.708	10.242	11.083	27%
Pentecoste	47.822	57.589	58.444	22%
Tejuçuoca	17.808	19.325	20.256	14%
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	486.177	557.383	530.436	9%
Amontada	79.455	85.780	75.639	-5%
Itapipoca	211.076	238.989	232.315	10%
Itarema	70.642	90.684	88.221	25%
Miraíma	13.614	14.815	14.927	10%
Trairi	95.277	109.340	102.238	7%
Tururu	16.113	17.775	17.096	6%
Micro União das Serras	220.014	211.490	207.188	-6%
Irauçuba	28.009	29.855	32.086	15%
Itapajé	119.255	108.936	102.832	-14%

Municípios	2005	2006	2007	Tx. de Crescimento do Período
Umirim	23.821	26.211	27.402	15%
Uruburetama	48.930	46.486	44.868	-8%
Total do Território	1.041.822	1.321.870	1.335.901	28%

Fonte: Para 1999-2007: Sistema de Contas Regionais Referência 2009 – IBGE.

(¹) Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB Nacional.

Essa taxa de crescimento apresentado pelo município de São Gonçalo do Amarante é explicada pelo afluxo de investimento nos projetos estruturantes e prioritários do governo do Estado no Pecém, distrito de São Gonçalo do Amarante, na estruturação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, hoje são apenas oito indústrias, porém já está garantida a vinda dos dois principais projetos estruturantes esperados desde a criação do complexo, a siderúrgica e a refinaria, vão surgindo, então, inúmeras obras de infra-estrutura e de instalação de novos empreendimentos nos arredores do porto.

São cerca de US\$ 8 bilhões, sendo investidos atualmente com todas as indústrias e infra-estruturas que estão sendo criadas no complexo, segundo informações da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE. Pontos de entrega de gás, uma nova subestação de energia, a instalação de esteiras para carregamento de minério, termelétricas, uma nova cimenteira são equipamentos que já começam a ser implantados. A quantidade de obras reflete-se, diretamente na economia do município, transbordando para toda a região e Estado, devido seu porte, essa repercussão na economia local se dá através da geração de novos postos de trabalho que gera mais renda, circulando nos municípios do entorno, movimentando inúmeros comércios e serviços que vão se fortalecendo.

Porém, algumas considerações devem ser observadas com relação aos efeitos na questão do meio ambiente, e na estrutura social e de serviços disponíveis no território, o que será feito no decorrer deste diagnóstico.

Olhando-se para a composição por setores verifica-se que o Setor Serviços tem uma participação do PIB Total em 2006 de 60,53%, seguido pela indústria com 21,67% e a agropecuária participando com 17,81%. Segue,

portanto, o padrão apresentado pelo Estado, onde o setor serviços possui a maior participação na constituição do PIB.

O que é a PEA e o que ela representa.

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

Essa informação é importante para apresentar, por exemplo, a disponibilidade de mão-de-obra para possíveis investidores que queiram implantar unidades produtivas no território.

Como se encontra a PEA do Território. Veja a seguir a tabela:

Tabela 32: Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, segundo os municípios do território - 2006

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Ceará	7,26	23,53	69,21
Média do Território	17,81	21,67	60,53
Micro-Litoral Vales do Curu	17,71	24,96	57,33
Paracuru	13,05	43,79	43,16
Paraipaba	28,59	19,90	51,51
São Gonçalo do Amarante	16,19	18,45	65,36
São Luís do Curu	13,02	17,68	69,29
Micro-Médio Curu	18,39	11,13	70,49
Apuiarés	16,37	10,23	73,40
General Sampaio	27,30	8,16	64,55
Pentecoste	14,08	16,61	69,31
Tejuçuoca	15,80	9,52	74,68
Micro-Vales do Aracatiaçu Mirim	17,94	27,68	54,38
Amontada	18,44	36,19	45,37
Itapipoca	11,99	30,34	57,67
Itarema	17,73	41,40	40,87

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Miraíma	23,38	9,61	67,02
Trairi	17,46	38,68	43,85
Tururu	18,62	9,86	71,52
Micro-União das Serras	17,19	22,90	59,92
Irauçuba	25,66	9,43	64,91
Itapagé	10,40	34,87	54,72
Umirim	22,10	10,45	67,45
Uruburetama	10,60	36,82	52,58

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

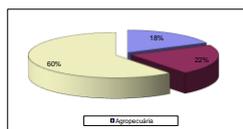


Figura 18: Composição Setorial do PIB do Território para o ano de 2006.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esses percentuais variam de município para município, porém o que acontece com a composição tanto do território como do Estado se aplica a todos os municípios.

Tabela 33: População Economicamente Ativa por sexo e situação de domicílio dos municípios do território – 2000

Municípios	Total	Urbana	Rural	Homens			Mulheres		
				Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Paracuru	21.139	12.750	8.389	10.602	6.079	4.523	10.537	6.671	3.866
Paraipaba	19.174	9.652	9.522	9.925	4.713	5.212	9.249	4.939	4.310
São Gonçalo do Amarante	27.309	17.140	10.169	14.017	8.598	5.419	13.292	8.542	4.750
São Luís do Curu	8.963	5.948	3.015	4.477	2.862	1.615	4.486	3.087	1.399
Apuiarés	9.652	4.316	5.336	4.944	2.139	2.805	4.708	2.177	2.531
General Sampaio	3.614	1.732	1.882	1.882	875	1.007	1.732	857	875
Pentecoste	25.095	15.028	10.067	12.711	7.373	5.338	12.384	7.655	4.729
Tejuçuoca	10.195	3.203	6.992	5.353	1.618	3.735	4.842	1.584	3.258
Amontada	23.593	8.912	14.681	12.374	4.347	8.027	11.219	4.565	6.654
Itapipoca	71.267	37.440	33.827	35.859	18.001	17.858	35.408	19.439	15.969
Itarema	22.160	7.722	14.438	11.611	3.879	7.732	10.549	3.843	6.706
Miraíma	8.452	3.581	4.871	4.425	1.805	2.620	4.027	1.775	2.252
Trairi	33.038	10.907	22.131	17.075	5.411	11.664	15.963	5.497	10.466
Tururu	8.667	3.939	4.728	4.442	1.901	2.541	4.225	2.038	2.187
Irauçuba	14.460	8.161	6.299	7.359	3.948	3.411	7.101	4.213	2.888
Itapajé	31.243	21.231	10.012	15.566	10.261	5.305	15.677	10.970	4.707
Umirim	12.926	7.523	5.403	6.618	3.772	2.846	6.308	3.750	2.558
Uruburetama	12.325	8.327	3.998	6.184	4.024	2.160	6.141	4.303	1.838

Fonte: Censo Populacional 2000 – IBGE

O território apresenta uma População Economicamente Ativa – PEA no total de 363.272 mil, sendo sua grande maioria localizada na zona urbana e do sexo masculino. Chama-se a atenção para o caso específico do microterritório de Paraipaba onde se encontra o município de São Gonçalo do Amarante.

Observe na Tabela antes referida que a PEA desse microterritório é de 76.585 e a do município de São Gonçalo do Amarante 27.309.

Conforme levantamento preliminar da ADECE, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém deverá gerar tanto durante sua construção como na sua operação aproximadamente 97.800 postos de trabalho. Se compararmos com

a PEA do município e de seu microterritório, essa quantidade excede em grande monte a mão-de-obra disponível. Isso significa que, a dinâmica do mercado de trabalho do território, sofrerá impacto profundo, que poderá ocorrer através da migração de trabalhadores para o território ou através do deslocamento de mão-de-obra internamente, entre os municípios.

Analisando mais especificamente o cenário apresentado em ambos os casos haverá uma maior demanda por serviços de manutenção da força-de-trabalho no território, como uma maior demanda por serviços de saúde, educação e lazer como por infra-estrutura, habitação, saneamento entre outros, o que pode aprofundar o quadro social no território se esses investimento não forem acompanhados por uma ampliação nesses serviços e infra-estrutura.

As repercussões no território desse empreendimento podem se dar de forma a dinamizar a economia local, como também intensificar seus problemas sociais, como violência, entre outros.

É importante chamar atenção para outro ponto, o que diz respeito a qualificação da força-de-trabalho disponível no território capaz de suprir essa demanda que se apresenta.

Esses empreendimentos estão e vão demandar um mão-de-obra mais qualificada. A questão que se apresenta é a seguinte: será que o território possui esses trabalhadores com as qualificações exigidas. Caso não haja, faz-se necessário uma política para fomentar a qualificação da mão-de-obra específica para essas atividades, sob pena de que essa questão passe a ser mais um grande fator causador de problemas sociais, acabando o território não se apropriando das oportunidades a ele apresentada.

Tabela 34: Renda per Capita e Proporção de pobres para os municípios do território – 1991 e 2000.

MUNICÍPIO	Renda per capita			Proporção de Pobres		
	1991	2000	TCRp C	1991	2000	TR P
	R\$	R\$	%	%	%	%
Paracuru	72,40	81,70	13	75,4	70,2	7
Paraipaba	73,90	84,50	14	79,3	71,4	10
São Gonçalo do Amarante	62,40	81,10	30	78,3	71,1	9
São Luis do Curu	76,70	100,30	31	71,1	68,8	3
Média Microterritório Litoral Vales do Curu	71,35	86,90	22	76,0	70,4	7
Apuiarés	43,30	62,10	43	88,7	75,8	15
General Sampaio	47,70	62,70	31	87,0	75,9	13
Pentecoste	55,50	85,20	54	79,3	71,4	10
Tejuçuoca	38,00	57,10	50	91,9	84,1	8
Média Microterritório Médio Curu	46,13	66,78	45	86,7	76,8	11
Amontada	38,90	62,80	61	88,9	79,8	10
Itapipoca	49,90	83,10	67	85,3	71,5	16
Itarema	57,10	63,10	11	86,7	78,3	10
Miraíma	38,00	50,10	32	90,7	84,3	7
Trairi	47,80	61,60	29	85,5	78,4	8
Tururu	42,80	56,40	32	88,4	81,3	8
Média Microterritório Vales do Aracatiaçu Mirim	45,75	62,85	37	87,6	78,9	10
Irauçuba	71,30	91,50	28	76,8	67,8	12
Itapajé	57,10	63,10	11	86,7	78,3	10
Umirim	47,80	58,00	21	88,4	80,7	9
Uruburetama	63,40	76,10	20	78,0	69,6	11
Média Microterritório União das Serras	59,90	72,18	20	82,5	74,1	10
Média do Território	54,67	71,14	32	83,7	75,5	10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003.

TCRpC - Taxa de Crescimento da Renda per Capita

TRP - Taxa de Redução da Pobreza

TACR - Taxa de Aumento da Concentração de Renda

A Tabela 34, fornece informações sobre renda per capita e proporção de pobres, para os municípios do território, divididos por microterritório. Entende-se aqui renda per capita como razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os domicílios e o número total de domicílios no município.

No geral os municípios têm uma renda per capita muito baixa, A média geral, em 2000, alcançou pouco mais de R\$ 70,00, variando de R\$ 54,67 em 1991 para R\$ 71,14 em 2000. No período de 1991-2000 observa-se uma taxa de crescimento da renda per capita de 32% na média territorial. Dentre os micro territórios o que apresentou melhor variação foi o município de Pentecoste com variação de 45% superior a variação média do território.

Os baixos valores de “renda per capita” evidenciam os significativos níveis de pobreza, variando entre 67,85 e 84,3%, sendo a média do território calculada em torno 75,5%. Vale ressaltar que em 1991 este valor médio era 83,36%, registrando-se, portanto, uma pequena queda. A taxa média de redução da pobreza do território foi de apenas 10%.

Os dois indicadores anteriores indicam que, no período 1991-2000 houve um crescimento da concentração de renda, cujo percentual teve crescimento no período 1991-2000, passando de 0,51 para 0,61, que pode ser melhor visualizado no Gráfico 01. Hoje os municípios com maior concentração de renda, portanto com maiores desigualdades sociais são: Amontada (0,72) e Tejuçuoca (0,70) e os menores, menos concentrados são: Uruburetama (0,49) e São Gonçalo do Amarante (0,57). Já com relação aos micro-territórios o menos concentrado com índice de apenas 0,58 foi o de Umirim. Esta tendência, entretanto, foi menor que a do Ceará, cujo Índice de Gini passou de 0,65 em 1991, para 0,68 em 2000, refletindo, dessa forma, o aumento da desigualdade social no Estado. Essa situação de concentração de renda torna-se mais explícito na tabela abaixo.

Ao analisar o percentual da renda apropriada por extratos da população, apresentada anteriormente, no período de 1991-2000, observa-se que os 20% mais pobres do município estão cada vez mais pobres, já que houve uma queda no percentual de apropriação da renda, caindo de 4,4 para 1,1. Os 40% mais pobres se apropriaram em 1991 de 8,4% da renda gerada no município, enquanto essa média em 2000 caiu para 6,5. Esse perca na apropriação da renda foi comum a todos os extratos da população pobre, os

60% mais pobres deixaram de se apropriar menos da renda gerada, caindo de 24,8% para 17,3, o mesmo aconteceu com os 80% mais pobres que caíram de 44,2% para 36,8%.

Por outro lado os 20% mais ricos que se apropriavam de 55,8% de toda renda gerada no território em 1991, passaram a se apropriar em 2000 de 63,2%. Indicando que a renda per capita do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica do mesmo, provocando dessa forma mais desigualdade social.

Tabela 35: Percentual de Apropriação de Renda por Estratos de Renda da População 1991 e 2000.

Municípios	20% mais pobres		40% mais pobres		60% mais pobres		80% mais pobres		20% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Paracuru	4,0	0,4	11,5	6,3	22,9	17,5	42,0	37,4	58,0	62,6
Paraipaba	3,4	1,8	10,6	8,7	22,3	19,7	40,9	38,5	59,2	61,5
São Gonçalo do Amarante	4,4	1,9	12,7	8,9	25,5	20,9	45,4	40,6	54,6	59,4
São Luis do Curu	4,3	1,9	12,2	8,2	23,9	17,9	43,0	34,0	57,0	66,0
Média Microterritório Litoral Vales do Curu	4,0	1,5	11,8	8,0	23,7	19,0	42,8	37,6	57,2	62,4
Apuiarés	3,8	0,7	11,4	6,3	23,4	18,6	42,9	41,0	57,1	59,0
General Sampaio	4,3	1,0	11,9	5,9	22,8	15,9	38,6	34,7	61,4	65,3
Pentecoste	4,7	1,9	13,7	8,6	27,1	19,8	48,2	38,2	51,8	61,8
Tejuçuoca	4,2	0,0	12,8	2,2	26,0	10,9	46,8	28,6	53,2	71,3
Média Microterritório Médio Curu	4,3	0,9	12,5	5,8	24,8	16,3	44,1	35,6	55,9	64,4
Amontada	4,6	0,0	13,1	1,6	25,6	9,4	44,9	27,1	55,1	72,9
Itapipoca	3,5	0,3	10,5	5,3	21,6	15,2	40,3	33,7	59,7	66,3
Itarema	3,6	0,8	10,3	6,5	20,9	18,1	37,7	38,3	62,3	61,7
Miraíma	5,8	0,0	15,5	2,2	29,4	12,4	50,4	32,7	49,6	67,3
Trairi	4,1	2,0	12,2	8,3	24,6	19,2	44,5	38,8	55,5	61,2
Tururu	4,8	0,0	14,4	5,1	29,2	16,5	52,2	36,8	47,8	63,2
Média Microterritório Vales do Aracatiaçu Mirim	4,4	0,5	12,7	4,8	25,2	15,1	45,0	34,6	55,0	65,4

Municípios	20% mais pobres		40% mais pobres		60% mais pobres		80% mais pobres		20% mais ricos	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Irauçuba	4,3	0,2	12,4	5,8	24,4	18,2	44,9	40,0	55,1	60,0
Itapajé	4,6	1,4	12,5	7,8	24,0	18,1	42,1	36,1	57,9	63,9
Umirim	4,8	0,2	12,9	5,6	25,6	17,6	45,0	38,2	55,0	61,8
Uruburetama	5,1	4,4	13,9	12,8	27,0	25,9	46,4	46,8	53,6	53,2
Média Micro-Território União das Serras	4,7	1,6	12,9	8,0	25,3	20,0	44,6	40,3	55,4	59,7
Média do Território	4,4	1,1	12,5	6,5	24,8	17,3	44,2	36,8	55,8	63,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.PNUD, 2003.

15 ASPECTOS DO SETOR PRODUTIVO

15.1 Setor Agropecuário.

15.1.1 Sistema de Produção Agrícola.

O Território apresenta grandes potencialidades agropecuárias como as culturas da mandioca, do caju, do coco, do bovino, da banana, do mamão, da avicultura, da apicultura, do caprino e ovino, da pesca, do extrativismo da carnaúba e da fruticultura irrigada. Além dessas culturas dispõe ainda de uma, forte organizada cadeia do artesanato e do turismo.

15.1.1.1 Agricultura de Sequeiro.

Esse sistema é formado por cinco subsistemas principais: agricultura de sequeiro, convivência com semiárido a agricultura em área úmida, a agricultura irrigada, a fruticultura e a horticultura. A primeira é amplamente disseminada; a segunda em regiões com disponibilidades de áreas com serra úmida e terras de baixadas; a terceira em áreas à jusante e beira de açude e a quarta e quinta em áreas com potencial hídrico favorável à irrigação.

Apesar da difusão de práticas agroecológicas desenvolvidas pela assistência técnica, ainda é muito forte o Cultivo no toco ou itinerante Conhecida pelos Agricultores Familiares como Broca, que consiste na derruba e retirada da madeira, aceiramento, queima (fogo), encoivramento e a queima complementar. Essa área preparada só é utilizada nos dois primeiros anos e depois entra em pousio até atingir o ponto de broca novamente. O uso do inseticida químico como meio de combate aos insetos vem progressivamente avançando. As principais culturas exploradas nesse sistema no território são o cultivo do mandioca, milho, feijão e a fava;

Cultivo no campo - tem como característica o desmatamento, a destoca e a exploração intensiva da área com a utilização tradicional da enxada, da mecanização agrícola (trator/cultivador), arado e cultivador com tração animal, capitação *in situ* e em algumas áreas uso dos agrotóxicos, também existe experiências com prática de conservação de solo, uso de esterco para adubação, pede-se dos agentes financeiros abertura para compra de insumos. Mesmo com essas iniciativas ainda há um processo acentuado de degradação da área desse sistema. As principais culturas exploradas e apropriadas para esse sistema, são: o caju, a mandioca, o milho, o feijão, a fava e a mamona.

Conviver com o Semiárido - significa criar e dinamizar possibilidades concretas de vida no Semiárido, a partir de que agricultoras e agricultores implementem processos de criação e cultivo de animais e plantas nativas e que se adéquem mais facilmente à região e ao seu clima, assim como ao desenvolvimento de sistemas de armazenamento de água que permitam que todas as pessoas tenham efetivo acesso à água, além da implementação de processos de educação contextualizada e busca de uma reforma agrária igualmente adequada à região e suas características.

Nesse sentido, o acúmulo de experiências no âmbito da sociedade civil, movimentos sociais e de comunidades rurais tem gerado um conjunto de tecnologias sociais que tem contribuído para uma outra visibilidade do semiárido, como uma região viável. Em 2009, uma outra ação tem sido desenvolvida através do Programa Uma Terra e Duas águas que tem levado água para produção de alimentos através de tecnologias como: Cisterna Calçadão, Tanque de pedra, Bomba popular. A Cáritas Regional é a Unidade Gestora Territorial do P1+2. No âmbito de estratégias de convivência com o semiárido, as experiências agroecológicas tem demonstrado uma outra forma de conviver com esse bioma. Com destaque para os tecnologias:

Quintais agroecológicos – Desenvolvido junto a agricultores familiares promove a diversificação das unidades familiares com a implantação de fruteiras, plantas medicinais, criação de pequenos animais no ao redor de casa.

O CETRA tem desenvolvido essa tecnologia junto à 50 agricultores no território e tem fortalecido o debate da agroecologia junto a Rede de Agricultores/as agroecológicos e solidários.

Cisterna calçadão – É formada por uma área de captação (para captar água das chuvas que escorre dos desníveis do terreno ou de áreas pavimentadas como um calçadão), por um reservatório de água (que deve ser bem maior que a cisterna para o uso humano) e um sistema de irrigação (que pode ser operacionalizado manualmente ou por sistemas de bombeamento e gotejamento). Com a água de uma cisterna de 52 mil litros (outra que não a de consumo doméstico) é possível irrigar um "quintal produtivo" de verduras, regar mudas ou ter água para galinhas e abelhas.

Barragem subterrânea – Conserva a água da chuva infiltrada no subsolo nas áreas de baixios, fundos de vales e áreas de escoamento das águas de chuva, mediante uma barragem em profundidade cavada até a camada impermeável do solo. Ela tem um grande impacto sobre a estabilidade do sistema produtivo, aumentando a resistência em períodos de seca, quando a área da barragem parece uma ilha verde no meio da caatinga seca. Ela garante a autonomia no que se refere à alimentação, permite a criação de um número maior de animais e diminui a dependência de insumos externos.

Tanque de Pedra – Eles possibilitam o armazenamento de grandes volumes de água captada nos lajedos, aproveitando a inclinação natural neles existentes. Em alguns locais, é necessário construir paredes ou muretas facilitando a contenção ou o direcionamento da água para os tanques e conseqüentemente maior acúmulo de água. É uma das inovações técnicas que tem como base à valorização do conhecimento dos agricultores familiares nas estratégias de uso e gestão da água. O tanque de pedra armazena água para os gastos domésticos, para alimentação animal e irrigação de um "quintal produtivo" de verduras.

No território há um problema que sempre está em pauta, são os 10 (dez) municípios que estão fora do semiárido legal que reivindicam sua

inserção. sendo apenas 08 municípios que estão inclusos no chamado semiárido legal, de acordo com critérios oficiais do Ministério da Integração, órgão federal responsável pelo estudo que classificou esses municípios. Os municípios estão assim distribuídos, como se pode ver no Quadro 23.

Semiárido legal	Fora do semiárido
Irauçuba	Amontada
Apuiarés	Itarema
Itapajé	Paraipaba
Itapipoca	São Gonçalo do Amarante
Miraíma	São Luis do Curu
Tejuçuoca	Tururu
Pentecoste	Trairi
Umirim	Paracuru
Uruburetama	
General Sampaio	

Quadro 23: Municípios que estão no semiárido legal e fora.

Fonte: Arquivo territorial, 2010.

A agricultura em área úmida tem destaque na produção de culturas permanentes e temporárias. A sua caracterização se dá pela exploração intensiva consorciada em montante (vazante) e jusante (represa) de açude, e pela exploração de mono cultivo e de sistema agro florestal em áreas de serra úmida. Essa atividade se divide em dois sistemas de cultivos, como veremos a seguir:

Sistema de cultivo em vazante e represa de açude – caracteriza-se pelo cultivo de culturas permanentes e temporárias de forma consorciada tanto para venda e alimentação das pessoas quanto para o suporte forrageiro dos animais. Esse sistema ainda é pouco explorado no território apesar do grande potencial existente. As culturas mais exploradas são o feijão, jerimum, batata doce, milho, pepino, sorgo forrageiro, capim aquático, cana-de-açúcar, capim de corte, fruteiras, hortaliças, etc.

Cultivo de serra úmida – Tem como característica a exploração de fruteiras permanentes e semi-perene em sistema de mono cultivo e agroflorestação, sendo o primeiro desenvolvido com a banana, cultura de grande expressão produtiva nos municípios de Uruburetama, Itapajé e Itapipoca e o segundo com as culturas da manga, coco, laranja, limão, mamão, graviola, cajá, etc, com pouca expressão na produção agrícola do território. Ainda com todas essas técnicas, o trabalho desenvolvido com a agricultura de sequeiro, que depende tão somente da boa estação chuvosa, é um trabalho de risco, e em especial para os agricultores familiares que residem no semi-árido brasileiro.

15.1.1.2 Agricultura Irrigada .

Agricultura irrigada – Segundo informações levantadas, essa atividade é muito pouco explorada quando comparada com o enorme potencial existente no território. Esse sistema se caracteriza pela exploração de monocultivo irrigado de forma intensiva, pelo uso do pacote tecnológico modernizante baseado nos agroquímicos nocivos ao meio ambiente e à saúde das pessoas com um custo financeiro muito elevado. Os sistemas de irrigação mais utilizados são: Sistema irrigado familiar (médio agricultor e agricultor familiar), sistema irrigado do perímetro Curu-Pentecoste e o sistema irrigado do Perímetro Curu-Paraipaba, os quais detalharemos a seguir:

Cultivo irrigado de base familiar – É um sistema que tem como característica a utilização diversificada de irrigação; o uso de uma base tecnológica agroecológica e uma estrutura produtiva fundamentada na unidade de produção familiar.

Segundo informações disponíveis esse sistema é pouco usado no território, embora, seja possuidor de um grande potencial.

As culturas mais usadas nos sistemas atuais são: o milho, o feijão, a fruteira, a hortaliça e a forragem de corte (milho, sorgo forrageiro, capins e cana de açúcar).

Cultivo irrigado do perímetro Curu-Pentecoste – Esse sistema tem como característica inicial a utilização de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma gestão centralizada fundamentado em um projeto de irrigação que teve a sua elaboração coordenada pelo DNOCS na década de 70. Suas obras tiveram início em 1974 e concluídas em 1979. Possui uma estrutura de irrigação por gravidade em sucos que hoje vem enfrentando problemas de desgaste na sua estrutura. Sua superfície localiza-se nas áreas baixas aluvionais do rio Curu, conta com uma pluviosidade média de 860 mm/ano e o seu suprimento hídrico é feito através dos açudes públicos General Sampaio (General Sampaio) com capacidade de armazenamento de 322.200.000 m³ e o Pereira de Miranda (Pentecoste) com capacidade de 395.638.000 m³. Conta com uma área total de 5.016 ha, sendo 3.836 de sequeiro e 1.180 ha irrigável, das quais 1.068 já estão implantadas; 112 ha a implantar e 743 ocupadas com irrigantes. As categorias de irrigantes prevista no projeto são: Pequenos Produtores, Técnicos Agrícolas, Eng^o Agrônomos e Empresas Rurais, dos quais existem hoje 173 pequenos produtores e 1 Eng^o Agrônomo, totalizando 174 irrigantes.

Do ponto de vista organizacional o perímetro conta com a Cooperativa dos Irrigantes de Pentecoste – CIPEL, entidade responsável pela gestão atual do perímetro como também no seu processo de emancipação.

Cultivo Irrigado do Perímetro Curu-Paraipaba – esse sistema tem também como característica inicial a utilização de uma base tecnológica modernizante (agroquímicos) e uma gestão centralizada fundamentado em um projeto de irrigação que teve a sua elaboração coordenada pelo DNOCS. A sua implantação teve início em 1974, enquanto os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum tiveram início em 1975. Os sistemas de irrigação utilizados são: aspersão convencional, micro-aspersão, gotejamento e pivô central, e que hoje vem enfrentando problemas de desgaste na sua estrutura. Sua superfície está localizada em unidade geomorfológicas de tabuleiro e superfície similares, coberta fortemente por

solos arenosos com característica de regiões próximas ao litoral, conta com uma pluviosidade média de 1.002 mm/ano e uma temperatura média anual de 26,3°C. O seu suprimento hídrico é feito através dos açudes públicos General Sampaio (General Sampaio) com capacidade de armazenamento de 322.200.000 m³, Pereira de Miranda (Pentecoste) com capacidade de 395.638.000 m³, Frios com capacidade de 33.025.000 m³ e Caxitoré com capacidade de 202.000.000 m³.

De acordo com dados do DNOCS, o Perímetro de Curu-Paraipaba dispõe de 12.347 hectares de área desapropriada constituída de três etapas. Atualmente somente as 1^a e 2^a etapas estão implantadas, totalizando 3.859ha, distribuídos entre 805 lotes individuais de cerca de 3,72 hectares. Mais de 5.000ha foi repassado para o INCRA implantar dois assentamentos, sendo que já foi implantado um com cerca de 18 famílias e o outro, apesar de ter havido a seleção, não se concretizou porque a área está invadida por pessoas de diversas origens (entre agricultores familiares, antigos e novos moradores trabalhadores rurais e médios agricultores).

Atualmente é a Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba (ADICP) - legítima organização dos irrigantes – a responsável pela administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum, através de contrato celebrado com o DNOCS, com cerca de 700 associados.

Além das atividades vinculadas a administração do perímetro, a associação atua no apoio a comercialização (vende para a merenda escolar através do PNAE), tem parceria com a CONAB – PAA compra antecipada com doação simultânea e PAA estoque. Através do Território da Cidadania coordena uma Casa Rural Digital – que garante acesso gratuito a internet para as comunidades - e o Cine Mais Cultura, com exhibições semanais.

Ao longo de sua história, o perímetro foi se expandindo em termos populacionais, sem que houvesse uma intervenção mais intensiva do DNOCS, que de certa forma, não teve pulso para combater as invasões e, por outro

lado, sequer regularizou as áreas dos lotes dos irrigantes através da titulação das terras. Por isso, existe uma heterogeneidade de produtores nessas comunidades (Setor B, C1, C2, D1, D2, E, G, H – oficialmente construídas pelo DNOCS, além de Rosário, Cacimbão, Camburão, Gerência Velha, Córrego do Mato e Centro Gerencial):

- O irrigante familiar que explora o lote agrícola de onde tira sua sobrevivência, totalizando 505 produtores (2.259ha);
- O pequeno produtor (3,72ha), que contrata mão-de-obra para realizar os tratos culturais (capinas, adubação e pulverização), totalizando cerca de 1.000ha;
- O empresário, que geralmente não mora no lote habitacional, contrata mão-de-obra, tem mais de um lote e não vive necessariamente da agricultura irrigada, totalizando 500ha;
- O irrigante que, embora tenha sido selecionado pelo DNOCS, vendeu a posse da área agrícola e exploram apenas a área do quintal (0,5ha), totalizando cerca de (150ha);
- O produtor de área de sequeiro – posseiro (alguns irrigam com água de lagoas próximas e a maioria apenas produz no inverno);

Assim, podemos afirmar que apenas 2% dos irrigantes podem ser classificados como empresários do agronegócio.

De acordo com a Pesquisa Perímetro Irrigado versão 32 anos – coordenada pela ADICP - no Perímetro, existe uma discreta maioria de irrigantes com idade entre 56 e 65 anos com 29,2% e 38,4% destes estão com idade acima de 66 e 85 anos.

Esses dados confirmam o gradativo envelhecimento dos irrigantes, que estão perdendo sua força de trabalho. Por outro lado, esse dado também confirma a necessidade de envolver os jovens na vida social do Perímetro.

Em termos de contingente populacional dos familiares dos irrigantes - podemos verificar que existe uma discreta maioria de pessoas com idade entre

26 e 35 anos de idade, com 18,3% e se considerarmos jovens a faixa etária de 16 a 35 anos esse percentual estende para quase 38%.

De acordo com a referida pesquisa, a maioria dos irrigantes que moram no Perímetro – 72,3% - foi assentado pelo DNOCS, o que revela que são esses irrigantes de origem que continuam fazendo a história, não deixando o Perímetro parar, apesar de todas as dificuldades.

A principal cultura explorada é o coco anão, com uma área de cerca de 2.500ha. Esta cultura não vem apresentando índices considerados economicamente rentáveis por vários motivos, dentre os quais se destacam a falta de recursos para realizar os tratamentos culturais adequados¹ pela dificuldade de acessar o crédito, além da falta de assistência técnica. Além do coco, os agricultores do perímetro produzem cana-de-açúcar, graviola, acerola, caju, mamão, feijão, macaxeira, abóbora, melancia, maxixe, hortaliças, capim, dentre outras.

Por outro lado, através de parceria do DNOCS com a EMBRAPA foi implantada uma Unidade de Beneficiamento do Coco que, depois de cinco anos, está começando a funcionar em fase de teste. A COPROCOP – parceira da ADICP - assinou recentemente um contrato com uma empresa do Rio Grande do Norte para beneficiar 200 mil cocos/mês. Com isso a referida unidade passará a funcionar, mas a cooperativa passa por dificuldades para conseguir financiamentos bancários via PRONAF para os agricultores realizarem os tratamentos culturais adequados e aumentarem a produção e produtividade. A falta de ATER é também um problema, pois necessitaria de um trabalho para mobilizar os produtores, os quais estão descrentes e desmotivados com tantas promessas não cumpridas.

A parte de processamento da casca do coco (parceria DNOCS/EMBRAPA/MDA/PROINF/FECOP) está funcionando, ainda que precariamente, pois faltam recursos para o chamado capital de giro. A infra-

¹ Para garantir uma boa produção é necessário que o irrigante faça a adubação adequada, o controle de pragas e doenças contínuo, bem como irrigar na quantidade certa.

estrutura ainda é precária e estão sendo realizadas obras complementares via FECOP e ainda se aguarda a liberação dos recursos PROINF 2008 para a construção de galpões que abrigará os kits de processamento da casca.

Além dos irrigantes ocupantes dos lotes implantados oficialmente pelo DNOCS, a citada pesquisa revelou, em 2007, a existência de 979 famílias de posseiros, sendo que quase 90% não possui qualquer tipo de contrato com o DNOCS. Este número aumenta a cada dia, sem que haja uma ação mais eficaz do DNOCS no sentido de coibir ou regularizar.

Um dos maiores problemas do STTR de Paraipaba é no momento de requisitar a aposentadoria especial desses trabalhadores rurais, pois o INSS exige o documento da terra e estes não tem e nem o DNOCS pode emitir declaração de posse para os mesmos.

Desse total de famílias, 45% exploram atividade agrícola (feijão, milho e mandioca) e quase 50% percebem renda média entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Por outro lado, 35% são diaristas (prestam serviços agrícolas ligados a capinas, adubações, pulverizações, etc), 20% são aposentados e 21% são empregados ou prestadores de serviços autônomos.

Fruticultura - Esse subsistema está subdividido em dois sistemas de cultivos distintos: a fruticultura irrigada e a fruticultura de sequeiro. Ambos os sistemas são muito explorados no território e tem um papel importante na sua economia. A seguir descreveremos detalhadamente cada sistema:

A fruticultura irrigada tem como característica principal a exigência de áreas com solos férteis e apropriados com a presença abundante de água. Essas características são encontradas em beiras de rios, riachos e açudes com condições hídricas favoráveis, e em áreas litorâneas com um lençol freático abundante, lagoas permanentes e córregos perenizados. Os solos têm formações variadas (aluvião, arenoso, argiloso, etc.) e apropriadas para exploração irrigada. As culturas mais importantes desse sistema são: coco, caju e cana de açúcar nas áreas litorâneas e a banana, a manga, o coco, a laranja, o limão e o mamão nas áreas de serra e sertão.

A fruticultura de sequeiro é um sistema de cultivo que tem como característica principal a exigência de solos aluvionais (baixios) ou terras planas e onduladas, profundas e férteis e com capacidade de garantir condições de umidade ou de um clima ameno que permita um bom desenvolvimento das plantas sem a necessidade de irrigação. Essas características são encontradas em áreas de beira de rios e riachos ou de litoral. Nas beiras de rio ou riacho servem para explorar as culturas da graviola, cajá, siriguela, manga, etc., e nas áreas de litoral e de transição com o sertão para a cultura do caju e do coco.

Horticultura - É uma atividade que vem crescendo no território, com varias experiências como: Hortas Circulares, Quintais Produtivos, Barragens Subterrâneas e Cisternas Calçadão, essas práticas são Agroecológicas e também conhecidas como tecnologias sociais onde primam pela segurança alimentar e nutricional das famílias e o resgate das culturas tradicionais, além da comercialização da produção excedente em feiras municipais e programas governamentais. Essa realidade está presente na maioria dos municípios do território. Essas experiências precisam ser ampliadas no território principalmente onde há solos aluvionais como também nos locais próximos aos grandes mananciais d'água. O potencial da horticultura está inaugurando novas práticas, antes não exploradas, inovando como uma nova cultura dos agricultores do território, por se tratar de culturas rápidas possibilita também um retorno econômico rápido e contínuo.

15.1.2 Culturas Permanentes

Elas são assim denominadas porque após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Mesmo que não haja o replantio se faz necessário cuidados especiais para cada tipo de cultura como a poda e adubação periódica.

Dentre as culturas permanentes destacam-se as culturas de coco com uma produção de 106.981 mil unidades, sendo os municípios de Trairi, Itarema,

Paraipaba, Amontada e Itapipoca os maiores produtores, essa cultura, quando bem cultivada e irrigada tem uma vantagem para os agricultores por oportunizar quatro safras anuais de coco verde e de duas a três safras anuais de coco seco. Sendo que apenas 30% da produção de coco verde vai para indústria e 70% vai para o comércio das capitais Fortaleza e São Paulo, já a produção de coco seco é comercializada para indústrias locais.

Tabela 36: Lavoura Permanente(t) 2009,

Municípios	Banana	Manga	Goiaba	Coco (mil unidade)	Castanh a de caju
	2009	2009	2009	2009	2009
Micro Litoral Vales do Curu	426	605	49	26523	2092
Paracuru	91	277	32	6.373	122
Paraipaba	140	228	17	16.806	198
São Gonçalo do Amarante	125	52	0	3.244	1.687
São Luís do Curu	70	48	0	100	85
Micro Médio Curu	1696	113	0	14513	168
Apuiarés	297	66	0	1.105	19
General Sampaio	49	7	0	27	3
Pentecoste	1.326	30	0	13.331	132
Tejuçuoca	24	10	0	50	14
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	24894	1003	40	67453	21391
Amontada	150	50	0	9	1.774
Itapipoca	23.144	660	28	14.969	4.613
Itarema	632	161	0	21.128	2.750
Miraíma	15	0	0	10	1
Trairi	655	57	12	31.299	3.370
Tururu	298	75	0	38	8.883
Micro União das Serras	56770	1348	0	414	334
Irauçuba	122	30	0	23	2
Itapajé	32.240	389	0	172	124
Umirim	808	66	0	171	138
Uruburetama	23.600	863	0	48	70
Total do Território	83786	3069	89	108903	23985

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE 2009.

Outra cultura que se destaca é a banana com uma produção de 90.953T, principalmente nos municípios de Itapagé, Uruburetama e Itaipoca(serra úmida), caracterizada pela monocultura, traz uma preocupação por conta da ampliação da área plantada, pois essa cultura está substituindo a mata nativa prejudicando as nascentes do rio Mundaú. Também é grande a produção de castanha de caju e com uma produção de 14.371T, principalmente nos municípios de Itaipoca, Itarema, Trairi, e Tururu , São Gonçalo do Amarante e Amontada, essa produção é comercializado toda *in natura* para as grandes indústrias de Fortaleza (Iracema, amêndoas do Brasil, etc.) apenas nos municípios de Tururu (no distrito de Cemoaba e no PA Novo Horizonte), e Itaipoca (distrito de Marinheiros) existem minifábricas funcionando com o beneficiamento mensal de 2000kg de amêndoas, apesar do aproveitamento da castanha, a preocupação do Território é em como fazer o aproveitamento do pedúnculo do caju que praticamente 100% é desperdiçado; de manga com 3.584T com destaque para os municípios de Uruburetama, Itaipoca, Itapagé e Paracuru; mamão com 5.617 T, nos municípios de Paraipaba, Umirim, Itaipoca, Apuiarés, Pentecoste, General Sampaio e Paracuru.

Das culturas supracitadas identificou-se que a compra de insumos é feita de forma individual, assim como a comercialização dos mesmos, com exceção dos agricultores familiares que comercializam produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE, onde a comercialização é feita de forma coletiva com associações e/ou cooperativas através de projetos de vendas. Uma forte tendência identificada foi a dos Perímetros Irrigados com a troca de agrotóxicos e fertilizantes químicos por utilização de produtos alternativos como defensivos naturais no combate as pragas e esterco de gado como adubo.

15.1.3 Culturas Temporárias .

As lavouras temporárias são aquelas culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de replantio após cada colheita (IBGE,2008).

Com relação às culturas temporárias, o Território é um grande produtor de mandioca, com 186.780t destacando-se os municípios de Itarema Amontada, Itapipoca, Trairi, Tururu, Umirim, São Gonçalo do Amarante, Paracuru e Paraipaba, no Território são varias as “casas de farinha”(local onde acontece o beneficiamento da mandioca) que estão saindo da condição de artesanal e passando por um processo de melhoramento(forno mecanizado, piso de cerâmica, área de armazenamento, etc.) com recursos do Governo do Estado e Federal, garantindo qualidade e preço para os subprodutos, a farinha de mandioca é o principal subproduto extraído da mandioca e a produção deixa em pouco tempo no período da safra o mercado territorial saturado, é onde entra o apoio para a comercialização através da Base de Serviço de Comercialização que vem fazendo um excelente trabalho na busca de novos mercados e elevando o preço do produto em determinado período do ano até 150%.

Tabela 37: Lavouras temporárias (t) 2009

Município	Mandioca	Feijão	Cana de açúcar	Mamona	Mamão	Milho	Batata doce
	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Micro Litoral Vales do Curu	52026	1725	495.308	1	3425	3108	35
Paracuru	7.257	618	193.727	0	480	598	35
Paraipaba	15.946	553	202.536	0	2.945	255	0
São Gonçalo do Amarante	17.314	427	93.690	0	0	2.095	0
São Luís do Curu	11.509	127	5.355	1	0	160	0
Micro Médio Curu	375	1485	546	223	1503	12330	0
Apuiarés	120	157	0	38	516	8.401	0
General Sampaio	0	271	0	63	258	163	0
Pentecoste	180	402	546	34	729	2.945	0
Tejuçuoca	75	655	0	88	0	821	0

Município	Mandioca	Feijão	Cana de açúcar	Mamona	Mamão	Milho	Batata doce
	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	131476	1606	10485	33	406	51165	2031
Amontada	38.511	395	392	1	0	2.181	345
Itapipoca	48.886	448	2.048	26	406	25.413	570
Itarema	13.118	357	350	1	0	3.558	564
Miraíma	5	142	0	4	0	888	0
Trairi	21.404	199	7.450	0	0	425	450
Tururu	9.552	65	245	1	0	18.700	102
Micro União das Serras	2903	821	982	222	1524	11677	0
Irauçuba	55	1.29	0	81	0	1.982	0
Itapagé	210	548	128	126	192	8.340	0
Umirim	2.545	162	724	1	1.080	1.021	0
Uruburetama	93	111	130	14	252	334	0
Total do Território	186780	5637	507.321	479	6858	78280	2066

Fonte: Pesquisa Agropecuária Municipal – IBGE 2009.

Já o milho e o feijão, são culturas consorciadas historicamente e que estão crescendo mais uma a esse consórcio é o caso da mamona por conta da política de biocombustível com incentivo dos governos do Estado e Federal, com uma produção de 78.280t de milho e 5.637t de feijão e 479t de mamona, respectivamente. São maiores produtores de milho: Itapipoca e Amontada, enquanto de feijão, destacam-se: Itapipoca, Amontada e Irauçuba, e para cultura da mamona os municípios de Itapagé, Tejuçuoca e Irauçuba. A cana-de-açúcar é uma cultura bastante explorada, produzindo 507.321t, principalmente nos municípios de Paraipaba, Paracuru e São Gonçalo do Amarante, tendo como principal canal de comercialização a fábrica de cachaça da Ypioca, a maior destilaria de cachaça do Brasil com uma de suas fábricas sediada no Território.

15.1.4 Sistema de Criação Animal.

Bovinocultura mista – A bovinocultura mista é um sistema de criação tradicional e tem como características o uso da pastagem nativa e restolhos de culturas como base da alimentação e a valorização das raças nativas de dupla aptidão de carne e leite. O leite produzido destina-se para o consumo da família e o animal em pé é contabilizado como parte do patrimônio familiar, constituindo uma espécie de reserva e poupança para os produtores. É uma das atividades econômicas mais importantes para o território, principalmente para os agricultores familiares.

Bovinocultura leiteira – essa é uma atividade pouco expressiva para a economia do território. Os municípios que têm um certo destaque nessa atividade são: Itapipoca, Itapajé, Tururu, Paraipaba, São Luiz do Curu, Paracuru, Irauçuba e Pentecoste, mesmo assim sem muita expressão. Esse sistema de criação é desenvolvido praticamente pelo médio e o grande proprietário e em pequena quantidade. Esse sistema de criação se caracteriza por usar uma alimentação baseada no uso de insumos externos (ração concentrada, sal mineral, vacinas e vermífugo) complementado com o pastejo direto acrescido de volumoso verde ofertado em cocheira, realizando duas ordenhas (manual/mecânica) diárias (manhã e tarde). Em relação às raças, esse sistema usa um padrão genético apurado para aptidão leiteira, valorizando as raças puras através do uso de reprodutores. Outra característica é a utilização do sistema intensivo por alguns produtores, enquanto outros, utilizam o sistema semi-intensivo.

O agricultor familiar utiliza um sistema de criação que se caracteriza pelo uso de insumos externos (ração concentrada e vacinas), sendo que alguns utilizam como complemento alimentar o pastejo direto, enquanto outros, o volumoso verde ofertado em cocheiras/tinas. A ordenha é feita manualmente, uma vez por dia no horário da manhã pela maioria dos criadores, enquanto alguns fazem duas vezes ao dia (manhã e tarde). Com relação as raças, esse sistema valoriza as nativas, melhoradas através do cruzamento com animais

de padrão leiteiro através da monta natural. Esse tipo de criação tem como característica o uso do sistema semi-intensivo.

Ovinocaprinocultura tradicional de corte – essa atividade tem como característica o nível de abrangência na adesão dos agricultores/as familiares ao sistema, a valorização das raças nativas, pelo uso de seleção dos reprodutores no seu próprio plantel. A introdução de reprodutores de raças sem um controle genético do rebanho, um manejo sanitário irregular e uma alimentação inadequada, apesar de também fazer parte da característica do sistema, traz como conseqüência, uma baixa qualidade do padrão genético, uma baixa taxa de desfrute; uma taxa elevada de mortalidade do rebanho, uma forte degradação dos recursos naturais, porém, um baixo custo financeiro. Os fatores mais limitantes desse sistema são: a resistência às mudanças por parte dos criadores; um sistema de ATER desarticulado, insuficiente e com uma concepção contraditória, e sem uma estratégia que garanta a conversão processual, participativa e educativa desses criadores; além de um sistema de crédito ainda insuficiente, burocrático e em alguns casos, inadequado.

Ovinocaprinocultura moderna de corte – esse sistema ainda é pouco utilizado no território. Os municípios que mais se destacam nessa atividade são: Irauçuba, Pentecoste, Itapipoca, Amontada, Apuiarés, Paracuru, Miraíma e Tejuçuoca, porém, ambos sem muita expressão. O rebanho é criado de forma semi-intensiva, utilizando uma base tecnológica fundamentada no uso de raças puras, na valorização de insumos externos (ração balanceada, vacinas, vermífugos, medicamentos, etc.), no uso de reprodutores P.O. - um sistema rigoroso de registro genético dos animais, na utilização de um manejo sanitário e alimentar regular e no armazenamento de forragem como reserva estratégica para o rebanho. O criador que desenvolve esse tipo de sistema tem um perfil empreendedor com capacidade de mobilização de recursos financeiros; valoriza e garante as condições de capacitação, ATER, crédito e busca mercado para o seu produto.

Caprinovinocultura extensiva - No Território Vales do Curu e Aracatiaçu, os rebanhos geralmente são constituídos de animais Sem Raça Definida - SRD ou mestiços, estes últimos, decorrentes de cruzamentos desordenados entre animais exóticos e nativos ou da utilização de reprodutores mestiços com diferentes composições genéticas - “grau de sangue”. Os rebanhos apresentam certo índice de consangüinidade devido ao fato de não haver renovação periódica dos reprodutores, levando ao aparecimento de criptorquidismo, prognatismo, agnatismo, além de nos caprinos, aparecerem, com certa frequência, reprodutores mochos, os quais provocam problemas na fertilidade do rebanho e, por conseguinte, reduzem a produtividade do rebanho apesar das altas taxas de crescimento dos rebanhos caprino e ovino, a exploração no Território ainda é conduzida de modo extensivo, ou seja, sem nenhum controle sobre os rebanhos. Na estação chuvosa, a alimentação dos animais é proveniente exclusivamente da pastagem nativa (caatinga) e, em alguns casos, da pastagem melhorada pelo raleamento. Na época seca, além das pastagens nativas, os animais são colocados nas áreas de colheitas, para aproveitarem os restolhos de culturas. Em algumas propriedades, verifica-se o fornecimento de suplementação com grãos ou outro alimento.

Quanto às instalações, são feitas de forma inadequadas, sem respeitar o conforto animal. A grande maioria das propriedades deste sistema de criação se enquadra no nível baixo de adoção de tecnologia, com índices de produtividade de 70-80% para fertilidade ao parto, 30-35% partos gemelares, 20-25% partos gemelares, 7-8% mortalidade de 0-1 ano, 18-24 meses idade ao abate, respectivamente. As principais doenças que acometem o rebanho são: clostridiose, as ecto e endoparasitoses, a linfadenite caseosa e o ectima contagioso. Atualmente, verifica-se o emprego de algumas práticas sanitárias, a saber: vermifugações esporádicas e vacinações, além do tratamento do umbigo.

A comercialização, em geral, é feita através de intermediários que adquirem os animais nas fazendas. Alguns reprodutores e matrizes são

comercializados tanto nas fazendas, como nas feiras livres. As peles dos animais abatidos são vendidas aos intermediários.

Em termos de abate e qualidade da carne, estima-se que mais de 90% do abate total é feito de forma clandestina. Com a necessidade de se oferecer um produto de maior qualidade, padronizado e bem embalado, para atender a exigência do consumidor atual, se faz necessário a consolidação da caprinovinocultura de corte como uma atividade empresarial, de forma que as ações da cadeia produtiva sejam conduzidas pelos custos de produção e preço final dos produtos.

Essa atividade se desenvolverá a partir da organização de todos os elos da cadeia produtiva em um processo participativo, com profissionalismo e adoção de tecnologias modernas e apropriadas contribuindo para diminuição do custo da produção para que permita uma margem de lucro satisfatória sob a condição de preço de venda.

Caprinovinocultura Semi-Intensiva - Esse sistema está sendo adotado nos municípios de Itarema, Amontada, Miraima, Umirim, Pentecoste e Tejuçuoca, embora seja ainda pouco expressivo devido a falta de condições por parte das instituições, que estão desenvolvendo esta atividade.

Vale ressaltar que este sistema, está trabalhando todos os elos da cadeia produtiva. Melhorando assim as condições de vida do pequeno produtor da agricultura familiar inserido no projeto da caprinovinocultura do desenvolvimento territorial. Este trabalho vem sendo desenvolvido desde a formação do grupo, capacitações, fóruns municipais e regionais, como também realização de seminários.

Quanto às instalações, são feitas de forma adequadas, respeitando as orientações técnicas e o conforto animal. Os centros de manejo, possuem pé de lúvio, brete, seringa, corredores, baias (área coberta e solário), comedouros e bebedouros (sistema de vasos comunicantes), saleiros e eletrificação. São adotadas todas as práticas de manejo, sanitária, alimentar e reprodutiva. As

principais doenças que acometem o rebanho são: clostridiose, as ecto e endoparasitoses, a linfadenite caseosa e o ectima contagioso.

A comercialização, está sendo feita diretamente aos programas sociais PAA e PNAE, trabalhando fortemente na organização da cadeia produtiva, para em curto tempo inserir nas comunidades (associações), pequenos abatedouros acoplados a mini-fábricas de embutidos. Infelizmente as peles ainda estão sendo comercializadas de forma desordenadas aos atravessadores.

Quanto a qualidade da carne, são abatidos somente animais jovens com cortes especiais e os velhos de descarte serem abatidos para transformarem-se em lingüiça, cafitas e carne de hambúrguer. Mesmo neste sistema estima-se que mais de 90% do abate total é feito de forma clandestina.

Outra experiência é a do CTC (Centro de Terminação de Cordeiro) construído na comunidade de Canafístula no município de Pentecoste. O CTC é uma infra-estrutura coletiva e comunitária. Tem como objetivo organizar os produtores e a produção local na perspectiva de formar oferta que possibilite acesso a mercado com produtos de qualidade, quantidade e regularidade. Além disso, o CTC é um espaço usado para difusão de tecnologias, treinamento e capacitação dos produtores. No CTC o gerenciado é feito em parceria Agencia de Desenvolvimento Local - ADEL e associação de produtores local.

Tabela 38: Efetivo dos rebanhos e das aves, 2006-2007

Municípios	Efetivo (cabeças)					
	Caprinos		Ovinos		Coelhos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Micro Litoral Vales do Curu	6.291	6.542	13.109	13.763	162	186
Paracuru	199	208	1.847	1.939	-	-
Paraipaba	434	451	1.562	1.640	162	186
São Gonçalo do Amarante	4.799	4.990	7.748	8.135	-	-
São Luís do Curu	859	893	1.952	2.049	-	-
Micro Médio Curu	24.135	25.098	38.293	40.205	74	85

Municípios	Efetivo (cabeças)					
	Caprinos		Ovinos		Coelhos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Apuiarés	3.970	4.128	6.970	7.318	-	-
General Sampaio	2.036	2.117	3.654	3.836	-	-
Pentecoste	14.318	14.890	18.436	19.357	74	85
Tejuçuoca	3.811	3.963	9.233	9.694	-	-
Micro Vales do Aracatiáçu Mirim	23.150	23.634	46.136	46.750	0	0
Amontada	5.075	5.278	10.250	10.711	-	-
Itapipoca	9.040	9.175	10.810	10.972	-	-
Itarema	1.158	1.204	8.065	7.824	-	-
Miraíma	4.945	4.953	11.798	11.812	-	-
Trairi	2.202	2.265	4.493	4.675	-	-
Tururu	730	759	720	756	-	-
Micro União das Serras	12.959	13.475	25.556	26.832	104	119
Irauçuba	9.371	9.745	20.491	21.515	38	43
Itapagé	2.020	2.100	2.788	2.927	66	76
Umirim	1.281	1.332	1.985	2.084	-	-
Uruburetama	287	298	292	306	-	-
Total do Território	66.535	68.749	123.094	127.550	340	390

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

Os animais fornecidos pelas propriedades individuais, com peso entre 18 e 20 kg, são terminados com 30kg após 70 dias de confinamento. Os animais confinados no CTC tiveram um ganho de peso de até 140 g/dia. Em 2009 durante 03 meses de experiência, foram abatidos em média 69 cabeças entre caprinos e ovinos, o que equivale a 831 kg de carcaça e uma receita bruta de R\$ 6.648,00. Desse modo, o CTC é uma inovação que somada a um manejo eficiente dos animais nas propriedades individuais, contribuirá

significativamente para melhoria e elevação da produção local de ovinos e caprinos.

Mesmo com essas experiências se faz necessário um Plano de Cadeia participativo para nortear o trabalho a ser desenvolvido.

Avicultura moderna (granja) – esse sistema tem como característica principal a criação intensiva, o uso de insumos externos (ração, complexo vitamínico, etc.), instalações e equipamentos modernos, linhagens industriais e um manejo sanitário rigoroso, exigindo um custo financeiro alto e um criador com o perfil tecnológico nos padrões moderno e uma visão empreendedora aguçada, condições incompatíveis com a situação econômica e a visão ambiental e cultural do agricultor/a familiar. Os municípios que mais se destacam na exploração dessa atividade são; Paracuru, Itapipoca e São Gonçalo do Amarante.

Criação caseira de suínos e aves – É uma das atividades mais atuante no setor rural e tem como característica a diversidade de espécie no criatório, o uso dos recursos naturais como base alimentar (sementes nativas, insetos, vegetais, etc.) complementada com restos de comida e oferta de milho no período de verão, raças nativas como padrão genético e um manejo sanitário e reprodutivo basicamente sem nenhum controle. Do ponto de vista econômico tem um baixo custo de investimento e custeio, porém, com uma baixa taxa de desfrute, um alto índice de mortalidade, no entanto, com um produto de bom preço e com uma boa aceitação no mercado.

As informações quantitativas do efetivo de rebanhos, do tipo e da produção animal no território podem ser condensadas nos seguintes quadros:

Tabela 39: Efetivo dos bovinos, bubalinos e suínos segundo os municípios do território para os anos 2006-2007.

Municípios	Bovinos		Bubalinos		Suínos	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Micro Litoral Vales do Curu	23.462	23.697	704	711	13.990	14.519
Paracuru	5.404	5.458	704	711	2.001	2.076
Paraipaba	5.896	5.954	-	-	2.157	2.239
São Gonçalo do Amarante	9.155	9.247	-	-	8.273	8.586
São Luís do Curu	3.007	3.038	-	-	1.559	1.618
Micro Médio Curu	34.776	35.124	45	137	22.736	23.588
Apuiarés	7.425	7.499	-	2	3.811	3.952
General Sampaio	3.428	3.462	-	-	3.008	3.120
Pentecoste	15.917	16.076	45	70	9.643	10.010
Tejuçuoca	8.006	8.087	-	65	6.274	6.506
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	55.449	56.559	0	35	48.198	47.059
Amontada	10.045	10.497	-	1	6.363	6.010
Itapipoca	16.875	17.685	-	20	18.176	17.734
Itarema	6.532	6.846	-	-	5.057	5.031
Miraíma	10.075	9.590	-	14	12.052	11.616
Trairi	8.015	7.995	-	-	4.678	4.726
Tururu	3.907	3.946	-	-	1.872	1.942
Micro União das Serras	41.849	42.266	50	122	14.562	15.106
Irauçuba	22.694	22.921	-	-	6.638	6.887
Itapagé	9.783	9.880	-	65	4.187	4.346
Umirim	7.507	7.582	-	-	2.105	2.179
Uruburetama	1.865	1.883	50	57	1.632	1.694
Total do Território	155.536	157.646	799	1.005	99.486	100.272

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

Tabela 40: Efetivo dos rebanhos e das aves, segundo os municípios do território para os anos 2006-2007

Municípios	Galinhas		Galos, frangas, frangos e pintos		Codornas	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Micro Litoral Vales do Curu	272.242	646.130	537.694	564.577	3.982	4.102
Paracuru	66.152	256.860	352.168	369.776	3.890	4.006
Paraipaba	6.268	6.518	27.030	28.381	42	44
São Gonçalo do Amarante	195.731	378.497	144.204	151.414	50	52
São Luís do Curu	4.091	4.255	14.292	15.006	-	-
Micro Médio Curu	46.141	48.020	102.499	107.623	0	0
Apuiarés	8.375	8.710	17.408	18.278	-	-
General Sampaio	8.332	8.665	13.696	14.381	-	-
Pentecoste	19.579	20.396	42.909	45.054	-	-
Tejuçuoca	9.855	10.249	28.486	29.910	-	-
Micro Vales do Aracatiçu Mirim	145.715	144.618	437.568	436.147	0	0
Amontada	20.404	20.198	41.075	40.485	-	-
Itapipoca	81.125	79.908	246.290	243.828	-	-
Itarema	11.765	11.925	23.625	24.098	-	-
Miraíma	12.375	12.437	18.345	18.620	-	-
Trairi	15.882	15.820	96.375	96.665	-	-
Tururu	4.164	4.330	11.858	12.451	-	-
Micro União das Serras	58.175	60.501	118.049	123.941	127	132
Irauçuba	20.200	21.008	33.898	35.592	127	132
Itapagé	26.151	27.197	46.326	48.642	-	-
Umirim	4.692	4.879	13.093	13.747	-	-
Uruburetama	7.132	7.417	24.732	25.960	-	-
Total do Território	522.273	899.269	1.195.810	1.232.288	4.109	4.234

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção da Pecuária Municipal 2006-2007.

Considerando os maiores produtores de bovinos, destacam-se os municípios de: Irauçuba(12,21%), Itapipoca (11,92%), Pentecoste (10,24%),

Miraíma (8,21%), Umirim (6,94%) e Amontada (6,62%); suínos: Itapipoca (11,42%), Miraíma (6,57%) e Pentecoste (5,25%); ovinos: Irauçuba (10,79%), Pentecoste (9,66%), Miraíma (6,58%), Itapipoca (6,06%), e Amontada (5,66%); caprinos: Pentecoste (7,72%), Irauçuba (5,08%), Itapipoca (5,02%) e Amontada (2,80%).

No período de 2006-2007 houve um crescimento do rebanho em todo o território: bovinos (3%), suínos (4%), ovinos (7%), caprinos (7%).

Com relação à avicultura, todos os municípios têm vocação e potencial para desenvolver esta atividade, sendo que a produção de galinhas está concentrada nos municípios de São Gonçalo do Amarante (30,06%), Itapipoca (18,51%), Paracuru (12,97%) e Itapagé (5,44%) e de galos, frangos, frangas e pintos nos municípios de Paracuru (29,05%), Itapipoca (22,07%). Esses municípios tem uma produção de ovos (mil dúzias) distribuídas da seguinte forma: São Gonçalo do Amarante (1.082/35,69%), Paracuru (562/18,54%), Itapipoca (474/15,63%) e Itapagé (168/5,54%). Essa produção diz respeito à atividade avicultura criada em sistema intensivo (de granja). Sabe-se que para a criação de galinha de granja (sistema intensivo) há uma exigência de capital financeiro alta e culturalmente não atrai e nem se reproduz como atividade para a agricultura familiar.

Nos outros municípios a produção da avicultura ainda é bastante tímida, variando em torno de 1,5% a 4,0%, porque nas últimas décadas a criação de aves caipira vem perdendo a sua função econômica, principalmente a partir da entrada de grandes produtores de aves de granja.

As informações apontam para uma diminuição do rebanho leiteiro no período de 1995-2003 de 3.703 cabeças, em média 11%. Por outro lado, a produção de leite aumentou nesse período, um pouco mais de 30%.

Os municípios com maior rebanho são: Irauçuba (4.603 cab.); Itapipoca (3.095 cab.); Pentecoste (3.036 cab.); Itapagé (2.729 cab.) e Miraíma (2.106 cab.). Destacam-se na quantidade produzida de leite (1000L): Irauçuba

(5.386L); Pentecoste (3.279L); Itapajé (2.947L); Itaipoca (1.869L) e São Gonçalo do Amarante (1.696L).

No entanto, ao analisar a produtividade desse rebanho verifica-se que ela se dá em maior escala nos municípios de Irauçuba (1,17L), Paraipaba (1,17L), Pentecoste (1,08L), São Gonçalo do Amarante (1,08L) e Itapagé (1,07L).

Essa relação permite visualizar que em alguns municípios onde o rebanho é bem menor (quantitativo) ocorre uma seleção mais qualitativa (melhoramento genético) desse rebanho, como é o caso de Paraipaba (1309cab/1,17L), São Gonçalo do Amarante (1570cab/1,08L), Umirim (1511cab/0,90L) e Tejuçuoca (1393cab/0,80).

Municípios como Itaipoca e Miraíma que tem o 2º e 5º maior rebanho, tem uma produtividade muito baixa, em média 0,60L e 0,75L, respectivamente.

Tabela 41: Produção de leite no período, segundo os municípios do território – 2008

Municípios	Produção de leite				
	Vacas ordenhadas (cabeças)	Quantidade de (1 000 litros)	Valor (1 000 R\$)	Produtividade de (litros/vaca/ano)	Vacas ordenhadas / efetivo de bovinos (1) (%)
Ceará	516 353	425 210	321 427	823	21
Total do Território	31 720	31 100	22 514	939	20
Micro Litoral Vales do Curu	4 607	4 907	3 469	1 035	20
Paracuru	882	873	585	990	16
Paraipaba	1 415	1 656	1 291	1 170	24
São Gonçalo do Amarante	1 660	1 793	1 201	1 080	18
São Luís do Curu	650	585	392	900	21
Micro Médio Curu	6 989	6 638	4 323	905	20
Apuiarés	1 476	1 225	760	830	20
General Sampaio	781	703	443	900	22
Pentecoste	3 248	3 508	2 315	1 080	20
Tejuçuoca	1 484	1 202	805	810	18
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	9 404	7 814	7 204	822	16
Amontada	1 406	1 130	1 074	804	13
Itaipoca	3 065	2 611	2 481	852	17
Itarema	1 061	906	906	854	15

Municípios	Produção de leite				
	Vacas ordenhadas (cabecass)	Quantidade de (1 000)	Valor (1 000 R\$)	Produtividade de (litros/vaca/)	Vacas ordenhadas / efetivo
Miraíma	2 088	1 787	1 519	856	22
Trairi	1 251	948	948	758	16
Tururu	533	432	276	811	13
Micro União das Serras	10 720	11 741	7 518	992	25
Irauçuba	5 532	6 528	4 112	1 180	24
Itapagé	3 231	3 489	2 198	1 080	32
Umirim	1 547	1 392	989	900	20
Uruburetama	410	332	219	810	22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2008.

(1) Relação entre o número de vacas ordenhadas e o efetivo de bovinos

15.1.5 Extrativismo de Mel

O extrativismo do mel é uma atividade tradicionalmente usada por muitos produtores e, na maioria das vezes, realizada de forma predatória. Essa atividade caracteriza-se pela caça e identificação de enxames produtivos que geralmente, ficam escondidos em ocos de árvores, buracos no chão, locas de pedras, etc. A técnica utilizada para extração do mel é o uso da fumaça feito com esterco de animal seco, ou outro material apropriado. Após a retirada das capas operculadas elas são espremidas com as mãos para retirada do mel e depois coadas com um pano para retirada das impurezas. Essa atividade é mais usada nos municípios de Trairi, Itapipoca, Paraipaba e Apuiarés, sendo pouca expressiva para a economia do território.

Apicultura – No Brasil, o Ceará ocupa a 4º posição na produção de mel e, no Nordeste, ocupa o 2º lugar, superando a produção da Bahia e perdendo a liderança para o Estado do Piauí. Dados do IBGE, no ano de 2009.

Essa atividade representa um grande potencial no território. Os municípios que mais se destacam na criação de abelha são; Trairí, Paraipaba, Pentecoste, Tejuçuoca, Irauçuba, Miraima, Itapipoca, São Gonçalo do Amarante e Apuiarés. Esses municípios, vem acumulando uma experiência importante em torno da cadeia produtiva do mel. O instituto SESEMAR em

parceria com a ADEL e Konrad Adenauer iniciaram com 10 (dez) grupos de apicultores do território o processo de certificação participativa pelo Sistema de Garantia Participativa – SGP.

A apicultura é sem dúvida uma atividade promissora para a economia do território e fundamentalmente para a agricultura familiar em função do grande potencial de floradas nativas. Exige pouco espaço de área, instalações e equipamentos com capacidade de remanejamento de local, facilidade de sessão de anuência de espaço para sua exploração, matéria prima (florada) sem controle de uso, pouca exigência de mão de obra e de recursos financeiros para sua exploração. Tem como característica a dispersão de unidades produtivas e a exigência de investimento significativo para garantir a extração, (casa de mel, equipamentos, etc.), embalagem, análise, beneficiamento, marketing, distribuição e comercialização do mel, necessitando de um bom nível de organização para superação dessas condições.

O território possui em torno de 200 apicultores organizados e uma produção anual de 12 toneladas de mel em aproximadamente 1.400 colméias povoadas. Parte desses produtores estão localizados nos municípios de Itapipoca, Trairi e Irauçuba e outros estão sediados nos municípios de Tejuçuoca, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Apuiarés, Miraima, Pentecoste e General Sampaio. Logo abaixo uma tabela apresenta as quantidades produzidas por município do território.

Tabela 42: Produção de mel , segundo os municípios do território – 2008

Municípios	Quantidade (kg)
Itarema	545
Irauçuba	500
Amontada	1.328
Itapipoca	7.885
Trairi	10.828
Paraipaba	11.200
São Gonçalo do Amarante	639
Itapagé	247
Apuiarés	570
Pentecoste	200

Municípios	Quantidade (kg)
Tejuçuoca	800
General Sampaio	700
Miraima	400
Total do Território	35.842

Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal 2008.

O território totalizou 35.842kg, e o município que mais se destacou foi o de Paraipaba com 11.200kg de mel seguido do município de Trairí com 10.828kg. Com o trabalho de consultorias em Boas Práticas de Fabricação, e Gestão do empreendimento realizado pelo SEBRAE e outras entidades parceiras a Cadeia Produtiva vem se consolidando e ampliando o número de colméias com financiamento do Banco do Nordeste.

15.1.6 Pesca e Piscicultura

A pesca artesanal é uma atividade que se integra à dinâmica produtiva da agricultura familiar do território estudado. Queremos destacar que no território existe duas linhas distintas de pesca; A pesca artesanal de água doce nos pequenos, médios e grandes açudes, e a pesca marinha que tem no mar sua única fonte. A seguir descreveremos cada sistema de forma detalhada:

Pesca da água doce: Nos municípios de Pentecoste, General Sampaio, Itapipoca, Umirim, Uruburetama e Mulungu, essa atividade é desenvolvida mais intensamente pela presença significativa dos mananciais hídricos de açudes públicos, como: Pereira de Miranda, General Sampaio, Caxitoré, Frios, Mundaú, Mulungu, além dos açudes privados localizados nas propriedades rurais e em áreas de assentamentos da reforma agrária. Essa atividade tem como característica a sazonalidade da pesca; a exigência no cumprimento das normas estabelecidas pelos órgãos públicos e o desamparo legal de domínio e legitimação de uso dos mananciais hídricos perante os agentes financeiros o que dificulta o acesso ao crédito.

Pesca Marítima: Essa atividade também é muito importante e as espécies que mais se destacam são: a pesca diversificada (pargo, cavala, serra, ariacó, guaiuba, galo, etc), o caranguejo, a lagosta, o marisco entre outros. Como na pesca da água doce essa atividade também tem como característica a sazonalidade, a exigência no cumprimento de normas estabelecidas pelos órgãos públicos competentes (IBAMA, SEMACE, etc.) e o desamparo legal de domínio de uso dos espaços de pesca perante os agentes financeiros o que dificulta o acesso ao crédito. Outra característica importante é a realização da pesca de forma predatória, como: a pesca de submersão, a pesca de arrasto e a pesca da lagosta pequena.

Ambas as atividades padecem de um problema comum que é o nível incipiente de organização para definição e gestão de um projeto para fortalecimento da produção, conservação, beneficiamento, processamento, embalagem, marketing, distribuição e comercialização do pescado. Outro fator relevante é a ausência de uma assessoria técnica, capacitação, crédito, etc., a esses pescadores. Atualmente existem duas colônias de pescadores de água doce no território, uma em Pentecoste e a outra em General Sampaio.

A Piscicultura em termos de disponibilidade de água acumulada (açudes e mar), aliada a existência de unidades pública (DNOCS) e privada de produção de alevino no município de Pentecoste, a piscicultura torna-se uma atividade com grande potencial no território. No caso da água doce, o sistema predominante é o extensivo, com uma visão fortemente extrativista e praticamente sem nenhum incremento tecnológico. Nesse sistema, o repovoamento de peixes na maioria dos açudes dá-se pelas condições naturais nos momentos de enchentes durante o período invernos. São varias as iniciativas que se conhece de peixamento de açudes com alevinos de produção em cativeiro, em especial os açudes de posse coletiva como os açudes de associações, pois recebem alevinos gratuitamente pelo DNOCS.

Em relação à criação intensiva em gaiola são poucas. O sistema em gaiola traz boas perspectivas econômicas e de produtividade, mas, carrega

uma grande incompatibilidade com uma proposta agroecológica. Numa reflexão mais profunda, essa proposta do ponto de vista cultural, econômico e ecológico distancia-se da nossa realidade e do compromisso com a agroecologia. Em relação ao sistema de criação de peixes em tanque, apesar de ser um sistema compatível com a agroecologia, não se conhece nenhuma proposta que esteja sendo desenvolvida por agricultores/as no território. Sabemos que no centro de piscicultura do DNOCS no município de Pentecoste, existe há bastante tempo um sistema de criação de peixe em tanques em funcionamento.

Tabela 43: Número de Pescadores por Municípios do Território.

Município	Pescadores
Micro Litoral Vales do Curu	647
Paracuru	242
Paraipaba	161
São Gonçalo do Amarante	244
São Luis do Curu	-
Micro Médio Curu	327
Apuiarés	-
General Sampaio	188
Pentecoste	138
Tejuçuoca	1
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	3459
Amontada	501
Itapipoca	654
Itarema	1211
Miraíma	-
Trairi	1092
Tururu	1
Micro União das Serras	103
Irauçuba	14
Itapajé	17
Umirim	54
Uruburetama	18
Total do Território	4536

Fonte: SEAP, 2010.

Na piscicultura marinha se destaca a criação de camarão, onde é adotado o sistema convencional, extremamente prejudicial ao meio ambiente.

Como alternativa temos que definir uma proposta sustentável de criação de marisco e camarão, tendo como fundamento a agroecologia. Para isso, é preciso buscar mais informações para o aprofundamento das propostas, sendo necessário envolver especialista no assunto.

Como não foi possível aprofundar uma proposta de exploração da piscicultura e da pesca artesanal, com base nos princípios da agroecologia, devemos remeter para o segundo ciclo desse estudo o aprofundamento sobre os diversos sistemas convencionais de criação de peixes existentes, na busca de construir sistemas alternativos que tenha como característica uma relação harmoniosa com o meio ambiente.

15.1.7 Extrativismo Vegetal

A exploração da lenha, do carvão e da palha da carnaubeira são as atividades extrativistas mais desenvolvidas e tem um papel importante na economia do território. No caso da lenha e do carvão são atividades extremamente degradadoras do meio ambiente. Não existe nenhum tipo de cuidado com o ecossistema no manejo adotado na sua exploração. No caso da carnaúba a situação é completamente diferente. Por ser uma espécie extremamente apropriada ao extrativismo não sofre consequência mais grave no seu processo de extração. O grave é a retirada da espécie para desocupação de espaço para implantação de culturas agrícolas. Há também um desperdício significativo da bagana (palha picotada para extração da cera) que em vez de ser utilizada como cobertura morta tornando um sistema de cultivo de forma sustentável, na maioria das vezes é queimada.

A seguir apresenta-se uma Tabela referente a quantidade dos principais produtos extrativistas.

O território apresenta uma produção total de 416.136m³ de lenha, onde é utilizada nas padarias, olarias, Cerâmicas, pizzaria, etc. o município que mais se destaca é o de Itapipoca com 115.685m³ de lenha, que vem em sua maioria das podas de cajueiro, assim como os demais municípios do litoral do

Território. Já a lenha que é produzida pelos municípios do sertão se destaca a Miraima com 28.032m³ de lenha, proveniente das brocas.

Também existem outros produtos extrativistas como é caso do Murici, Umari, Pitomba, Ata, Ciriguela e Cajá, que são exploradas e comercializadas nas feiras locais.

Tabela 44: Extrativismo Vegetal, Quantidade Produzida em 2009

Município	Lenha m ³	Carvão vegetal (t)	Cera de carnaúba (t)	Pó de carnaúba (t)
	2009	2009	2009	2009
Micro Litoral Vales do Curu	46907	21	0	14
Paracuru	9.143	2	0	4
Paraipaba	3.761	1	0	0
São Gonçalo do Amarante	30.130	17	0	10
São Luis do Curu	3.873	1	0	0
Micro Médio Curu	45351	672	00	6
Apuiarés	7.901	93	0	5
General Sampaio	2.942	51	0	0
Pentecoste	25.790	238	0	0
Tejuçuoca	8.718	290	0	1
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	281937	362	112	246
Amontada	52.772	31	0	99
Itapipoca	115.685	251	0	88
Itarema	39147	31	112	0
Miraima	28.032	18	0	16
Trairi	38615	12	0	41
Tururu	7.686	19	0	2
Micro União das Serras	41941	176	0	5
Irauçuba	10.321	71	0	4
Itapajé	9.643	57	0	0
Umirim	1.334	46	0	1
Uruburetama	20.643	2	0	0
Total do Território	416136	1231	112	271

Fonte: Quantidade produzida, IBGE 2009.

15.1.8 Produção Artesanal.

No Território Vales do Curu e Aracatiaçu foi constituída, com apoio do AEGRE - Assessoria Especial de Gênero Raça e Etnia, a Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais Artesãs. A Rede é um grupo organizado, formado pela

força de 600 mulheres artesãs que compõem o Território do Vales do Curu e Aracatiaçu, que lutam pela sua afirmação social, buscam sua autonomia enquanto mulheres, agricultoras e também se firmam no mercado de trabalho entanto produtoras rurais e pescadoras também do mar. Essas 600 mulheres estão inseridas em 48 grupos produtivos e associações que tiram da agricultura o recurso para seu artesanato, e o aumento da sua renda familiar.

As artesãs produzem bordados, renda de bilro, crochês, cestarias e reciclagens, comercializando sua produção em espaços de venda municipais, feiras, exposições regionais, estaduais e nacionais.

A rede de mulheres surgiu da realização de um conjunto de ações/atividades de capacitação para o empreendedorismo de mulheres promovido pelo INSTITUTO SESEMAR e apoiado pelo programa de política de igualdade de Gênero, raça e etnia/PPGRE do MDA, que hoje é o AEGRE. A rede de mulheres também esta representada no Conselho de Desenvolvimento Territorial – CDT do Território dos Vale do Curu e Aracatiaçu.

Com o surgimento da rede, se percebe que a vida e produção dos grupos de mulheres artesãs, tem melhorado, na qualidade, com isso conseqüentemente o aumento da produção e das vendas. Alguns desses grupos já fazem suas vendas com cartão de crédito, utilizam cartão de visitas para divulgação de seus produtos, também inovaram em suas embalagens artesanais, buscaram na tecnologia, espaços para divulgação como sites e blogs. Atualmente a rede de mulheres esta contratando uma consultoria em design para criar sua própria marca e continuar avançando nas encomendas e vendas de seus produtos artesanais.

Com esse trabalho de integração as mulheres artesãs ficaram mais fortes, buscaram mais autonomia, se expressam melhor, buscam ocupar espaços de comercialização e rodadas de negócios em diversos âmbitos, resgatam sua autoestima e seu reconhecimento no território como mulheres empreendedoras rurais e cidadãs.

A rede já obteve varias conquistas e superou vários desafios, com um projeto elaborado e sonhado pelas as mulheres, financiado pelo PROINF e enviado para SDA em 2009, onde o mesmo foi aprovado e atualmente esta no aguardo da liberação dos recursos para estruturação de sete pontos de vendas e comercialização em 7 municípios do território: Itarema, Itapipoca, Irauçuba, Pentecoste, Trairí, Paraipaba, Itapajé e também a aquisição de um veiculo para o traslado dos artesanatos entre as lojas, além desses no território há ainda três centrais de comercialização, um no município de Amontada (em reforma), outro em Paracuru (em reforma) e um em Irauçuba (em pleno funcionamento), vejam abaixo um quadro que apresenta as diversas tipologias por município do Território.

Município	Tipo
Amontada	Trabalhos em barro, cerâmica, palha de carnaúba, e couro, bordados, crochê, Renda de bilro
Apuiarés	Bordados (à mão, ponto de cruz) Macramé, crochê e crochês
General Sampaio	Bordados (à mão, ponto de cruz), Bordado rechiliê e crochês
Irauçuba	Redes bordadas, com varandas.
Itapagé	Bordado à máquina e à mão, ponto de cru(cama, mesa e banho) e confecções(roupa íntima) Bordados: flamboiã, bordado cheio, rechiliê, decorações: decorativos e presenteáveis-produtos feitos da fibra da bananeira.
Itapipoca	Couro, palha, cerâmica, rendas de bilros , bordados, labirintos, Crochê,renda de bilro,bordado
Itarema	Bordado ponto cruz, redes de fio, produtos feitos com a palha da carnaúba, renda e trabalhos com palha de carnaúba
Miraíma	Bordado , produtos com a palha da carnaúba
Paracuru	Rendas, labirintos, bordados, trabalhos em couro, palha e madeira
Paraipaba	Redes de palha de carnaúba, cerâmica utilitária e lúdica, chapéus, bolsas de palha, Bordado feitos a mão, moveis de cipó e redes de tucum.
Pentecoste	Trabalhos em barro, cerâmica, palha, bordados, crochê Bordado rechiliê.
São Gonçalo do Amarante	Redes, bordados, trabalhos em palha de carnaúba, cordas
São Luís do Curu	Produtos em madeira e bordados a mão
Tejuçuoca	Bordados à mão, bainha e ponto cheio (lençóis) Artesanato em madeira, bordados e crochês.
Trairi	Bordados, rendas, cipó, cerâmica, Renda de bilro
Tururu	Renda de bilro
Umirim	-
Uruburetama	Bordado

Quadro 24: Tipologia do Artesanato

Fonte: Informações sistematizadas pelo Núcleo Técnico da CIAT – 2004/2005.

16 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

16.1 Número de Estabelecimentos e Usos de Área da Agricultura Familiar

Tabela 45: Número de Estabelecimentos Rurais -2003

MUNICÍPIO	TOTAL		- de 5 ha		5 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		+ de 100 ha	
	Nº.	Nº.	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Amontada	1.989	1.175	59,1	524	26,3	140	7	88	4,4	62	3,1	
Apuiarés	480	70	14,6	140	29,2	135	28,1	75	15,6	60	12,5	
General Sampaio	421	35	8,3	249	59,1	82	19,5	36	8,6	19	4,5	
Irauçuba	1.478	989	66,9	187	12,7	68	4,6	107	7,2	127	8,6	
Itapagé	2.280	1.475	64,7	468	20,5	172	7,5	88	3,9	77	3,4	
Itapipoca	5.794	4.142	71,5	1.083	18,73	306	5,3	115	2,0	148	2,6	
Itarema	1.580	854	54,1	402	25,4	175	11,1	68	4,3	81	5,1	
Miraíma	938	637	67,9	97	10,3	39	4,2	46	4,9	119	12,7	
Paracuru	1.185	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	
Paraipaba	1.140	828	72,6	271	23,8	19	1,7	9	0,8	13	1,1	
Pentecoste	1.613	642	39,8	507	31,4	206	12,8	136	8,4	122	7,6	
São Gonçalo do Amarante	2.127	1.507	70,9	300	14,1	148	7	67	3,1	105	4,9	
São Luis do Curu	456	256	56,1	101	22,1	56	12,3	20	4,4	23	5	
Tejuçuoca	1.016	638	62,8	126	12,4	62	6,1	109	10,7	81	8	
Trairi	1.736	905	52,1	475	27,4	179	10,3	77	4,4	100	5,8	
Tururu	782	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	
Umirim	827	603	72,9	102	12,3	42	5,1	32	3,9	48	5,8	
Uruburetama	802	507	63,2	194	24,2	73	9,1	14	1,7	14	1,7	
Total do Território	26.644	15.263	56,09	5226	23,11	1902	9,48	1087	5,51	1199	5,77	

Fonte: INCRA, 2003.

NOTA: ND – Não Disponível

O indica que no território existem 26.644 estabelecimentos rurais, totalizando uma área de 711.211 hectares. O número total de estabelecimentos rurais do território representa 7,8 do número total do Estado, que é de 339.602; enquanto a área total dos estabelecimentos representa 7,9% da área total do Estado, que é de 8.963.841 hectares.

A maior concentração de estabelecimentos rurais está na faixa de área de menos 5ha, com um percentual de 56%(cinquenta e seis). Municípios como Umirim, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, Miraíma e Irauçuba concentram

uma média de 60 a 70% das suas áreas nessa faixa. Nos outros municípios, um pouco mais da metade de suas áreas estão nessa faixa, com exceção de General Sampaio (8,3%), Apuiarés(14,6%) e Pentecoste(39,8%).

Na faixa de 5 a 20ha, há concentração em média de 10 a 30% das áreas dos estabelecimentos rurais nessa faixa, com exceção do município de General Sampaio, cujos estabelecimentos rurais, concentram em média 59% nessa faixa.

Na faixa de área de 20 a 50ha, os percentuais das áreas variam entre 4 a 12%, sendo que em Apuiarés esse percentual atinge 28,1% e Paraipaba atinge 1,7%. Na faixa de 50 a 100ha esses percentuais variam entre 2 a 10%, sendo que em Apuiarés chega a 15,6% e em Paraipaba a 0,8%. Na faixa de mais de 100ha há uma variação em torno de 1 a 8%, sendo que esse percentual apresenta índices maiores nos municípios de Miraíma e Apuiarés.

Na faixa de área de 5.000ha a 10.000ha, existem propriedades nos municípios de Umirim (1 com 5.391,1ha), Irauçuba (1 com 5.836,5ha), Pentecoste (1 com 7.486,4ha) e Miraíma (1 com 6.669ha).

De acordo com os dados antes referidos, vamos encontrar a seguinte situação:

Extrato área (hectares) concentração de área	nº de propriedades	% de
Menos de 5 ha	15.263.....	57,71%
5 a 20 ha	5.226.....	19,76%
20 a 50 ha	1.902.....	7,19%
50 a 100 há	1.087.....	4,07%
Mais de 100 ha	1.199.....	4,5%

Quadro 25: Extrato e Concentração de Área e Número de Propriedades

Fonte: IBGE, 2006.

Verifica-se que no ano de 2006 que o número de estabelecimentos do território que tem como atividade principal lavouras permanentes registrou um avanço de 12.992. Vale salientar que a grande maioria dos estabelecimentos do território não se utilizam da irrigação, ficando dependentes de uma boa regularidade pluviométrica. Na verdade, o risco devido às condições climáticas,

principalmente, pluviométricas dificulta a ampliação de áreas como as de pastagens, o que resulta também na não ampliação do rebanho de animais.

Como a área de pastagem é pequena acaba por não suportar a quantidade de animais existentes, mesmo que os criadores aproveitem as lavouras temporárias para colocar os animais para comer os restos, não é suficiente para garantir sua sobrevivência, impedindo dessa forma o crescimento dos plantéis. Não se quer a ampliação das áreas de pastagens, mas se faz necessário uma política para desenvolver tecnologias de reservas estratégicas de alimentos para garantir a sobrevivência dos animais nos períodos de estiagem e um melhor aproveitamento das áreas de lavouras temporárias.

Tabela 46: Número de Estabelecimentos Rurais ocupados com lavoura, mata e pastagem 1996 e 2006

Município	Lavoura		Mata		Pastagens	
	1966	2006	1996	2006	1996	2006
Micro Litoral Vales do Curu	4.656	6.273	1.115	503	764	679
Paracuru	1.151	941	247	114	309	64
Paraipaba	1.125	2.307	161	75	77	207
São Gonçalo do Amarante	1.930	2.601	551	267	247	336
São Luis do Curu	450	424	156	47	131	72
Micro Médio Curu	3.451	3.058	1.862	1.029	1.792	1.233
Apuiarés	472	723	366	464	304	377
General Sampaio	414	265	358	92	253	109
Pentecoste	1.584	1.683	637	291	815	477
Tejuçuoca	981	387	501	182	420	270
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	12.707	24.716	3.908	2.392	2.971	3.025
Amontada	1.970	5.289	701	537	739	524
Itapipoca	5.756	10.394	1.290	989	930	1.023
Itarema	1.578	3.234	713	189	554	511
Miraíma	896	847	377	119	370	215
Trairi	1.736	3.552	402	438	269	538
Tururu	771	1.400	425	120	109	214
Micro União das Serras	5.150	4.102	2.043	506	1.204	855
Irauçuba	1.311	817	498	43	459	391
Itapajé	2.224	1.671	970	152	490	188
Umirim	821	465	241	120	173	161

Município	Lavoura		Mata		Pastagens	
	1966	2006	1996	2006	1996	2006
Uruburetama	794	1.149	334	191	82	115
Total do Território	25.964	38.149	8.928	4.430	6.731	5.792

Fonte: IBGE 1996 e 2006

Tabela 47: Número e área dos imóveis rurais, por tamanho do imóvel e classificação das áreas, Dez/2005

Municípios	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Micro Litoral Vales do Curu	3.166	108.343	16	25.346	109	37.426	300	26.155	2.692	19.388	49	28
Paracuru	1.043	22.706	3	3.715	23	7.562	67	5.354	936	6.074	14	2
Paraipaba	1.168	12.808	1	693	16	4.660	44	3.607	1.096	3.847	11	2
S.Gonçalo Amarante	697	61.674	11	20.939	60	21.433	141	13.286	467	5.992	18	24
São Luís do Curu	258	11.155	1	0	10	3.772	48	3.907	193	3.475	6	0
Micro Médio Curu	1.812	196.868	39	62.318	154	56.710	632	58.147	938	19.602	49	92
Apuiarés	413	33.332	11	13.284	16	4.494	117	9.993	252	5.562	17	0
General Sampaio	133	13.311	-	-	11	4.998	75	7.031	39	1.190	8	92
Pentecoste	972	103.343	18	37.262	77	27.997	278	26.913	578	11.171	21	0
Tejuçuoca	294	46.882	10	11.772	50	19.221	162	14.211	69	1.679	3	0
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	4.003	373.420	79	126.816	293	105.184	1.018	96.584	2.514	43.680	99	1.155
Amontada	861	83.059	18	26.386	59	21.527	245	23.848	521	10.153	18	1.144
Itapipoca	1.048	120.069	23	33.640	117	42.270	336	32.606	558	11.553	14	0
Itarema	593	59.785	14	24.521	31	13.720	131	13.462	413	8.081	4	0
Miraíma	155	37.600	14	19.706	30	10.061	68	6.783	39	1.051	4	0
Trairi	958	57.785	9	19.944	40	13.697	153	14.701	714	9.443	42	0
Tururu	388	15.123	1	2.620	16	3.909	85	5.185	269	3.399	17	11
Micro União das Serras	1.854	166.819	40	58.827	146	51.485	475	39.372	1.142	16.849	51	285
Irauçuba	399	92.447	26	42.137	75	31.276	155	16.069	138	2.866	5	99
Itapajé	792	40.161	5	7.336	35	10.717	172	13.610	566	8.499	14	0
Umirim	213	21.842	7	8.349	24	6.906	72	4.890	104	1.697	6	0
Uruburetama	450	12.368	2	1.005	12	2.587	76	4.803	334	3.787	26	186
Total do Território	10.835	845.450	174	273.308	702	250.805	2.425	220.258	7.286	99.519	248	1.560

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)- Apuração Especial SNCR, 2005.

Tabela 48: Estabelecimentos por Estrato de Área e Condição do Produtor

Municípios	Total	Total				- 5ha								De 5 a 20 ha							
		Patronal	Religiosa	Entidades Públicas	Familiar	Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Familiar	
		Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amontada	1.989	39	1	47	1.902	5	12,8	-	-	27	57,4	1.143	60,1	4	10,3	-	-	19	40,4	501	26,3
Apuiarés	480	66	-	31	383	4	6,1	-	-	19	61,3	47	12,3	4	6,1	-	-	10	32,3	126	32,9
Gal Sampaio	421	15	-	39	367	-	-	-	-	3	7,7	32	8,7	4	26,7	-	-	33	84,6	212	57,8
Irauçuba	1.478	174	8	2	1.294	8	4,6	8	100	1	50	972	75,1	20	11,5	-	-	1	50	166	12,8
Itapagé	2.280	241	-	29	2.010	27	11,2	-	-	28	96,6	1.420	70,6	63	26,1	-	-	1	3,4	404	20,1
Itapipoca	5.794	181	26	807	4.780	53	29,3	24	92,3	688	85,3	3.377	70,6	33	18,2	2	7,7	113	14	935	19,6
Itarema	1.580	136	3	95	1.346	31	22,8	1	33,3	67	70,5	755	56,1	11	8,1	1	33,3	25	26,3	365	27,1
Miraíma	938	97	18	51	772	6	6,2	15	83,3	44	86,3	572	74,1	4	4,1	3	16,7	2	3,9	88	11,4
Paracuru	1.185	-	-	-	1.078	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraipaba	1.140	28	-	720	392	-	-	-	-	505	70,1	323	82,4	6	21,4	-	-	208	28,9	57	14,5
Pentecoste	1.613	74	2	366	1.171	7	9,5	1	50	258	70,5	376	32,1	4	5,4	1	50	80	21,9	422	36
S. Gonçalo Amarante	2.127	258	-	32	1.837	44	17,1	-	-	32	100	1.431	77,9	54	20,9	-	-	-	-	246	13,4
S. Luis do Curu	456	50	-	79	327	8	16	-	-	72	91,1	176	53,8	17	34	-	-	7	8,9	77	23,5
Tejuçuoca	1.016	65	-	17	934	13	20	-	-	17	100	608	65,1	9	13,8	-	-	-	-	117	12,5
Trairi	1.736	116	7	52	1.561	17	14,7	5	71,4	42	80,8	841	53,9	18	15,5	1	14,3	5	9,6	451	28,9
Tururu	782				745																
Umirim	827	70	-	120	637	5	7,1	-	-	107	89,2	491	77,1	9	12,9	-	-	13	10,8	80	12,6
Uruburetama	802	95	-	14	693	11	11,6	-	-	14	100	482	69,6	32	33,7	-	-	-	-	162	23,4
Total	26.644	1.705	65	2.501	22.229	239	11,81	54	26,89	1.924	76,05	13.046	58,71	292	16,79	8	7,6	517	20,93	4.409	23,3

Fonte: INCRA, 2005.

Tabela 49: Estabelecimentos por Estratos de Área e Agricultores Familiares

Municípios	De 20 a 50 ha								De 50 a 100 ha								+ de 100 ha							
	Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares		Patronal		Religiosa		Entidades Públicas		Agricultores Familiares	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Amontada	5	12,8	-	-			135	7,1	7	17,9			1	2,1	80	4,2	18	46,2	1	100			43	2,3
Apuiarés																								
General Sampaio	3	20	-	-	3	7,7	76	20,7	2	13,3	-	-	-	-	34	9,3	6	40	-	-	-	-	13	3,5
Irauçuba	15	8,6	-	-	-	-	53	4,1	33	19	-	-	-	-	74	5,7	98	56,3	-	-	-	-	29	2,2
Itapagé	64	26,6	-	-	-	-	108	5,4	34	14,1	-	-	-	-	54	2,7	53	22	-	-	-	-	24	1,2
Itapipoca	18	9,9	-	-	4	0,5	284	5,9	20	11	-	-	-	-	95	2	57	31,5	-	-	2	0,2	89	1,9
Itarema	17	12,5	-	-	2	2,1	156	11,6	16	11,8	1	33,3	-	-	51	3,8	61	44,9	-	-	1	1,1	19	1,4
Miraima	8	8,2	-	-	-	-	31	4	7	7,2	-	-	1	2	38	4,9	72	74,2	-	-	4	7,8	43	5,6
Paracuru																								
Paraipaba	7	25	-	-	2	0,3	10	2,6	6	21,4	-	-	2	0,3	1	0,3	9	32,1	-	-	3	0,4	1	0,3
Pentecoste	6	8,1	-	-	18	4,9	182	15,5	12	16,2	-	-	6	1,6	118	10,1	45	60,8	-	-	4	1,1	73	6,2
São Gonçalo do Amarante	50	19,4	-	-	-	-	98	5,3	33	12,8	-	-	-	-	34	1,9	77	29,8	-	-	-	-	28	1,5
São Luis do Curu	5	10	-	-	-	-	51	15,6	4	8	-	-	-	-	16	4,9	16	32	-	-	-	-	7	2,1
Tejuçuoca	3	4,6	-	-	-	-	59	6,3	11	16,9	-	-	-	-	98	10,5	29	44,6	-	-	-	-	52	5,6
Trairi	20	17,2	1	14,3	5	9,6	153	9,8	12	10,3	-	-	-	-	65	4,2	49	42,2	-	-	-	-	51	3,3
Tururu																								
Umirim	10	14,3	-	-	-	-	32	5	12	17,1	-	-	-	-	20	3,1	34	48,6	-	-	-	-	14	2,2
Uruburetama	36	37,9	-	-	-	-	37	5,3	5	5,3	-	-	-	-	9	1,3	11	11,6	-	-	-	-	3	0,4

Fonte: INCRA – 2003.

Tabela 50: Número e Área dos Imóveis Rurais, por Tamanho do Imóvel e Classificação das Áreas, 2005

Municípios	Imóveis rurais											
	Total		Grande propriedade		Média propriedade		Pequena propriedade		Minifúndio		Não classificado (1)	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Micro Litoral Vales do Curu	3.166	108.343	16	25.346	109	37.426	300	26.155	2.692	19.388	49	28
Paracuru	1.043	22.706	3	3.715	23	7.562	67	5.354	936	6.074	14	2
Paraipaba	1.168	12.808	1	693	16	4.660	44	3.607	1.096	3.847	11	2
São Gonçalo do Amarante	697	61.674	11	20.939	60	21.433	141	13.286	467	5.992	18	24
São Luís do Curu	258	11.155	1	0	10	3.772	48	3.907	193	3.475	6	0
Micro Médio Curu	1.812	196.868	39	62.318	154	56.710	632	58.147	938	19.602	49	92
Apuiarés	413	33.332	11	13.284	16	4.494	117	9.993	252	5.562	17	0
General Sampaio	133	13.311	-	-	11	4.998	75	7.031	39	1.190	8	92
Pentecoste	972	103.343	18	37.262	77	27.997	278	26.913	578	11.171	21	0
Tejuçuoca	294	46.882	10	11.772	50	19.221	162	14.211	69	1.679	3	0
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	4003	373.421	79	126.817	293	105.184	1018	96.585	2514	43.680	99	1.155
Amontada	861	83.059	18	26.386	59	21.527	245	23.848	521	10.153	18	1.144
Itapipoca	1.048	120.069	23	33.640	117	42.270	336	32.606	558	11.553	14	0
Itarema	593	59.785	14	24.521	31	13.720	131	13.462	413	8.081	4	0
Miraima	155	37.600	14	19.706	30	10.061	68	6.783	39	1.051	4	0
Trairi	958	57.785	9	19.944	40	13.697	153	14.701	714	9.443	42	0
Tururu	388	15.123	1	2.620	16	3.909	85	5.185	269	3.399	17	11
Micro União das Serras	1.854	166.819	40	58.827	146	51.485	475	39.372	1.142	16.849	51	285
Irauçuba	399	92.447	26	42.137	75	31.276	155	16.069	138	2.866	5	99
Itapajé	792	40.161	5	7.336	35	10.717	172	13.610	566	8.499	14	0
Umirim	213	21.842	7	8.349	24	6.906	72	4.890	104	1.697	6	0
Uruburetama	450	12.368	2	1.005	12	2.587	76	4.803	334	3.787	26	186
Total do Território	10.835	845.450	174	273.308	702	250.805	2.425	220.258	7.286	99.519	248	1.560

Fonte: INCRA, 2010.

Do total dos estabelecimentos rurais, constatou-se que uma boa parte pertence a Instituições Religiosas (0,24%), Entidades Públicas (9,38%), à Classe Patronal (6,39%) e cerca de 83,42% são categorizados como estabelecimentos de agricultores familiares. Do total geral, na faixa de menos 5ha, 1,56% estão com os patronais; 0,35% com entidades religiosas; 12,6% com entidades públicas e 85,47 com os agricultores familiares. Na faixa de 5 a 20ha, 5,58% são de patronais; 0,15 de entidades religiosas; 9,89% de entidades públicas e 84,36% de agricultores familiares.

Na faixa de 20 a 50ha, 14,03% são de patronais; 0,05% (1 estabelecimento) de entidades religiosas; 1,78% de entidades religiosas e 77,02% de agricultores familiares. Quanto à faixa de 50 a 100ha, 19,68% são de patronais (214 estabelecimentos); 0,009 de entidades religiosas (1 estabelecimento); 0,91% de entidades públicas (10 estabelecimentos) e 72,40% de agricultores familiares (787 estabelecimentos). Acima de 100ha, 52,96% estão concentrados nas mãos dos patronais (635 estabelecimentos); 0,08 de entidades religiosas (1 estabelecimento); 1,16 de entidades públicas (14 estabelecimentos) e 40,78% de agricultores familiares (489 estabelecimentos).

Tabela 51: Situação Jurídica dos Imóveis Rurais

Classes de área total (há)	Proprietário		Proprietário e Posseiro		Posseiro	
	Imóveis	Área registrada	Imóveis	área registrada + posse	Imóveis	Área de posse
5 a menos de 10	322	2.266,0	12	89,6	664	4.593,3
10 a menos de 25	762	12.681,6	27	475,2	1.072	17.009,6
25 a menos de 50	840	30.022,8	31	101,6	661	22.672,4
50 a menos de 100	921	65.386,3	36	2802,2	407	27.790,1
100 a menos de 200	585	81.110,6	33	4629,9	196	26.728,1
200 a menos de 500	393	120.827,2	12	3506,1	71	21.440,0
500 a menos de 1000	139	96.551,8	5	3521	7	4.707,4
1000 a menos de 2000	48	63.402,7	1	1149,2	1	1.113,4
2000 a menos de 5000	21	60.772,5	0	0,0	0	0,0
5000 a menos de 10000	1	5.836,5	0	0,0	0	0,0
menos de 1	13	8,5	0	0,0	641	466,9
1 a menos de 2	37	49,3	3	4,6	292	371,6
2 a menos de 5	218	732,3	7	20,6	1.071	3.419,9

Classes de área total (há)	Proprietário		Proprietário e Posseiro		Posseiro	
	Imóveis	Área registrada	Imóveis	área registrada + posse	Imóveis	Área de posse
Total	4300	539.648,1	167	16299,8	5.083	130.312,7

Fonte: INCRA, 2005.

Tabela 52: Situação Jurídica dos Imóveis por Categoria de Imóveis

Categoria de imóvel	Proprietário		Proprietário e posseiro		Posseiro	
	imóveis	área registrada	imóveis	área registrada + posse	imóveis	área de posse
Minifúndio	2.149	44.067,6	80	1691,6	4.375	47.495,1
Média propriedade produtiva	144	59.120,2	7	2469,0	8	3.076,0
Média propriedade ***	346	116.986,2	7	2538,4	73	22.739,5
grande propriedade produtiva	42	62.906,8	1	1149,2	2	2.009,4
grande propriedade ***	76	108.018,9	2	1775,1	1	847,4
Pequena propriedade	1.543	147.638,2	70	7676,5	625	54.993,0
Total	4.300	538.737,9	167	17299,8	5.084	131.160,4

Fonte: INCRA, 2005

Tabela 53: Situação Jurídica dos Imóveis por Classes de nº de mf de área total

Classes de n.º de mf de área total	Proprietário		Proprietário e posseiro		Posseiro	
	imóveis	área registrada	imóveis	área registrada + posse	imóveis	área de posse
até 0,5	1.320	15.155,8	46	536,3	3.714	25.390,8
mais de 0,5 a 1 mf	848	29.782,7	34	1.155,3	686	23.329,2
mais de 1 a 4 mf	1.524	146.767,3	70	7.676,5	600	53.768,1
mais de 4 a 10 mf	400	122.309,1	12	3.761,7	74	21.565,0
mais de 10 a 15 mf	90	53.798,1	2	1.245,7	7	3.950,5
mais de 15 a 20 mf	49	42.329,9	1	941,6	2	1.743,4
mais de 20 a 50 mf	52	73.267,5	2	1.982,7	1	1.113,4
mais de 50 a 100 mf	16	49.491,8	0	0	0	0
mais de 100 mf	1	5.836,5	0	0	0	0
Total	4.300	416.429,60	167	17299,8	5.084	130.860,4

Fonte: INCRA, 2005.

Quanto à situação jurídica dos imóveis rurais verifica-se que há predominância de posseiros, ocupando uma área de 130.312,70ha, divididos

em 5.083 estabelecimentos rurais, estando incluídos na categoria de minifúndios (4.375 imóveis/4.375ha). Os imóveis com registro (proprietários) são 4.300, totalizando uma área de 539.648,10ha, estando incluídos na categoria minifúndios (2.149/ 44.067,60ha).

Observa-se ainda a partir dessa tabela que a situação precária, porem para resolver esse problema legal das terras o Governo do Estado lança o Programa de Regulamentação Fundiária, que foi criado com o objetivo de resolver esse problema, o programa avança por município georreferenciando e legalizando a posse das terras para os agricultores familiares sem custos para os mesmos.

16.2 Número de assentamentos e assentados/as da reforma agrária

Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Área (ha)	Órgão Financiador
Amontada	PA Sabiaguaba	27	718,937	INCRA
	PA Lagoa do Jardim	56	1.439,05	INCRA
	PA Córrego das Aroeiras	38	1.918,43	INCRA
	PA Lagoa do Cachimbo	34	1.088,12	INCRA
	PA Mufumbo	15	1.312,44	INCRA
	PA Patos	30	1.598,95	INCRA
	PA Cana/Melancias	25	859,661	INCRA
	PA Vendóia	29	449,82	INCRA
	PA Lagoa dos Veados	25	849,064	INCRA
	PA Marrecas	68	4.428,61	INCRA
	Ass.de V. Grande/Extrema/Santa Rosa	11	352,1	Cédula da Terra
	Ass. São Fco das Chagas/Tanques	35	1.469,6	Cédula da Terra
Apuiarés	Ass. São Pedro/Pitombeiras	8	463,40	Cédula da Terra
	Cachoeira/Cacimba de Cima	45	1509,00	INCRA
	Olho D'água	40	1.100,00	INCRA
Irauçuba	PA Saco Verde	100	6.727,08	INCRA
	PA Cajazeiras II	30	1.248,89	INCRA
	PA Águas Mortas	52	2.397,78	INCRA
	PA Taboca/Laginhas	77	2.532,32	INCRA
	PA Maceió	359	5.844,71	INCRA
	PA Fazenda Macaco	80	1.107,98	INCRA
	PA Mulungu	61	1.176,04	INCRA
	PA Croatá/Ramada	69	1.628,58	INCRA
	PA Rajada	33	961,21	INCRA
	PA Escalvado	37	517,78	INCRA
PA Córrego dos Cajueiros	31	1.073,14	INCRA	

	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Área (ha)	Órgão Financiador
	PA Lagoa da Cruz	24	650,70	INCRA
Itapipoca	PA Croatá/Ramada II	11	448,70	INCRA
	Córrego dos Tanques	37	1.355,00	IDACE
	Ass. do Imóvel Timbaúba/Faz. Timbaúba	7	182	Ação F. São José
	Ass. de Timbaúba/Lagoa do Mato	7	232,4	Cédula da Terra
	Ass. do Sítio Canto/Barro Vermelho	11	336,5	Cédula da Terra
	Vale do Mundaú/Rio Riacho e Cipó	10	453,3	Cédula da Terra
	Ass.do Sítio do Meio/Córrego dos Tanques	17	610,00	Cédula da Terra
Itarema	Ass. de Trapiá/Pedra Arrancada	8	289,00	Cédula da Terra
	PA Lagoa do Mineiro	135	5.796,26	INCRA
	PA Capim Açú	52	1.452,59	INCRA
	PA Salgado Comprido	57	1.509,11	INCRA
	PA Pachicu	35	685,536	INCRA
	PA Lagoa dos Negros/Volta	71	3.179,72	INCRA
	PA Macaco II	18	532,006	INCRA
	PA Canaã/Melancias	29	822,00	INCRA
	Lagoa do Mineiro	133	5.796,00	INCRA
	Assoc. Trab. Rurais dos Ass. de Pau D'arco	8	203,2	Cédula da Terra
	Assoc. Com. Dos moradores de Sucurujuba	10	293,5	Cédula da Terra
	Assoc. de Prod. Rurais da Fazenda Patos	21	337,00	Cédula da Terra
	Assoc. Com. de Cajueiro Encantado	8	154,00	Cédula da Terra
Miraíma	Ass. de Carnaúba/Faz. Carnaúba	15	-	Ação F. São José
	PA Boa Vista/Pindoretama	24	1.018,87	INCRA
	PA Aragão	25	1.263,73	INCRA
	PA Poço da Onça	38	1.108,53	INCRA
	PA Pedra Branca	44	2.195,97	INCRA
	PA Cacimbas	24	1.143,56	INCRA
	PA Santa Tereza	30	1.086,55	INCRA
	PA Nova Terra	33	1.919,45	INCRA
Paracuru	PA Caioca	23	1.066,15	INCRA
	Munguba	37	173,00	IDACE
Pentecoste	Nova Conquista/Canaã	10	1.079,00	IDACE
	PA Erva Moura	154	7.369,47	INCRA
	PA Barra do Leme	64	3.348,76	INCRA
	PA Lagoa Grande	38	1.545,29	INCRA
	Ass. do Boqueirão/Vazante Grande	24	1.767,40	Cédula da Terra
	Ass. Parque Violeta/São Lourenço	15	362,90	Cédula da Terra
	Ass. da Com. De Matias/Aroeira/Matias	11	612,20	Cédula da Terra
São Gonçalo do Amarante	PA Siupé	266	3.694,72	INCRA
	Forquilha	21	71,00	IDACE
	Assoc. Com. De Mata Fresca	32	1.593,00	Cédula da Terra
	Conselho Comunitário Rural Gereraú	15	486,80	Cédula da Terra
Tejuçuoca	PA Laura Muquém	37	1.249,98	INCRA

	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Área (ha)	Órgão Financiador
	PA Chaparral	44	1.759,96	INCRA
	PA Vertentes	26	818,17	INCRA
	Ass. Rapina/Vista Alegre	10	-	Cédula da Terra
	Ass. da Faz. Caiçara II/Caiçara II	8	204,00	Cédula da Terra
	Ass. de Santa Luzia/Faz. Santa Luzia	12	-	Crédito Fundiário
	Ass. de Barbada II/Choró	15	638,60	Crédito Fundiário
	Ass. de Poço do Padre/Macaco	14	721,50	Cédula da Terra
	Ass. Açude e Bom Sucesso	12	523,60	Cédula da Terra
	Assoc. Benef. Antônio Eufrásio Sobrinho	10	485,10	Cédula da Terra
	Assoc. dos Assentados de Oratório	16	572,00	Cédula da Terra
Trairi	Ass. Grande Gualdrapas/Faz. Santa Fé	10	239,00	Ação F. São José
	Ass. de Lagoa Nova de Baixa	11	370,4	Cédula da Terra
	Ass. de Batalha/Batalha/Pacheco de Santa	110	3.320,00	Cédula da Terra
	PA Lagoas das Quintas	14	588,847	INCRA
	Várzea do Mundaú	197	2.653	INCRA
Tururu	PA Boqueirão/Novo Horizonte	118	2.620,12	INCRA
	Mulungu	61	1.176,00	Cédula da Terra
Umirim	Ass. da Faz. Alagoinha/Carnaúba/Lagoinha	10	279,00	Crédito Fundiário
	Ass. de Nova Esperança/Faz. Canto Escuro	11	-	Crédito Fundiário
	Assoc. Com. Peq. Prod. Rurais e Pescadores do Açude Frios	11	253,10	Cédula da Terra
Total	84	3.824	120.403,7	

Quadro 26: Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária, 2010.

Fonte: INCRA, 2010.

O Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, sendo no total 84(oitenta e quatro) assentamentos. Destes, 14 (catorze) estão localizados em Itapipoca; 12 (doze) em Amontada; 12 (doze) em Itarema, 11 (onze) em Tejuçuoca e 9 (nove) em Miraíma. A distribuição das áreas de assentamentos fica da seguinte forma nos outros municípios: pentecoste – 6 (seis), Trairi – 5 (cinco), São Gonçalo do Amarante – 4 (quatro); Apuiarés, Umirim e Irauçuba – 3 (três), Paracuru e Tururu – 2(dois) cada.

São 120.403,76 ha (cento e vinte mil, quatrocentos e três e setenta e seis hectares) de área, beneficiando cerca de 3.824 (três mil, oitocentos e vinte e quatro) famílias.

Os assentamentos rurais com mais de 2.000ha estão localizados nos municípios de: Amontada (1/4.428,61ha/68F); Irauçuba (1/6.727,08ha/100F e ½.397,78ha/52F); Itapipoca (1/2.532,32ha/77F, 1/5.796,26ha/135F, 1/5.844,71ha/359F); Itarema (1/5.796,00ha/133F e 1/3.179,72ha/71F); Pentecoste (1/7.369,47ha/154F e 1/3.348,76ha/64F); São Gonçalo do Amarante (1/3.694,72ha/266F) e Trairi (1/3.320,00ha/110F e ½.620,12/118F).

Essas áreas de assentamento são coordenadas pelo INCRA (assentamentos federais- 51) e IDACE (assentamentos estaduais-4) e foram financiadas com recursos do MDA e dos programas Cédula da Terra (27); Ação Fundiária São José (3) e Crédito Fundiário (4).

16.3 Comercialização da Produção de Base Familiar e Artesanal.

No Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu as experiências de socioeconômica solidária são visíveis em algumas áreas de assentamentos rurais que se regem pelos mutirões produtivos. A estratégia de criação de uma Rede de Produtores Agroecológicos. Como também a proposta da Agência de Comercialização/Base de Serviço de comercialização. Outras iniciativas similares são as associações de apicultores e de agricultores agroecológicos.

Essas experiências precisam ser apoiadas, fortalecidas e difundidas para que se ampliem e/ou se derivem outras iniciativas, até a cultura da cooperação, da solidariedade espalhar-se por todo o Território.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES com o objetivo de fortalecer e desenvolver a economia solidária em todo o país, através de programas de incentivo a geração de trabalho e renda, combate à pobreza e de inclusão social está implantando no Ceará o Centro Público de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária, parceria entre o poder público (INCRA, DNOCS, SENAES e MTE) e a sociedade civil organizada, através da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – RCSES.

A implantação do CPES tem como pressuposto prioritário beneficiar os agricultores (as) familiares das áreas de sequeiro e das áreas irrigadas dos perímetros públicos irrigados do DNOCS, os (as) produtores (as) dos assentamentos da RA acompanhados pelo INCRA e os grupos produtivos fomentados pela RCSES.

O CPES tem o papel de dar capilaridade às atividades da socioeconomia solidária e da agricultura familiar em todo o Ceará, o que se exigiu fosse feito um mapeamento dos empreendimentos solidários existentes. Na 1ª fase (mapeamento) foram confirmados 1.737 empreendimentos em todo o Estado.

No território foram confirmados 157 empreendimentos nos municípios de Amontada (70); Apuiarés (4); Irauçuba (37), Itapagé (1), Itapipoca (15), Miraíma (3), Paracuru (6), Paraipaba (2). Pentecoste (1), Tejuçuoca (2), Trairi (14) e Tururu (2). Esses empreendimentos estão organizados em grupos produtivos informais e associações de produtores e produtoras.

O desafio da articulação das políticas públicas no Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu ainda está posto para o conjunto das instituições e organizações envolvidas com o processo de desenvolvimento territorial. O processo de trabalho empreendido para a dinamização econômica do território está focado no eixo aglutinador “cadeias e redes produtivas da agricultura familiar”, incluindo com destaque os inúmeros assentamentos da reforma agrária existentes no território.

A forte presença do movimento sindical de trabalhadores/as rurais, dos fóruns dos assentados/as, do MST, das federações de associações comunitárias, também com ampla base rural, do Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, das entidades de apoio, da CÁRITAS, CETRA das ONGs atuantes na região e de diversos dirigentes e técnicos de diversas instituições públicas vinculadas ao mundo rural, provocou e demarcou a hegemonia deste eixo aglutinador frente aos demais eixos. O desafio assumido por todos é com a geração de trabalho e renda em bases socioeconômicas solidárias e

agroecológicas, com ações integradas na produção primária, no beneficiamento e/ou processamento da produção e o Instituto SESEMAR no campo da comercialização organizada e planejada, capaz de ampliar significativamente a margem de apropriação de renda no processo produção-distribuição-consumo.

Com esse trabalho desenvolvido pelas Base de Serviço de Comercialização pode-se perceber os avanços na qualificação dos Agricultores para o beneficiamento de seus produtos, no entendimento de produzir um alimento limpo de defensivos químicos, na organicidade das associações e cooperativas de ter um processo transparente para os contratos e prestações de contas para seus membros, e em especial as diversas formas de realizar qualificações de Agricultores e comercializações da produção, feitas em sua maioria participativa e sob o controle social das organizações envolvidas no processo.

Isso mostra o quanto é importante manter e ampliar para todos os estados de nosso país a política da territorialidade, potencializando uma nova maneira de governabilidade e administração pública. E com as Base de Serviço de comercialização potencializar o sistema produtivo e de abastecimento a partir do fortalecimento dos Agricultores Familiares em suas diversas formas de organizações. A Tabela 54 apresenta os resultados em negociações realizadas com apoio da base de serviço de Comercialização para o ano de 2009.

Tabela 54: Resultado do Apoio a Comercialização em 2009

PRODUTO	PERÍODO	BENEFICIARIOS	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITARIO	TOTAL
Mel	Mar-Jul	31 Famílias	7.000	7,10	49.700,00
Farinha de Mandioca	Set-Out	155 Famílias	323.000	0,88	284.000,00
Artesanato	Jan-Set	412 Famílias	11.122 Peças		266.960,00
Amêndoa de Cajú	Set		300	19,00	5.570,00
Feiras Municipais	Abr-Set	80 Famílias	Variada	300,00 P/Feira	3.600,00

PRODUTO	PERÍODO	BENEFICIARIOS	QUANTIDADE (KG)	VALOR UNITARIO	TOTAL
FENAFRA	Out	200 Famílias	Variado	-	9.847,00
FECEAF	Jul	400 Famílias	Variado	-	70.000,00
TOTAL		1.278 Famílias			689.677,00

Fonte: Base de Serviço de comercialização (Instituto SESEMAR), 2009.

Apesar do desempenho dos agricultores familiares em realizar a comercialização dos seus produtos, esse empenho ainda não é suficiente, pois a cultura do atravessador ainda é muito forte, fragilizando o desenvolvimento da agricultura familiar. Buscando superar esse problema o território destaca-se com os programas governamentais de apoio a Segurança Alimentar.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de 2 de julho de 2003, tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar a organizar a produção, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Os recursos destinados ao programa tiveram sua origem, no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, regulamentado pela Lei Complementar nº 111 de 2001, sendo destinados à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PAA tem isenção fiscal do ICMS no Estado do Ceará a partir da lei 14.560 de 21 de dezembro de 2009. Esse programa é operacionalizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado – SDA, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS.

Com o PAA inaugurou-se um novo jeito de produzir e pensar a comercialização, motivando os Agricultores Familiares a sair de uma cultura de subsistência para iniciar um processo de Desenvolvimento Sustentável para uma produção em escala, com produtos beneficiados, rotulados, atendendo as

normas técnicas e aos padrões de higiene conforme legislações vigentes, como:

Apesar do apoio governamental, ainda há muito que fazer para se alcançar o nível desejado de organização da produção e comercialização, o programa enfrenta uma série de dificuldades elencadas pelo Território:

- Receio de vender ao programa em virtude da demora de pagamento;
- Dificuldade na elaboração dos projetos, por parte dos Agricultores;
- Dificuldade de gestão dos projetos aprovados;
- Problemas com as indústrias que foram construídas fora dos padrões, dificultando a liberação dos selos de inspeções municipais, estadual e federal;
- Falta um programa de qualificação continuada para os agricultores;

Mesmo com essas dificuldades o território conseguiu acessar esse mercado institucional, conforme a Tabela 55.

Tabela 55: Movimentação Financeira via Programa de Aquisição de Alimentos

Município	PAA / CONAB		PAA / SDA		PAA / MUNICÍPIOS		PAA / Leite	
	Contratos (R\$)	Nº Ben.	Contratos (R\$)	Nº Bem.	Contratos (R\$)	Nº Bem.	Contratos (R\$)	Nº Bem.
Micro Litoral Vales do Curu	100.206,53	28	75.163,33	35	-	-	114.664,01	09
PARACURU	-	-	-	-	-	-	-	-
PARAIPABA	100.206,53	28	10.832,00	10			80.969,72	-
SAO GONCALO DO AMARANTE	-	-	11.033,33	9			33.694,29	09
SAO LUIS DO CURU	-	-	53.298,00	16	-	-	-	-
Micro Médio Curu	219.200,35	55	166.422,00	93	57.816,48	87	542.046,48	80
APUIARES	179.849,84	44	13.764,00	20	-	-	56.209,23	15
GENERAL SAMPAIO	-	-	102.623,00	23	-	-	-	-
PENTECOSTE	39.350,51	11	-	-	57.816,48	87	485.837,25	65
TEJUCUOCA	-	-	50.035,00	50	-	-	-	-
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	824.844,41	260	108.231,12	81	1.420,00	01	-	-

Município	PAA / CONAB		PAA / SDA		PAA / MUNICÍPIOS		PAA / Leite	
	Contratos (R\$)	Nº Ben.	Contratos (R\$)	Nº Bem.	Contratos (R\$)	Nº Bem.	Contratos (R\$)	Nº Bem.
AMONTADA	33.523,90	21	13.764,00	20	-	-	-	-
ITAPIPOCA	709.321,36	201	-	-	1.420,00	01	-	-
ITAREMA	56.641,27	23	80.316,72	49	-	-	-	-
MIRAIMA	-	-	14.150,40	12	-	-	-	-
TRAIRI	18.973,05	13	-	-	-	-	-	-
TURURU	6.384,83	02	-	-	-	-	-	-
Micro União das Serras	146.713,44	41	126.505,08	91	-	-	214.857,38	47
IRAÇUBA	-	-	-	-	-	-	104.778,45	28
ITAPAGÉ	146.713,44	41	54.886,40	29	-	-	61.496,48	06
UMIRIM	-	-	71.618,68	62	-	-	48.582,45	13
URUBURETAMA	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Território	1.290.964,73	384	476.321,53	300	59.236,48	87	871.567,87	136

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, CONAB e Prefeituras

Outra política pública dinamizada pela Base de Serviço de comercialização é o trabalho desenvolvido como assessoria as escolas para o acesso dos produtos dos agricultores familiares, auxiliando o cumprimento da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e torna obrigatório a utilização de 30% dos recursos destinado as escolas públicas para a compra de produtos provenientes da Agricultura Familiar. Na Tabela 56 constam os recursos destinados a esse Programa.

Tabela 56: Movimentação financeira via [Lei Nº 11.947](#) , que destina 30% dos recursos do FNDE para compra de produtos da Agricultura Familiar, 2010.

Municípios	100% de Repasse do FNDE	30% do repasse do FNDE
Micro Litoral Vales do Curu	1.262.098	378.629
PARACURU	348.846	104.654
PARAIPABA	296.211,60	88.863,5
SAO GONCALO DO AMARANTE	433.798	130.139
SAO LUIS DO CURU	183.242,40	54.972,7

Municípios	100% de Repasse do FNDE	30% do repasse do FNDE
Micro Médio Curu	826.844	24.8053
APUIARES	143.762,40	43.128,7
GENERAL SAMPAIO	94.152,80	28.245,8
PENTECOSTE	371.670,40	111.501
TEJUCUOCA	217.258,40	65.177,5
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	2877122	863.137
AMONTADA	449.964	134.989
ITAPIPOCA	1.081.298	324.389
ITAREMA	439.553,60	131.866
MIRAIMA	148.824	44.647,2
TRAIRI	563933,2	169.180
TURURU	193.549,60	58.064,9
Micro União das Serras	1.194.826	35.8448
IRAUCUBA	265.006	79501,8
ITAPAGE	501.219,60	15.0366
UMIRIM	210.372	63.111,6
URUBURETAMA	218.228	65.468,4
Total Território	6.160.890	1.848.267

Fonte: Portal da transparência,2010.

Outro espaço de comercialização são as Feiras Agroecológicas, onde são expostos e vendidos produtos cultivados pelas mãos dos agricultores e agricultoras familiares, sem o uso de agrotóxico, ou seja, o manejo das áreas produtivas é feito com adubos e defensivos naturais que enriquecem o solo sem riscos de contaminação da terra e água. Essa forma de praticar agricultura garante a diversidade da produção, o que também contribui para o fortalecimento dos agroecossistemas locais. Portanto quem adquire produtos da agricultura familiar de base agroecológica, tem a garantia de que está

consumindo alimentos limpos que se refletem na qualidade de vida e de saúde das pessoas.

No Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, as feiras agroecológicas se constituem em estratégias de comercialização solidária, que associa os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais, que dinamizam a produção no campo, possibilitam o aumento da renda familiar, evidenciam as expressões artísticas e culturais da região e também fortalecem a organização de agricultores/as .

As feiras são planejadas e realizadas de forma participativa e a coordenação é feita pela Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as e Solidários/as do Território mencionado com o apoio das ONGs que atuam com a temática da agroecologia. Com o planejamento, a produção Agroecológica é levada às feiras, garantindo a venda direta para consumidores/as sem a interferência de atravessadores/as, demonstrando que a interação entre esses segmentos contribui para estimular a diversificação da produção agrícola e pecuária familiar e conseqüentemente, para segurança alimentar e nutricional de agricultores/as e consumidores de forma sustentável.

No território existem 04 feiras agroecológicas que são em Itapipoca que já existe há cinco anos e é uma feira Micro-territorial pois agricultores de municípios vizinhos vem participar, Trairi, Tururu, e Apuiarés. Estas feiras acontecem quinzenalmente nas praças centrais de suas cidades e agregam em torno de 60 feirantes, que contam com o apoio dos Stars e Prefeituras de seus respectivos municípios para realização. Com o fortalecimento da agricultura familiar e a expansão da agroecologia no território a perspectiva é que estas feiras se estendam para todos os municípios do território. Estão em processo de adesão também as feiras da Agricultura Familiar dos municípios de Umirim, Pentecoste e Uruburetama com aproximadamente 30 feirantes.

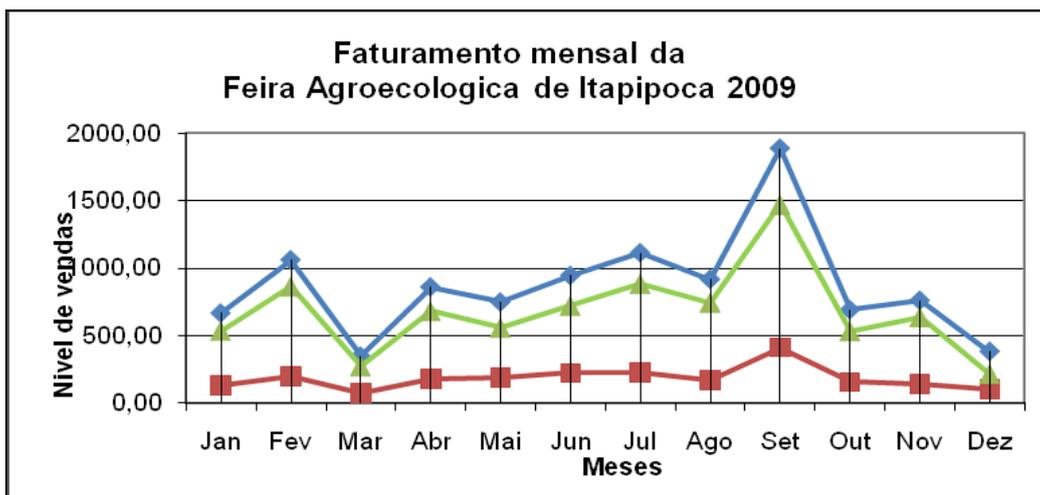


Figura 19: Faturamento mensal da Feira Agroecologica de Itapipoca.
Fonte: CETRA, 2009.

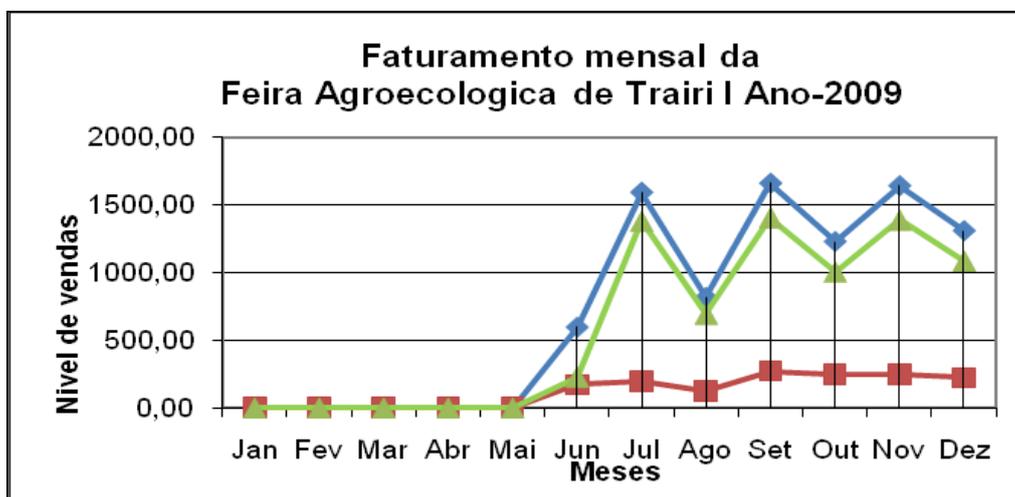


Figura 20: Faturamento Mensal da Feira Agroecologica de Trairi
Fonte: CETRA, 2009.

Nas Figuras 19 e 20 são representados os dados referentes á venda total na feira, representados pela linha azul; a receita total anual é correspondida pela linha verde e a linha roxa os custos de comercialização e reservas do fundo rotativo das Feiras Agroecológicas.

Estes dados foram obtidos a partir de uma pesquisa feita junto aos feirantes durante o ano de 2009. Eles tem um caderno onde ao final de cada feira fazem os seus registros do que obtiveram de lucro e de despesas.

16.4 Crédito no Apoio a Agricultura Familiar .

Na política de crédito para os Agricultores Familiares, vale destacar o forte apoio para investimento e o custeio para a produção, em especial o PRONAF nos últimos oito anos. Entretanto há uma necessidade de desburocratizar o crédito para apoio a colheita, beneficiamento e/ou estoque temporário, possibilitando aos agricultores uma colheita tranqüila para uma logística de comercialização adequada e no tempo certo aguardando o melhor preço para os produtos, sem a urgência de vender a qualquer preço para poder pagar os custos desse elo final da cadeia produtiva. A ausência desse financiamento para apoio a comercialização vem fortalecendo a cada dia mais a rede de atravessadores do território.

A seguir a Tabela 57 apresenta o histórico dos financiamentos realizados pelos produtores e suas organizações feitos no ano de 2008.

Tabela 57: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, na agricultura e na pecuária, por finalidade em 2009

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Micro Litoral Vales do Curu	94	1209878	997	3844697	0	0
Paracuru	44	315.188	263	464.263	0	0
Paraipaba	1	500.000	160	449.593		
São Gonçalo do Amarante	49	394690	363	2.457.736	0	0
São Luís do Curu	0	0	211	473.105	0	0
Micro Médio Curu	45	209944	2167	4032613		
Apuiarés	3	14.076	257	204.426	0	0
General Sampaio	2	20.318	132	225.375	0	0
Pentecoste	7	70.577	606	1.468.860	0	0
Tejuçuoca	33	104.973	1.172	2.133.952	0	0
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	457	8762531	2942	4286710	0	0
Amontada	23	64.957	520	777.93	0	0
Itapipoca	315	5.897.877	1.149	1.621.713	0	0

Municípios	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)	Contratos	Valor(R\$)
Itarema	3	1.743.000	100	560.531	0	0
Miraíma	4	80.040	394	583.469	0	0
Trairi	80	879.660	536	1.178.740	0	0
Tururu	32	96.997	243	342.257	0	0
Micro União das Serras	169	637038	2959	5202281	0	0
Itapajé	64	318.818	905	1.810.625	0	0
Irauçuba	0	0	1.091	1.418.631	0	0
Umirim	11	15.000	335	791.765	0	0
Uruburetama	94	303.220	628	1.181.260	0	0
Total do Território	765	10819391	9065	17366301	0	0

Fonte: IPECE, 2009.

17 SERVIÇOS, TURISMO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

17.1 Serviços

17.1.1 Serviços no meio rural.

Os serviços no meio rural se destacam a partir das principais cadeias produtivas como o extrativismo da Carnaúba, com período de seis meses de trabalho (agosto a dezembro), esta atividade é realizada por homens e é mais comum para a região do sertão onde o Território alcançou no ano de 2009 uma extração de 271t de pó conforme tabela ; outra cadeia como a cajucultura o período de trabalho é apenas nos meses de outubro a dezembro essa atividade também participam homens, mulheres e jovens para coleta das castanhas, embora o território tenha uma produção de 23.785t conforme tabela 12, há um potencial maior com o pedúnculo do caju e pouco aproveitado, por conta de não haver indústrias para o beneficiamento desse produto e acaba por ser desperdiçado; com a cadeia produtiva da apicultura o período de colheita do mel é de maio a julho, com safra de 36t mel, conforme tabela 37.

17.1.2 Serviços no Meio Urbano.

Os serviços se configuram como um setor bastante expressivo, com algumas atividades que o empurram para um patamar que representa mais de 60% do PIB territorial. São 1.613 empresas prestadoras de serviços, atuando em diversas áreas: outros serviços coletivos, sociais e pessoais (759=47,05%), cujo maior número localiza-se em Itapipoca (213), Trairi (65) e Itarema (57); alojamento e alimentação (237=14,69%), com destaque para São Gonçalo do Amarante (49), Itapipoca (45) e Itapagé (29); atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (131= 8,12%), cujo destaque vai para Itapipoca (35), Itapagé (24) e Paracuru (20); educação (124=7,68%)

concentrando-se em Itapipoca (29), Itapagé (24) e Trairi (15); agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (102= 6,32%) nos municípios de Paraipaba (41), Itapipoca (10), São Gonçalo do Amarante (9) e Paracuru (9); intermediação financeira (136= 8,43%) nos municípios de Itapipoca (76), Amontada (32) e Uruburetama (9); saúde e serviços sociais (65= 4,02%) principalmente, nos municípios de Itapipoca (28), São Gonçalo do Amarante (9), Itapagé (8).

As outras atividades colaboram com os seguintes percentuais: transporte, armazenagem e comunicação (1,36%); administração pública, defesa e seguridade social (1,36%) e produção e distribuição de eletricidade, gás e água (0,30%).

17.1.3 Turismo.

O Território tem um enorme potencial turístico. Na região litorânea (Litoral Oeste), formada pelos municípios de Amontada, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Trairi e São Gonçalo do Amarante destaca-se as belezas das praias, com dunas e coqueirais. Na região serrana e no sertão, os atrativos são os balneários em torno de açudes e cachoeiras, as lagoas, os parques ecológicos etc.

Alguns atrativos naturais merecem ser destacados nos municípios de:

- Amontada: Praias do Icaraí, de Caetanos, Apiques, das Moitas, Jiqui e as salinas.;
- Itapipoca: Praias do Maceió e da Baleia. Destaca-se como a cidade dos três climas (serra, sertão e litoral);
- Itapagé: Pedra do Frade, piscina natural (Solidade), Pedra da Caveira, Pedra das Noivas, Pedra dos Ossos, Bicas naturais, trilhas para caça e serras verdes;
- Itarema: Praia da Almofala, Ilha do Guagiru, de Torrões, da Enseada dos Patos, Praia do Farol, Igreja de almofala (tombada pelo IPHAN);

- Paracuru: praias do Paracuru, da Pedra Redonda e Periquara (Boca do Poço);
- Paraipaba: Praia da Pedra Pesada, da Lagoinha, Capim Açú e Gamboas, da Barra do Curu(Gamboas), de Almécegas (Lagoinha);
- Pentecoste: Açudes Pereira de Miranda e Caxitoré;
- São Gonçalo do Amarante: Praia do jatobá, da Taíba, do Pecém, da Colônia, lagoa do Coração;
- Trairi: Praia do Mundaú, da Emboaca, Barrinha, Flecheiras, Guajiru, da Pedra Chata, Pesada e Rasa, Maceió e Barra Nova; Lagoas do Carrapicho e Criancó e o Rio Mundaú (navegável até Vieira do Sal). Destacam-se ainda, as salinas e a Oficina de Jangadas Chico Pires.
- Tejuçuoca: Açude Boqueirão e Parque Ecológico Furna dos Ossos(Ecoturismo);
- General Sampaio: Açude General Sampaio;
- Uruburetama: Açude Mundaú, Bicas do Itacolomy e do mundaú e o Pico do Apertado da Hora.

A presença de cidades históricas, algumas com prédios tombados, concorre para a qualidade do interesse turístico como fator de cultura e preservação da memória. Alguns municípios resguardam seu patrimônio cultural em edifícios e mobiliário, em museus e nas manifestações da cultura popular. Destacam-se os atrativos culturais e as manifestações folclóricas:

- Itapagé Igreja Matriz (séc. passado), casarões, Casa de Quintino Cunha, Guanacés, Clube e sede da prefeitura(séc. passado);
- Itarema: Igreja de Nossa Senhora da conceição, obra de aparência barroca mais definida no Ceará, na Praia de Almofala, da primeira metade do século XVIII. No fim do século XIX foi soterrada por dunas de areia ao longo de três décadas. A partir de 1940, as dunas foram sendo paulatinamente desviadas pela força dos ventos e a Igreja foi recuperada.

Manifestações folclóricas: festas juninas, danças de São Gonçalo, Bumba Meu - Boi, Forró e Reisados.

□ Uruburetama: casarões antigos do século XIX pertencentes às famílias Fonteles, Cunha, Sólon e Vasconcelos.

Manifestações folclóricas: festas juninas, danças de São Gonçalo.

O turismo no litoral do Ceará tem atraído grandes grupos de investidores, principalmente estrangeiros, cujos projetos turísticos (empreendimentos) são incentivados por políticas públicas estatais e estão associados à especulação imobiliária, à degradação ambiental e, sobretudo, à expulsão das famílias que secularmente habitam esses lugares. Essa forma de exploração do litoral tem gerado conflitos com as comunidades costeiras, que têm na pesca a principal fonte de renda, assim como todo universo cultural marcado pela relação com o mar, ocasionando a descaracterização sociocultural dessas populações.

No território, os empreendimentos turísticos que desconsideram a posse milenar das populações indígenas e costeiras avançam principalmente nos municípios de Itapipoca, Amontada e Itarema. Em Itapipoca, no Assentamento Maceió, as 600 famílias que ali vivem declaram ser ameaçadas constantemente, no uso e ocupação de suas terras pelo empresário português Antônio Júlio de Jesus Trindade, dono do projeto turístico Praia do Pirata, que alega ter adquirido terras na área citada, apesar da área ter sido desapropriada pelo INCRA em 1984. Em 2002, as comunidades do Assentamento Maceió entraram com uma ação na justiça em defesa das condições essenciais da sua sobrevivência e da preservação ambiental.

Na comunidade indígena de São José do Buriti, também em Itapipoca, a ameaça vem do empreendimento espanhol Nova Atlântida que tem cercado dunas, destruído a mata nativa e o ecossistema local, bem como ameaçado a vida das pessoas. Em Amontada, na comunidade Caetanos de Cima e Caetanos de Baixo, a luta também é pela preservação de suas terras e da cultura do seu povo.

O Governo do Estado do Ceará, porém, tem se mostrado favorável à construção dos citados empreendimentos e apresenta a infra-estrutura a ser

implantada no Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo/PRODETUR, cujo principal financiador externo é o Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID. Diante da implantação de políticas públicas que beneficiam empresários estrangeiros, que concentram renda e excluem a população local do desenvolvimento, pondo em risco, inclusive o equilíbrio ecológico da zona costeira; as comunidades litorâneas têm reagido, não apenas utilizando os mecanismos legais, mas também através de iniciativas comunitárias que vem estruturando um modelo de turismo baseado na construção da sustentabilidade sócio-ambiental da Zona Costeira.

Outra atividade associada ao turismo e altamente degradante do meio ambiente é a carcinicultura, cujos proprietários das fazendas de criação de camarão em viveiros têm expulsado famílias de pescadores e indígenas, nas comunidades de Capim-Açu (em Paraipaba), região dos Tremembés (em Itarema) e Mosquito (em Amontada). A carcinicultura rompe com um manejo artesanal da pesca de subsistência, além de destruir o ecossistema. No sentido de fortalecer a cadeia produtiva do turismo, o município de Itarema realiza todo ano a Festa do Camarão, que tem atrações gastronômicas das mais variadas. O município conta hoje com duas indústrias de beneficiamento de camarão.

Por outro lado, não se pode negar a força econômica que tem o turismo, desde que seja explorado de forma responsável e respeitando o meio ambiente. Boa parte da economia desses municípios tem girado em torno dessa atividade, oferecendo bons serviços de hotelaria, pousadas, restaurantes e bares e tem empregado uma pequena mão-de-obra local em serviços de transporte, guias turísticos, venda de souvenirs, artesanato e em outras atividades nos meses considerados de alta temporada. A proximidade com a capital cearense, Fortaleza e o bom estado de conservação da Rodovia Sol Poente, com as belezas das praias, dos coqueirais, das dunas e outros atrativos tem contribuído para que os municípios do litoral oeste se firmem como pólo turístico.

Contraopondo-se ao turismo predatório, apresenta-se a proposta de turismo comunitário ecológico - uma alternativa que embute a ação pró-ativa das populações locais, gerando-lhes trabalho e renda e inculcando nos turistas uma consciência de respeito e valorização do viver, dos costumes e da cultura local. Por essa via, assentamentos, comunidades e suas associações podem gerir pousadas comunitárias, hospedagem domiciliar, restaurantes e bares, passeios de barcos e jangadas, etc. O turismo deste naipe requer comitês gestores comunitários de modo a garantir a aplicação dos princípios e diretrizes regentes, sempre alinhados com o respeito à localidade e ao meio ambiente. De igual forma poderiam ser implantadas pousadas e albergues nas serras e revistas as atuais gestões, buscando enquadrá-las na perspectiva do turismo comunitário e ecológico.

Outra possibilidade refere-se ao turismo rural. Tanto a região serrana como o sertão pode abrigar esse tipo de turismo. Pode se constituir uma alternativa de renda a velhas fazendas ou mesmo a assentamentos rurais. Envolve hospedagem, banhos em açudes, pesca, cavalgadas, trilhas ecológicas, convívio com animais, etc.

17.1.4 Comércio

No total são 4.423 estabelecimentos comerciais no território em 2007, onde 95,34% destes, são do ramo varejista. Dentre os gêneros de atividades no comércio varejista, destacam-se a venda de peças e acessórios para veículos, motocicletas e motonetas, bicicletas e suas peças e acessórios. Também se destacam os pequenos negócios como lanchonetes, bares, restaurantes e o comércio varejista de gêneros alimentícios, lojas de calçados e confecções, de móveis, armarinhos, farmácias etc. Devido ao turismo há uma boa e organizada rede de hotéis e pousadas com bons restaurantes, principalmente na região praiana, como Itapipoca, Trairi, Paraipaba e Paracuru.

Tabela 58: Estabelecimentos comerciais por setor nas datas de 2006 e 2007

Municípios	Total		Atacadista		Varejista		Reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Micro território Litoral Vales do Curu	1.076	1.144	10	10	1.066	1.134	0	0
Paracuru	272	286	2	2	270	284	-	-
Paraipaba	298	323	6	6	292	317	-	-
São Gonçalo do Amarante	352	371	2	2	350	369	-	-
São Luís do Curu	154	164	-	-	154	164	-	-
Micro território Médio Curu	509	527	2	3	502	519	5	5
Apuiarés	93	102	-	1	92	100	1	1
General Sampaio	32	34	-	-	32	34	-	-
Pentecoste	318	318	2	2	312	312	4	4
Tejuçuoca	66	73	-	-	66	73	-	-
Micro território Vales do Aracatiaçu Mirim	1.886	1.919	18	18	1.865	1.898	3	3
Amontada	222	220	2	3	220	217	-	-
Itapipoca	828	845	13	13	813	830	2	2
Itarema	425	426	1	-	423	425	1	1
Miraíma	40	43	-	-	40	43	-	-
Trairi	290	305	2	2	288	303	-	-
Tururu	81	80	-	-	81	80	-	-
Micro território União das Serras	790	833	6	8	784	825	0	0
Irauçuba	174	179	-	1	174	178	-	-
Itapajé	406	438	6	7	400	431	-	-
Umirim	68	75	-	-	68	75	-	-

Municípios	Total		Atacadista		Varejista		Reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Uruburetama	142	141	-	-	142	141	-	-
Total do Território	4.261	4.423	36	39	4.217	4.376	8	8

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

No total são 4.423 estabelecimentos comerciais no território, onde 95% destes são do ramo varejista. Vale ressaltar que o número de estabelecimentos varejista (4.376) é muito superior ao número de estabelecimentos atacadistas (39), aproximadamente 112 vezes maior.

Dentre os gêneros de atividades no comércio varejista, destacam-se a venda de peças e acessórios para veículos, motocicletas, motonetas, bicicletas, e suas peças e acessórios. Também se destacam os pequenos negócios como lanchonetes, bares, restaurantes e o comércio varejista de gêneros alimentícios, lojas de calçados e confecções, de móveis, armarinhos, farmácias etc.

Tabela 59: Nº de Estabelecimentos por Setor da Economia para os Municípios do Território – 2000 e 2008

Municípios	Indústria de transformação	Serviços indústria de utilidade pública		Construção civil		Comercio		Serviços		Administração pública		Agropec. extr. vegetal, caça e pesca		
		2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	2000	2008	
Micro Litoral Vales do Curu	23	53	1	5	9	18	94	218	76	129	6	8	19	52
Paracuru	10	18	0	1	2	5	31	66	26	45	2	2	10	18
Paraipaba	3	10	0	0	0	2	23	58	13	21	1	2	2	16
São Gonçalo Amarante	10	21	1	4	6	11	38	75	33	57	1	2	6	12
São Luis do Curu	0	4	0	0	1	0	2	19	4	6	2	2	1	6
Micro Médio Curu	11	20	0	0	0	0	38	111	16	24	7	9	5	12
Apuiaries	1	2	0	0	0	0	6	21	2	3	2	3	0	0
General Sampaio	0	2	0	0	0	0	0	6	1	1	2	2	0	0
Pentecoste	9	14	0	0	0	0	29	70	11	16	1	2	5	12
Tejuçuoca	1	2	0	0	0	0	3	14	2	4	2	2	0	0
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	28	44	1	3	3	8	120	313	76	142	13	13	10	39
Amontada	0	1	0	1	0	0	3	17	3	8	3	2	0	3

Itaipoca	22	28	1	2	3	7	100	239	53	97	3	4	2	5
Itarema	3	9	0	0	0	1	8	18	8	8	1	1	3	13
Miraima	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	0	0
Trairi	3	5	0	0	0	0	6	32	8	22	4	2	4	15
Tururu	0	1	0	0	0	0	3	6	3	6	1	2	1	3
Micro União das Serras	22	51	2	0	11	6	76	217	36	62	7	10	6	8
Irauçuba	1	4	1	0	0	0	10	28	2	7	1	2	3	3
Itapaje	15	40	1	0	3	6	57	152	24	41	4	4	1	1
Umirim	0	3	0	0	0	0	0	14	3	6	1	2	0	1
Uruburetama	6	4	0	0	8	0	9	23	7	8	1	2	2	3
Total do Território	84	168	4	8	23	32	328	859	204	357	33	40	40	111

Fonte: RAIS – MTE 200 e 2008

Com a Tabela 59 pode-se identificar o total de estabelecimentos no território que em 2000 era de 718 passando para 1.578 em 2008, um aumento de 860 estabelecimentos, uma variação de mais de 100%.

A maioria dos estabelecimentos se encontra no comércio são 859, seguido pelo setor serviços com 357, indústria com 168 estabelecimentos e agropecuária com 111 estabelecimentos.

A maioria dos estabelecimentos estão situados no microterritório de Itapipoca, principalmente no município de Itapipoca como era de se esperar. O que comprova a polarização do território neste município, principalmente na concentração de estabelecimentos comerciais de varejo.

17.1.5 Indústria

Tabela 60: Empresas industriais ativas, por tipo, segundo os municípios do território – 2006 e 2007

Municípios	Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Micro território Litoral Vales do Curu	1	1	16	15	2	4	112	85
Paracuru	1	1	5	5	-	-	29	35
Paraipaba	-	-	7	7	-	1	16	21
São Gonçalo do Amarante	-	-	4	3	2	3	54	19
São Luís do Curu	-	-	-	-	-	-	13	10
Microterritório Médio Curu	3	2	1	2	0	0	42	37
Apuiarés	-	-	-	-	-	-	4	5
General Sampaio	-	-	-	-	-	-	3	5
Pentecoste	3	2	1	1	-	-	27	20
Tejuçuoca	-	-	-	1	-	-	8	7
Microterritório Vales do Aracatiaçu Mirim	0	2	4	6	0	0	135	122
Amontada	-	-	-	1	-	-	8	7
Itapipoca	-	1	1	2	-	-	95	84
Itarema	-	1	-	-	-	-	12	13
Miraíma	-	-	2	2	-	-	-	1
Trairi	-	-	1	1	-	-	12	11
Tururu	-	-	-	-	-	-	8	6
Micro território União das Serras	1	1	3	4	0	0	125	114
Itapajé	-	-	2	3	-	-	92	79

Municípios	Extrativa mineral		Construção civil		Utilidade pública		Transformação	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Irauçuba	1	1	1	1	-	-	15	16
Umirim	-	-	-	-	-	-	6	9
Uruburetama	-	-	-	-	-	-	12	10
Total do Território	5	6	24	27	2	4	414	358

Fonte: IPECE, 2007.

A política de interiorização da indústria, do Governo do Estado em parceria com as prefeituras municipais por meio de incentivos fiscais tem sido um atrativo para levar grupos empresariais a se instalarem nos municípios do interior cearense. No território, existe uma gama de indústrias, sendo mais de 395 (trezentas e noventa e cinco) com destaque para a indústria de transformação. Existem indústrias de mobiliário, de vestuário, calçados e artigos de tecidos, couros e peles (em Apuiarés e Irauçuba); de produtos alimentares (em General Sampaio, Irauçuba, Irauçuba); de madeira, extrativa mineral e de construção (em Irauçuba), de bebidas (em Itarema).

Os municípios que concentram o maior número de indústrias são Itapipoca (87) Itapajé (82), e São Gonçalo do Amarante (25).

A caracterização e o dimensionamento da diversificada e complexa realidade da agricultura familiar campesina é um passo fundamental na construção do PTDRS do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu. A defasagem temporal dos dados secundários dificulta ainda mais este trabalho. Para o presente exercício lançamos mão do Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu/CE (2005) com Foco no Desenvolvimento Rural. Complementamos as informações recorrendo ao SADE - Banco de Dados da Agricultura Familiar, “Novo retrato da agricultura familiar no Brasil – O Brasil redescoberto”, estudo publicado em 2000, a partir do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO desenvolvido à época, tendo como base o Censo Agropecuário de 1995/96, IBGE. O trabalho procura demonstrar o potencial da agricultura familiar brasileira e sugere uma

mudança do paradigma cultural no que diz respeito ao meio rural, exibindo a existência de um novo eixo de desenvolvimento para o País.

A seguir algumas Infraestrutura já financiadas com as políticas territoriais e que vêm fazendo a diferença na vida de muitos agricultores.

Município	Projeto	Beneficiário
Paracurú	Central de Abastecimento e Aquisição de Equipamentos	Agricultores Familiares
Trairi	2 Casas de Mel	Com. de Vieira dos Carlos e Oiticica
	Duas Motos	Sec. De Agricultura
	Máquina de Sachê	Comunidade de Oiticica
	Equipamento de Informática e Moto	COOCREDI
	Embarcação, Equipamento Para Cultivo e Processamento Algas	Sec. De Agricultura
São Luiz do Curu	Centro de Artesanato	Associação
São Gonçalo do Amarante	Cerca em Tela, 198 há	Jardim Botânico
Paraipaba	Equipamentos Para a Unidade de Processamento da Casca do Coco	COPROCOP
Amontada	02 Motos Para Assistência Técnica	Secretaria de Agricultura
	Centro de Artesanato	Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais Artesãs
	Casa De Mel Na Localidade	Comunidade de39
	Casa De Farinha	Comunidade Lagoa Do Cachimbo
	Equipamentos Para o Processamento do Pendúculo do Cajú (Quadra de Secagem)	Lagoa do Jardim
Itarema	Kit Volante Para o Gado Leiteiro(Enciladeira, Fenadeira, Máquina Cortadeira e dois Fornos de Aço do Silo Sincho)	Secretaria de Agricultura
	Kit Feira	Agricultura Familiar
	05 Carros Gol para Assistência Técnica	04 FETRAECE E 01 Lagoa do Mineiro
	Construção do Açude No Assentamento	Comunidade de Pachicu
Itapipoca	Ponte	Jacaré Maceió
Miraíma	Casa De Mel	Assentamento Boa Vista
	02 Motos Tetas 150	Secretaria de Agricultura
Tururu	Construção de Área de Secagem Para o Pendúculo do Cajú	Assentamento Novo Horizonte
	Construção do Laboratório e Aquisição de Equipamentos de Beneficiamento de Plantas Medicinais	Assentamento Novo Horizonte
	Aquisição de Kit de Irrigação e Insumos Agrícolas	Assentamento Novo Horizonte
	Aquisição de Um Veículo Utilitário com	Assentamento Novo

Município	Projeto	Beneficiário
	Baú	Horizonte
Apuiarés	03 Carros para Assistência Técnica, operando acima de 75% (01 Fiat Estrada, 01 Doblo E 01 Fiat Uno)	Ong Cetra
	02 Motos Bros 150 para Assistência Técnica	Da Secretaria de Agricultura e para Federação Das Associações
	Kit Forrageiro (01 Enciladeira Com Reboque)	Sec. de Agricultura
Pentecoste	Construção de Casa De Mel	Comunidade de Serrota
	Passagem Molhada Com Bueiro	Comunidade de Eva Moura
	Pavimentação Com Pedras	Eva Moura
	02 Motos Bros 150	Sec. de Agricultura
	Mini Fábrica De Ração	Central das Associações de Pentecoste
General Sampaio	Construção de Viveiro de Mudas	Sec. de Agricultura
	Obstrução do Abatedouro e Equipamentos para Aves	Sec. de Agricultura
	Construção da Mini Fábrica de Ração e Aquisição de Equipamentos	Central das Associações de Pentecoste
Tejuçuoca	Aquisição de Kit Ferrageiro (01 Enciladeira Com Reboque)	Sec. de Agricultura
	02 Motos Tetas 150 para Assistência Técnica	Sec. de Agricultura
	Aquisição De Máquina De Sachê	Comunidade de Riacho das Pedras
Itapajé	Construção de Pavimentação	Estrada da Banana
	Aquisição De 01 Kit Feira	Agricultura Familiar
	02 Tanques de Resfriamento de Leite	Comunidade de Caeté e Sec. de Agricultura.
	02 Tanques de Resfriamento de Leite	Comunidade de Caeté e Sec. de Agricultura.
Umirim	Construção da pavimentação em Pedra Tosca	Acesso a Escola Agrícola
	Implantação da Unidade de Beneficiamento do Pedúnculo do Caju	Assentamento Alagoinha
	Aquisição de equipamentos cozinha	Escola de Umirim
	Aquisição de Mobiliário, Máquinas e Utensílios para Escola Agrícola	Escola de Umirim
	Melhoria De Obra De Infraestrutura Da Escola Agrícola	Escola de Umirim
	Aquisição de 01 Caminhão F 4.000	CDT – Conselho DE Desenvolvimento Territorial
	01 Veículo Fiat Uno	Base de Serviço de Comercialização
	02 Motos Titans 150 Para Assistência Técnica	Sec. Agricultura

Quadro 27: Infraestrutura Financiada pelo PRONAF

Fonte: Consultor MDA – Flamarion.

18 ASSESSORIA E ASSISTENCIA TÉCNICA

A assessoria técnica no território, normalmente, é viabilizada pela Ematerce, porém, com um número de técnicos reduzido. O atendimento aos agricultores familiares, atualmente, é insuficiente para atender a demanda existente.

O número de ONG's que prestam serviço de Ater no território também ainda é muito reduzido. No entanto, há uma forte presença do movimento sindical de trabalhadores/as rurais, dos fóruns dos assentados/as, do MST, das federações de associações comunitárias, também com ampla base rural, do Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, das entidades de apoio, CÁRITAS, CETRA, SESEMAR.

Vale ressaltar também a atuação de instituições como: SEBRAE, prefeituras municipais, através das Secretarias Municipais da Agricultura, e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

Quanto aos escritórios particulares de projetos, além de poucos, apresentam dificuldades no acompanhamento técnico aos beneficiários da agricultura familiar, no que se refere à execução dos projetos.

19 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

O diagnóstico da Dimensão Socioeconômica possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 28, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: os aspectos socioeconômicos, os aspectos do setor produtivo, serviços, turismo, comércio e indústria, ação fundiária, financiamento e comercialização, infraestrutura elétrica, hídrica e estradas que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Grande número de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas, agroindustriais e de serviços diversos; 2. Cadeia produtiva do artesanato organizada através da Rede de Mulheres Trabalhadoras Rurais Artesãs, com três centrais de comercialização com sete pontos dentro do Território. 3. Cadeia da apicultura organizada através da Rede de Apicultores/as do Território Vales do Curu e Aracatiaçu. 4. Existência da Rede de Agricultores/as Agroecológicos do Território Vales do Curu e Aracatiaçu. 5. Crescente número de organizações incorporando os princípios da socioeconomia solidária sua cultura organizacional. 6. Existência de um grande número de organizações sociais e produtivas com iniciativas de articulação territorial. 7. Existência de um grande número de agricultores/as em processo de 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixo Nível empreendedor; 2. Baixo acesso a tecnologia sociais e dificuldade na difusão das mesmas. 3. Existência de práticas de manejo produtivo convencional que comprometem a preservação do meio ambiente; 4. Existência de uma base tecnológica produtiva com baixo poder inovador e com baixo desenvolvimento da visão sistêmica das cadeias e redes produtivas; 5. Existência de um número de agricultores sem terra para trabalhar; 6. Agricultores com dificuldade operacional de logística que viabiliza o acesso aos programas de compras governamentais (PNAE, PAA); 7. Dificuldade na adequação das casas de mel nas normas governamentais. 8. Ausência de abatedouros regulamentados nos municípios do Território; 9. Pouca formação ambiental 10. Baixa qualidade dos produtos agrícolas beneficiados. 11. Insuficiente número de unidades de beneficiamento

ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	
<p>transição agroecológica;</p> <p>6 Forte atuação do Fórum Territorial de Organização da Cadeia da Cadeia Produtiva de Ovinos e Caprinos;</p> <p>7 Forte atuação dos Fóruns Municipais e Territorial de Assentados e Assentadas da Reforma Agrária.</p> <p>8 Existência de algumas agroindústrias de beneficiamento de castanha de caju, mandioca, carne de ovino e caprino;</p> <p>9 Existência dos perímetros irrigados do Curu/Pentecoste e Curu/Paraipaba.</p>	
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Existência de diversas linhas de crédito agrícola, principalmente o PRONAF 2. Execução do Plano Regional de Reforma Agrária 3. Execução do programa Luz para Todos nos municípios do Território 4. A execução do programa P1MC e P1+2 no território. 5. Execução do Programa de Aquisição de Alimentos 6. Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar 7. Execução do Programa do Biodiesel 8. Presença de uma unidade da EMBRAPA no território 9. Elevado potencial do território para o beneficiamento e exportação de couro de caprino e de pescado, principalmente a tilápia. 10. Execução do Projeto São José 11. Existência do Projeto Aprisco 12. Existência do Projeto Derivados do Leite (SEBRAE) 13. Existência de ONG's e Fundações com recursos financeiros para ser aportados no Território, através da execução de projetos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os problemas ambientais gerados pela ação antrópica que refletem diretamente no potencial produtivo e na sustentabilidade dos municípios 2. Dificuldade de acesso ao crédito pelo jovem e pela mulher (Pronaf) 3. Fragilidade no processo de comercialização agrícola seja através de políticas públicas seja pela ação de instituições/organizações da sociedade civil. 4. Deficiência no serviço de assistência técnica (descontinuidade das ações e descontextualizada) 5. Ausência de incentivo fiscal (ICMS) para a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. 6. Pressão dos grandes proprietários de empreendimentos turísticos sobre as famílias de agricultores/as. 7. Inadimplência junto aos agentes financiadores.

Quadro 28: Análise do ambiente interno e externo da Dimensão Socioeconômica

Fonte: Relatório das Oficinas Com o Comitê de Organização Sustentável da Produção, 2010.

Parte II d
DIMENSÃO POLITICO
INSTITUCIONAL
Territorialização e Gestão Pública
Infraestrutura Institucional
Governabilidade e Gestão Social

20 TERRITORIALIZAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

Um novo projeto para o Brasil Rural deve ter um enfoque territorial de desenvolvimento da sociedade, que contemple as várias dimensões de sustentabilidade (econômica, social, política, tecnológica, cultural e ambiental) na perspectiva de fortalecer a gestão social e ampliar as redes sociais locais de cooperação para dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida das populações rurais.

Este projeto é parte de um projeto maior de implantação de outro estilo de desenvolvimento, estruturado a partir de três temas fundamentais, ou seja, (1) Desenvolvimento socioeconômico, (2) Respeito ao meio ambiente e (3) Redução das desigualdades sociais e regionais.

Nessa direção, cabe ao Estado brasileiro, em todas as suas instâncias (municipal, estadual e federal) executar uma política pública que garanta a estrutura e recursos orçamentários capazes de viabilizar a idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural que, segundo a 1ª Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS 2008), pode ser compreendido como “um processo que articula e busca conciliar os diversos interesses de atores e grupos sociais, setores econômicos, práticas culturais, bem como diversas realidades e disponibilidade de recursos ambientais em nome de uma melhor qualidade de vida para esta e para as futuras gerações que vivem em regiões rurais”.

Esta idéia-conceito se materializa nos eixos estratégicos: (1) Combinação do econômico-produtivo com o territorial; (2) Democratização do acesso à renda e das riquezas existentes no rural brasileiro; (3) Ampliação dos investimentos sociais para as populações rurais, o que significa falar em previdência social, saneamento, habitação, energia, saúde, segurança, estradas, transporte, informação, esporte e lazer e (4) Organização social e participação política que, entre outras coisas, refere-se à articulação político-

institucional, a relação entre a União - Estados e municípios, as novas institucionalidades e a participação da sociedade.

Considerando este marco referencial e, em especial, os componentes da idéia-conceito de desenvolvimento territorial rural (que não desconhece a sua intrínseca relação com o urbano), principalmente no que se refere ao eixo estratégico Organização social e participação política, esta dimensão do Plano pretende explorar um conjunto de elementos de diagnóstico que possam caracterizar o atual arranjo político-institucional do território, que consiste na análise das estruturas de poder existentes, visando o fortalecimento das novas institucionalidades e sua governabilidade socioterritorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública, ampliada e democrática.

De posse desse conjunto de elementos de diagnóstico analisado e validado pelo território, esta dimensão deve gerar os objetivos estratégicos no sentido de aperfeiçoar o atual arranjo político-institucional, que vai ser concretizado nas estratégias, eixos temáticos, programas e projetos da referida dimensão.

É importante salientar que a dimensão político-institucional deve dialogar com as demais dimensões do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) à medida que ela é o alicerce que dá sustentação ao próprio Plano, principalmente no que diz respeito à construção de uma ambiência político-institucional e sociocultural favoráveis à participação da sociedade civil na formulação, implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas (ou ações sociais públicas), bem como na concretização das intenções inscritas no referido Plano.

20.1 Estrutura do Poder Local e Territorial

A construção democrática dos espaços públicos no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial, no Brasil de hoje e, mais especificamente no Nordeste brasileiro, requer ampliar o olhar para entender a complexidade e multiplicidade de fatores inerentes a tal construção. Este olhar

deve permitir caminhar pela natureza das relações entre Estado e sociedade civil, pela questão da representatividade, pelas matrizes culturais e pelos formatos institucionais que os encontros vão assumindo e, a depender da convergência de intenções e propósitos entre Estado e sociedade civil, as relações serão movidas por projetos distintos, isto é, ora por projetos políticos compartilhados, ora por projetos políticos complementares como estratégia de implantação do ajuste neoliberal que exige, cada vez mais, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado.

Refletir sobre a estrutura do poder local e a governabilidade territorial é uma exigência apontada pelo território à medida que se reconhece que o “sujeito” do desenvolvimento territorial são as forças sociais, econômicas e político-institucionais, operando na forma de autogestão e, sobremaneira, atuando em redes sociais, econômicas e institucionais (arranjos), o que significa dizer legitimada de expressão conferida pela participação cidadã co-responsável.

Os Quadros 28 a 33 dimensionam a representação político-partidária do território, do Poder Executivo Municipal considerando os processos eleitorais de cinco mandatos (e com informações disponíveis para consulta 2009-2012 a 1993-1996), ao tempo reflete o desenho das forças partidárias no âmbito do poder executivo e suas relações de aliança (espaço de diálogo e poder de negociação como aliado) ou oposição (espaço de diálogo e poder de negociação como oposição) com o governo estadual e federal, no período antes referido.

Município	Mandato 1993 -1996			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Apuiarés	2.798	PSDB	1	0
Amontada	8.631	PSDB	1	0
General Sampaio	2.082	PSDB	1	0
Irauçuba	4.444	PSDB	1	0
Itapagé	9.928	PL	1	0
Itapipoca	18.559	PSDB	1	0

Município	Mandato 1993 -1996			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Itarema	6.913	PSDB	1	0
Miraíma	3.606	PDT	1	0
Paracuru	5.857	PSDB	1	0
Paraipaba	4.241	PSDB	1	0
Pentecoste	4.626	PFL	1	0
São Gonçalo do Amarante	6.810	PDS	1	0
São Luís do Curu	3.005	PMDB	1	0
Tejuçuoca	3.642	PMDB	1	0
Trairi	7.046	PMDB	1	0
Tururu	3.120	PMDB	1	0
Umirim	2.797	PFL	1	0
Uruburetama	5.150	PSDB	1	0
TOTAL	94.624	-	18	0

Quadro 28: Mandatos prefeitos municipais, 1993 a 1996.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 1992

Município	MANDATO 1997 - 2000			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Apuiarés	3.456	PSDB	1	0
Amontada	9.171	PSDB	1	0
General Sampaio	1.814	PSDB	1	0
Irauçuba	4.077	PSDB	1	0
Itapagé	11.770	PL	1	0
Itapipoca	21.991	PSDB	1	0
Itarema	7.933	PSDB	1	0
Miraíma	2.632	PDT	1	0
Paracuru	7.014	PSDB	1	0
Paraipaba	6.166	PSDB	1	0
Pentecoste	7.854	PFL	1	0
São Gonçalo do Amarante	9.669	PDS	1	0
São Luís do Curu	3.690	PMDB	1	0
Tejuçuoca	4.172	PSDB	1	0
Trairi	8.343	PSDB	1	0
Tururu	3.523	PSDB	1	0
Umirim	4.054	PFL	1	0
Uruburetama	5.388	PSDB	0	1
TOTAL	113.546	-	17	1

Quadro 29: Mandatos prefeitos municipais, 1997 a 2000.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 1996

Município	MANDATO 2001 - 2004			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Apuiarés	3.902	PSD	1	0
Amontada	8.110	PSDB	1	0
General Sampaio	1.955	PPS	1	0
Irauçuba	5.984	PDSDB	1	0
Itapagé	11.924	PL	1	0
Itapipoca	23.018	PSD	1	0
Itarema	7.937	PSC	1	0
Miraíma	3.389	PPS	1	0
Paracuru	7.402	PDT	1	0
Paraipaba	6.179	PTB	1	0
Pentecoste	9.105	PSDB	1	0
São Gonçalo do Amarante	10.070	PSDB	1	0
São Luís do Curu	4.235	PSDB	1	0
Tejuçuoca	4.671	PSD	1	0
Trairi	13.486	PSDB	1	0
Tururu	4.105	PSD	1	0
Umirim	6.022	PSD	1	0
Uruburetama	5.258	PPS	0	1
TOTAL	128.642	-	17	1

Quadro 30: Mandatos prefeitos municipais, 2001 a 2004.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 2000

Município	MANDATO 2005 – 2008			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Apuiarés	4.629	PRP	1	0
Amontada	9.694	PT	1	0
General Sampaio	2.034	PPS	0	1
Irauçuba	6.560	PHS	1	0
Itapagé	12.644	PPS	1	0
Itapipoca	11.332	PSDB	1	0
Itarema	11.596	PMDB	1	0
Miraíma	3.985	PPS	1	0
Paracuru	9.459	PP	1	0
Paraipaba	8.412	PP	0	1
Pentecoste	7.422	PPS	1	0
São Gonçalo do Amarante	12.544	PSDB	1	0
São Luís do	4.545	PL	0	1

Município	MANDATO 2005 – 2008			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Curu				
Tejuçuoca	4.676	PSDB	1	0
Trairi	13.551	PPS	1	0
Tururu	4.498	PSDB	1	0
Umirim	5.820	PSDB	1	0
Uruburetama	8.323	PPS	1	0
TOTAL	132.030	-	15	3

Quadro 31: Mandatos prefeitos municipais, 2005 a 2008.

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 2004

MUNICÍPIO	MANDATO 2009 - 2012			
	QUANTIDADE DE VOTOS	PARTIDO	GESTOR MUNICIPAL	GESTORA MUNICIPAL
Apuiarés	4.733	PRP	1	0
Amontada	12.347	PT	1	0
General Sampaio	2.427	PRB	0	1
Irauçuba	7.924	PHS	1	0
Itapagé	14.082	PP	1	0
Itapipoca	31.106	PSDB	1	0
Itarema	12.678	PMDB	1	0
Miraíma	4.291	PRB	1	0
Paracuru	12.120	PP	0	1
Paraipaba	8.738	PP	0	1
Pentecoste	12.260	PRB	1	0
São Gonçalo do Amarante	17.812	PR	1	0
São Luís do Curu	3.494	PSDB	0	1
Tejuçuoca	6.706	PSDB	1	0
Trairi	12.511	PRB	1	0
Tururu	4.530	PSDB	1	0
Umirim	5.837	PR	1	0
Uruburetama	7.353	PRB	1	0
TOTAL	168.602	-	14	4

Quadro 32: Mandatos prefeitos municipais, 2009 a 2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 2008.

PARTIDO	Nº DE MANDATOS	%	Nº DE GESTORES	
			HOMEM	MULHER
PSDB	36	40,0	34	02
PPS	09	10,0	07	02
PMDB	07	8,0	07	-
PFL	04	4,0	04	-
PP	05	5,5	02	03
PSD	05	5,5	05	-
PL	04	4,0	03	01
PRP	02	2,0	02	-
PR	02	2,0	02	-
PDT	03	3,0	03	-
PDS	02	2,0	02	-
PHS	02	2,0	02	-
PSC	01	1,0	01	-
PTB	01	1,0	01	-
PRB	05	5,5	04	01
PT	02	2,0	02	-
TOTAL	90	100	81	09

Quadro 33: Consolidação dos mandatos dos prefeitos municipais e partidos políticos, 1993 a 2012

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral-TRE Eleições Municipais, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008.

De acordo com o Quadro 33, o partido com maior nº de mandatos foi o PSDB com 40%; em seguida vem o PPS com 10%; seguido do PMDB com 8%; do PP e PSD e PRB com 5,5%; PFL e PL com 4%; PDT com 3%; PRP, PR, PDS e PT com 2% e PSC e PTB com 1%.

Conforme os números, dois aspectos nos chama a atenção: a hegemonia do PSDB durante cinco mandatos e a pouca participação das mulheres na gestão pública, sendo que apenas cinco municípios do território conseguiram eleger mulheres. Os municípios que tiveram mulheres como gestoras foram General Sampaio com dois mandatos, Paraipaba com dois mandatos, São Luis do Curu com dois mandatos Uruburetama com dois mandatos e Paracuru com um mandato.

Quanto ao nível de compromisso entre os gestores públicos com a estratégia de desenvolvimento territorial ainda é baixo, devido à ausência na participação dos eventos; como reuniões, oficinas e plenárias de alguns municípios, dificultando assim a eficácia de ações beneficiadoras para o

território, prejudicando os que estão na condição de beneficiários destas políticas. Muitas vezes, os representantes das prefeituras não participam de todo o processo e não tem poder de decisão.

Não conseguimos visualizar nos gestores uma proposta de desenvolvimento com bases sustentáveis, porque o que prevalece são as circunstâncias que surgem em função das conjunturas nacional ou estadual. Por esta razão é que os políticos trocam tanto de partidos. Como demonstram os Quadros 28 a 33, nos cinco mandatos, a composição partidária do território se conformou por meio de dezesseis partidos diferentes.

20.2 Estrutura administrativa e atuação das instituições públicas e da sociedade civil no território com potencial de integração

Antes de apresentar elementos de diagnóstico mais específico deste tema é necessário refletir sobre elementos de diagnóstico apontados no estudo do tema *“Institucionalidades para a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial Rural”*, na Série Documentos do CONDRAF Nº 01 (2005) que, entre outras coisas, aborda na forma de convergências/divergências e considerações/ sugestões a referida temática com base no conjunto de estudos já realizados.

A primeira variável de diagnóstico refere-se ao panorama da institucionalidade, compreendido pelos componentes: (1) Articulação dos Atores sociais; (2) Composição do CMDR; (3) Caráter dos Conselhos; (4) Legitimidade da representação; (5) Papel do CMDR enquanto formulação e gestão de políticas públicas e (6) Capacitação e qualidade da participação dos atores sociais.

A segunda variável de diagnóstico aborda as bases territoriais e institucionais das diferentes esferas de gestão social, compreendida pelos componentes: (1) Abrangência e interação das ações; (2) Amplitude e enfoque

dos debates; (3) Continuidade e descontinuidade das ações e (4) Mecanismos de apoio ao funcionamento das institucionalidades.

Outra variável trata dos principais avanços e obstáculos nos âmbitos: (1) do Desenvolvimento rural municipal; (2) da Articulação e cooperação entre os diferentes atores sociais; (3) da Organização, da participação e da capacitação dos atores locais, em especial dos agricultores familiares e das comunidades e (4) do Ambiente institucional e da consolidação de novas institucionalidades.

Considerando esta última variável, o Quadro 7 procura destacar no Território a atuação de diversas instituições públicas que ofertam uma variedade de serviços e/ou ações com potencial de integração, cujo objetivo é o de verificar a estrutura administrativa e a capacidade de atuação das instituições públicas nas diferentes esferas de governo, no contexto do desenvolvimento e da teia de relações sociais do território.

20.3 Governos Federal e Estadual

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
1. Acesso ao Crédito	<p>Banco do Brasil – Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS. Atividades do DRS priorizadas no território: 1. Artesanato: Itapajé, Paracuru, Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Trairi e Uruburetama; 2. Apicultura: Umirim; 3. BIODIESEL: Itapajé e Uruburetama; 4. Bovinocultura; 5. Cajucultura: Amontada, Itapipoca, São Gonçalo do Amarante e Tururu; 6. Mandiocultura: Itapipoca e Trairi; 7. Ovinocaprinoicultura: Pentecoste</p>
	<p>Banco do Nordeste do Brasil – Nordeste Territorial Atividades priorizadas no território: a) Apicultura; b) Bovinocultura de Leite; c) Fruticultura (Banana); d) Fruticultura (Caju); e) Fruticultura (Mamão); f) Ovinocaprinoicultura de Corte</p>

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
2. Assessoria/ Assistência Técnica e Capacitação	SEBRAE Atividades priorizadas no território: a) Turismo; b) Artesanato; c) Comércio Varejista; d) mandiocultura; c) Ovinocaprinocultura; d) Fruticultura Irrigada; e) Cajucultura; f) Apicultura.
	EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS E ATES/INCRA Assistência/Assessoria Técnica Ambiental e Social: Agricultura Familiar e Assentados da Reforma Agrária.
3. Infraestrutura	DNOCS Manutenção e Gestão dos Perímetros Irrigados
	Caixa Econômica Federal Acompanhamento e gestão financeira dos projetos sociais, econômicos e ambientais implantados pelos municípios e estado em parceria com o Governo Federal – PROINF e projetos de custeio executados por organizações da sociedade civil.
	FUNASA Análise técnica e acompanhamento dos projetos de saneamento básico no território.
	SDA/PROJETO SÃO JOSÉ Projetos de abastecimento água, casas de farinha, casas de mel, mandalas, casas de apoio ao artesanato, agroindústrias.
	MDA/SDT Kits feira da agricultura familiar
4. Meio Ambiente	IBAMA Recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas e em potencial de degradação. Exerce fiscalização com pouca atuação no Território
	SEMACE Licença ambiental para os projetos implantados nos territórios demandantes desta ação
5. Abastecimento e Comercialização	CONAB Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA.
	SDA/MDS Elaboração e acompanhamento aos Projetos de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea – PAA e PAA LEITE.
	Bases de Serviços de Comercialização Apoio aos grupos produtivos no acesso aos mercados.
	PNAE – MEC

TIPOS DE SERVIÇOS	INSTITUIÇÕES/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
6. Reforma Agrária	INCRA e PROJETO CRÉDITO FUNDIÁRIO Fortalecimento e recuperação de áreas de assentamentos de reforma agrária
	IDACE Acompanhamento ao processo de regularização fundiária no território
7. Defesa sanitária e certificação de produtos da agricultura familiar	Superintendência do Ministério da Agricultura SFA ADAGRI
8. Acompanha as políticas de Desenvolvimento Agrário	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário – DFDA –CEARÁ SDA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA
Ensino, pesquisa e extensão	Universidade Estadual do Ceará(UECE)

Quadro 34: Serviços Prestados pelas Instituições com Potencial de Integração
Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Instituições, 2010.

Tomando como referência os serviços de acesso ao crédito, constata-se que o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco do Brasil e o SEBRAE priorizaram em comum a atividade de ovinocaprinocultura e a apicultura. Além destas três instituições que por natureza das atividades se faz necessária a integração de ações, outras apresentam grande potencialidade para integrar ações, quais sejam: CONAB e Bases de Serviços no apoio ao acesso aos mercados; ADAGRI e SFA na certificação dos produtos processados e EMATERCE, INSTITUTO AGROPOLOS, ATES/INCRA na assistência técnica às comunidades rurais e áreas de assentamento da reforma agrária.

No entanto, a integração de ações ainda se constitui num grande desafio, haja vista, que a vivência das instituições é de desenvolver suas ações de forma isolada, trazendo como consequência a desarticulação da oferta de políticas públicas, e, por conseguinte, a desarticulação da demanda.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância

propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

O Colegiado Territorial avalia que a atuação das instituições públicas no Território, tanto em âmbito federal, quanto em âmbito estadual ainda tem sido pontual, sem haver uma maior integração das suas ações, havendo necessidade de um diálogo maior para a apresentação via matriz de ações e, conseqüente implementação de programas e/ou projetos no Território. Ressalta que as instituições mantêm relações com os políticos locais, permitindo que haja ingerência política, o que acaba não favorecendo a autonomia institucional.

Na análise do Colegiado Territorial, a estrutura funcional da FUNASA precisa melhorar, pois atualmente, serve para atender prefeitos e projetistas das prefeituras e empresas contratadas, e não participa no processo de gestão social nos municípios do território.

Com relação às instituições que cuidam do meio ambiente, o Colegiado entende que a estrutura funcional do IBAMA e SEMACE têm trabalhado no sentido muito mais de exercício de uma fiscalização repressora e do poder de polícia, sem, contudo, participar do processo de gestão social, pois falta diálogo e entrosamento com o Território. Ainda apresenta um déficit muito grande de acompanhamento técnico das suas ações. Muito pouco tem sido feito com relação à educação ambiental. Há ausência do IBAMA na fiscalização de áreas com produção de carvão ilegal, nas APPs e áreas de reserva legal.

A CONAB funciona com poucos funcionários e técnicos para divulgar melhor os programas governamentais aos agricultores familiares. Essa deficiência na divulgação dos programas dificulta o acesso e a inclusão dos beneficiários diretos, o que acaba comprometendo, sobretudo a política de segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

No que se refere aos programas apoiados pela SDA/MDS faltam esclarecimentos acerca dos critérios de inclusão e gestão social dos programas.

Com relação à Delegacia Federal do MDA, esta tem funcionado de forma deficiente, em espaço e quadro funcional, para dar resposta às solicitações e reclamações relacionadas aos programas e ações: garantia safra, emissão de DAPs, acesso às linhas de crédito especial do PRONAF. Falta uma melhor integração das ações dentro do próprio ministério- SAF/ SDT/ SRA/ NEAD e com as parcerias institucionais nos municípios do território. Tem mostrado eficiência no acompanhamento das ações do desenvolvimento territorial.

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agência local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (PROINF) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios.

20.4 Governo Municipal

TIPOS DE SERVIÇOS	SECRETARIAS/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
Educação e cultura	Secretaria Municipal de Educação
	Secretaria municipal de Cultura e Desporto
Apoio na Geração de trabalho e renda	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
	Secretaria municipal de Agricultura e Recursos Hídricos
	Secretaria municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário
	Secretaria municipal do Agro negócios
	Secretaria Municipal de Agricultura
	Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia
Gestão e controle social	Secretaria Municipal de Gestão e Controle
	Secretaria Municipal de Administração
	Secretaria Municipal do Planejamento
	Secretaria municipal de Recursos Humanos
Articulação Política Institucional	Secretaria Municipal de Governo
	Secretaria municipal de Relações Institucionais
Assessoria Jurídica	Procuradoria do Município

TIPOS DE SERVIÇOS	SECRETARIAS/AÇÕES COM POTENCIAL DE INTEGRAÇÃO
Assistência Social	Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Empreendedorismo.
	Secretaria Municipal de Ação Social
Infraestrutura	Secretaria Municipal de Obras e Serviços
Saúde	Secretaria Municipal de Saúde
Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Quadro 35: Tipos de Serviços Prestados pelos Municípios no Território

Fonte: Pesquisa da Consultoria junto às Secretarias Municipais, 2010.

A estrutura administrativa dos municípios do Território está organizada conforme o Quadro 35. Assim como nas instituições do governo federal e estadual, apesar das secretarias municipais estarem muito próximas, a experiência tem mostrado que elas, muitas vezes, desenvolvem atividades de forma desarticulada, sem relacionar as ações e os objetivos que têm em comum. Essa atuação isolada, pode ocasionar superposição de papéis e recursos de toda ordem, apontando necessariamente, para um planejamento melhor dos entes municipais no que se refere à otimização dos recursos e uma melhor oferta dos serviços públicos.

Não é feito um planejamento intersetorial; as secretarias fazem parte do organograma, mas não tem recursos próprios, nem programas e/ou projetos para trabalhar considerando as suas interfaces. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

20.5 Estrutura Sociorganizativa da Sociedade Civil

Assim como as instituições públicas, também são várias as entidades da sociedade civil que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Assim, destacamos aquelas com maior potencial de integração de ações, tendo em vista, a consonância com o Plano, cuja abrangência é territorial:

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Política Sindical	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR
	Regional da FETRAECE
	Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais SINTRAF
Reforma Agrária	Movimento dos Sem Terra
	Fórum dos Assentados/as
	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Convivência com o Semiárido	Fórum Cearense pela Vida no Semiárido
	Fórum Microrregional de Convivência Com o Semiárido
	Fóruns Municipais
Meio Ambiente	Organizações Não Governamentais – ONGs que trabalham a temática ambiental
	Cáritas Diocesana
Recursos Hídricos	Comitês de Bacias Hidrográficas CBH-CURU e CBH- LITORAL
Articulação/organização dos/as Apicultores/as	Cooperativa de Pequenos Produtores.
	Associações de apicultores
	Fórum Territorial de Apicultores
Assessoria Técnica Social e Ambiental – ATER e ATES	Organizações da Sociedade Civil que prestam assessoria técnica ao território – SETAH, CETRA, COOPASAT, ACACE
Crédito fundiário	FLOR DO PEQUI e INSTITUTO SESEMAR
Programa Agentes Rurais do Estado	INSTITUTO AGROPOLOS
Bases de Serviços de Comercialização	INSTITUTO SESEMAR
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas voltadas para projetos produtivos e desenvolvimento sustentável dos municípios.	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável – CMDS
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Saúde	Conselhos Municipais de Saúde
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Assistência Social	Conselhos Municipais da Assistência Social
Acompanhamento e controle social de ações e políticas públicas de Educação.	Conselho Municipal de Educação Conselho da Alimentação Escolar – CAE Conselho Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB
Acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes	Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Crianças e Adolescentes
Meio Ambiente	Conselhos Municipais de Meio Ambiente
Defesa civil	Conselho Municipal de Defesa Civil
Segurança pública	Conselho Municipal de Segurança Pública
Segurança alimentar	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
Religião	Pastorais Sociais e Regiões Episcopais
Pescadores	Colônias de pescadores
Crédito	Cooperativa de Crédito
Integração entre os municípios	Associação dos Municípios dos Vales do Curu – AMUV
	Comitê Setorial de Mulheres Rede de Mulheres Artesãs

TIPOS DE AÇÕES/SERVIÇOS	ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES
Políticas para as mulheres	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR
	Secretarias de Políticas para Mulheres – Regional FETRAECE
Agricultura familiar, agroecologia e juventude rural, mulheres trabalhadoras rurais (quintais produtivos)	Rede de Agricultores Agroecológicos
	Instituto Coração de Estudante - PRECE
	Agência de Desenvolvimento local - ADEL
	CETRA
	INSTITUTO SESEMAR/GACC
Turismo	Fórum do Turismo

Quadro 36:Tipos de Ações e Serviços Prestados por Entidades e Organizações da Sociedade Civil com Potencial de Integração

Fonte: Pesquisa da consultoria junto às entidades e organizações da sociedade civil, 2010.

O processo de articulação de ações entre entidades da sociedade civil, por natureza das ações exige um esforço maior, haja vista que as bandeiras de luta de cada uma das organizações precisam de complementaridade para serem postas em prática. É importante destacar que não se trata de se querer juntar todas elas para atuarem de forma conjunta, até porque é fundamental se preservar a identidade e a autonomia de cada entidade. Identificar temas de interesse que exigem ações articuladas, sem haver perda de identidade e autonomia, torna-se fator preponderante para o fortalecimento de entidades representativas da sociedade civil no Território.

Na análise do Colegiado Territorial se constata fragilidade na participação das representações da sociedade civil, exceto do movimento sindical, STTR e MST que demonstram mais autonomia durante a realização dos eventos territoriais, organizados para dar concretude a implementação de ações em prol do desenvolvimento territorial.

21 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL TERRITORIAL

21.1 Municipalização das Políticas Públicas

A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

Na prática, entretanto, a descentralização acarretou em quase todos os municípios sérias conseqüências, entre elas destacam-se: (1) As responsabilidades foram transferidas, mas os recursos ou não o foram ou foram transferidos em quantidades insuficientes, desconsiderando a realidade das prefeituras municipais; (2) As prefeituras não foram preparadas para receber os encargos transferidos; (3) As ações foram programadas de forma desintegrada e desarticulada, uma vez que a complexidade dos problemas sociais não foi considerada; (4) Os órgãos federais assumiram o papel de coordenar as ações e repassar recursos, desobrigando-se da responsabilidade de programar as políticas regionais e (5) A adoção de critérios regressivos na distribuição de recursos, descentralizando proporcionalmente os encargos sociais, promoveu a fragmentação do tecido social, aumentando as desigualdades.

No nosso caso específico, o governo federal adotou uma política de redistribuição de recursos aos municípios, de acordo com os impostos arrecadados e o número de habitantes, sem considerar o endividamento dos estados e municípios. Em função de tudo isso, o que se pode constatar, na

prática, foi à desconcentração, em vez de descentralizar e municipalizar as políticas públicas.

Considerando que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, um elemento de diagnóstico considerado neste item refere-se ao orçamento público municipal que tem origem em duas matrizes, ou seja, (1) Transferências governamentais de caráter federal e estadual e (2) Receitas oriundas da arrecadação de impostos do próprio município.

21.2 Transferências Governamentais

As transferências mencionadas são originárias do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, Convênios, Transferências de Capital, dentre outros, que constituem o montante orçamentário.

Os Quadros 37 a 41 detalham as transferências em nível federal no período de 2000 a 2009 considerando, em separado, cada transferência, ou seja, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB).

O orçamento destinado à saúde nos municípios do Território, originário de Receitas de impostos e Transferências constitucionais e transferências do SUS está sintetizado no Quadro 37 e refere-se aos repasses dos anos 2006, 2007, 2008 e 2009.

Município	2006	2007	2008
Paracuru	7.562.717	5.005.817	7.808.599
Paraipaba	1.132.144	1.485.109	2.517.224
São Gonçalo do Amarante	1.564.695	2.116.747	2.526.585
São Luis do Curu		1.003.189	
Micro território I	10.259.556	9.610.862	12.852.408
Apuiarés	797.116	920.013	1.255.206
General Sampaio	700.483	855.317	1.084.261
Pentecoste	1.092.359	1.281.463	1.624.895
Tejuçuoca	763.384	1.064.623	1.217.962
Micro território II	3.353.343	4.121.416	5.182.324
Amontada	1.376.421	1.279.336	1.607.247
Itapipoca		4.855.830	9.523.523
Itarema	1.185.533	1.395.950	1.996.944
Miraíma		852.582	1.186.759
Trairi	1.544.812	1.509.992	1.682.810
Tururu	834.720	879.235	1.100.818
Micro território III	4.941.486	10.772.925	17.098.102
Irauçuba	890.538	1.017.266	1.152.607
Itapajé	2.544.727	2.251.891	3.014.940
Umirim	820.156	1.051.522	1.264.822
Uruburetama		1.556.049	
Micro território IV	4.255.421	4.859.462	4.279.763
TOTAL	22.809.806	29.364.666	39.412.597

Quadro 37: ICMS - COTA PARTE

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

MICROS	2006	2007	2008	TOTAL
Micro território I	10.259.556	9.610.862	12.852.408	32.722.826
Micro território II	3.353.343	4.121.416	5.182.324	12.657.083
Micro território III	4.941.486	10.772.925	17.098.102	32.812.513
Micro território IV	4.255.421	4.859.462	4.279.763	13.394.646
TOTAL	22.809.806	29.364.665	39.412.597	91.587.068

Quadro 38: Comparativo Entre os Micro Territórios

Fonte: Site do Tesouro Nacional, *on line*, 2010

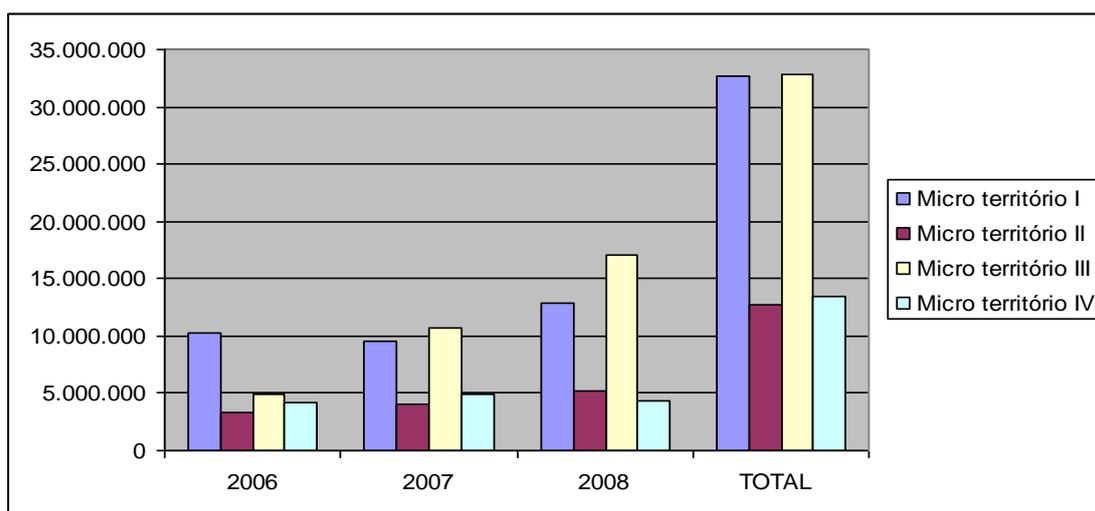


Figura 21: Gráfico Comparativo Entre os Micro Territórios
Fonte: Tesouro Nacional , on line, 2010

Município	2006	2007	2008	2009
Paracuru	7.479.594,40	8.579.392,16	10.550.848,52	9.845.345,67
Paraipaba	6.546.962,95	7.506.968,29	9.231.992,57	8.614.677,57
São Gonçalo do Amarante	8.416.372,61	9.651.816,12	11.869.704,59	11.076.013,86
São Luís do Curu	3.741.121,89	4.289.696,34	5.275.424,43	4.922.673,06
Micro I	26.184.051,85	30.027.872,91	36.927.970,11	34.458.710,16
Apuiarés	4.673.753,53	5.362.120,37	6.594.280,45	6.153.341,23
General Sampaio	2.805.841,60	3.217.272,40	3.956.568,51	3.692.004,95
Pentecoste	7.294.012,53	8.251.740,56	10.550.848,52	9.845.345,67
Tejuçuoca	4.676.402,22	5.362.120,37	6.594.280,45	6.153.341,23
Micro II	19.450.009,88	22.193.253,70	27.695.977,93	25.844.033,08
Amontada	7.482.243,11	9.651.456,17	11.869.704,59	11.076.013,86
Itapipoca	14.961.837,12	17.158.783,72	21.101.696,76	19.690.691,06
Itarema	7.482.243,11	8.579.392,16	10.550.848,52	9.845.345,67
Miraima	3.741.121,89	4.289.696,34	5.275.424,43	4.922.673,06
Trairi	9.352.803,81	10.724.240,09	13.188.560,59	12.306.682,07
Tururu	3.741.121,89	4.289.696,34	5.275.424,43	6.153.341,23
Micro III	46.761.370,93	54.693.264,82	67.261.659,32	63.994.746,95
Irauçuba	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Itapagé	9.350.155,13	10.724.240,09	13.188.560,59	12.306.682,07
Umirim	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Uruburetama	5.611.682,54	6.434.544,28	7.913.136,51	7.384.009,36
Micro IV	26.185.202,75	30.027.872,93	36.927.970,12	34.458.710,15
TOTAL	118.580.635,41	136.942.264,36	168.813.577,48	158.756.200,34

Quadro 39: Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
Fonte: Tesouro Nacional, on line, 2010.

Município	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Micro I	26.184.051,85	30.027.872,91	36.927.970,11	34.458.710,16	127.598.605,03
Micro II	19.450.009,88	22.193.253,70	27.695.977,93	25.844.033,08	95.183.274,59
Micro III	46.761.370,93	54.693.264,82	67.261.659,32	63.994.746,95	232.711.042,02
Micro IV	26.185.202,75	30.027.872,93	36.927.970,12	34.458.710,15	127.599.755,95
TOTAL	118.580.635,41	136.942.264,36	168.813.577,48	158.756.200,34	583.092.677,59

Quadro 40: Comparativo entre os micro territórios do FPM

Fonte: Tesouro Nacional, on line, 2010

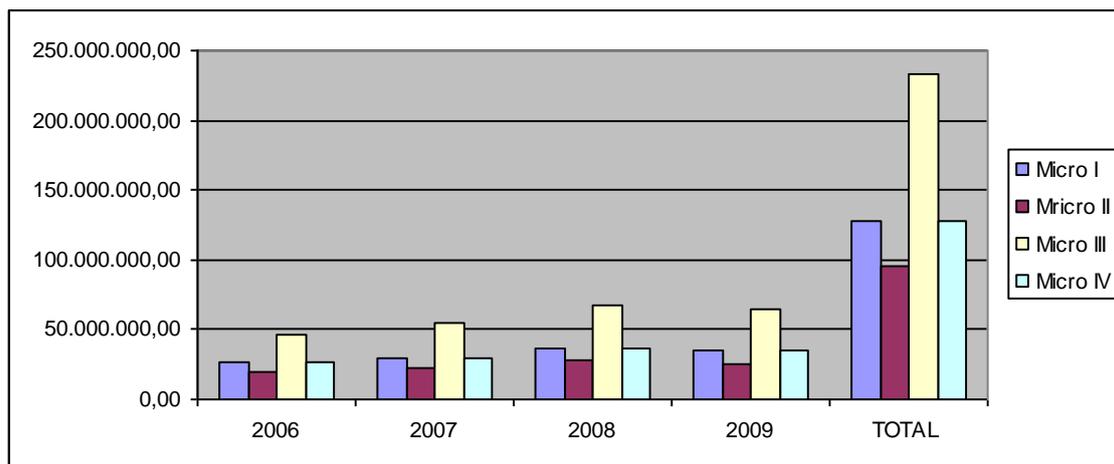


Figura 22: Gráfico Comparativo entre os micros territórios do FPM

Fonte: Tesouro Nacional, on line, 2010

Município	2006	2007	2008	2009
Paracuru	5.004.391,13	7.260.606,18	10.087.947,06	11.470.319,23
Paraipaba	4.863.740,11	6.304.050,87	8.327.503,26	9.124.311,96
São Gonçalo do Amarante	5.640.727,18	8.009.756,95	10.938.697,30	12.756.840,72
São Luís do Curu	2.188.055,44	2.747.336,17	3.637.109,72	3.871.977,84
Micro I	17.696.913,86	24.321.750,17	32.991.257,34	37.223.449,75
Apuiarés	2.402.199,04	3.320.793,16	4.023.970,58	4.595.607,45
General Sampaio	1.251.759,03	1.769.461,21	2.566.579,11	3.013.235,11
Pentecoste	6.050.848,73	8.247.177,79	10.632.958,82	11.679.992,07
Tejuçuoca	3.465.965,93	4.729.967,53	5.806.212,75	6.570.530,87
Micro II	13.170.772,73	18.067.399,69	23.029.721,26	25.859.365,50

Município	2006	2007	2008	2009
Amontada	7.894.011,63	10.458.861,70	13.879.554,84	15.225.264,92
Itapipoca	14.967.854,98	20.617.304,42	28.239.298,42	32.459.094,91
Itarema	6.585.739,87	8.695.575,32	12.277.228,87	13.846.390,64
Miraíma	1.934.067,92	2.847.314,69	3.880.380,85	4.646.612,26
Trairi	9.127.490,48	12.275.976,85	16.596.613,66	18.061.781,99
Tururu	2.380.935,24	3.222.561,57	4.242.593,87	4.793.557,57
Micro III	42.890.100,12	58.117.594,55	79.115.670,51	89.032.702,29
Irauçuba	3.773.089,36	5.469.238,42	6.677.183,49	7.781.973,28
Itapagé	6.574.828,01	9.231.137,76	12.426.682,88	14.067.989,83
Umirim	3.286.449,80	4.339.567,86	5.512.758,03	6.034.297,76
Uruburetama	3.379.636,97	4.414.888,05	5.974.543,64	6.934.360,44
Micro IV	17.014.004,14	23.454.832,09	30.591.168,04	34.818.621,31
TOTAL	90.771.790,85	123.961.576,50	165.727.817,15	186.934.138,85

Quadro 41: FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

Micro	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Micro I	17.696.913,86	24.321.750,17	32.991.257,34	37.223.449,75	112.233.371,12
Micro II	13.170.772,73	18.067.399,69	23.029.721,26	25.859.365,50	80.127.259,18
Micro III	42.890.100,12	58.117.594,55	79.115.670,51	89.032.702,29	269.156.067,47
Micro IV	17.014.004,14	23.454.832,09	30.591.168,04	34.818.621,31	105.878.625,58
TOTAL	90.771.790,85	123.961.576,50	165.727.817,15	186.934.138,85	567.395.323,35

Quadro 42: Comparativo entre os micro territórios FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)

Fonte: Tesouro Nacional, *on line*, 2010.

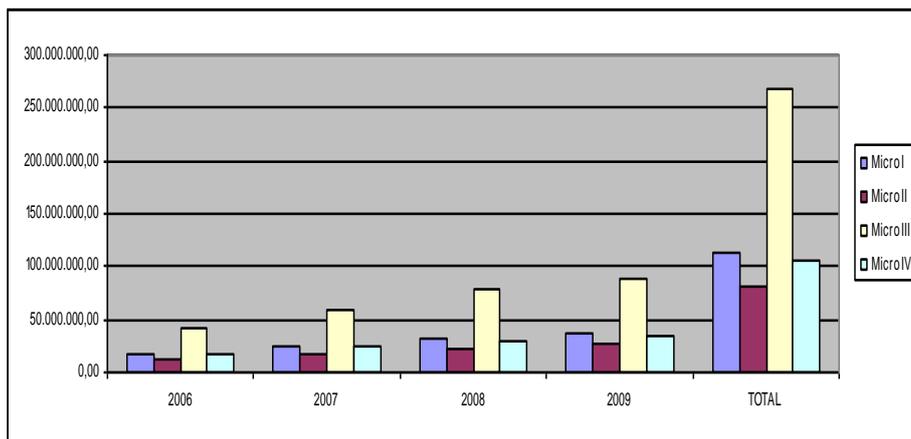


Figura 23: Comparativo entre os micro territórios FUNDEF (2006) E FUNDEB (2007 até 2009)

Município	Receitas de impostos e transferências				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	Constitucionais				2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	2006	2007	2008	2009								
Paracuru	18.578.779	18.512.587	25.178.779	25.432.996	2.193.239	2.281.750	3.630.549	4.440.068	68	74	113	136
Paraipaba	10.257.743	13.368.287	14.543.548	14.603.170	2.421.569	2.812.513	3.291.278	3.608.087	82	100	12	121
São Gonçalo do Amarante	16.693.523	20.340.487	29.466.940	43.527.987	3.518.493	5.285.279	4.912.962	5.672.813	87	131	116	132
São Luís do Curu	5.830.431	6.810.240	8.423.832	8.473.401	1.417.950	1.244.292	1.646.032	1.467.702	117	103	131	116
Micro Litoral Vales do Curu	51.360.476	59.031.601	77.613.099	92.037.554	9.551.251	11.623.834	13.480.821	15.188.670	353	409	372	505
Apuiarés	6.944.550	7.832.716	9.901.415	9.368.521	1.090.900	1.206.153	1.623.783	2.050.717	74	88	114	142
General Sampaio	4.488.533	5.062.029	6.348.514	6.432.388	497.730	565.027	580.229	952.055	114	86	88	143
Pentecoste	10.989.760	12.222.871	15.671.132	15.301.018	3.193.800	3.398.818	4.998.372	5.545.586	97	101	143	158
Tejuçuoca	6.969.473	8.099.723	10.067.836	9.459.419	1.180.425	1.462.494	1.658.446	1.864.990	80	97	103	115
Micro Médio Curu	29.392.316	33.217.339	41.988.897	40.561.346	5.962.855	6.632.492	8.860.830	4.867.762	365	373	448	558
Amontada	11.378.562	14.102.358	18.237.057	17.019.732	2.876.403	2.749.701	3.258.713	3.836.553	76	73	83	95
Itapipoca	26.554.975	29.049.624	36.694.730	35.165.62	4.351.899	5.353.571	13.431.024	15.659.618	41	50	119	137
Itarema	11.359.409	12.947.442	16.503.325	17.030.571	3.470.747	3.967.398	4.230.153	4.545.474	102	116	118	124
Miraíma	6.076.006	6.497.371	8.208.404	7.920.577	691.227	874.340	862.499	1.042.073	56	72	68	82
Trairi	13.656.274	16.076.036	20.101.451	19.042.320	4.071.253	3.757.199	4.886.393	5.419.45	81	77	96	105
Tururu	5.728.632	6.473.743	8.177.324	9.186.286	1.277.320	1.080.060	1.298.878	1.473.048	85	97	81	92
Micro Vales do Aracatiaçu Mirim	74.753.858	85.146.574	107.922.291	70.199.486	16.738.849	17.782.269	27.967.660	26.556.766	441	485	565	636
Irauçuba	8.143.105	9.207.685	11.509.428	11.743.420	1.10.168	1.144.813	2.429.530	2.590.167	52	66	106	111

Município	Receitas de impostos e transferências				Receitas transferências do SUS				Receitas transferências do SUS/hab. (%)			
	Constitucionais				2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
	2006	2007	2008	2009								
Itapagé	15.037.628	16.704.859	20.976.012	20.732.214	2.146.805	4.050.045	4.004.493	5.229.412	46	89	85	110
Umirim	8.196.854	9.438.713	11.655.573	11.219.859	1.364.143	1.342.370	1.695.742	1.958.501	72	74	90	103
Uruburetama	8.982.334	10.135.837	12.193.415	12.368.665	1.515.374	1.885.391	2.388.987	2.958.678	81	98	118	143
Micro União das Serras	40.359.921	45.487.094	56.334.428	56.064.158	5.026.322	8.422.619	10.518.752	12.736.758	252	327	399	468
TOTAL	195.866.571	222.882.608	283.858.715	258.862.544	37.279.277	44.461.214	60.828.063	59.349.956	1411	1593	1665	2168

Quadro 43: Receitas derivadas de Transferências Constitucionais e do SUS – 2006 -2009

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS – Ministério da Saúde – DATASUS – Indicadores Municipais

De acordo com os dados dos Quadros 43 a 44 , constata-se uma evolução dos recursos entre os anos 2006 a 2009 de 33,88%, para os repasses oriundos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM; entre 2006 a 2008, de 72,78% para os repasses do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e entre 2006 a 2009, de 105,93 para o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB. Para as Receitas de impostos e transferências constitucionais, Receitas transferências do SUS inerentes à saúde, no período 2006 a 2009 o incremento foi de 32,16%

Não é oportuno, neste momento se fazer uma análise sobre os resultados alcançados da aplicação destes recursos no Território, pois esta análise está sendo elaborada nos eixos educação e cultura, saúde saneamento e acesso à água. No entanto, merece uma reflexão acerca do processo de integração destas ações, que no geral, ainda são geridas de forma fragmentada e setorializadas.

21.3 Arrecadação Orçamentária Municipal

Município	2006	2007	2008
Amontada	23.672.753	37.466.471	33.255.907
Apuiarés	9.833.503	12.138.923	12.690.172
General Sampaio	6.003.184	8.620.331	8.364.024
Irauçuba	12.765.561	18.305.558	17.473.264
Itapagé	25.988.851	29.463.976	35.535.985
Itapipoca	-	63.818.106	62.945.384
Itarema	21.323.121	27.821.307	29.585.728
Miraíma	-	10.475.136	11.592.964
Paracuru	27.320.591	29.981.115	33.212.094
Paraipaba	14.760.375	19.929.567	24.278.946
Pentecoste	17.188.425	24.117.012	26.093.049
São Gonçalo do Amarante	25.161.030	37.406.254	38.783.586
São Luís do Curu	-	9.770.924	10.817.133
Tejuçuoca	10.948.708	14.131.564	15.452.931
Trairi	27.636.550	33.987.672	37.031.006
Tururu	8.737.456	10.179.329	11.025.194
Umirim	12.218.436	15.239.850	15.968.031
Uruburetama	-	14.789.799	17.204.211
Total	243.558.543	417.642.894	441.309.610

Quadro 44: Arrecadação Orçamentária Municipal

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - Finanças Municipais

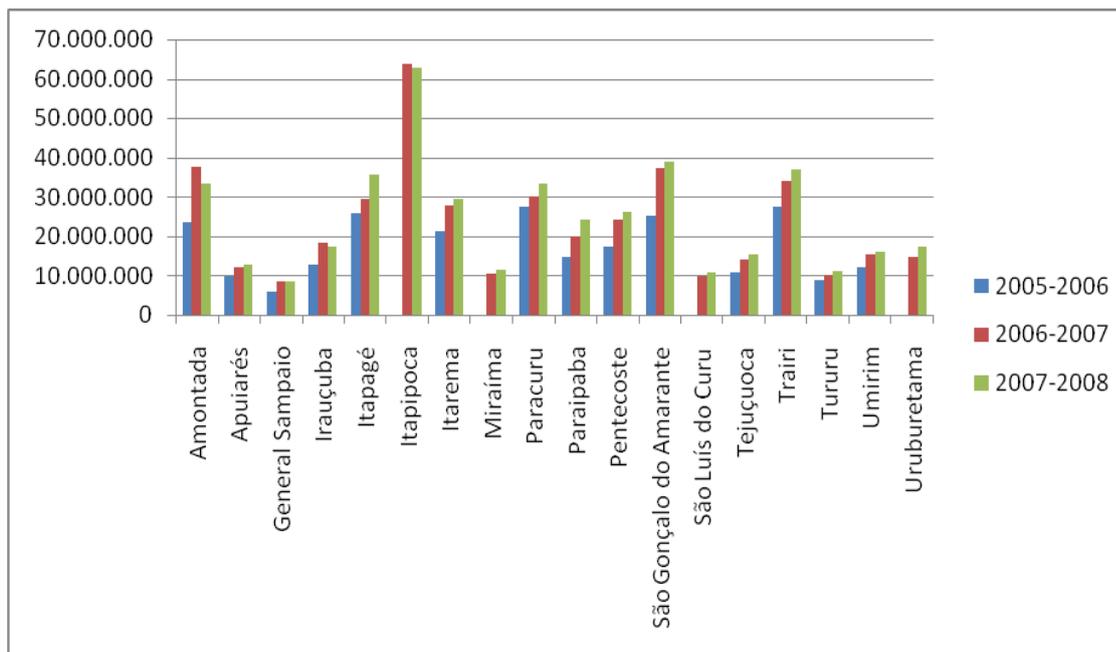


Figura 24: Arrecadação Orçamentária Municipal
Fonte: Anuário Estatístico do Ceará - Finanças Municipais, 2009.

A receita arrecada pelos municípios é composta pelas receitas correntes (receita tributária, receita patrimonial, receita de serviços, transferências correntes e outras) e pelas receitas de capitais. A receita tributária é originária da arrecadação dos impostos (IPTU, IRRF, ITBI e ISS), taxas e contribuição de melhoria.

Os municípios que mais arrecadam no Território Vales do Curu e Aracatiaçu, são: Amontada, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Trairi. Todos estão localizados na faixa litorânea e recebem royalties da Petrobrás para exploração de petróleo marítimo. Não foi incorporado ao Plano os valores repassados a estes municípios pela exploração do petróleo.

No ano de 2006 não foram oficializados dados dos municípios de Itapipoca, Miraíma, São Luís do Curu e Uruburetama. Isto dificulta fazer um comparativo da arrecadação do ano seguinte. Mas, de 2007 para 2008 houve um acréscimo de cerca de R\$ 23 milhões na arrecadação, o que significa em termos percentuais 5,36%.

Tomando-se como referência o ano de 2008, constata-se que as transferências governamentais ultrapassam a arrecadação em 29,32%.

21.4 Territorialização Das Políticas Públicas

s elementos de diagnóstico acima e as reflexões que eles sugerem, indica que o Estado brasileiro ainda não conseguiu pensar as políticas públicas como condição de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e, nesse contexto, as políticas/programas assumem um caráter compensatório e reparador que, por sinal, não respondem aos direitos, na forma de lei, assegurados na Constituição democrática de 1988.

Por outro lado e, mais recentemente, tem-se observado a vontade político-administrativa das esferas de governo municipal, estadual e federal em estabelecer canais de articulação e cooperação para a execução de políticas públicas (ou ações sociais públicas). Um exemplo dessa vontade é o Pacto pela Territorialização do Estado do Ceará, onde a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em 2009, conjuntamente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso de cooperar para a implantação integrada de políticas públicas, adotando a abordagem territorial em todo o estado do Ceará.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no Território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

21.5 Ações Públicas Ofertadas

21.5.1 Governo Estadual - Ações Ofertadas Em 2010 – PPA

Hoje é prática comum do Governo do Estado do Ceará, a elaboração e discussão do PPA com a participação da população. Para tanto, vem utilizando como espaço geográfico oito macrorregiões de planejamento. No caso específico do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, a Macrorregião é a do Litoral Oeste, composta por 27 municípios, onde se tem a participação de dezesseis dos dezoito municípios do território. Portanto, os recursos do Quadro 45 não são referentes tão somente ao Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

SECRETARIAS	VALOR	%
TOTAL DA MACRORREGIÃO	325.044.948,00	100
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA – SEINFRA	23.937.290,00	100
Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	8.537.695,00	35,67
Otimização de Segurança do trânsito	62.500,00	0,26
Programa de Telecomunicações do Estado	410.000,00	1,71
Aeroportuário	4.403.187,00	18,39
Rodoviário do Estado do Ceará	6.848.980,00	28,61
Suprimento e Universalização do Atendimento com Energias Elétricas	2.184.928,00	9,13
Modernização da Gestão Pública	1.490.000,00	6,22
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – SSPDS	11.646.831,00	100
Ronda	718.000,00	6,16
Defesa Civil Permanente	9.000,00	0,08
Proteção às Crianças, Adolescentes, Mulheres e Minorias	592.000,00	5,08
Segurança Moderna e com inteligência	9.783.079,00	84,00
Valorização do Servidor	50.000,00	0,43
Gestão de Tecnologia da Informação	494.752,00	4,25
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS	1.597.000,00	100
Infra-Estrutura do Sistema Penitenciário do Ceará – INFRAPEN	865.000,00	54,16
Gestão do Sistema Penitenciário – GESPEN	720.000,00	45,08
Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso – PROATIVOS	12.000,00	0,75
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA	23.808.735,00	
Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Pecuária	32.000,00	0,13
Desenvolvimento Territorial Sustentável e Combate à Pobreza Rural	10.975.821,00	46,10
Desenvolvimento da Agricultura Familiar	3.626.575,00	15,23
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – SÃO JOSÉ III	2.344.428,00	9,85
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	3.367.993,00	14,15

SECRETARIAS	VALOR	%
Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará – Projeto SÃO JOSÉ II	2.030.130,00	8,53
Ação Fundiária	1.431.788,00	6,01
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO – SEDUC	54.897.769,00	100
Padrões Básicos de Funcionamento das Unidades de Ensino	17.207.997,00	31,35
Qualidades da Educação Básica Nas Zonas Rural e Urbana	1.219.356,00	2,22
Organização e Gestão Democrática da Educação Básica	443.410,00	0,81
Cooperação Entre Estado e Município	14.924.545,00	27,19
Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência	187.869,00	0,34
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	58.276,00	0,11
Coordenação e Manutenção Geral	1.347.522,00	2,45
Desenvolvimento e Gestão de Políticas de juventude	17.964.800,00	32,72
Valorização do Servidor	272.553,00	0,50
Gestão de Tecnologia da Informação	1.271.441,00	2,32
SECRETARIA DA SAÚDE – SESA	27.454.770,00	100
Sistema Integral de Assistência Farmacêutica	7.124.820,00	25,95
Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada – Empréstimo BID	1.853.943,00	6,75
Fortalecimento da Atenção e Saúde nos Níveis Secundário e Terciário	18.004.607,00	65,58
Gestão, Controle Social e Institucional do SUS	3.300,00	0,01
Vigilância em Saúde	468.100,00	1,70
SECRETARIA DA CULTURA – SECULT	1.365.914,00	100
Biblioteca Cidadã	250.334,00	18,33
Programa de Incentivo às Artes e Culturas do Ceará	1.074.500,00	78,67
Memória Cultural	41.080,00	3,01
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS – SRH	28.295.189,00	100
Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos – PROGERIRH Adicional	27.875.189,00	98,52
Suprimento Hídrico para Centros Urbanos e Rurais	420.000,00	1,48
SECRETARIA DA CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE	10.017.382,00	100
Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Regional Integrado	317.050,00	3,16
Ceará Digital	87.428,00	0,87
Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento	2.396.387,00	23,92
Gestão do Sistema de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Superior	7.216.517,00	72,04
SECRETARIA DO TURISMO – SETUR	11.680.000,00	100
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Ceará	11.680.000,00	100
SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE	2.475.772,00	100

SECRETARIAS	VALOR	%
Esporte Educacional	1.475.772,00	59,61
Gestão de Equipamentos e Instalações Esportivas	1.000.000,00	40,39
SECRETARIA DAS CIDADES	13.522.555,00	100
Estruturação e Requalificação Urbana	220.000,00	1,63
Habitacional	2.613.629,00	19,33
Desenvolvimento e Integração Regional	1.247.282,00	9,22
Saneamento Ambiental do Ceará	9.441.644,00	69,82
SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS	10.978.654,00	100
Programa de Apoio as Reformas Sociais do Ceará – PROARES – FASE II	6.040.000,00	55,02
Segurança Alimentar Nutricional	41.550,00	0,38
Proteção Social Básica	1.153.851,00	10,51
Trabalho Competitivo, Alcançado a Empregabilidade	1.396.661,00	12,72
Desenvolvendo o Empreendedorismo e o Artesanato	461.000,00	4,20
Programa de Atenção à Pessoa com deficiência	50.000,00	0,46
Programa de Atendimento à Pessoa Idosa	125.000,00	1,14
Desenvolvimento a Gestão de Políticas de Juventude	1.656.700,00	15,09
Proteção Social Especial	53.892,00	0,49
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO – CEDE	20.000.000,00	100
Gestão do fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará	20.000.000,00	100
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE – CONPAM	108.000,00	100
Programa de Gestão Ambiental Estratégica	108.000,00	100
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	49.027.435,00	100

Quadro 45: Ações Ofertadas em 2010 – PPA

Fonte: SITE SEPLAG, 2010.

SECRETARIAS/ÓRGÃOS	VALOR	%
SEINFRA	23.937.290,00	7,36
SSPDS	11.646.831,00	3,58
SEJUS	1.597.000,00	0,49
DAS	23.808.735,00	7,32
SEDUC	54.897.769,00	16,89
SESA	27.454.770,00	8,45
SECULT	1.365.914,00	0,42
SRH	28.295.189,00	8,71
SECITECE	10.017.382,00	3,08

SECRETARIAS/ÓRGÃOS	VALOR	%
SETUR	11.680.000,00	3,59
SESPORTE	2.475.772,00	0,76
SECRETARIA DAS CIDADES	13.522.555,00	4,16
STDS	10.978.654,00	3,38
CEDE	20.000.000,00	6,15
CONPAM	108.000,00	0,03
ENCARGOS GERAIS	83.259.087,00	25,61
TOTAL	325.044.948,00	100

Quadro 46: Comparativo entre as Ações Ofertadas em 2010 – PPA
Fonte: SITE SEPLAG, 2010.

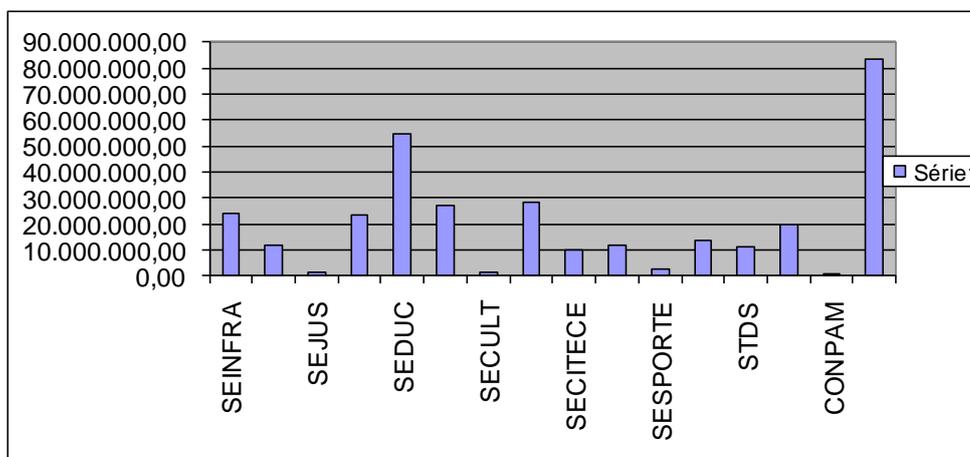


Figura 25: Comparativo entre as Ações Ofertadas em 2010 – PPA
Fonte: SITE SEPLAG, 2010.

O Quadro 46 e a figura 26 demonstram que os maiores volumes de recursos foram destinados às áreas da educação com 16,89%; recursos hídricos com 8,71%; saúde com 8,45%; desenvolvimento agrário com 7,32% e desenvolvimento econômico com 6,15%.

Quanto a metodologia utilizada para a priorização destes recursos, o Governo do Estado vem realizando plenárias territoriais nos territórios de identidade, sendo esta iniciativa extremamente importante, uma vez que, a cada ano vem valorizando e respeitando os espaços dos colegiados territoriais como instâncias fundamentais para proposições de políticas públicas. É bem verdade que o debate não é realizado plenamente com os colegiados territoriais, mas já há

um sinal importante por parte do Governo do Estado em que num futuro próximo esta prática venha a acontecer.

Na vivência dos debates do PPA os atores territoriais vêm desempenhando um papel meramente consultivo, diferentemente do PTC que para algumas ações os colegiados exercem o papel deliberativo, de controle social e mobilização social.

25.1.2 Governo Federal - Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania – PTC tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O PTC iniciou suas ações no início de 2008, tendo como porta de entrada os debates territoriais sobre a oferta de ações feita pelo conjunto dos dezoito ministérios que aderiram ao programa. Esta prática repetiu-se nos anos de 2009 e 2010, sempre nos meses de fevereiro e março. Basicamente não houve incremento significativo de recursos entre os anos 2008 a 2010. Portanto, para efeito demonstrativo sobre as ações e o volume de recursos destinados ao Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, apresenta-se no Quadro 47 as ações e a dotação orçamentária para o ano de 2010.

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO			
Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social / 2010	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	12.250,00	0,01
Cresce Nordeste / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	102.770.000,00	81,78
Nordeste Territorial / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	1.630.000,00	1,30

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
Apoio a Empreendimentos Cooperativos e Associativos / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	217.500,00	0,17
ATER/Agricultores Familiares / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	1.988.459,31	1,58
Crédito Pronaf / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	14.584.041,21	11,61
Garantia Safra / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	2.674.811,63	2,13
Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	1.150.000,00	0,92
Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais / 2010	Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - AEGRE	100.000,00	0,08
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA / 2010	Secretaria da Agricultura Familiar - SAF	542.877,32	0,43
PAA - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	909.246,93	0,01
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA Leite / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	2.058.600,00	81,78
SUB-TOTAL		128.637.786,40	100,00
EDUCAÇÃO E CULTURA			
Programa Dinheiro Direto na Escola / 2010	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	2.024.898,90	54,61
ProInfo Rural e Urbano / 2009 e 2010	Secretaria de Educação à Distância - SEED	1.031.169,06	27,81
Salas de Recursos Multifuncionais / 2010	Secretaria de Educação Especial - SEESP	626.315,76	16,89
Programa BNB Cultura 2010 - Parceria BNDES / 2010	Banco do Nordeste do Brasil S/A	19.940,00	0,54
Programa Arca das Letras /	Secretaria de	5.600,00	0,15

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
2010	Reordenamento Agrário - SRA		
SUB TOTAL		3.707.923,72	100
EIXO: SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA			
Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	8.227.296,00	21,66
Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania / 2010	Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS	6.741.669,16	17,75
Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	4.227.400,00	11,13
Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil / 2010	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE	270.000,00	0,71
Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	17.064.000,00	44,93
Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	636.688,00	1,68
Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia / 2010	Secretaria de Atenção à Saúde – SAS	812.800,00	2,14

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	8.000,00	0,06
Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais e Áreas Especiais – Quilombolas / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	918.000,00	6,62
Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	1.800.000,00	12,98
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab. exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	4.800.000,00	34,61
Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) / 2009	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	5.600.000,00	40,38
Acesso à Água para a Produção de Alimentos (2ª Água) / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN	742.082,60	5,35
SUB TOTAL		51.847.935,76	100,00
EIXO: INFRAESTRUTURA			
FNHIS – Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (contratações 2007 e 2008) / 2007 e 2008	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	205.829,00	0,90
FNHIS – Habitação de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	8.487.328,61	37,16

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
2009) / 2007, 2008 e 2009			
FNHIS – Planos Habitacionais de Interesse Social (contratações 2007, 2008 e 2009) / 2007, 2008 e 2009	Secretaria Nacional de Habitação – SNH	669.547,90	2,93
Operação do Sistema de Acesso Banda Larga / 2010	Secretaria de Telecomunicações – STE	281.522,00	1,23
Programa Luz Para Todos / 2010	Eletróbrás, Concessionárias e/ou Cooperativas de Eletrificação	13.194.217,38	57,77
SUB TOTAL		22.838.444,89	100
EIXO: GESTÃO TERRITORIAL			
Apoio ao Fortalecimento da Gestão Social nos Territórios / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	160.000,00	66,67
Formação de Agentes de Desenvolvimento / 2010	Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT	80.000,00	33,33
SUB TOTAL		240.000,00	100,00
EIXO: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	41.290.204,00	28,12
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	11.096.488,00	7,56
Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	528.000,00	0,36
Programa Bolsa Família - Benefício Bolsa Família / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC	87.365.314,68	59,49
Programa Bolsa Família - Índice de Gestão Descentralizada / 2010	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC	1.735.263,86	1,18

AÇÕES	UNIDADES EXECUTORAS	VALOR	%
Programa Cisternas / 2010	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	1.724.911,20	1,17
Programa de Atenção Integral à Família / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	2.581.200,00	1,76
Serviço Socioeducativo do PETI / 2010	Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS	535.500,00	0,36
SUB TOTAL		146.856.881,74	100,00
TOTAL		353.923.143,51	100,00

Quadro 47: Matriz de ações do Programa Territórios da Cidadania 2010

Fonte: governo federal, *on line*, 2010.

EIXOS	VALOR	%
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO	128.637.786,40	36,35
EDUCAÇÃO E CULTURA	3.707.923,72	1,05
SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO À ÁGUA	51.847.935,76	14,65
INFRA ESTRUTURA	22.632.615,89	6,39
GESTÃO	240.000,00	0,07
DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	146.856.881,74	41,49
TOTAL	353.923.143,51	100,00

Quadro 48: Comparativo entre os eixos do PTC

Fonte: Site, governo federal, 2010.

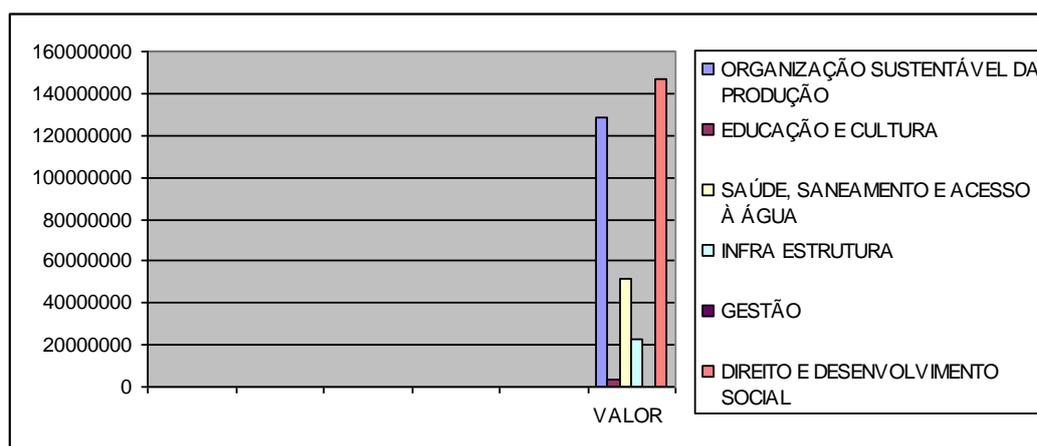


Figura 26: Comparativo entre o eixos do PTC

Fonte: Site do Governo Federal, 2010.

Conforme visto em quadros anteriores, a oferta do PTC é organizada em seis eixos: organização sustentável da produção, educação e cultura, saúde, saneamento e acesso à água, infraestrutura, gestão territorial e direitos e desenvolvimento social. Ressalta-se que durante os anos de 2008 e 2009, foram sete eixos priorizados. O eixo ação fundiária não foi ofertado em 2010. De acordo com os números o eixo com maior oferta é o que trata dos direitos e desenvolvimento social, seguido de organização sustentável da produção e saúde, saneamento e acesso à água, sendo que os demais variam entre 0,07% a 6%.

Os eixos de maior volume de recursos são exatamente aqueles voltados para ações de inclusão social; fortalecimento da pequena produção e política de melhoria da saúde da população, ou seja, confirma os objetivos a que se propõe o Programa.

Retrata-se que durante os debates territoriais, é atribuído ao Colegiado Territorial quatro papéis principais: controle social, deliberativo, mobilização social e consultivo. O papel dado ao colegiado depende da natureza da ação, sendo que no geral as ações são de caráter consultivo e de controle social.

Visando preparar o Colegiado Territorial para o processo de implementação das ações, foi constituído para cada eixo um comitê correspondente. No momento atual os comitês estão sendo capacitados para melhor desempenhar o seu papel, principalmente no que trata ao processo de elaboração e implementação dos projetos territoriais, tidos como principais entraves para fortalecer a política de desenvolvimento territorial.

Destaca-se ainda o papel do Comitê de Articulação Estadual do PTC, como espaço importante na articulação de ações em prol do atendimento das demandas priorizadas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, assim como nos colegiados territoriais. O CAE criou sete Grupos de Trabalho - GT, um para cada eixo definido pelo PTC. No momento atual, cada GT está elaborando a sua matriz de ações para em conjunto com a

matriz de ações do governo federal ser debatida nos colegiados territoriais no início de 2011.

De modo geral, avalia-se que o processo de articulação de políticas públicas entre os entes federais, estadual e municipal, ainda se constitui num grande desafio, tendo em vista, a experiência histórica das instituições públicas de atuarem de forma isolada.

Da mesma forma, na organização das demandas por parte dos atores territoriais, ainda encontra-se dificuldades de organização, uma vez que, a vivência das comunidades ainda é a de enxergar o Estado como indutor de políticas públicas e as comunidades se vêem como receptoras destas políticas. Não é percebida uma ação mais articulada entre as comunidades para a qualificação das demandas.

21.1.3 Instituições Públicas e Entidades com Atuação Regionalizada

A estratégia de desenvolvimento territorial pressupõe haver um esforço no sentido de articulação de ações institucionais voltadas para o atendimento das demandas dos territórios. Entende-se que um dos aspectos que pode contribuir para que isso venha acontecer, é a própria localização geográfica das instituições. Neste sentido, foi feito um levantamento de um conjunto de instituições que pela sua estratégia de ação podem atuar de forma regionalizada.

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
2ª CREDE – Itapipoca		Amontada, Apuiarés, Itapipoca, Itapajé, Miraíma, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo, São Luis do Curu, Tejuçuoca,	

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
		Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.	
	3ª CREDE	Itarema	Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Jijoca de Jericoaoara, Marco e Morrinhos.
	6ª CREDE	Irauçuba	Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras,, Hidrolândia, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota e Pires Ferreira.
	7ª CREDE	General Sampaio	Canindé, Caridade, Itatira, Paramoti e Santa Quitéria.
6ª CRES – Itapipoca		Amontada, Itapipoca, Miraíma, Trairi, Tururu, Uruburetama e Umirim.	
	11ª CRES – Caucaia.	Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo, São Luis do Curu, Itapajé, Pentecoste, Tejuçuoca, Apuiarés e General Sampaio.	Caucaia.
	11ª CRES - Sobral	Irauçuba.	Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Freicherinha, Graça, Groaíras,, Hidrolândia, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota e Pires Ferreira, Santa Quitéria, Catunda, Uruoca, Ipu.
	12ª CRES – Acaraú	Itarema	Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Acaraú, Bela

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
			Cruz, Marco e Morrinho.
Banco do Nordeste Itapipoca		Acarau, Amontada , Bela Cruz , Cruz , Itapajé, Itapipoca, Itarema, Marco, Miraíma, Morrinhos, Paraipaba, Pentecoste, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu e Uruburetama, Umirim	
	Banco do Nordeste do Brasil – Sobral	Irauçuba.	Alcântara, Cariré, Coreaú, Forquilha, Graça, Groaíras,, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mocambo, Pacujá, , Reritaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota, Santa Quitéria.
	Banco do Nordeste Canindé.	Apuiarés e General Sampaio,	Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti.
	SEBRAE – Regional Sobral	Amontada, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Miraíma.	Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Morrinhos e Uruoca.
	SEBRAE – Regional Metropolitano.	Apuiarés, General Sampaio, Itapajé, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim e Uruburetama.	
	INSS – Caucaia.	Apuiarés, General Sampaio, Paracuru, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante e Paraipaba	Caucaia,

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
INSS – Itapajé.		Irauçuba, Itapagé, São Luís do Curu, Umirim e Tejuçuoca	
INSS – Itapipoca.		Acaraú, Bela Cruz, Itapipoca, marco, Trairi, Uruburetama, Cruz, Amontada, Itarema, Tururu, Miraíma e Jijoca de Jericoacoara.	
	SEPLAG Plano Plurianual – PPA Macrorregião de Planejamento	Amontada, Miraíma, Itapipoca, Tururu, Itapajé, Tejuçuoca, Apuiarés, Pentecoste, Umirim, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Luis do Curu e Uruburetama.	Território Litoral Extremo Oeste. Chaval, Barroquinha, Camocim, Granja, Uruoca, Martinópole, Jijoca de Jericoacoara, Cruz, Bela Cruz, Acaraú Marco e Morrinhos.
FETRAECE – Regional de Itapipoca.		Amontada, Miraíma, Itapipoca, Tururu, Itapajé, Itapipoca, Tejuçuoca, Apuiarés, Pentecoste, Umirim, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Luis do Curu e Uruburetama, Itarema, Irauçuba, General Sampaio,	
Comitê de Bacia do Litoral – Sede em Pentecoste.		Amontada, Irauçuba, Itapipoca, Itarema, Miraíma, Santana do Acaraú, Sobral, Trairi, Tururu e Uruburetama	Acaraú, Santana do Acaraú, Sobral.
Comitê de Bacia do Curu – Sede em Pentecoste.		Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itatira, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Tejuçuoca e Umirim	Canindé, Caridade e Itatira, Paramoti.
	Comitê da Bacia do Metropolitano	Acarape, Apuiarés, Aracoiaba, Aratuba,	São Gonçalo do Amarante

Instituições com sede no Território	Instituições com sede em outros territórios e atendem municípios do território	Municípios do território atendidos	Municípios de outros Territórios Atendidos pelas Instituições com sede ou atuação no Território
	– Sede em Fortaleza.	Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Cascavel, Caucaia, Choró, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaramiranga, Guaiúba, Horizonte, Ibareta, Itaitinga, Itapiúna, Maracanaú, Maranguape, Mulungu, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palmácia, Pindoretama e Redenção,	

Quadro 49: Instituições e Entidades com Atuação Regionalizada

Fonte: consultas aos técnicos, sítios oficiais e documentos das instituições públicas, 2010.

Foi detectada a seguinte situação quanto a atuação das instituições de abrangência territorial:

Entidades com sede no território e que atendem apenas municípios do território: 2ª CREDE – Itapipoca, 6ª CRES – Itapipoca, Banco do Nordeste Itapipoca, INSS – Itapajé, INSS – Itapipoca, FETRAECE – Regional de Itapipoca.

Entidades com sede no território e que além de municípios do território atende outros municípios fora do mesmo: Comitê de Bacia do Litoral – Sede em Pentecoste e Comitê de Bacia do Curu – Sede em Pentecoste.

Entidades com sede em outros territórios e que atendem municípios do território: 3ª CREDE, 6ª CREDE, 7ª CREDE, 11ª CRES – Caucaia, 11ª CRES - Sobral, 12ª CRES – Acaraú, Banco do Nordeste do Brasil – Sobral , Banco do Nordeste Canindé, SEBRAE – Regional Sobral , SEBRAE – Regional Metropolitano e INSS – Caucaia, SEPLAG Plano Pluri Anual – PPA Macrorregião de Planejamento e Comitê da Bacia do Metropolitano – Sede em Fortaleza.

Durante a realização das oficinas para o levantamento de informações primárias, visando à qualificação dos dados secundários, constatou-se que é real a preocupação quanto à desarticulação das instituições para prestar serviços ao território. De fato, a distribuição geográfica das instituições tem efeito direto na possibilidade de integrar políticas públicas, e neste sentido, o Quadro 49 demonstra que das dezesseis instituições com atuação regionalizada, oito têm sede no território e atendem apenas os municípios do territórios; duas têm sede no território e atendem municípios de outros territórios e doze têm sede em outros territórios atendendo municípios de outros territórios. Portanto, a metade das instituições têm atuação diferenciada do recorte territorial definido pelos integrantes do colegiado em 2003.

É evidente que este fator influencia para a desarticulação institucional, porém não é o único motivo. Uma segunda razão, diz respeito à cultura institucional, sendo uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, o repasse das informações e das decisões tomadas pelas plenárias gerais dos colegiados territoriais, principalmente no que diz respeito ao apoio direto das instituições nos processos de elaboração e implementação dos projetos territoriais. Constata-se que ainda é muito frágil o processo de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais implantados no território, tanto pelas instituições do poder público, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil

Quanto a conformação do Território, não há questionamentos da participação dos dezoito municípios. No entanto, existem questionamentos de outros territórios, no caso, o Território do Litoral Extremo Oeste que entende que o município de Itarema tem laços de identidade e articulação institucional mais forte com este território e não com os dos Vales do Curu e Aracatiaçu, e o município de Caucaia há muito tempo vem reivindicando a sua saída do Território Metropolitano e entrada no Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

22 GOVERNABILIDADE E GESTÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Entende-se por gestão social o processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos.

O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos (esfera pública), de descentralização político-administrativa, reafirmando, portanto, formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

A gestão social constitui-se para o Território dos Vales do Curu e Aracatiçu um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e

nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

22.1 Constituição e Atuação do Colegiado para a Gestão Social do Território

A idéia-conceito de Gestão Social aportada pela SDT/MDA (2005) refere-se ao “processo através do qual o conjunto dos atores locais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento da sociedade, mais sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a sensibilização e mobilização desses agentes e fatores locais até a implantação, monitoramento e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação e pactuação de políticas e projetos”. O que significa dizer que a gestão social deve ser compreendida como mecanismo de gestão compartilhada de diferentes segmentos sociais, contribuindo para o movimento de ampliação dos espaços democrático-participativos e de descentralização político-administrativa, reafirmando formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetivo sentimento de co-responsabilidade.

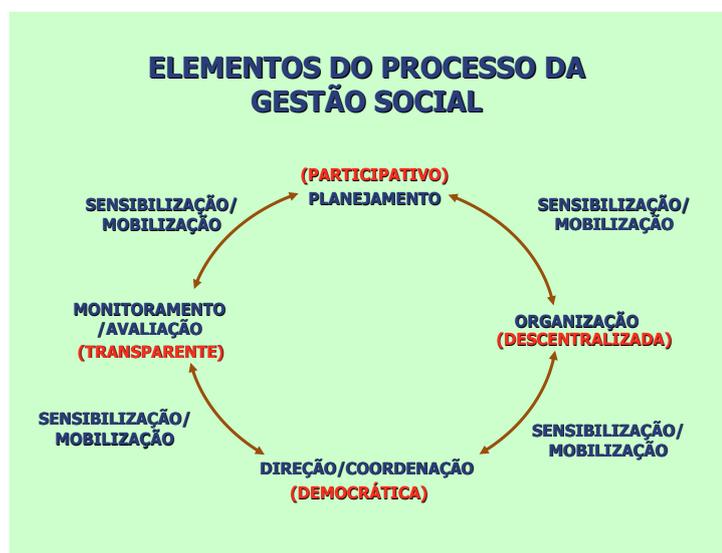


Figura 27: Elementos do Processo da Gestão Social
Fonte: Documento Referencial SDT/MDA, 2005.

Este marco referencial indica para o Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. De outro lado, avançar na concretização dos objetivos, estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura mais atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido Plano.

22.2 Constituição e Atuação do Colegiado Territorial

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	INSTÂNCIAS DE CONCERTAÇÃO	ONGS
SDA - EMATERCE - GOGER - IDACE - AGROPOLOS - INCRA - IDACE - DNOCS - Prefeituras e Câmaras Municipais - SEBRAE - SEMACE - Banco do Brasil - BNB - CEF	- MSTTR (Delegacia Regional da - FETRAECE e STTRs) - MST - Fórum do Semi-Árido - Fórum dos Assentados - Federações e Associações Comunitárias - Cooperativas de Produção e Crédito	- Colegiado Territorial - CMDS; - Conselhos Setoriais; - Comitê de Bacias Hidrográficas - AMUV	- CÁRITAS Diocesana - Instituto SESEMAR - Instituto Coração de Estudante - Instituto TERRAMAR - GACC - ACACE - CETRA - SETAH

Quadro 50: Instituições Públicas e organizações da sociedade civil que compõem o Colegiado Territorial

Fonte: Plenárias e oficinas territoriais, 2010.

As instituições atuam no território no território através das instâncias a seguir:

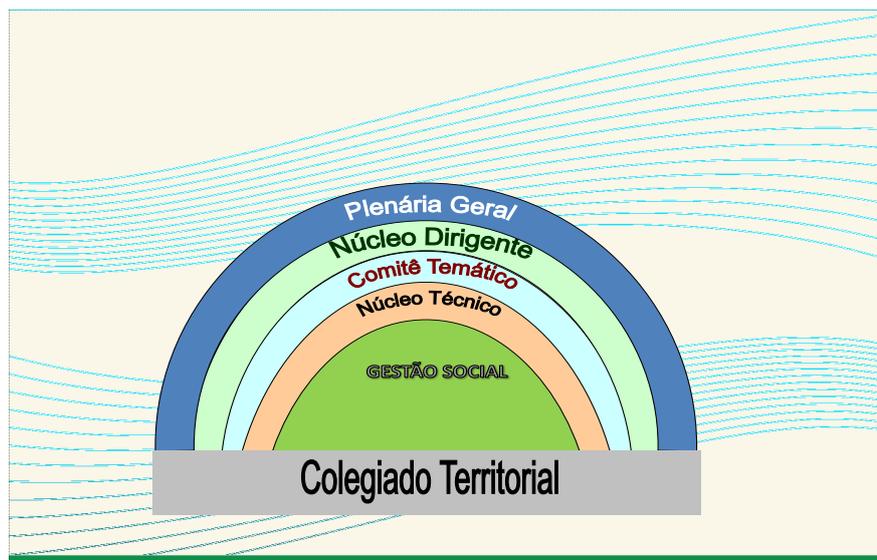


Figura 28: Composição do Colegiado Territorial
Fonte: Relatórios das Plenárias e Oficinas Territoriais, 2009.

A. Plenária Geral: Instância de decisão decide sobre os rumos estratégicos para o desenvolvimento do território;

B. Núcleo Dirigente: Instância de coordenação política do colegiado, coordena o processo de implementação das deliberações da assembléia geral e acompanha as ações previstas no PTDRS;

C. Comitês Temáticos: Instância de proposições para a elaboração de projetos territoriais e de acompanhamentos na implementação das ações previstas pelo Programa Território da Cidadania. Para cada comitê foi definido um eixo do PTDRS para acompanhamento, conforme descrição a seguir:

D. Núcleo Técnico: Instância de elaboração de propostas e de acompanhamentos de propostas e de projetos territoriais

Ressalta-se que o colegiado territorial dos Vales do Curu e Aracatiaçu é o único no Ceará com personalidade jurídica, a opção do mesmo optar por essa natureza de organização se deu por duas razões principais: **(i)** O colegiado constituiu um fundo financeiro para a sua manutenção, o que na prática som poderia ser realizado repasse de recursos por parte das instituições integrantes dos colegiados se houvesse conta bancária, que por sua vez só poderia ser aberta via CNPJ do colegiado; e **(ii)** Com a aquisição de máquinas e veículos

houve necessidade de repasse destes bens para o próprio colegiado, o que também levava o mesmo a ser um ente jurídico. Importante, relatar que o fato do mesmo ter hoje personalidade jurídica, não o diferencia em termos de organização dos demais colegiados territoriais no Ceará, na verdade o seu nível de organização se assemelha com os demais.

Quanto ao funcionamento do colegiado para a busca da gestão social no Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu ainda está colocado um duplo desafio: de um lado, o de dar significado as novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

Nessa perspectiva, a estrutura organizacional aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável a construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais), bem como, dá a devida importância aos processos de monitoramento e avaliação como condição de viabilizar e aprimorar a estratégia de desenvolvimento territorial com sustentabilidade

23 ANÁLISE TERRITORIAL DA DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL

O Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu conta com um expressivo número de organizações da sociedade civil. São associações comunitárias, movimentos de mulheres e jovens, movimento sindical forte, movimento de trabalhadores sem terra, fóruns de assentados/as da reforma agrária, organizações de produtores, redes de mulheres produtoras e artesãs, lideranças que participam dos conselhos de políticas públicas e setoriais, ONGs, enfim são os atores que vão em pleno movimento no Território retratando a riqueza da mobilização e fortalecendo os fios deste grande tecido social.

Apesar da expressividade, na análise do Colegiado Territorial ainda se constata fragilidade na participação das representações da sociedade civil, exceto do movimento sindical, STTR e MST que demonstram mais autonomia durante a realização dos eventos territoriais, organizados para dar concretude a implementação de ações em prol do desenvolvimento territorial.

Por outro lado este Território ressenete-se de uma participação mais efetiva na dinâmica territorial dos atores do poder público, e isso pode ser sentido na ausência dos gestores municipais e vereadores/as, representando os poderes executivo e legislativo no grande debate das políticas territoriais. O fortalecimento do Colegiado Territorial depende deste diálogo permanente entre poder público e sociedade civil.

Na visão do Colegiado Territorial, acontecem os debates no Território, no entanto, as decisões territoriais tomadas nas plenárias (sociedade civil e poder público), nem todas são respeitadas. Primeiro, porque a sociedade não participa da execução dos projetos; segundo, porque dependendo dos projetos disponibilizados para o Território, principalmente em razão dos valores, os gestores públicos, muitas vezes impõem dificuldades para cumprir as exigências junto à CEF para liberação e implantação dos projetos no Território.

Isto é a mais clara demonstração de que a abordagem territorial ainda não foi incorporada por todos os gestores públicos na forma de pensar o

planejamento territorial. Prevalece ainda, a visão individualista de trazer os recursos para cada município, e isso tem motivado alguns deles a negociarem recursos por outras vias, passando por cima das decisões colegiadas.

Um grande problema é sentido pela sociedade com relação ao orçamento municipal. A sociedade não acompanha a discussão e/ou o debate acerca do orçamento, portanto não tem controle social e, por outro lado os vereadores não adotam instrumentos de publicização do orçamento, não realizam audiências públicas e o que acontece, na grande maioria dos municípios é que o orçamento é votado em regime de urgência, sem discussão e debate nas Câmaras Municipais, sem levar em consideração as demandas e prioridades da sociedade.

Muitos são os serviços e ações ofertadas pelas instituições ao Território, em nível federal, estadual e municipal. No entanto, há um reconhecimento de que estas instituições precisam se articular melhor para desenvolver melhor e com mais eficiência os seus serviços e as suas ações. É preciso uma maior integração para que possam ofertar um serviço de melhor qualidade.

No debate territorial constatou-se que é real a preocupação quanto a desarticulação das instituições para prestar serviços ao Território. Esta desarticulação tem se dado por duas razões principais: a primeira é a influência que tem a própria distribuição geográfica das instituições. A segunda razão, diz respeito à cultura institucional, sendo esta, uma das maiores dificuldades encontradas na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial, em razão do repasse das informações e das decisões tomadas pelas plenárias gerais dos colegiados territoriais e o apoio direto das instituições quanto aos processos de elaboração e implementação dos projetos territoriais.

Constata-se que ainda é muito frágil o processo de acompanhamento, monitoramento, controle e avaliação dos projetos territoriais implantados no Território, tanto pelas instituições do poder público, quanto pelas entidades e organizações da sociedade civil.

Na avaliação do Colegiado Territorial a Caixa Econômica Federal (CEF) tem dificultado a liberação dos projetos, não só com as exigências e regras

estabelecidas, mas pela própria estrutura funcional somente com atendimento na agência local (GIDUR) em Fortaleza, e por não participar do processo de gestão social, dificultando o repasse das informações dos projetos de infraestrutura (PROINF) e dos projetos de custeio, executados pelas entidades dos territórios.

Por outro lado, uma das maiores dificuldades inerentes à liberação dos projetos via CEF é a pouca disponibilidade de técnicos qualificados para elaboração e implementação dos projetos de acordo com as exigências legais, com destaque para a questão ambiental e sanitária.

A capacidade de articulação e cooperação entre as instituições existentes no território é muito particular e sutil para que se possa abordar de forma avaliativa em maior ou menor grau. Sabe-se que de acordo com a capacidade de articulação política que cada gestor municipal desenvolve com outros espaços como o legislativo, o executivo estadual e a união, determinam a possibilidade de maior ou menor alocação de recursos ou de políticas públicas para os municípios que conformam o Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

O Comitê de Articulação Estadual – CAE do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Com relação às secretarias municipais, não é feito um planejamento intersetorial; as secretarias fazem parte do organograma da administração municipal, mas não tem recursos próprios, nem programas e/ou projetos para trabalhar considerando as suas interfaces. Portanto, articular ações de âmbito municipal também ainda se constitui como um grande desafio a ser enfrentado pelos gestores municipais.

Sobre a atuação há um peso maior nas secretarias que têm recursos próprios, a exemplo da Educação, Saúde e Assistência Social, mas não há

descentralização de recursos. No caso das secretarias de agricultura, apesar de alguns municípios terem recursos próprios (no papel), pois há lei inclusive que destina recursos, via criação de fundo municipal para a agricultura, mas esses recursos não chegam às comunidades rurais, comprometendo, sobremaneira o desenvolvimento rural.

Outro elemento discutido no Território diz respeito às responsabilidades e encargos impostos aos municípios a partir da CF/88. A municipalização foi adotada como diretriz para a execução de políticas públicas descentralizadas. A idéia-conceito “descentralização” significa a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas (União) para instâncias de unidades espacialmente menores (município), conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para unidades territoriais de menor amplitude e escala.

Não pode, portanto, ser confundida com desconcentração, que representa apenas a distribuição da responsabilidade executiva de atividades, programas e projetos, sem transferência da autoridade e autonomia decisória.

O que aconteceu nos municípios é que cada vez mais, os governos municipais passam a ter sob a sua responsabilidade o enfrentamento de questões relativas à saúde, saneamento, educação, habitação, meio ambiente e diante da dependência da receita pública originária da arrecadação realizada pelos governos estaduais e pelo Governo Federal e que são transferidos aos municípios, torna-se necessária a adoção de medidas por parte dos municípios, para que diminuam sua vulnerabilidade e encontrem meios próprios para avançar na realização dos seus programas prioritários.

Assim, aumentaram as transferências governamentais (FPM) e estaduais (ICMS) e recursos do FUNDEB e de saúde, mas os municípios tornaram-se cada vez mais dependentes destes repasses, em virtude da incapacidade de arrecadação própria e de assumir mais encargos para a execução das políticas públicas de sua responsabilidade.

O Colegiado reconhece a importância de se organizar em rede, e o papel da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, mas aponta como ainda é difícil

fazer o controle social dos instrumentos de planejamento colocados à disposição para o acompanhamento das políticas públicas, a exemplo do PPA Estadual e da Matriz do PTC do Governo Federal.

No debate do PPA tomou-se como referência a Macrorregião do Litoral Oeste, composta por 27 municípios, onde dezesseis dos dezoito municípios do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu participaram do debate.

Sabe-se que o critério utilizado não é a divisão proporcional levando-se em consideração apenas o número de municípios, mas também, as vocações, potencialidades, entraves e prioridades definidas pelos atores microrregionais. Como não é possível pela fonte de pesquisa, precisar os valores exatos para cada município, o volume destinado para o território citado no diagnóstico serviu apenas como referência do PPA.

Com relação à Matriz de Ações do Programa Territórios da Cidadania - PTC, esta se configura como uma matriz de oferta de ações em que os ministérios e outras instituições do governo federal, priorizam um conjunto de ações a ser debatidas nos colegiados territoriais. Portanto, não se trata de todos os recursos do governo federal disponíveis para o território, mas apenas aqueles que são passíveis de ser debatidos nos colegiados, tendo os colegiados territoriais, assumido papéis distintos a depender da característica de cada ação, ora deliberativo, ou consultivo, ou de articulação institucional e/ou de controle social.

Visando preparar o colegiado para melhor acompanhar o programa, para cada eixo temático acima foi constituído um comitê temático e no Comitê de Articulação Estadual - CAE do PTC foram também estruturados sete grupos de trabalho, um para cada eixo do PTC.

Pela magnitude do programa e pela dificuldade histórica das instituições públicas e da sociedade civil fazer o controle e gestão social das políticas públicas, este processo ainda é bastante fragilizado. Destaca-se ainda a grande dificuldade que os colegiados vêm enfrentando no processo de elaboração e implementação de projetos a pouca capacidade técnica na sua elaboração, ou

seja, a má qualidade dos projetos, que têm contribuído inclusive, para que os recursos sejam devolvidos para a união.

Quanto a conformação do Território, não há questionamentos quanto aos dezoito municípios que dele fazem parte. No entanto, existem questionamentos de outros territórios, a exemplo do Território do Litoral Extremo Oeste que entende que o município de Itarema tem laços de identidade e articulação institucional mais fortes com este território e não com os dos Vales do Curu e Aracatiaçu; e o município de Caucaia há muito tempo vem reivindicando a sua saída do Território Metropolitano para fazer parte do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu.

A gestão social constitui-se para o Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu um duplo desafio: de um lado, o de dar significado às novas institucionalidades como condição para garantir a permanência e a sustentabilidade do desenvolvimento territorial. Isto significa falar da necessidade de reconstruir novas expressões das relações sociopolíticas que estimule as mudanças culturais e institucionais na sociedade local que remetem, simultaneamente, para processos maiores de fortalecimento e democratização do poder local, descentralização administrativa, aperfeiçoamento na utilização de recursos, participação ampla na formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, estabelecimento de mecanismos de diálogo e controle social da atuação do poder estatal, identificação e/ou recuperação do potencial produtivo, sociocultural e ambiental e fortalecimento e valorização da identidade territorial.

De outro lado, avançar na concretização das estratégias e proposições apontadas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e nos demais instrumentos de planejamento já existentes, o que exigirá uma postura atuante e efetiva do colegiado territorial na articulação, negociação, pactuação e gestão do referido plano.

Quanto às instituições integrantes da Plenária do Colegiado do Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu são elencadas instituições

representantes do poder público, das três esferas: municipal, estadual e federal, bem como instituições representantes da sociedade civil.

Essa estrutura de base territorial tende a se fortalecer com a recente criação (2009) da Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem o papel de representar política e institucionalmente o conjunto dos colegiados territoriais junto às instituições públicas e privadas, participando ativamente nos debates sobre a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

O diagnóstico da Dimensão Político Institucional possibilitou a análise do ambiente interno (pontos fracos e pontos fortes) e do Ambiente externo (ameaças e oportunidades), segundo o Quadro 51, conforme as áreas trabalhadas, quais sejam: territorialização e gestão pública, infraestrutura institucional, governabilidade e gestão social que serviram de base para o planejamento das ações territoriais descrito em capítulo subsequente a todo o diagnóstico.

DIMENSÃO POLÍTICO INSTITUCIONAL	
AMBIENTE INTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ol style="list-style-type: none"> Existência de um significativo e diversificado conjunto de instituições e organizações, públicas e privadas, no âmbito do estado, da sociedade civil e do mercado Existência de vontade e compromisso político de uma razoável parcela desse conjunto, com o processo de constituição, afirmação e consolidação do desenvolvimento do território. A existência do colegiado territorial como expressão da esfera pública ampliada, que tem o papel de acompanhar o PTDRS em todas as suas etapas e fases, bem como as outras iniciativas do território. É por meio dessa instância que se dá o controle social sobre o uso dos recursos e a implantação de determinada política pública A recém-formada Rede Estadual de Colegiados Territoriais, que tem como papel representar politicamente os colegiados territoriais junto às instituições público-privadas, participando ativamente dos debates sobre a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, Implantação da célula de acompanhamento de informações territoriais (CAI) – apoiar a gestão territorial 	<ol style="list-style-type: none"> Baixa participação das instituições públicas municipais e regionais no processo de constituição e desenvolvimento do território. Desvalorização ou entrave na implantação das ações territoriais por parte de alguns gestores municipais. Insuficiente participação do poder executivo municipal, do poder legislativo municipal e do poder judiciário no processo de construção e consolidação da política de desenvolvimento territorial. Insuficiente participação dos gestores públicos municipais (secretariado) responsáveis pela execução das políticas públicas nos municípios. Insuficiente atuação sóciopolítica do Colegiado territorial Insuficiente atuação dos Fóruns e redes de cooperação na estratégia de desenvolvimento territorial Insuficiente atuação dos Conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável (CMDS) na estratégia de desenvolvimento territorial.
AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> Diálogo estabelecido entre as esferas de governo federal e estadual no incentivo aos processos de planejamento e organização social, ou seja, na implementação de políticas públicas, em caráter mais articulado e complementar Esforço de diálogo e articulação institucional das esferas de governo federal, estadual e territorial para apoiar a gestão social do território, via Comitê gestor nacional, Comitê de articulação estadual (CAE) e Colegiado territorial. 	<ol style="list-style-type: none"> Esvaziamento ou interrupção da política de desenvolvimento territorial por parte do governo federal, estadual e municipal Insuficiência de recursos técnicos e financeiros para as ações de desenvolvimento institucional. Cultura política de restrição de direitos ainda prevalentes no trato da “coisa” pública; Insuficiência das ações de formação política e de capacitação dos servidores públicos com vistas a qualificar a sua atuação junto à população beneficiária.

Quadro 51: Análise do Ambiente Interno e Externo da Dimensão Político Institucional

Fonte: Arquivo do território (2010)

Parte III

O PLANEJAMENTO

Visão de Futuro

Objetivos Estratégicos

Diretrizes Principais

Eixos Temáticos

Programas

Projetos

O PLANEJAMENTO

O planejamento das atividades relativas à qualificação dos PTDRS teve como embasamento o Guia de Planejamento Territorial que apresenta *As Orientações Gerais para Elaboração e Qualificação do PTDRS*, bem como a matriz de variáveis do *Diagnóstico Territorial* e o apoio da Coordenação Nacional de Brasília.

Para estabelecer a direção das ações foi firmada a parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Agropolos do Ceará, reunidos como Grupo Técnico de Apoio à Implementação da Estratégia de Desenvolvimento no Estado do Ceará, GTT.

Os encontros do GTT mobilizaram esforços no sentido de articular os territórios e estabelecer um elo de comunicação do Assessor Técnico Territorial com os atores municipais e territoriais, constituídos enquanto Colegiados e demais instancias. Outros profissionais contratados para organizar as informações e dados coletados deram suporte à materialização do plano.

O plano se origina a partir do diagnóstico e da matriz de análise do ambiente interno e externo, delineando os elementos próprios para implementação do planejamento, quais sejam: visão de futuro, Objetivos Estratégicos, Diretrizes Principais, Eixos Temáticos, Programas e Projetos e se efetiva através da criação de um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação denominado Sistema de Gestão do Plano.

24 VISÃO DE FUTURO

O Território da Cidadania dos Vales do Curu e Aracatiaçu é um espaço social, político, cultural, econômico e geográfico que tem reduzido seus índices de miséria, pobreza, analfabetismo e violência. A geração de trabalho e renda ocorre por meio de um sistema de produção (rural e urbano) com bases sustentáveis que melhora a distribuição e geração de renda, visando à autonomia financeira dos/as trabalhadores/as. As cadeias produtivas estão articuladas e consolidadas com base nos princípios da economia solidária. A segurança alimentar e nutricional está garantida pela produção e revalorização do consumo dos produtos da agricultura familiar com a comercialização do excedente. É, portanto, um território com oportunidades para todos/as e com um ambiente saudável para esta e para as futuras gerações.

25 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos foram traçados levando em consideração as dimensões do desenvolvimento, refletidos e entendidos como os grandes propósitos a serem alcançados, transformando os sonhos em realidade.

DIMENSÕES	➤ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1 Dimensão Sociocultural Educacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Resgatar e Valorizar as Tradições Culturais do Território 2. Inserir mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território 3. Assegurar a inserção de Jovens do Campo e da Cidade nas Políticas Públicas 4. Construir uma proposta de educação para o território vai melhoria da infraestrutura e qualidade do ensino/aprendizagem, baseada em princípios éticos e solidários 5. Garantir as condições básicas de acesso e melhoria da qualidade da saúde 6. Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social
2 Dimensão Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria da qualidade de saúde população 2. Criar alternativas de produção e de convivência com o semiárido e geração de renda
3 Dimensão Socioeconômica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários 2. Apoiar a implantação de empreendimentos produtivos com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda 3. Agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção. 4. Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território 5. Assegurar o acesso à terra e geração de trabalho e renda no campo.
4 Dimensão Político Institucional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território. 2. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial.

Quadro 52 – Objetivos Estratégicos

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

26 DIRETRIZES PRINCIPAIS

As Diretrizes Principais são as grandes linhas mestras que orientam e atraem o processo de desenvolvimento sustentável, neste sentido o fortalecimento da identidade territorial é imprescindível para o enfrentamento de grandes desafios no Território, dentre esses é importante destacar: as desigualdades sociais e regionais, mediante a inserção nas novas dinâmicas socioeconômicas e culturais com sustentabilidade. Lutar por um Brasil sem Miséria e com gente Feliz, lema mencionado em muitas Oficinas e na concretização dessas diretrizes, traçou-se sete grandes linhas:

1. Institucional-Comunitário: fortalecer os espaços de representação e participação política existentes no território, criando condições para a participação efetiva dos atores locais, principalmente no que diz respeito à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do desenvolvimento territorial com sustentabilidade, reconhecendo as interrelações entre o rural e o urbano. Nessa direção, ampliar a ambiência institucional que estimule o diálogo entre o poder público local, instituições públicas, privadas e ONGs com vistas à negociação e pactuação de parcerias voltadas para a implantação das ações propostas no Plano Territorial.
2. Gênero e Geração: construir novas relações de gênero e estratégias de inclusão que atendam com legitimidade a juventude, mulheres, portadores de necessidades especiais, pessoas da terceira idade, populações tradicionais e excluídos dos processos de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas a que pleiteia o Plano Territorial
3. Meio Ambiente: este eixo está alicerçado sobre duas grandes pilstras: a sensibilização e a conscientização mais ampla da população, com vistas à

preservação do ambiente natural, ao tempo, desenvolver processos de conversão em sistemas produtivos sustentáveis

4. Econômico-Produtivo: no primeiro ciclo, o diagnóstico priorizou um conjunto de proposições com foco no desenvolvimento rural sustentável e solidário, a partir da implantação de negócios agrícolas e não-agrícolas sem, contudo, deixar de considerar as interrelações com os negócios urbanos. Dois temas estratégicos darão suporte a este eixo: a agroecologia e a socioeconomia solidária. Propõe-se que, no segundo ciclo, o diagnóstico atualize a análise territorial desse eixo de desenvolvimento, gerando novas proposições (mais detalhadas e consistentes) para a dinamização de uma economia justa e solidária dos centros urbanos e da sua relação com o meio rural, reforçando as relações humanas e o desenvolvimento territorial sustentável, garantindo uma assessoria técnica, social e ambiental apropriada e continuada.
5. Infraestrutura: prover o território de bases de serviço de apoio a organização social e produtiva e a comercialização dos produtos das cadeias produtivas priorizadas, além de infra-estrutura voltadas para melhorar e ampliar à estrutura agrária, a infra-estrutura hídrica, elétrica, viária e de comunicação, visando o acesso da população às políticas de educação e saúde, de acesso a terra e escoamento da produção, entre outras
6. Gestão Territorial: a gestão territorial e, concretamente, a gestão do PTDRS consiste na elaboração e execução do plano de gestão territorial construído durante o processo de formulação da visão de futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais, bem como dos instrumentos para sua implantação, seu gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social. Nessa direção, uma base de indicadores será socialmente construída pelo colegiado territorial,

indicando as variáveis de monitoramento e avaliação dos processos (eficiência), dos resultados (eficácia) e impactos (permanência) pretendidos e alcançados pelo Plano Territorial.

7. Demais diretrizes:

- Construir e implantar um centro de capacitação para qualificar os profissionais atuantes do território;
- Valorizar a juventude rural, qualificando-a e capacitando-a por meio de escolas técnicas e /ou de nível superior;
- Construir e implantar casas familiares rurais, alicerçada na educação do campo com foco na preservação e valorização da cultura dos/as agricultores/as familiares;
- Pesquisar e adotar novas tecnologias apropriadas para modernizar a agricultura familiar, visando ampliar a produtividade e atrair a juventude rural para a permanência no campo em melhores condições de vida e trabalho;
- Sensibilizar e instrumentalizar os agricultores/as para a adoção de práticas conservacionistas do solo e água, assim como, a revitalização e recuperação das matas ciliares, dos recursos hídricos e das serras do território;
- Fomentar a criação de reservas ambientais nos três biomas do território em acordo com a legislação vigente;
- Conservar e revitalizar os manguezais do território;
- Incentivar o turismo agroecológico no meio rural com vistas à transferência dos/as agricultores/as das áreas de preservação para essa atividade;
- Criar novos assentamentos e fortalecer os existentes por meio de uma assessoria técnica, social e ambiental apropriada e presente;
- Capacitar os/as agricultores/as familiares com vistas a qualificar a organização social e produtiva, assim como, a gestão dos empreendimentos familiares e associativos;

- Fortalecer as cadeias produtivas priorizadas pelo território, inclusive com estímulo a avicultura caipira nas comunidades rurais;
- Fortalecer as bases de serviço para apoiar o beneficiamento e comercialização dos produtos das cadeias produtivas priorizadas pelo território;
- Prover o território de infraestrutura para melhorar a estrutura agrária, hídrica, elétrica, viária e de comunicação, visando o acesso da população às políticas de educação e saúde, de acesso a terra e escoamento da produção, entre outras;
- Criar e fortalecer as cooperativas auto-gestionárias de agricultores/as familiares para acesso aos mercados;
- Fortalecer as associações comunitárias, visando a capacitação dos diretores e a legalização fiscal e cartorial das mesmas;
- Ampliar a ambiência político-institucional que estimule o diálogo entre o poder público local, instituições, privadas e ONGS com vistas à negociação e pactuação de parcerias voltadas para a implantação das ações propostas no Plano Territorial;
- Promover um sistema de gestão social capaz de monitorar e avaliar os processos, resultados e impactos pretendidos e alcançados pelo Plano Territorial.

27 EIXOS, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Os eixos do desenvolvimento foram criados através dos projetos eleitos pela plenária geral, dentro dos programas e objetivos estratégicos respectivos. Correspondem a Dimensão Sociocultural Educacional a cinco eixos: Cultura história viva do desenvolvimento, Gênero e geração, educação e desenvolvimento, Saúde, saneamento e acesso a água, Direito e Desenvolvimento Social.

27.1 Eixo Cultura História Viva do Desenvolvimento

Neste eixo o objetivo estratégico originou quatro Programas: Esporte e Lazer que gerou três projetos; o segundo Valorização e Dinamização da Cultura no Contexto do Desenvolvimento Territorial com sete projetos; o terceiro Infraestrutura e serviços de apoio ao Desenvolvimento da Cultura no Território com 5 projetos; e, o quarto Estímulo ao Empreendedorismo Cultural com seis projetos, conforme Quadro 53 a seguir

EIXO ESTRATÉGICO		
CULTURA HISTÓRIA VIVA DO DESENVOLVIMENTO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Resgatar e Valorizar as Tradições Culturais do Território	Programa 1: Esporte e Lazer	Projeto 1: Implantação de Projetos Esportivos Amadores Projeto 2: Interiorização dos esportes Projeto 3: Construção de quadras poli esportivas em todos os municípios do território
	Programa 2: Valorização e Dinamização da Cultura no Contexto do Desenvolvimento Territorial	Projeto 1: Reconhecimento e apoio aos novos talentos como expressão da cultura popular Projeto 2: Capacitação para o fortalecimento do Comitê de Desenvolvimento da Cultura (COMDECULT) e dos agentes de desenvolvimento territorial Projeto 3: Mapeamento das expressões artístico-culturais do

EIXO ESTRATÉGICO		
CULTURA HISTÓRIA VIVA DO DESENVOLVIMENTO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>território (material e imaterial).</p> <p>Projeto 4: Formação de agentes de desenvolvimento com concessão de bolsas para estudantes do meio rural-urbano que atuarão como agentes na divulgação da cultura para o desenvolvimento territorial (Bolsa Cultura Jovem)</p> <p>Projeto 5: Ampliação do projeto de arte-cultura nos assentamentos do território</p> <p>Projeto 6: Resgate e preservação das culturas e das tradições da população indígena, negra e pescadores do Território, como vetor de enriquecimento humano</p> <p>Projeto 7: Inclusão dos eventos do território no calendário de cultura do Estado, ampliando a parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT)</p>
	<p>Programa 3: Infraestrutura e Serviços de apoio ao Desenvolvimento da Cultura no Território</p>	<p>Projeto 1: Formação musical e aquisição de instrumentos musicais</p> <p>Projeto 2; Implantação de Bibliotecas Rurais – Arcas das Letras</p> <p>Projeto 3: Implantação de centros de inclusão digital</p> <p>Projeto 4: Ampliação das Casas Rurais Digitais</p> <p>Projeto 5: Criação de site do território e confecção/manutenção de informativo para divulgação das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Desenvolvimento da Cultura (COMDECULT) e pelo CDT Curu-Aracatiaçu</p>
	<p>Programa 4: Estímulo ao Empreendedorismo Cultural</p>	<p>Projeto 1 - Promoção de feiras e eventos de economia solidária de artesãos e artesãs do território</p> <p>Projeto 2: Ampliação do programa</p>

EIXO ESTRATÉGICO		
CULTURA HISTÓRIA VIVA DO DESENVOLVIMENTO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Resgatar e Valorizar as Tradições Culturais do Território		territórios digitais para todos os municípios do território Projeto 3: Captação de recursos como capital de giro para fortalecer a autonomia financeira dos empreendimentos das mulheres artesãs Projeto 4: Formação específica das mulheres indígenas e quilombolas respeitando a diversidade e a cultura local Projeto 5: Incentivar a participação dos grupos artísticos dos assentamentos e comunidades tradicionais em: editais, conferências encontros e feiras da Agricultura Familiar em todos os Territórios. Projeto 6: Promover as artes cênicas, manifestações folclóricas em todas as suas dimensões, nas escolas públicas

Quadro 53: Eixo Cultura História Viva do Desenvolvimento

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.2 Eixo Gênero e Geração

O atual eixo foi organizado a partir de dois objetivos estratégicos, que originaram Cinco Programas: o primeiro Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo das Mulheres com cinco projetos; o segundo Mulheres na Reforma Agrária com quatro projetos; o terceiro Mulheres na Comercialização com quatro projetos; o quarto Acesso as Políticas Publicas para Mulheres Trabalhadoras Rurais com três projetos; e o quinto Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo da Juventude com cinco projetos, conforme Quadro 54 a seguir.

GÊNERO E GERAÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Inserir mulheres trabalhadoras rurais e	Programa 1: Desenvolvimento	Projeto 1: Formação das mulheres trabalhadoras com foco na

GÊNERO E GERAÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território	Sociopolítico e Produtivo das Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade	<p>organização social e produtiva e nos processos de comercialização e consumo, assegurando capital de giro e considerando os costumes e a cultura local</p> <p>Projeto 2: Criação e estruturação da rede de atendimento às mulheres para garantia dos seus direitos (conselhos, delegacias e juizados)</p> <p>Projeto 3: Formação específica das mulheres indígenas e quilombolas respeitando a diversidade e a cultura local;</p> <p>Projeto 4: Projetos produtivos para grupos/rede de mulheres que contemplem a organização social e produtiva, a gestão do empreendimento familiar e associativo, a assessoria técnica e as formas e canais de comercialização;</p> <p>Projeto 5: Apoiar as ações de assistência técnica às mulheres não-assentadas.</p> <p>Projeto 6: Apoiar a implementação do comitê de mulheres no território.</p>
	Programa 2: Mulheres na reforma agrária	<p>Projeto 1: Ampliação e garantia de acesso das mulheres a terra (cadastro e inscrição).</p> <p>Projeto 2: Garantia da titulação conjunta de terras da reforma agrária para homem/mulher com vida em comum</p> <p>Projeto 3: Garantia de acesso aos créditos instalação e apoio da reforma agrária</p> <p>Projeto 4: Garantia de assessoria técnica adequada e continuada para os grupos produtivos de mulheres</p>
	Programa 3: Mulheres na Comercialização	<p>Projeto 1: Acesso dos grupos de mulheres ao PAA e PNAE com garantia do percentual de comercialização</p> <p>Projeto 2: Implantação de feiras solidárias e feministas no território</p> <p>Projeto 3: Promoção de intercâmbio para os grupos de mulheres a</p>

GÊNERO E GERAÇÃO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		experiências sócio produtivas exitosas, dentro e fora do território Projeto 4: Afirmação de convênios com ministérios, secretarias estaduais, municipais e ONGs para trabalhar a autonomia e a organização social e produtiva dos grupos de mulheres
	Programa 1: Acesso á Políticas Públicas para Mulheres Trabalhadoras Rurais	Projeto 1: Ampliação e garantia de acesso das mulheres a documentação do PNDTR. Projeto 2: Ampliação e garantia de acesso ao Pronaf mulher Projeto 3: Criação e estruturação da rede de atendimento às mulheres para garantia dos seus direitos (conselhos, delegacias e juizados).
2. Assegurar a inserção de Jovens do Campo e da Cidade nas Políticas Públicas	Programa 1: Desenvolvimento Sociopolítico e Produtivo da Juventude	Projeto 1: Formação de jovens rurais em desenvolvimento de sistemas agroecológicos Projeto 2: Capacitação de jovens com inserção no mercado Projeto 3: Inserção Jovens Rurais nos Programas Pronaf Jovem e Minha Primeira Terra Projeto 4: Promoção de campanhas de combate a exploração sexual e a violência contra a criança e o adolescente Projeto 5: Promover cursos de formação para jovens que possibilite o desenvolvimento sociocultural nas comunidades rurais.

Quadro 54.: Eixo Gênero e Geração

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.3 Eixo Educação e Desenvolvimento

Neste eixo o objetivo estratégico originou dois Programas: Melhoria da Infraestrutura de educação e da qualidade do ensino com 13 projetos e o segundo Educação e Meio Ambiente com quatro projetos ,conforme Quadro 55 a seguir:

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
<p>1. Construir uma proposta de educação para o território, vai melhoria da infraestrutura e qualidade do ensino/aprendizagem, baseada em princípios éticos e solidários.</p>	<p>Programa 1: Melhoria da Infraestrutura de educação e da qualidade do ensino</p>	<p>Projeto 1: Criação e revitalização de bibliotecas e brinquedotecas itinerantes e acompanhar o seu funcionamento.</p> <p>Projeto 2: Implantar unidades demonstrativas com manejo integrado de transição agroecológica na Escola agrícola de Umirim, Escola do campo no assentamento Maceió – Itapipoca, Escola do Campo de Lagoa do Mineiro – Itarema;</p> <p>Projeto 3: Construção de um centro de formação de educadores do campo</p> <p>Projeto 4: Construção de creches e escolas em tempo integral</p> <p>Projeto 5: Adequação das escolas rurais com base na educação contextualizada (do campo)</p> <p>Projeto 6: Construção de escolas de nível técnico e superior conforme demanda do território</p> <p>Projeto 7: Aumento de bibliotecas e laboratórios, com oferta de cursos à distância e a inclusão digital</p> <p>Projeto 8: Ampliação do Projeto Arca das Letras</p> <p>Projeto 9: Implantação de Bibliotecas itinerantes</p> <p>Projeto 10: Educação em células cooperativas</p> <p>Projeto 11: Ampliação do Programa Pró-Jovem Rural e Pró-Jovem Urbano</p> <p>Projeto 12: Articulação com entidades que atuam no tema educação, a exemplo RESAB</p> <p>Projeto 13: Criação do curso de graduação em engenharia agrícola e ambiental e cursos de pós-graduação em saúde, educação e administração</p>

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMA	PROJETOS
	Programa 2: Educação e Meio Ambiente	<p>Projeto 1 : Integração das Escolas com a coleta seletiva dos resíduos sólidos em todos os municípios do território</p> <p>Projeto 2: Implantação da disciplina de educação ambiental na grade curricular, com carga horária e temas específicos, como: Agenda 21, APA, Agroecologia, efeito estufa, fauna e flora local, efeito estufa, coleta seletiva de resíduos sólidos, aquecimento global, impacto das queimadas, etc.</p> <p>Projeto 3: Formação de multiplicadores em educação ambiental;</p> <p>Projeto 4: implantação de pequenos viveiro de mudas nativas em escolas estaduais/municipais.</p>

Quadro 55: Eixo Educação e Desenvolvimento

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.4 Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

O eixo Saúde, Saneamento e Acesso a água foi estruturado a partir de seu objetivo estratégico originando quatro Programas: Promoção da Saúde com cinco projetos; o segundo Atenção a Saúde com sete projetos; o terceiro Qualificação da Gestão e do Controle Social da Saúde com cinco projetos e o quarto Melhoria da Infraestrutura de apoio a Saúde com seis projetos ,conforme Quadro 56 a seguir:

SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO A ÁGUA		
OBJETIVOS ESPECIFICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Garantir as condições básicas de acesso e melhoria da qualidade da saúde	Programa 1: Promoção da Saúde	<p>Projeto 1: Criação de banco de leite nas unidades de Saúde</p> <p>Projeto 2: Fortalecimento do programa saúde na escola</p> <p>Projeto 3: Criação de programas de educação e comunicação para a promoção de hábitos de saúde</p> <p>Projeto 4: Ampliação e fortalecimento das ações de promoção da saúde do idoso e dos portadores de necessidades especiais</p> <p>Projeto 5: Reconhecimento e valorização da medicina popular</p>
	Programa 2: Atenção à Saúde	<p>Projeto 1: Ampliação e qualificação da rede de serviços de atenção básica de saúde</p> <p>Projeto 2: Implantação do serviço de atendimento móvel de urgência/emergência com cobertura total da população</p> <p>Projeto 3: Ampliação da rede própria da Farmácia Popular do Brasil</p> <p>Projeto 4: Conclusão das obras inacabadas de saúde</p> <p>Projeto 5 : Construção, ampliação e reforma das unidades de saúde e centros de especialização odontológicos (CEOS) com aquisição de equipamentos, conforme demanda o território</p> <p>Projeto 6: Implantação de Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) conforme demanda o território</p> <p>Projeto 7: Melhoria do acolhimento e implantação de práticas de humanização da rede do Sistema Único de Saúde (SUS)</p>

SAÚDE, SANEAMENTO E ACESSO A ÁGUA		
OBJETIVOS ESPECIFICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	<p>Programa 3: Qualificação da Gestão e do Controle Social da Saúde</p>	<p>Projeto 1: Implantação de complexos reguladores com estratégia para garantir o acesso equitativo dos serviços de saúde com redução das filas de espera Projeto 2: Fortalecimento do sistema de auditoria do SUS Projeto 3: Modernização da gestão das Secretarias Municipais de Saúde (estrutura física, transporte, equipamento, qualificação dos recursos humanos) Projeto 4: Apoio à formação permanente de agentes e conselheiros de saúde para o controle social participativo Projeto 5: Estruturação dos conselhos de saúde com infraestrutura e apoio logístico para que os conselheiros exerçam seu papel na divulgação dos direitos dos usuários e no controle social</p>
	<p>Programa 4: Melhoria da Infraestrutura de apoio à Saúde</p>	<p>Projeto 1: Melhoria habitacional na área endêmica da doença de chagas Projeto 2: Abastecimento de água para 100% da população do território Projeto 3: Esgotamento sanitário para 100% da população do território Projeto 4: Resíduos sólidos urbanos Projeto 5: Saneamento domiciliar Projeto 6: Aterros sanitários adequados</p>

Quadro 56: Eixo Saúde, Saneamento e Acesso a Água

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.5 Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Este eixo foi estruturado a partir de seu objetivo estratégico originando dois Programas: Melhoria da Infraestrutura de apoio a Assistência Social com dois projetos; e o Programa Direito a Assistência social com cinco projetos, conforme Quadro 57 a seguir:

DIREITO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social	Programa 1: Melhoria da Infraestrutura de apoio a assistência social;	Projeto 1: Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência Projeto 2: Construção e ampliação e aquisição de equipamentos dos Centros de Referência de Assistência Social
	Programa 2: Direito a Assistência Social	Projeto 1: Integração Social da Família (educação, cidadania, cultura, centro de convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários) Projeto 2: Ampliação dos beneficiários do Bolsa Família Projeto 3: Inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Cadastro Único Projeto 4: Descentralização do PETI para a zona rural Projeto 5: Implementar a exemplo que ocorre no Projeto Dom Hélder Câmara a efetivação dos mobilizadores sociais comunitários.

Quadro .57.: Eixo Direito e Desenvolvimento Social

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.6 Eixo Educação Ambiental e Convivência com o Semiárido

Na Dimensão Ambiental foi traçado o eixo: Educação Ambiental e Convivência com o Semiárido, a partir do qual se organizou dois objetivos estratégicos, que por sua vez geraram três programas: Educação Ambiental construída na Intersetorialidade com quatro projetos; o segundo Combate à Degradação e Desertificação com 13 projetos e o terceiro Tecnologias de Convivência com o Semiárido com onze projetos, conforme o Quadro 58 a seguir.

EIXO ESTRATÉGICO		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Melhoria da qualidade de saúde população	<p>Programa 1: Educação Ambiental Construída na Intersetorialidade</p>	<p>Projeto 1: Educação ambiental escolar Projeto 2: Educação ambiental nas comunidades rurais Projeto 3: Articular junto a SEMACE/COPAM a ações de educação ambiental e manejo do solo dentro dos princípios da agroecologia, evitando assim, sanções e multas por conta do desmatamento existente na região serrana. Projeto 4: Implantação de Secretárias de Meio Ambiente nos municípios onde não são existentes, criando os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e o Fundo Municipal para fortalecer as ações para que a temática ecológica</p>
	<p>Programa 2: Combate à Degradação e Desertificação</p>	<p>Projeto 1: Controle e redução das queimadas agrícolas Projeto 2: Proteção das nascentes, das matas ciliares e dos recursos hídricos e seus afluentes, componentes das bacias Curu e Aracatiaçu Projeto 3: Controle e redução dos desmatamentos Projeto 4: Manejo e reaproveitamento de áreas degradadas de açudes e lagoas Projeto 5: Recuperação de áreas desertificadas e degradadas Projeto 6: Reflorestamento em comunidades Projeto 7: Criar Áreas de Preservação Permanente Projeto 8: Recuperar e Preservar as Matas Ciliares. Projeto 9: O Estado ampliar a criação de Resex, trazendo para este território, como instrumento capazes de contribuir para a gestão do ordenamento, através de mecanismos de fiscalização da pesca predatória ou exploração dos ecossistemas pesqueiros. Projeto 10: Revitalização dos rios lagoas, açudes, mangues, baías com o objetivo de manutenção dos estoques pesqueiros. Projeto 11: Criar e articular junto ao poder</p>

EIXO ESTRATÉGICO		
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>publico local, espaços apropriados para recolhimento de vasilhames de agrotóxicos, em locais estratégicos no território, evitando assim a poluição ambiental.</p> <p>Projeto 12: Pagamento de serviços ambientais para agricultores que protegem as áreas de preservação permanente, de forma a incentivar a ampliação dessas áreas de proteção.</p> <p>Projeto 13: Mapear e fiscalizar e reservas hídricas de cada município, favorecendo o uso e acesso a água de mananciais construídos com recursos públicos.</p>
2. Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda.	Programa 1: Tecnologias de Convivência com o Semiárido	<p>Projeto 1: Construção de Cisternas/ Calçadão e outras alternativas.</p> <p>Projeto 2: Construção de Mandalas, PAIS e quintais produtivos;.</p> <p>Projeto 3: Barragem Subterrânea</p> <p>Projeto 4: Barragem Sucessiva, bombas da água, poços artesianos com catavento</p> <p>Projeto 5: Captação “<i>in situ</i>” e Plantio Direto</p> <p>Projeto 6: Aproveitamento produtivo do pequeno açude</p> <p>Projeto 7: Criação e fortalecimento dos bancos genéticos de sementes crioulas</p> <p>Projeto 8: Implantar viveiros de produção de mudas nativas, frutíferas e exóticas</p> <p>Projeto 9: Ampliação do programa 1 milhão de cisternas (P1MC) com cobertura de 100% dos municípios do território</p> <p>Projeto 10: Programa uma terra e duas águas (P1+2);</p> <p>Projeto 11: Melhoramento das pastagens nativas e armazenamento através de silagem e fenagem. Uso de outras tecnologias sustentáveis para beneficiamento da pastagem nativa.</p>

Quadro .58: Eixo Educação Ambiental e Convivência com o Semiárido

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

Os eixos definidos para a Dimensão Socioeconômica foram: Organização Sustentável da Produção do Campo e da cidade, Ação fundiária.

27.7 Eixo Organização Sustentável da Produção do Campo e da Cidade

O eixo atual foi organizado a partir de quatro objetivos estratégicos, que por sua vez originou outros seis Programas: Estruturação e Fortalecimento de Bases de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Territorial, com cinco projetos; Organização de Empreendimentos e de Sistemas Produtivos no Campo e na Cidade com vinte e quatro projetos; o terceiro Recuperação e Implantação da Agroindústrias descentralizadas com quatorze projetos; o quarto Apoio a Comercialização da Produção com três projetos; o quinto Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato, com quatro projetos e o sexto Desenvolvimento do Turismo com quatro projetos, conforme o Quadro 59 a seguir.

EIXO ESTRATÉGICO		
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DO CAMPO E DA CIDADE		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários	Programa 1: Estruturação e Fortalecimento de Bases de Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Territorial	Projeto 1: Constituição e Fortalecimento do Sistema Cooperativista de Produção Projeto 2: Consolidação do Sistema de ATER/ATES de acordo com o PNATER Projeto 3: Fortalecimento das bases de serviço de apoio ao sistema de comercialização da agricultura familiar e empreendimentos Solidários (SECAFES – ACAFES) Projeto 4: Fortalecimento das finanças solidárias através do cooperativismo de crédito, dos fundos rotativos solidários e bancos comunitários. Projeto 5: Ampliar a ater/ates pesqueira e aquícola
2. Apoiar a implantação de empreendimentos produtivos com foco na geração de	Programa 1: Organização de Empreendimentos e de Sistemas Produtivos no	Projeto 1: Desenvolvimento de pesquisas sistêmicas e participativas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar

EIXO ESTRATÉGICO		
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DO CAMPO E DA CIDADE		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
oportunidades de trabalho e renda	Campo e na Cidade	<p>Projeto 2: Ampliação do acesso ao crédito</p> <p>Projeto 3: Criação de rede de apoio ao processo de comercialização e organização da produção</p> <p>Projeto 4: Implantação de complexo da economia solidária familiar</p> <p>Projeto 5: Ampliação do projeto de restaurantes populares familiares</p> <p>Projeto 6: Construção da central de comercialização da agricultura familiar/camponesa</p> <p>Projeto 7: Desenvolvimento da agricultura de sequeiro</p> <p>Projeto 8: Desenvolvimento da agricultura irrigada</p> <p>Projeto 9: Desenvolvimento da apicultura (contemplando as espécies nativas)</p> <p>Projeto 10: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura Mista (corte e leite)</p> <p>Projeto 11: Fortalecimento da Cadeia produtiva da Fruticultura</p> <p>Projeto 12: Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura</p> <p>Projeto 13: Fortalecimento Organização da Cadeia Produtiva da Piscicultura e aqüicultura (PISCICULTURA, ALGICULTURA, MALACULTURA);</p> <p>Projeto 14: Implantação de Núcleos de Avicultura Caipira</p> <p>Projeto 15: Fortalecimento da cadeia produtiva da mandiocultura</p> <p>Projeto 16: Incentivo a Horticultura</p> <p>Projeto 17: Modernização do extrativismo da carnaúba e organização da sua cadeia produtiva;</p> <p>Projeto 18: Desenvolvimento da cajucultura;</p> <p>Projeto 19: Implementação do sistema de certificação e inspeção</p>

EIXO ESTRATÉGICO		
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DO CAMPO E DA CIDADE		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>(SIM, SIE, SIF e SUASA)</p> <p>Projeto 20: Apoio ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos e solidários.</p> <p>Projeto 21: Formação e assessoria técnica apropriada</p> <p>Projeto 22: Desenvolvimento do Artesanato;</p> <p>Projeto 23: Fortalecimento das oleaginosas</p> <p>Projeto 24: Fortalecimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, com revitalização/modernização de minifabricas de rapadura;</p>
3. Agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção.	Programa 1: Recuperação e Implantação da Agroindústrias descentralizadas	<p>Projeto 1: Revitalização da agroindústria da mandioca</p> <p>Projeto 2: Reestruturação das casas de mel do território garantindo a certificação</p> <p>Projeto 3: Revitalização da agroindústria do caju</p> <p>Projeto 4: Estruturação da agroindústria da avicultura caipira;</p> <p>Projeto 5: Construção de unidades de processamento de ovinos, caprinos e bovinos</p> <p>Projeto 6: Estruturação da agroindústria da carnaúba</p> <p>Projeto 7: Estruturação da agroindústria de frutas</p> <p>Projeto 8 ; Estruturação da agroindústria do coco</p> <p>Projeto 9 : Estruturação da agroindústria do leite</p> <p>Projeto 10: Unidade de beneficiamento de grãos</p> <p>Projeto 11: Unidade de processamento fitoterápicos</p> <p>Projeto 12: Unidade de processamento de pescado:(sardinha, algas, tilápia, mariscos e outros);</p> <p>Projeto 13: Fortalecimento da cadeia produtiva da</p>

EIXO ESTRATÉGICO		
ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO DO CAMPO E DA CIDADE		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
		<p>ovinocaprinocultura(melhoramento genético, manejo alimentar, sanidade) ;</p> <p>Projeto 14: Fortalecimento e organização da cadeia produtiva da pesca artesanal continental e marítima;</p>
	Programa 2: Apoio a Comercialização da Produção	<p>Projeto 1: Implantação de Feira Popular nos municípios/microterritórios</p> <p>Projeto 2: Implantação de projetos produtivos voltados para a segurança alimentar e nutricional das famílias do território;</p> <p>Projeto 3: Inserção de todos os municípios do território no Programa Aquisição de Alimentos (PAA);</p>
	Programa 3: Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato	<p>Projeto 1: Aprimoramento da Produção Artesanal com agregação de valor e acesso a novos mercados;</p> <p>Projeto 2: Recuperar os espaços de comercialização (Centros de Artesanatos) do território;</p> <p>Projeto 3: Implantar feiras periódicas de artesanato e produtos agroecológicas nos território.</p> <p>Projeto 4: Comercialização em redes de negócios</p>
4. Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território.	Programa 1: Desenvolvimento do Turismo	<p>Projeto 1: Estudo do Potencial Turístico</p> <p>Projeto 2: Criação e desenvolvimento de rotas turísticas litoral, serra e sertão;</p> <p>Projeto 3: Criação e desenvolvimento de rotas turísticas litoral, serra e sertão;</p> <p>Projeto 4: Construção das suítes familiares rurais</p>

Quadro 59: Eixo Organização Sustentável da Produção do Campo e da Cidade

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.8 Eixo Ação Fundiária

O eixo ação fundiária foi estruturado a partir de seu objetivo estratégico, que gerou três programas: Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias com seis projetos; Recuperação dos Assentamentos com quatro projetos; Ordenamento e Regularização Fundiária, com cinco projetos, conforme o Quadro 60 a seguir.

AÇÃO FUNDIÁRIA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar o acesso à terra e geração de trabalho e renda no campo.	<p>Programa 1: Obtenção de Terras e Assentamento de Famílias.</p>	<p>Projeto 1: Ações Preparatórias para Obtenção de Imóveis Rurais Projeto 2: Obtenção de Imóveis e Implantação de Assentamentos;; Projeto 3: Revisão e flexibilização do licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária com a criação de mecanismos Projeto 4: Regularização fundiária das áreas públicas estaduais e federais do território Projeto 5: Diminuição do tamanho das áreas para fins de desapropriação e de interesse social Projeto 6: Flexibilização do preço de aquisição de terras para fins de desapropriação e de interesse social de acordo com a região</p>
	<p>Programa 2: Recuperação dos Assentamentos</p>	<p>Projeto 1: Recuperação da capacidade socioproductiva dos assentamentos e perímetros irrigados Projeto 2: Acesso a água para consumo humano, animal e fins produtivos; Projeto 3: . Uso sustentado dos recursos naturais com desenvolvimento de práticas de convivência com o semi-árido; Projeto 4: Organização, Produção e Comercialização (Incentivar as famílias a se organizarem na produção e comercialização)</p>
	<p>Programa 3:</p>	<p>Projeto 1: Reconhecimento,</p>

AÇÃO FUNDIÁRIA		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
	Ordenamento e Regularização Fundiária	<p>demarcação e titulação das comunidades quilombolas e Indígenas, desapropriando os imóveis particulares, quando couber, e garantindo, no caso das já reconhecidas por órgãos públicos, o processo de titulação imediato;</p> <p>Projeto 2: Garantia em lei da liberação de faixa de terra para assentamento da reforma agrária em todas as novas rodovias e açudes construídos pelo governo</p> <p>Projeto 3: Formação em Organização e Gestão das futuras famílias a serem assentadas;</p> <p>Projeto 4 : Criação de uma Vara Civil da Justiça Federal para aceleração dos processos Ações Fundiárias</p> <p>Projeto 5: Agilização da implantação do programa de regularização fundiária em to do o território no período de 02 anos;</p>

Quadro 60: Eixo Ação fundiária

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

27.9 Eixo Controle e Gestão Territorial

A Dimensão Político institucional foi pensada a partir da articulação do eixo estratégico: Controle e Gestão Territorial organizado a partir de dois objetivos estratégicos que por sua vez geraram dois Programas: o primeiro Fortalecimento das Instâncias Colegiadas Territoriais, Municipais e Setoriais para a Gestão Social e Produtiva do Território com nova projetos e o segundo Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território com dois projetos, descritos no Quadro 61 a seguir:

EIXO ESTRATÉGICO		
CONTROLE E GESTÃO TERRITORIAL		
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROGRAMAS	PROJETOS
1. Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território.	Programa 1: Fortalecimento das Instâncias Colegiadas Territoriais, Municipais e Setoriais para a Gestão Social e Produtiva do Território	Projeto 1: Estruturação do Escritório-sede do CODETER. Projeto 2: Revitalização dos Colegiados Municipais –CMDS Projeto 3: Incubação da nova institucionalidade para a gestão social Projeto 4: Estruturação de Comitês Territoriais para a gestão social e produtiva do território Projeto 5 : Fortalecimento das relações político-institucionais entre os Fóruns e Redes Temáticas Projeto 6: Estruturação dos Fóruns Setoriais da cajucultura, mandiocultura, Apicultura, Ovinocaprinocultura e Pesca. Projeto 7: Criar um Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Divulgação das Ações Desenvolvidas no Território. Projeto 8: Fortalecimento da assessoria para elaboração e monitoramento dos projetos estratégicos do território Projeto 9: Criar um fundo de manutenção para o acompanhamento das ações de desenvolvimento territorial.
2. Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial.	Programa 1: Sistema Simplificado de Controle para a Gestão Social do Território	Projeto 1: Construção participativa da base de indicadores e implantação do sistema simplificado de monitoramento e avaliação dos resultados (eficácia) e impacto (efetividade) da estratégia de desenvolvimento territorial Projeto 2: Formação permanente das instâncias do CDT e dos agentes de desenvolvimento territorial para a efetiva gestão territorial

Quadro .61: Eixo Controle e Gestão Territorial

Fonte: Oficinas Territoriais, 2011.

28 PROJETOS ESTRATÉGICOS PRIORIZADOS PELO TERRITÓRIO

Levando-se em consideração o grande volume de demandas apresentadas pelo território, e diante da fragilidade do mesmo quanto à capacidade técnica de transformá-las em projetos viáveis e sustentáveis, o colegiado territorial priorizou três projetos estratégicos com potencial de acelerar o processo de desenvolvimento produtivo no território. Referidos projetos foram selecionados a partir das potencialidades locais e vantagens comparativas frente a outras regiões do país, e têm como objetivos finalísticos acelerar processo de geração de oportunidades de trabalho e renda. O Quadro 62 demonstra os projetos priorizados pelo território.

PROJETOS ESTRATÉGICOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
1. Organização do Subsistema da Ovinocaprinocultura	1. Melhoria das técnicas de manejo alimentar: aquisição de motos ensiladeiras, construção de silos trincheiras, aquisição de equipamentos para silos sinchos, capacitação sobre técnicas de armazenamento de forragens; formação de pastos rotativos 2. Melhoria das técnicas de manejo reprodutivo: introdução de matrizes e reprodutores de qualidade e kits de inseminação artificial; 3. Melhoria das técnicas de manejo sanitário: melhoria da infraestrutura de manejo, kits de higienização de leite; kits de ordenha, kits veterinários. Dentre outras técnicas; 4. Agregar valor a produção via processamento do leite: Instalação de tanques de resfriamento de leite e mini-usinas de pasteurização de leite, produção de queijos e doces.
2. Organização do Subsistema da Apicultura	1- Aquisição de kits de produção e extração de mel, Aquisição de equipamentos para fabricação de colméias, garantir a instalação de casas de mel com inspeção estadual facilitando assim, a comercialização do produto final
3. Organização do Subsistema da Mandiocultura	1. Garantia de articulação com o Governo do estado e o INCRA, para recuperar várias casas de farinha no território, bem como a implantação de uma unidade empacotadora

Quadro 62– Projetos Estratégicos Priorizados pelo Território

Fonte: Relatório Oficina Estadual Comitês Temáticos, novembro 2010

Parte IV

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

Proposição

SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO

O Sistema de gestão do plano caracteriza por dois processos simultâneos e interrelacionados, um *intrínseco* e outro *extrínseco*. Conforme as Orientações Gerais para a Elaboração e Qualificação do PTDRS, *o processo intrínseco consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social que o colegiado se atribui ao assumir a gestão no sentido da materialização dos objetivos, metas e resultados e também no contínuo processo de qualificação do próprio sistema. Enquanto que o processo extrínseco consiste na competência social do colegiado buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores das diversas esferas de concertação possíveis da União.*

Os dois processos prescindem da ação efetiva dos colegiados assumirem a gestão social dos planos. Todavia os territórios carecem ainda de um amadurecimento de suas instancias colegiadas, por conta da transitoriedade de representação dessas instancias, tanto aqueles que elaboraram o plano quanto os que estão na fase de qualificação.

O plano de gestão a ser construído durante o processo de formulação da visão do futuro, dos objetivos estratégicos, das diretrizes, dos eixos de desenvolvimento, dos programas e dos projetos estratégicos territoriais não contemplou os demais elementos de gestão territorial, quais sejam: os instrumentos para a implementação, o gerenciamento social, sua operacionalização (metas e resultados) e a governança sobre os acordos externos e seus instrumentos de controle social (indicadores).

A implementação dos PTDRS tem como ponto de partida a reestruturação das instancias colegiadas de forma que possibilite garantir sua representatividade e retome a formulação dos demais elementos necessários a gestão social do plano territorial.

A gestão social é um processo no qual se estabelece uma nova forma de participação, negociação, alcance de consensos e democratização das

decisões que definem a natureza, foco e prioridades da aplicação dos instrumentos da política. O processo viabilizará a promoção da legitimação de espaços da participação dos atores sociais no contexto da definição das políticas públicas de interesse do Território.

Nessa direção, a gestão aqui apresentada deve ser compreendida como uma proposta que estimula o surgimento de uma ambiência político-institucional favorável à construção de relações sociais mais horizontais e emancipatórias (relações de poder estabelecidas entre os arranjos institucionais locais).

O planejamento, a execução, e o controle (o monitoramento e a avaliação) são etapas imbricadas que compõem gestão, e se realizadas de forma participativa, envolvendo os distintos atores que compõem o Território, poderão produzir as transformações necessárias. Neste Plano toda a etapa de qualificação foi cumprida, com a mais ampla participação da sociedade civil, através de representações de segmentos presentes na Plenária do Território, assim como daquelas instituições públicas presentes na Plenária e Comitês Temáticos. A sua execução se efetivará em função das articulações realizadas pelo Colegiado Territorial e Rede de Colegiados Estadual com os governos Federal, Estadual e Municipal e ainda pelo envolvimento da sociedade organizada que, pelo que ficou demonstrado no processo de elaboração do Plano, já se organiza para sua efetivação. O controle é essencial para a realimentação do processo, assim se poderá tomar as medidas indicadas para o aperfeiçoamento permanente da gestão, daí a necessidade de um tratamento cuidadoso na sua implementação.

Os ciclos de gestão se iniciam por meio do monitoramento e avaliação (M&A), ou seja, antigos e novos atores são sensibilizados e mobilizados para discutir e refletir sobre as ações, bem como identificar o que pode ser redirecionado ou aperfeiçoado.

O papel fundamental das práticas de M&A é medir a eficiência e eficácia da implantação das políticas públicas. O PTDRS se apresenta como o instrumento de planejamento mais amplo e articulado, sem desconsiderar a

importância do diálogo com as demais experiências em andamento no território, subsidiando, permanente e gradativamente, a execução do já mencionado plano e seus resultados.

A gestão social é o responsável também pela identificação dos resultados e impactos, bem como pela formulação de medidas de aperfeiçoamento. O monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações passo a passo e está mais relacionado ao andamento das etapas/atividades em si. A avaliação tem intervalos mais amplos, em geral um ano ou um ciclo de projeto, e tem como propósito analisar todos os aspectos possíveis, até mesmo questionar a planificação. Já a monitoria serve para guiar um processo ou projeto sem sair do seu marco inicial. A avaliação, portanto, é mais profunda do que a monitoria e precisa de mais dados e de análises mais complexas.

Assim, a avaliação deve ser trabalhada através dos três indicadores abaixo relacionados:

- De avaliação de processo: verifica se as atividades previstas relacionadas com os produtos/objetivos e o modelo de gestão estão funcionando. Em geral chama-se de monitoria exatamente o acompanhamento sistemático das ações passo a passo, ou, ainda, a avaliação do processo, os avanços e deficiências no processo de planejamento, execução e gestão.
- De avaliação de resultado: verifica se os produtos relacionados com os objetivos foram realizados e alcançados. A avaliação de resultados fornece elementos para a redefinição de objetivos e revisão da estratégia, ou seja, do caminho proposto para se chegar aos objetivos.
- De avaliação de impacto: verifica a contribuição dos produtos/resultados alcançados na solução dos problemas, mudança da realidade, melhoria da qualidade de vida, ou seja, a materialização da visão de futuro. Tais impactos referem-se às mudanças mais duradouras ou significativas e, portanto, mais

difícil de medir. Muitas vezes requer um “marco zero” de informações sobre as condições de vida dos diversos segmentos, em particular da agricultura familiar para permitir a comparação posterior.

Nessa direção, o Colegiado Territorial irá construir o formato teórico-metodológico do controle para a gestão social do desenvolvimento territorial, bem como os mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação na perspectiva de elevar o patamar de participação cidadã dos atores que conformam o colegiado territorial e dos demais agentes sociais no controle social do PTDRS e nas ações sociais públicas. Em outras palavras, é preciso construir os arranjos institucionais para a gestão do PTDRS capazes de responder pelo processo de monitoramento e avaliação tanto do PTDRS, quanto dos projetos, desafios estes a serem coordenados por uma estrutura colegiada responsável pela gestão social do território.

Essa estrutura colegiada precisa dialogar com as demais estruturas existentes no território, a exemplo dos CMDS, conselhos setoriais, fóruns, e redes, no sentido de fomentar avanços significativos nos componentes que qualificam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja: um desenho institucional que atenda às exigências do projeto de desenvolvimento territorial, o estímulo à presença de uma sociedade civil mobilizada e o compromisso dos gestores públicos com o projeto de participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este plano foi materializado com ampla participação do Colegiado Territorial de acordo com o papel atribuído a cada uma de suas instâncias. Portanto, do ponto de vista da apropriação do documento como ferramenta de gestão para a construção do desenvolvimento sustentável, o colegiado respeitando as definições da plenária geral, para implementação do mesmo assumiu:

- Resgatar e Valorizar as Tradições Culturais do Território
- Inserir mulheres trabalhadoras rurais e urbanas como sujeitas dos processos de desenvolvimento do território
- Assegurar a inserção de Jovens do Campo e da Cidade nas Políticas Públicas
- Construir uma proposta de educação para o território, vai melhoria da infraestrutura e qualidade do ensino/aprendizagem, baseada em princípios éticos e solidários.
- Garantir as condições básicas de acesso e melhoria da qualidade da saúde;
- Assegurar o acesso a políticas de direito e inclusão social;
- Melhorar da qualidade de saúde população;
- Criar alternativas de produção e de convivência com o semi-árido e geração de renda;
- Assegurar serviços na organização da produção e comercialização com ênfase na agricultura familiar e empreendimentos solidários;
- Apoiar a implantação de empreendimentos produtivos com foco na geração de oportunidades de trabalho e renda;
- Agregar valor a produção via processamento e comercialização da produção;
- Valorizar e dinamizar o potencial turístico do território;
- Assegurar o acesso à terra e geração de trabalho e renda no campo;
- Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território;

- Criar mecanismos para o controle social das ações de apoio ao desenvolvimento territorial;

- Assegurar a participação o empoderamento da população na construção do desenvolvimento do território.

Por fim, destaca-se a importância do papel que o colegiado territorial irá desempenhar em conjunto com a rede estadual de colegiados territoriais na divulgação e na negociação de recursos visando à implementação das ações e dos projetos territoriais.

Caberá as instancias colegiadas dentro de seu papel construir os planos de ação de acordo com o seu nível de atuação e colocarem em prática os projetos conforme prioridades estabelecidas no cronograma de execução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, CAPISTRANO. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: BRIGUET, 1930.

AFONSO, Cintia Maria. Sustentabilidade. Caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

AKERMAN, Marco. Saúde e Desenvolvimento Local – princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica - São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª Ed, 2005.

ARAÚJO, F.S. SAMPAIO, E.V.B.S; FIGUEIREDO, M.A; RODAL, M.J.N; FERNANDES, A.G. Composição florística da vegetação de carrasco, Novo Oriente, CE. In: Rev. bras. Bot. vol. 21 n. 2 São Paulo Aug. 1998.

ARENDRT, HANNAH. O que é Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BARROSO, Gustavo. À Margem da história do Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, 1962.

BORZACCHIELLO, JOSÉ CAVALCANTE, TÉRCIA E DANTAS, EUSTÓGIO (Orgs.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

BRANT de Carvalho, Maria do Carmo. In: ÁVILA, Célia M. de (coord.) Gestão de Projetos Sociais - São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária – AAPCS, 1999, p.57-77.

BRASIL. Capacita SUAS. Volumes 1, 2 e 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais do Pontífice Universidade Católica de São Paulo – 1ª Edição. Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. MDA/CONDRAF. Documento-base para a Plenária Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2008.

_____. Documento-base para as Conferências Estaduais. Desenvolvimento Rural Sustentável: por um Brasil rural com gente. Brasília, 2008.

_____. Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 3. Brasília: 2006.

_____. Institucionalidade para a Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável. Série Documentos do CONDRAF nº 1. Brasília: 2005.

BRASIL. MDA/SDT/NEAD. Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário; com o apoio técnico e cooperação do IICA. Brasília: CONDRAF, Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003.

BRASIL. MDA/SDT. Documento do Guia de Orientações para elaboração e qualificação do PTDRS. Brasília, DF: MDA, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 jun. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura, 2009. Disponível em: <www.minc.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2010.

BRASIL. MESA/FOME ZERO/CONSEA. III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília: Documento Base, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Sistema de Avaliação e Monitoramento do PRONAF. Dados sistematizados do BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN e BNDES.

BRAVO, MARIA INÊS SOUZA E PEREIRA, POTYARA A.P. (Orgs.). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez RJ - UERJ, 2007.

BRENO BRINGEL, MARIA VICTÓRIA ESPIÑEIRA (Orgs). Dossiê: Movimentos Sociais e Política. Caderno CRH 54: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador: UFBA, 2008.

CÂMARA, Gilberto. Análise espacial de dados geográficos. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de; MONTEIRO Antônio Miguel Vieira. Geoprocessamento para projetos ambientais. São Paulo: GEOBrasil 2000, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa ET AL (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2ª Ed. 2009.

CARVALHO, G.M.B.S; SOUZA, M.J.N; SANTOS, S.M. ALMEIDA, M.A.G; FILHO, M.R.F. Adaptado de Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará, 2000. In: Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3707-3803.

CEARÁ, Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). Fortaleza, 2008/2011

CEARA. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável. Síntese dos Indicadores Sociais do Governo do Estado do Ceará, 2008. Fortaleza, 2009.

CEARÁ. Secretaria de Cultura do Estado, 2010. Disponível em:

<www.secult.ce.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2010.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado, 2010. Disponível em: <www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2010.

CONDIRC – Conselho de Desenvolvimento e Integração Regional do Cariri/CE. Disponível em: <<http://www.cariri.org.br/arranjos.jsp>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

DUARTE, E. C. ET AL. Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório. Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

EMBRAPA. Principais classes de solos do sistema brasileiro de classificação: classes usadas nos levantamentos pedológicos do Brasil. s.n.t.

Equipe Técnica da SDT e CONSULTORES Externos. Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: Guia para o Controle Social – Documento de Apoio Nº 4. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Brasília – 2006

Equipe Técnica Estadual do Programa Territórios da Cidadania - CE. (Orgs.) Documento para Discussão e Aprimoramento pelos Colegiados Territoriais Orientações para Pensar os Espaços e Estratégias Organizacionais com vistas à Estruturação, (Re) estruturação ou Fortalecimento dos Colegiados no Contexto do Desenvolvimento Territorial com Sustentabilidade. Fortaleza: Maio 2009 (Texto impresso)

FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Plano de gestão urbano-ambiental integrada para o Município de Caucaia. Fortaleza: FUNCEME, 1994.

GOMES, ANGELA DE CASTRO (Coord.). Direitos e Cidadania Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

IDACE. Disponível em: <<http://www.idace.ce.gov.br/assessoriaimprensa>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IPLANCE. Anuário Estatístico do Ceará 1998 / 99. Fortaleza, 2000.

MEDEIROS, José Simeão de. Bancos de dados geográficos e redes neurais artificiais: tecnologias de apoio à gestão do território. (Tese de Doutorado). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica. 4ª Ed., 1998.

Brasília, Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS: uma construção coletiva- organização e funcionamento. Vol. 1., 3ª Ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério da Saúde. Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Relatório de Situação Ceará. Brasília: ministério da Saúde, 2009.

MIRANDA, CARLOS e COSTA, CRISTINA. Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005.

MONTAÑO, CARLOS. Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. Para Onde Vai o Mundo? Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

OFICINAS DE QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO. Em novembro de 2010.

PREFEITURAS dos municípios que formam o Território, informações sobre cultura e educação, 2010.

Publicação Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Territórios da Cidadania: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília: Gráfica Santa Bárbara Ltda., 2009.

PACTO DAS ÁGUAS. Disponível em:< www.cogerh.com.br> Acesso em: Novembro de 2010.

PREVINA. Disponível em:< www.funceme.br> Acesso em: Dezembro de 2010.

RABELO, Catarina Maria. Documento Técnico: Um sensível olhar sobre a atuação-relação entre o colegiado territorial e a equipe técnica no contexto da estratégia de desenvolvimento territorial. Mimeo. Fortaleza, 2008/2009.

RELATÓRIO do Encontro dos Comitês Temáticos da Cultura, Educação, Juventude e Mulheres, Ceará, 2009.

OPAS. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações.

[ce.html](#)>. Acesso em: 23 out. 2009.

SCHNEIDER, SÉRGIO SILVA, MARCELO KUNRATH E MARQUES, PAULO EDUARDO. Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

SEPÚLVEDA, SERGIO. Desenvolvimento Microrregional Sustentável. Métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005.

SOUZA, Simone. (Coord.) História do Ceará. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, Stylus Comunicações, 1989.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em: < www.semace.ce.gov.br> Acesso em: Novembro de 2010.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Disponível em < servicos.ibama.gov.br/cogeq> Acesso em: Novembro de 2010.